



História

Questões & Debates

NÚMERO

24

APAH - ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA

História
Questões & Debates

ANO 13 - Nº 24 JANEIRO A JULHO 1996

Editor: Francisco Moraes Paz (IN MEMORIAN)

Editor Ad Hoc: Luiz Carlos Ribeiro

Conselho Editorial: Ronald José Raminelli, Presidente.

Luiz Carlos Ribeiro, Secretário.

Aldair Tarcisio Rizzi, Ana Maria de O. Burmester, Anamaria Filizola, Carlos Alberto Faraco, Carlos Roberto A. dos Santos, Euclides Marchi, Maria Ignês Mancini de Boni, Marionilde Dias B. de Magalhães, Márnio Teixeira Pinto, Ronald José Raminelli, Sérgio Odilon Nadalin, Sylvia Maria P. de Araújo.

Conselho Consultivo:

Ana Cleide Cesário (UEL), Caio Cesar Boschi (UFMG), Carlos Guilherme Mota (USP), Edgar Salvadori De Decca (UNICAMP), Hilário Franco Junior (USP), Iraci del Nero da Costa (USP), Joana Neves (UFPb), Renato Janine Ribeiro (USP), Sandra Jathay Pesavento (UFRGS)

HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES

Publicação semestral da **Associação Paranaense de História - APAH**

Caixa Postal 1538

80001-970 - Curitiba - PR

Capa: **Sieglinde Piper**, a partir de foto do acervo do Departamento do Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal de Cultura de Curitiba.

A opinião emitida nos artigos é de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Publicado com o apoio da Fundação Cultural de Curitiba, do Programa de Pós-Graduação em História, da UFPR, da Pró-Reitoria de Graduação da UFPR e do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da UFPR.

HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES
Associação Paranaense de História - APAH
Curitiba - julho-dezembro, 1996

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 3

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Roger Chartier - Textos, símbolos e o espírito francês... 5

Klaus Tenfelde - Dificuldades com o cotidiano 28

Jürgen Kocka - Um retorno à narração?..... 56

Arlene Renk - A experiência em Thompson 78

Ana Claudia Fonseca Brefe - Pierre Nora: da história do presente aos lugares de memória 105

HISTÓRIA E LITERATURA

Jacqueline Herman - Canudos sitiados pela razão: o discurso intelectual sobre a “loucura” sertaneja 126

Maurício Silva - Modernidade anti-moderna: o primeiro autor kitsch da literatura brasileira 151

PESQUISAS EM HISTÓRIA

Renata Palandri Sigolo - O médico, a saúde e a doença em Curitiba (1930-45) 161

Dennison de Oliveira - “Trazer a televisão”: estado e interiorização do sinal televisivo (Paraná 1975-1988) ... 173

NOVA CRÍTICA

Ana Cleide Cesário - Acumulação do Capital e a questão regional (Aldair Rizzi e Claus Germer) 222

APRESENTAÇÃO

Durante três anos a revista **História: Questões & Debates** teve sua publicação interrompida. A falta de apoio das instituições e a debilidade das contas da Associação Paranaense de História-APAH, comprometeram a manutenção de sua periodicidade. No entanto, com o apoio dos sócios da APAH, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, do Pós-Graduação e do PET de História da UFPR e da Fundação Cultural de Curitiba, a atual conjuntura mostra-se favorável à publicação do volume 24. A retomada da revista foi motivada pela certeza do enorme valor do periódico para a divulgação de pesquisas históricas das mais diversas tendências.

Com ligeiras modificações de ordem técnica, o presente volume é publicado de acordo com os critérios de seleção e organização elaborados por Francisco Moraes Paz, editor da revista entre 1990 e 1995, ano de seu precoce falecimento.

Ainda jovem, Francisco Moraes Paz trilhou uma carreira de intensa atividade, ciente da urgência da História como instrumento de ensino, educação, conhecimento e intervenção da sociedade. Como docente, ministrou aulas no 2º grau em Santa Maria - Rio Grande do Sul, na Universidade Estadual de Maringá e na Universidade Federal do Paraná. Como pesquisador, realizou investigações sobre diversos temas, frutos de seus interesses e de suas próprias experiências políticas e profissionais. No início da década de 80 suas atenções concentraram-se nos movimentos sociais do campo, notadamente as migrações sulinas. Em seguida, dedicou-se a análises em torno de temas como “mídia e poder”, “partidos políticos”, “eleições”, “práticas e discursos das elites dirigentes”, atento ao processo de democratização do país. Finalmente, diante da crise de paradigmas das Ciências Humanas, na década de 90

questionou os sentidos até então atribuídos à História, à Ciência e ao próprio lugar institucional do saber - algo que ele mesmo uma vez mencionou, de forma irreverente, como “aventuras do pensamento”.

Francisco Moraes Paz foi também Presidente da Associação Paranaense de História em 1985 e Presidente da Associação de Professores de História - núcleo regional do Paraná - a partir de 1987. Trabalhou como pesquisador do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico - IPARDES - de 1985 a 1990. Assumiu o cargo de Chefe do Departamento de História na Universidade Estadual de Maringá em 1983 e na Universidade Federal do Paraná em 1990.

Seu empenho, criatividade e seriedade como profissional e editor da revista **História: Questões & Debates** merecem o sincero reconhecimento da atual gestão da Associação Paranaense de História. A presente revista, portanto, é uma homenagem ao professor e colega que permanecerá na memória daqueles que o conheceram e experimentaram com ele a História como vocação.

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

TEXTOS, SÍMBOLOS E O ESPÍRITO FRANCÊS*

Roger Chartier

École des Hautes Etudes en Sciences Sociales

RESUMO

Este texto é a crítica sistemática do modelo de história adotado por Robert Darnton em *O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da história cultural francesa* (São Paulo: Graal, 1986), onde Chartier discute os pressupostos teóricos ligados à teoria da história e à análise que o autor norte-americano dá ao seu material empírico. É este texto que abre a discussão em torno da história da cultura, que é continuada por Darnton em *História e antropologia (O Beijo de Lamourette)*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992) e retomada por diversos outros autores, nas páginas do *Journal of Modern History*, incluindo nomes como, por exemplo, Dominick LaCapra, em *Chartier, Darnton e o Grande Massacre do símbolo* (Assis, Pós-História vol.3, 1995).

Qualquer historiador francês achará o livro de Robert Darnton¹ um convite à reflexão, mas - e deixe-me esclarecer isto antes de começar - é isso que torna o trabalho de um tal interesse. Um convite à reflexão, primeiro porque combina dois propósitos geralmente considerados incompatíveis: compreender a radical estranheza do comportamento e pensamento de homens que viveram há três séculos e distinguir uma duradoura identidade francesa naquele mundo *estranho*. “O espírito francês existe,” escreve Darnton, perceptível nos contos camponeses do século XVIII (ou antes), corporificado nos heróis da literatura nacional francesa, e presente até hoje na sabedoria popular. Como, contudo, é possível seguir-se uma continuidade desse tipo em textos e ações que o próprio Darnton

qualifica como “opacas” e propensas a conter fortes “doses de choque cultural” para os leitores de hoje? Esta é a primeira pergunta que o livro levanta.

Em outro plano, o trabalho pretende ser uma crítica rigorosa da historiografia francesa, a história das *mentalités* em particular. Darnton apresenta duas censuras, ambas as quais um historiador francês certamente achará transtornantes. Primeiro, ele considera a própria noção de *mentalités* enevoada, vaga e imprecisa: “Apesar de uma enchente de prolegômenos e discursos sobre método, os franceses não desenvolveram uma concepção coerente das *mentalités* como um campo de estudo. Eles tendem a carregar o termo com noções de *représentations collectives* derivados de Durkheim e de *ouillage mental* que Lucién Febvre apanhou da psicologia de sua época. Se as *mentalités* vão suportar a carga, está por ser visto”.² Segundo, ele faz uma forte objeção ao programa e à prática da história das *mentalités* em sua forma serial e quantitativa, definida por Pierre Chaunu como *histoire serielle au troisième niveau* (o “terceiro nível”, após o econômico e o social, sendo aquele da cultura).³ As quantidades de informações homogêneas, reiteradas, tratadas de modos semelhantes aos métodos utilizados para a análise de informações seriais econômicas, demográficas ou sociológicas. Isso leva Darnton a um diagnóstico da história cultural francesa: “A tentativa francesa de medir atitudes pela contagem - de missas pelos mortos, imagens do purgatório, títulos de livros, discursos nas academias, mobília em inventários, crimes nos registros policiais, invocações à virgem Maria em testamentos, e libras de cera de velas queimadas para santos padroeiros nas igrejas. Ele faz objeção a este método por duas razões: primeiro, “objetos culturais” não são da mesma natureza das informações serializadas estudadas pela história econômica ou demográfica, já que “eles não são fabricados pelo historiador mas pelas pessoas que ele estuda. Eles emanam significado. Têm que ser lidos e não contados.” Segundo, a cultura não pode ser

considerada como nível de alguma entidade social semelhante a uma casa de três andares porque todas as relações interpessoais são de natureza cultural, mesmo aquelas que qualificamos de “econômicas” ou “sociais”. Por sua ênfase sobre o quantitativo, e sua “subvalorização do elemento simbólico nas relações sociais” (p. 258), os historiadores franceses, em última análise, perderam a pista sobre o que é essencial. As críticas de Darnton são severas, mas são realmente pertinentes a uma compreensão do que é de fato a história cultural francesa? O programa esboçado por Pierre Chaunu há vinte anos (após sua leitura da tese de Michel Vovelle sobre os testamentos da Provença) é uma expressão justa do que os historiadores franceses estão produzindo hoje? O objetivo de Darnton é verdadeiro e ele acerta na mosca, mas qual é o valor de seu alvo?

O livro de Darnton é apresentado como um ensaio de antropologia histórica - ou melhor, como um “modo antropológico da história”, capaz de ir além das contradições insolúveis nas quais a história das *mentalités* “a la française” acabou por aprisionar-se. A antropologia tem muito a oferecer ao historiador: uma abordagem (ganhar a entrada em outra cultura a partir de um rito, texto ou ato, aparentemente incompreensível ou opaco); um programa (“tentar ver as coisas a partir do ponto de vista do nativo, entender o que ele quer dizer e buscar as dimensões sociais do significado” [p. 260]; e um conceito de cultura como “mundo simbólico” no qual símbolos compartilhados “como o ar que respiramos” servem ao pensamento e à ação, moldam classificação e julgamento, e fornecem avisos e acusações. Entender uma cultura, então, é acima de tudo redescobrir as significações investidas nas formas simbólicas das quais a cultura se utiliza. Há só uma forma de se fazer isso: ir “do texto para o contexto” e vice-versa; comparar cada uso específico e localizado de um ou outro símbolo ao “mundo de significância” que lhe atribui sentido. Tal programa é diferente daquele da antropologia histórica como foi definida

na tradição dos *Annales*, que consiste essencialmente em um tratamento histórico de objetos antropológicos. Para Darnton, a referência à antropologia tem um status diferente, já que ela significativamente traz “ao historiador o que o estudo das mentalités não forneceu: uma concepção coerente de cultura.”⁴ Esta “concepção coerente” carrega uma assinatura, contudo - aquela de Clifford Geertz, com quem por seis anos Darnton apresentou um seminário na Universidade de Princeton (do qual o referido livro surgiu) sobre o tópico “História e Antropologia”. *O grande massacre de gatos* usa o conceito de cultura num sentido estritamente geertziano, como expresso, por exemplo em *A interpretação das culturas* como “um padrão de significados transmitidos, incorporados em símbolos, um sistema de conceitos herdados expressos em forma simbólica por meio dos quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento sobre as atitudes em relação à vida.”⁵ Sob quais condições pode um historiador legitimamente usar uma definição desse tipo? Que atitudes ela implica com relação a textos que dão acesso às “formas simbólicas” que funcionavam nas sociedades antigas? É suficiente para fundar-se uma nova forma de escrevermos história cultural, liberta das incertezas de uma finada história das *mentalités*? Estas são perguntas que o livro nos encoraja a colocar o mais claramente possível.

Antes de entrarmos nessas questões, precisamos dizer o que é o livro. Ele contém seis ensaios conectados por um bom número de motivos reincidentes e unidos por um princípio comum que coloca qualquer “texto” específico no “contexto” que torna sua interpretação factível. No primeiro ensaio, o texto é fornecido por contos populares franceses, como foram coletados por folcloristas entre 1870 e 1914. Estes presumivelmente oferecem uma forma escrita de versões dos mesmos contos que eram transmitidos oralmente durante os séculos XVII e XVIII - versões independentes de e anteriores aos contos escritos mais “eruditos” de Perrot, Madame d’Aulnoy,

ou a condessa de Murat. Para entender esses contos, que contêm quantidades surpreendentes de crueldade e crueza, precisamos relacioná-los às experiências sociais e práticas cotidianas do mundo no qual eles circulavam, a sociedade camponesa do *Ancien Régime*, agora razoavelmente familiar a nós através dos estudos regionais e gerais que surgiram nos últimos 25 anos. A interpretação de Darnton é que os contos franceses comunicam, de um modo específico e nacional, um corpo de conhecimentos relacionados ao mundo social e precauções a serem tomadas ou regras a serem seguidas para viver-se naquele mundo. “O espírito francês existe” e neste caso consiste em uma moralidade de astúcia, em uma celebração de truques, o único recurso em uma sociedade sem sentimentos, injusta e brutal. Nessa visão, o modo pelo qual os camponeses construíam o mundo é expresso em tais contos em um pensamento não formulado como idéias claras e distintas, mas emergente da manipulação de um repertório de símbolos em forma de histórias.

Este é o processo descrito em “O grande massacre de gatos”, o ensaio que dá ao livro seu título e a ilustração da capa (uma gravura da série de William Hogarth sobre os *Estágios da crueldade*). O “texto” é a história de um massacre de gatos executado por aprendizes e operários gráficos da *rue Saint-Séverin* em Paris na década de 1730. O episódio é relatado por um dos algozes, que mais tarde tornou-se primeiro um oficial e depois um gravador, em um manuscrito intitulado *Anedoctes typographiques*, datado de 1762. Mal alimentados pelo mestre e não podendo dormir à noite por causa dos gatos da vizinhança, os aprendizes e operários decidem vingar-se. Primeiro eles perturbam o mestre e sua esposa com imitações noturnas de gatos perto da janela de seu quarto; depois eles executam (a pedido do mestre) uma verdadeira caçada aos gatos, inclusive *la Grise*, a adorada gatinha da esposa do mestre, que eles despedaçam com uma barra de ferro. A matança termina em uma paródia da justiça quando algumas das vítimas felinas são

condenadas ao enforcamento em um julgamento trocista. A cena enfurece o mestre, desespera sua esposa quando ela se dá conta de que a Grise está morta, e causa ataques de risos nos trabalhadores. Tudo parece tão cômico para eles que eles ainda riem por muito tempo, estimulados pelo talento de mímicas de um deles, que reencena a situação, interpretando a fúria do mestre e a dor de sua esposa.

Por que toda essa alegria com relação a um horrível massacre? Precisamos olhar o “contexto” para vermos. Aqui ele é de três tipos: social, envolvendo as tensões existentes entre mestres impressores e operários em Paris; festivo, com empréstimos dos rituais de carnaval e *compagnonnage*; e simbólico, investindo o gato com múltiplos significados para torná-lo uma encarnação do diabo, um substituto no domicílio e um símbolo da sexualidade feminina. Executando esses significados plurais, os impressores podiam atacar seu burguês e sua esposa sem recorrerem à violência física. A burguesa é atirada no papel de feiticeira sem nenhuma necessidade de colocá-lo em palavras; sua honra feminina é atacada sem levantarem a mão para ameaçar sua virtude. A agressão metonímica que dirige contra os gatos a violência simbolicamente destinada aos mestres (que estão impossibilitados de responder) é tão inteligente e tão bem executada que necessariamente leva ao riso - espontâneo e duradouro.

Em seus dois primeiros ensaios, Darnton segue o modelo da “descrição densa” ao pé da letra. O massacre de gatos parisienses é como briga de galos em Bali: é um ponto de entrada que nos dá acesso à compreensão de uma cultura em seu todo. É um “texto” entre outros que compõem essa cultura. Fornece-nos uma interpretação que aquela cultura dá de si mesma. Uma vez que suas formas simbólicas são decifradas, os contos populares ou os rituais podem revelar os significados que eles têm por tarefa manifestar e as afirmações relativas à sociedade

com as quais eles foram investidos. Essa abordagem, já clássica, é fértil, mas não obstante levanta uma questão: é legítimo considerar como “textos” ações executadas ou contos narrados? Certamente, os antigos contos só podem ser conhecidos através da forma fixa escrita que os folcloristas lhes deram, e o massacre de gatos nunca seria conhecido se Nicolas Contant, o autor de *Anedoctes typographiques*, não tivesse escrito sobre ele trinta anos após o evento ter acontecido. Mas podemos qualificar como um texto ambos: o documento escrito (a única pista remanescente de uma prática antiga) e aquela prática propriamente dita? Não há aqui um risco de que se confundam dois tipos de lógica, a lógica da expressão escrita e a lógica que molda aquilo que o “senso prático” produz? O uso metafórico de termos como “texto” ou “leitura” é sempre arriscado, e o é ainda mais quando o único acesso ao objeto sob investigação antropológica é um texto *escrito*. Não somente ele oblitera os modos de falar ou agir que deram ao conto ou ao rito tanta significância quanto seu significado literal (ou até mesmo mais); acima de tudo, um texto real com status próprio fica entre o observador e este suposto “texto” oral ou festivo. Neste sentido, o massacre de gatos não é a briga de galos: ao relacioná-lo e interpretá-lo o historiador fica dependente de um relatório que já foi feito e de um texto que existe antecipadamente, investido de seus próprios objetivos específicos. Este texto exhibe o evento, mas também constitui o evento como resultado do ato da escrita. “A coisa mais engraçada que aconteceu na gráfica de Jacques Vincent, de acordo com um operário que testemunhou o fato, foi um sedicioso massacre de gatos” (p. 75), Darnton escreve na introdução de seu ensaio. Toda a questão, obviamente, reside no status dado a este “de acordo com”: pode muito bem referir-se a uma testemunha ocular, mas muito certamente refere-se a um criador de textos.

Os dois ensaios iniciais são seguidos por quatro outros que parecem desviar-se um pouco dos princípios

afirmados na introdução. É imediatamente evidente que os textos nos quais eles são baseados pertencem a um outro nível cultural que aquele dos contos de camponeses e anedotas de um impressor. Eles incluem uma descrição anônima da cidade de Montpellier escrita por um burguês local em 1768; uma série de 501 relatórios escritos entre 1748 e 1753 por Joseph d'Hémery, *inspecteur de la librairie* (inspetor do comércio de livros), sobre os homens de letras do seu tempo; o *Système figuré des connaissances humaines* da *Encyclopédie*; e as cartas escritas por um comerciante de La Rochelle, Jean Ranson, ao diretor da *Société Typographique de Neuchâtel*, Frédéric-Samuel Ostervald, nas quais Ranson faz pedidos de livros e comenta sobre suas leituras. Na análise desses documentos, a relação entre texto e contexto torna-se algo enevoadada; podemos, no máximo, falar de comparações intertextuais, por exemplo, entre as cartas de Ranson sobre Rousseau e os pensamentos de outros leitores de Rousseau, ou entre as investigações ramificadas da *Encyclopédie* e “árvores de conhecimento” semelhantes propostas anteriormente por Bacon ou Chambers. Nesses quatro estudos, o texto é sempre tomado em si mesmo e por si mesmo e analisado em suas intenções e mecanismos. Darnton concentra-se sobre as categorias e imagens que estão por detrás das descrições dadas; nas estratégias retóricas que objetivam impor uma nova ordem (para o benefício dos burgueses pré-revolucionários, no texto sobre Montpellier, ou dos filósofos, no *Discours préliminaire* de D'Alembert); e nos modos como os vários autores usam a palavra escrita, ao lê-la ou produzi-la, para interpretar e construir sua própria existência. Podem formas intelectuais e afetivas tomadas nesse sentido realmente ser chamadas de “simbólicas”? E pode uma abordagem que objetiva reconstituir as categorias e classificações funcionando dentro de textos para descrever ou selecionar e estabelecer hierarquias entre pessoas e itens do conhecimento ser chamada antropológica? Isso parece duvidoso, a menos que aceitemos

uma definição extremamente ampla de formas simbólicas - tão ampla que perderia todo conteúdo específico, a ponto de tornar-se difícil ver o que seria excluído da categoria do símbolo.

Ainda que a intenção de Darnton seja ao de interpretar “um massacre de gatos da mesma maneira que o *Discours préliminaire da Encyclopédie*” (p. 7), há uma ruptura incontestável no livro entre os dois primeiros ensaios e os últimos quatro. Aqueles objetivam recriar uma situação em um terreno antropológico; portanto eles tomam os textos escritos somente como um meio de acesso ao conto falado ou ao ato do massacre. Estes últimos tentam mostrar como tanto uma posição dentro da sociedade quanto uma postura intelectual são expressas por meio de uma peça escrita (descritiva, administrativa, filosófica ou epistolar). Certamente, uma questão comum está subjacente a ambos os grupos: como os homens organizam e manifestam suas percepções e avaliações do mundo social? Mas enquanto as visões e julgamentos dos camponeses que narravam ou ouviam os contos e dos trabalhadores que eliminaram os gatos são acessíveis somente através da medição dos textos que relacionam o que eles devem ter ouvido, dito ou feito, as visões dos burgueses, administradores e *Philosophes* estão disponíveis para nós na primeira pessoa em textos totalmente organizados de acordo com as estratégias de escrita de seus próprios objetivos específicos (replanejando a ordem social, acompanhando o mundo literário, substituindo a autoridade dos *Philosophes* por aquela dos teólogos, refazendo vidas individuais através de uma leitura de Rousseau). Isto talvez explique o contraste entre o tratamento de Darnton à narrativa de Contat, que é obliterada como narrativa e eleita como um relato transparente do massacre que reconta, e seu tratamento dos outros textos, considerados, ao contrário, em sua total textualidade e analisados em suas categorias conceituais e fórmulas retóricas que moldam seus efeitos pretendidos.

Podemos agora voltar às três questões colocadas anteriormente, começando com aquela levantada pela tentativa de Darnton de definir uma identidade francesa com base nas práticas ou textos que ele qualifica como estranhos a nós e opacos. Este objetivo pode parecer surpreendente e provocativo, dado objetivar traçar a continuidade nacional em formas culturais que nada devem, nem ao Estado centralizado, nem a um sentimento de pátria. Os historiadores franceses, pouco afeitos a associar cultura popular e história nacional, podem bem achar isso problemático. A herança de uma história social que deu prioridade a divergências locais e regionais, e uma compreensão de que os mesmos rituais ou os mesmos motivos existiram em várias sociedades de outros antigos regimes europeus ajudaram a remover o estudo das práticas culturais da moldura do Estado. Mais recentemente, o retorno da história nacional que inspira vários projetos em andamento (um de Fernand Braudel) pressupõe uma ênfase no papel do Estado na centralização e unificação do país, enquanto as tradições culturais podem bem parecer, nessa visão, como obstáculos ou elementos de abalo dos alicerces de um sentimento de pertencer-se a uma nação. O objetivo de Darnton é, assim, mais novo do que parece quando ele conclama uma reavaliação das características nacionais que tornam os contos franceses diferentes de seus iguais alemães ou italianos baseados na mesma história, por exemplo. O que ainda é difícil de sustentar, contudo, é a afirmação dupla e contraditória de uma descontinuidade radical entre velhas e novas formas de pensar sobre o mundo e de agir nele e uma continuidade discernível de um “estilo cultural” francês. Ou essa continuidade existe, e nesse caso as velhas formas de pensamento não são tão estranhas, ou aquelas velhas formas eram verdadeiramente diferentes das nossas, e nesse caso elas nunca poderiam ter sido encontradas em nosso mundo atual. “O espírito francês existe”, *sans doute*, mas certamente não é como uma entidade que permanece há séculos.

A segunda questão que o livro de Darnton levanta é se uma conformidade estrita a um programa para a *histoire sérielle au troisième niveau* é uma característica necessária da história cultural francesa. Um pronunciamento desse tipo parece não levar muito em conta as discussões que estão acontecendo nos campos de pesquisa sob investigação hoje. Alguns dos acadêmicos mais firmemente enraizados na tradição do *Annales* levantaram eles mesmos questões quanto à escolha de categorias e métodos uma vez considerados obrigatórios ao estudo das *mentalités*. Uma quantificação que reifica o que está contido no pensamento foi criticada como ilusória, já que supõe-se, ou que as entidades culturais e intelectuais estão imediatamente disponíveis em objetos quantificáveis, ou que o pensamento coletivo deve ser captado em suas expressões mais repetitivas e menos pessoais, reduzido assim a um limitado conjunto de fórmulas a serem estudadas meramente como presentes em uma dada sociedade em número maior ou menor. Para combater esse reducionismo dos pensamentos a objetos ou a “objetivações” - para ir contra um sociologismo simplista que estabelece correspondências estritas entre vários níveis sociais e formas culturais - surgiu uma definição da história primordialmente sensível às desigualdades na apropriação de materiais ou práticas comuns. A informação serial pode e deve continuar a ser coletada, ainda que seja somente para dar uma noção preliminar da extensão e distribuição de objetos e práticas culturais (os próprios estudos quantitativos recentes de Darnton sobre os *best-sellers* do fim do século XVIII talvez sejam os melhores exemplos disso). Não obstante, é indisputável que a questão mais premente inerente à história cultural de hoje, não somente na França mas *também* na França, é aquela dos diferentes modos pelos quais grupos ou indivíduos usam, interpretam e apropriam-se dos temas intelectuais ou formas culturais que compartilham com outros. Portanto, o complexo de mudanças na tarefa do historiador de centrar sua atenção nas carreiras individuais,

revogar ou lançar dúvidas sobre a separação canônica entre popular e erudito, e tentar uma reconstrução das práticas com base nas representações dadas dela e objetos manipulados nelas.⁶ Isso pode não ser o “modo antropológico da história” a que Darnton aspira, mas decididamente não é, ao menos não é mais, a história de contabilidades que ele afirma ser típica dos franceses.

Contudo, as críticas de Darnton têm duas partes: ele fala de um “compromisso excessivo com a quantificação da cultura” mas também de “subvalorização do elemento simbólico no intercuro social”. Precisamos pensar um momento sobre esse “elemento simbólico”. A noção de símbolo é tomada em seu sentido mais amplo, seguindo a definição de Geertz, como “qualquer objeto, ato, evento ou relação que sirva como veículo para uma concepção”. Esta é uma definição operacional, em qualquer sentido real? Vejamos a questão “a partir do ponto de vista nativo” em um de seus dicionários mais antigos, o de Furetière, por exemplo, em sua edição de 1727. *Simbole* é definido como: “signo, tipo de emblema ou representação de alguma coisa moral, pelas imagens ou as propriedades das coisas naturais. Figura ou imagem que serve para designar algo, seja por meio de pintura ou de escultura, ou por discurso. O leão é o símbolo de valor; a bola, o da inconstância; o pelicano, o do eterno amor”. É claro, então, que o símbolo é um signo, mas um signo específico e particular, que implica uma relação de representação - por exemplo, a representação de uma abstração por uma figura. Para ser qualificada como “simbólica”, a relação entre signo e o que o torna conhecido para nós, que é invisível, supõe que este signo é colocado no lugar da coisa representada, que ele seja o representante. Assim, para um homem dos séculos XVII e XVIII, hierógrafos, enigmas e emblemas eram símbolos *par excellence*.

Ainda que símbolos sejam signos, contudo, nem todos os signos são símbolos, na medida em que a relação que

os liga às coisas das quais eles são a “indicação” ou a “marca” não é necessariamente uma representação. Sob o termo *Signe*, o dicionário de Furetière lista várias dessas outras relações possíveis entre significante e significado: identificação através de um reconhecimento do todo por meio de uma parte (“esta criança, que há muito está perdida, foi reconhecida pelo sinal que tinha na coxa”); diagnose na qual um estado é deduzido de uma propriedade (como em certos ou prováveis “sinais médicos”); predição ou presságio que decifra o futuro com base no presente. Esses significados, antigos e comuns, em um dicionário da língua francesa, refletindo e popularizando a teoria do signo como ela havia sido formulada pelos lógicos e gramáticos de Port-Royal, surge como primeiro aviso contra um uso muito amplo do termo “símbolo”. De fato, eles claramente indicam que nem todos os signos manipulados em uma dada cultura são verdadeiramente símbolos, que necessariamente exigem uma relação de representação entre o signo visível e o referente significado. Certamente, o historiador ou o antropólogo não é obrigado a ficar preso às categorias de pensamento dos homens que ele estuda, e ele tem o pleno direito de esboçar seu próprio vocabulário analítico. Eu relembro esse antigo sentido de “símbolo” por uma razão em particular - para observar que qualquer pessoa preocupada primariamente com a reconstrução do modo como os homens do século XVIII concebiam e expressavam suas relações com o mundo deveria prestar uma atenção rigorosa às definições que eles próprios davam ao termo para designar o modo considerado essencial a este modo de pensar e falar. E para observar também - novamente em contraste com uma definição muito solta do termo “símbolo” que, ao ampliar sua noção, torna-o menos compreensível - que as velhas definições capacitam-nos melhor a formular um significado operante do termo encontrando tal significado em um tipo particular de relação entre signo e significado na relação de representação.

Mesmo quando definida de modo mais preciso, a noção não é fácil de usar. Primeiro, dificilmente podemos postular a estabilidade na relação entre o signo, simbólico e o que ele representa e apresenta a nossos olhos. A variação surge de muitas fontes: considerando o signo, uma pluralidade de significados pode ser transmitida por qualquer símbolo dado; considerando as circunstâncias, um signo pode ou não ser investido com uma função simbólica, dependendo das condições de seu uso; considerando a compreensão, é inevitável e altamente díspar de um grupo ou indivíduo a outro. Parece arriscado, então, afirmar que os símbolos são “compartilhados como o ar que respiramos”. Muito pelo contrário, suas significações são instáveis, móveis, equívocas. Elas não são sempre facilmente decifráveis e nem sempre bem decifradas. Portanto, parece difícil postular que em um dado momento e em um dado lugar, uma cultura particular (por exemplo, aquela dos impressores parisienses no início do século XVIII) é organizada de acordo com um repertório simbólico cujos elementos são documentados em várias datas entre os séculos XVI e XIX em múltiplos locais. Além disso, como se pode postular que as formas simbólicas são organizadas em um “sistema”? Isso supõe uma coerência entre elas e uma interdependência, que por sua vez supõe a existência de um universo simbólico compartilhado e unificado. Durante o *Ancien Régime*, em todos os casos, um tal sistema e uma tal unidade parecem profundamente duvidosos, dadas as múltiplas clivagens na sociedade francesa, fragmentada por diferenças em idade, sexo, status, profissão, religião, residência, educação, etc. Temos o direito de pensar que, além dessa descontinuidade de culturas particulares, cada uma das quais secretando seu próprio “padrão de significado”, havia uma cultura simbólica que podia englobar as outras e propor um sistema de símbolos aceito por todos? Os erros de uma forma particular da história social da cultura, que tenta a qualquer custo correlacionar toda forma de toda migalha de informação com um “nível” social específico (normalmente

identificado em termos puramente sócio profissionais), são insuficientes para persuadir-nos, sem reservas, da validade de um “idioma geral” capaz de dar conta de todas as expressões individuais. Aqui novamente, o uso metafórico do vocabulário da lingüística comporta um certo perigo.

Determinar o status de formas simbólicas não deve ser considerado como algo dado, portanto, e apesar do vocabulário tradicional da história cultural ser muito pouco satisfatório, empréstimos da antropologia não resolvem por si mesmos todas as incertezas. Eles podem inclusive criar alguns problemas próprios, destruindo a “textualidade” dos textos que relacionam as práticas simbólicas que estão sendo analisadas. O agora famoso massacre dos gatos é um caso em questão. Sabemos dele a partir de um texto manuscrito intitulado *Anedoctes typographiques. Où l'on voit la description des coutumes, moers et usages singuleers des campagnons imprimeurs*, datado de 01 de setembro de 1762, dedicado a d'Hemery, *Inspecteur de la librairie*, e assinado “Mxxx (Le Brun) Anciën Prote, Graveur et Auteur”. A página de título traz um endereço, “A Bruxelles. Chez Pierre Hardy, A la verité”, que é duvidosamente fictício, já que o texto não era impresso e nenhum tal impressor existiu.⁷ Giles Barber conseguiu descobrir o autor: “Le Brun” era um Nicolas Contat, um gravador em madeira que começou sua carreira em 1737 como aprendiz do impressor Vicent, à *rue Saint-Séverin*. Jean-Michel Papillon menciona a mudança de nome em seu *Traité historique et pratique de la gravure en bois* (1776) mas não apresenta nenhuma explicação para ela: “O assim chamado Contat, chamado Le Brun, anteriormente um Impressor ou Trabalhador das Letras, sempre trabalhou como gravador em madeira.” Assim, o texto tem um autor identificável e identificado. Isto é razão suficiente para concluir-se, com Darnton, que seu trabalho pertence à “linha de escritos autobiográficos por impressores que vai de Thomas Platter a Thomas Gent, Benjamin Franklin, Nicolas Restif de la

Bretonne, e Charles Manby” (p. 78-?)

Este texto sem nenhum “eu” faz uma curiosa autobiografia. Apresenta um herói chamado Jérôme, que não é imediatamente apresentado (ele aparece somente no fim do capítulo 3) ou continuamente presente e que nunca fala como o sujeito gramatical de uma afirmação, mas é sempre o objeto de descrições. O procedimento seguido no texto é dar uma sucessão de afirmações gerais que, ou são pronunciamentos de supostas verdades universais relativas ao ofício da impressão, ou são descrições do que aconteceu a Jérôme e seus companheiros. Em nenhum caso o sujeito enunciado é claramente enunciado. Isso dá ao texto um tom estranho: o leitor nunca sabe realmente quem está falando, e as várias aventuras que acontecem com o herói são como que neutralizadas, mantidas à distância, e extirpadas de sua realidade pelo uso que o autor faz do presente do indicativo ou do futuro histórico. Nenhuma das marcas usuais de autobiografia pode ser encontrada nesse texto, e seu editor, Giles Barber, nota que não é possível nem “encontrar qualquer motivo preciso para a escrita das *Anedoctes Typographiques*, nem estabelecer o status exato do texto e saber a quem ele foi dirigido”.

Eu gostaria de aventurar-me a apresentar uma hipótese: As *Anedoctes* de Contat pertencem à tradição canônica dos textos que pretendiam revelar ao público os segredos e as práticas, verdadeiras ou supostas, de comunidades profissionais, étnicas ou religiosas em particular. Como em tais textos, Contat apresenta inicialmente as diferenças do mundo que ele pretende descobrir. Para ele, os *enfants de l'imprimerie* constituem “um povo, ou melhor, uma república que vive separada de outras nações” - uma república com suas próprias leis, governo e língua, que o texto está prestes a exibir perante os olhos de todos. É pouco surpreendente encontrarmos os mesmos elementos como na literatura de revelação tal como, por exemplo, trabalhos

publicados desde o final da Idade Média prometendo divulgar os segredos das organizações de falsos mendigos. Primeiro os vários graus de iniciação são relatados, então os diversos tipos de aprendizagem são descritos, e um dicionário traduz termos específicos ao ofício. Ao invés de estar próximo às biografias, então, o texto parece mais com trabalhos que deveriam seu sucesso (às vezes um sucesso acentuado como no caso do *Jargon ou langage de l'Argot reformé*, que descreve a organização monárquica e corporativa do reino dos mendigos e vagabundos) à divulgação dos segredos, reais ou imaginários, de comunidades tidas até certo ponto como misteriosas.

Durante o século XVIII, houve dois gêneros que sopraram nova vida nesse tipo de literatura. Primeiro, as descrições de ofícios. A estas Contat alude diretamente em seu *Avis au lecteur en forme de préface*: “Um dicionário e uma exata descrição dos instrumentos que servem os ofícios acabou de ganhar seus sufrágios, o que deve um retrato fiel dos instrumentos do autor e do conservador da arte [da impressão] produzir e excitar em vocês; daqueles homens que generosamente passam seus dias produzindo para nós bonitas gravuras [que são] o fruto de suas insones?” Um segundo modelo para o trabalho, aquele dos relatos de viagem, é mais implícito. O subtítulo das *Anecdotes typographiques*, “nas quais vê-se descrição dos costumes, hábitos e usos singulares dos trabalhadores impressores”, imita o título de muitos relatos de viagem. Contat joga com esse paralelo para anunciar que ele está prestes a transportar o leitor até um povo isolado, exótico à sua maneira, mas à mão.

Ainda que seja claro que todo o texto está fundado na experiência pessoal e no conhecimento íntimo do ofício de impressor, o trabalho não é primordialmente autobiográfico em sua natureza. Sua intenção anunciada é dupla: “estimular a curiosidade do público” propondo “anedotas”, uma “descrição” e um relato (*une histoire*) de um ofício rico em segredos; e usar

essa publicidade para defender a independência e tradição da comunidade dos impressores, ameaçada, de acordo com o *Avis au lecteur*, pelo governo que, “armado com toda a sua autoridade despótica tentava promover mudanças e desunir os Companheiros”. Isto talvez explique a escolha de um modo particular de discurso que usa as várias anedotas como *exempla* carregados com a encarnação de verdades universais. Assim, uma descrição do ofício da impressão que torna pública e defende a profissão é permeado por elementos narrativos, agrupados em torno do personagem Jérôme, que dramatiza a vida de sua comunidade e vivifica o texto com contos anedóticos.

Eu não quero dizer com este julgamento que as *Anedoctes* não têm nenhuma relação com a realidade social ou que o que elas relatam é pura ficção. Minha interpretação do texto deveria levar-nos a levantar questões, contudo, quanto à função *discursiva* atribuída a cada anedota ou episódio e a evitar conclusões precipitadas quanto à sua “realidade”. O massacre de gatos é um dos *exempla* que ilustra as peças que os fracos pregam nos fortes e a vingança dos espertalhões contra aqueles que os atormentam. Nisso, ele se assemelha ao esquema dos contos populares franceses que celebram os truques e a genialidade dos humildes voltada contra os mestres. O massacre aconteceu algum dia? Provavelmente. Aconteceu como Contat o descreve? Não podemos saber e nunca saberemos. Mas é claro que para nós ele continua a ser um massacre por escrito. Assim, precisamos acima de tudo decifrar sua função no texto.

Mas, alguém pode objetar, que diferença faz se as manipulações simbólicas caem na categoria de atos que realmente aconteceram ou naquela da escrita imaginária? Não é a mesma hostilidade contra o Mestre expressa em ambos os casos? Ele não é atacado da mesma forma, usando um animal e usando a paródia, ambas carregadas com significados simbólicos? A objeção é válida, mesmo que, como é óbvio, os efeitos sociais

de um ato coletivo ou de uma invenção individual não sejam os mesmos. Ela nos compele a voltar para o detalhe da narração propriamente dita. Darnton a vê em três “temas cerimoniais e simbólicos” que transformam a cena em caça às bruxas (com a mulher do impressor como feiticeira), um charivari e um julgamento de farsa carnavalesca (p. 96-98). Para ele, a presença do “tema da feitiçaria” é atestado pela escolha do texto de palavras em expressões como *des chats endiablés font toute la nuit sabbat* (“alguns gatos endiabrados celebram um sabá a noite toda”); *le lendemain Monsieur Leveillé tait son saldoast et passersit, pour sourcier si on me le connaissait pas* (“Leveillé encena um sabá na noite seguinte. Se não o conhecesse, ficaria-se-ia convencido de que ele era um feiticeiro”); ou *il est décidé que ces sont des chats envoyés, que l’on a jeté quelque sort* (“Espalhou-se que havia um feitiço, e que os gatos eram agentes de algum feiticeiro”). Todo o problema aqui é discernir a carga semântica desse vocabulário de feiticeiras dentro da cultura dos artesãos parisienses do início do século XVIII. É impensável que tais termos tivessem perdido muito de sua força original e se tornado um vocabulário neutralizado e enfraquecido que não implicava mais necessariamente nas imagens ou idéias que carregavam um século antes? Vejamos Furetière novamente: Sabbat “diz-se por extensão de um grande ruído, de gritos tais como se imagina aconteça num sabá. Lá estão os gatos, começando seus sabás nas sarjetas”. Portanto, a palavra teve que passar por alguma distância desde seu primeiro referente, passando, como dizem os lingüistas, da denotação à simples conotação. Contat atesta para isso quando ele chama a cozinheira que maltratava os aprendizes e trabalhadores de *diable incarné habilé en femme* (“diabo encarnado vestido de mulher”). Devemos necessariamente concluir que quando ele fala dela nestes termos ele realmente considera que a cozinheira é uma feiticeira como o século XVII compreendia o termo? Semelhantemente, a alusão a um feitiço lançado, do qual o padre

da paróquia tem conhecimento, não parece evidência suficiente sobre a qual concluir que o massacre de gatos foi ordenado pelo Senhor como um substituto a um exorcismo, nem que a Senhora é acusada de ser uma feiticeira. As palavras são tão móveis quanto os símbolos e são carregadas de significados em graus diferenciados. Não é absolutamente certo que o uso de termos tomados do vocabulário da feitiçaria despertava as mesmas associações entre os impressores parisienses como cem anos antes na cultura compositiva.

O massacre é um charivari? Darnton acha que sim, baseado nas alusões a relações entre a mulher do mestre impressor e o jovem abade que é tutor de seus filhos. O mestre é, portanto, traído, “assim, a festividade dos trabalhadores toma a forma de um charivari” (p. 97). Mas este é um termo legítimo para uma “festividade” na qual nenhum dos elementos que caracterizam o charivari está presente? Voltando a Furetère: “*Charivari*: confusão ruidosa que as pessoas comuns fazem com panelas, bacias e potes para manifestar ofensa a alguém. Faz-se charivaris para ridicularizar pessoas de idade muito desigual que se casam”. O massacre da *rue Saint-Séverine* dificilmente corresponde a esta definição, seja na forma (não houve nenhuma parada e nenhum dos ruídos comuns ao charivari), seja em sua suposta motivação, já que o adultério normalmente não incitava charivaris, que escarneciam de viúvas em segundo casamento ou de maridos censurados. A alusão à infidelidade da esposa do mestre quando ela engana seu marido com o jovem abade provavelmente tem outra função no texto. Quando a ligamos com uma outra intriga entre Marion, a filha do impressor, e um abade de Saint-Germain l’Auxerrois, acrescenta um toque de brincadeira e entretenimento de sátira anticlerical à narração.

Terminando a série, o julgamento paródico dos gatos que povoam o massacre pode ser totalmente ligado a festividades carnavalescas? A execução do *Mardi Gras* incluía um elemento

essencial que está ausente aqui: o fogo no qual a esfinge do carnaval é queimada. Na *rue Saint-Séverin* não há nenhuma pira ou carvão em brasa, somente gatos enforcados - o que está muito longe, tanto do ritual carnavalesco como do típico uso festivo dos gatos, no qual (por exemplo, nas festividades da noite de São João) estes são jogados no fogo. A paródia de julgamento, como Darnton indica, ecoa uma forma cultural comum entre os trabalhadores e práticos tipográficos, por exemplo, na Festa de São Martin. Não há, portanto, nenhuma razão para vê-la como um rito estritamente carnavalesco. O massacre, como Contat o descreve, não é, portanto, fácil de incluir nas categorias clássicas dos folcloristas, e talvez seja mais prudente tentar conformá-lo com as formas canônicas da cultura festiva do carnaval ou do charivari. Quando eles acabam com os gatos, particularmente a gata de estimação da patroa, os *compagnons* fazem uma clara afirmação de sua animosidade contra aqueles que os usam mal. Eles fazem isso impondo sua violência sobre os animais que melhor representam simbolicamente (no sentido dado acima) o domicílio e a senhora da casa. Mas ainda que seja provável que a cultura artesã urbana atribuía aos gatos o significado que é manipulado na narrativa e na cerimônia macabra (se ela de fato aconteceu), é mais duvidoso que esta cultura estivesse realmente jogando com todo o repertório dos motivos diabólicos e carnavalescos que Darnton lhe atribui. Isto seria supor que a ação coletiva que ocorre na *rue Saint-Séverine* carrega consigo todo um completo conjunto de crenças, ritos e comportamentos difícil de imaginarmos habitar simultaneamente nas mentes dos trabalhadores da impressão do século XVIII.

Esta análise do texto de Contat - que é em si própria aberta à disputa - teve a intenção de apontar somente três exigências inelutáveis sobre qualquer um que se proponha a decifrar o sistema simbólico que permeia um texto: primeiro, tomar o texto como um texto e tentar determinar suas intenções, suas estratégias e os efeitos produzidos por seu discurso; a seguir,

evitar supor um valor estável e completo em suas escolhas lexicais, mas, ao contrário, levar em conta a investidura ou desinvestidura semântica de seus termos; finalmente, definir as instâncias do comportamento e os rituais presentes no texto com base no modo específico no qual eles foram reunidos ou produzidos pela invenção original, ao invés de categorizá-las com base nas semelhanças remotas a formas codificadas dentro do repertório da cultura popular ocidental. Se mantivermos essas injunções em mente poderemos medir o risco envolvido em uma comparação lingüística que designa como um "idioma geral" o sistema simbólico de uma certa cultura e como afirmações particulares os usos localizados variando de um dado conjunto de circunstâncias a outro. Não é uma tarefa simples para o historiador situar a afirmação com relação ao idioma ou medir a distância, a quantidade de "encenação", que existe entre as formas consideradas como características de uma cultura e as ações e falas - escritas ou orais - individuais que ele encontra à sua frente. Precisamos de uma verificação rigorosa dos signos considerados como indícios claros e certos de modos de pensar e sentir, e precisamos de uma descrição explícita por meio da qual um evento singular seja aceito como revelador de uma totalidade. Neste sentido, o livro Darnton, e em particular o ensaio sobre os gatos massacrados, traz uma adição bem vinda à atual reflexão sobre a natureza e o status da evidência histórica e a relação entre o excepcional e o normal, ou, como escreve Edoardo Grendi, "o normalmente excepcional".⁸

Esta discussão do livro de Robert Darnton talvez seja um modo bizarro de fazer justiça a seus talentos. Seu livro não é uma obra de teoria ou epistemologia mas, como é o hábito de Darnton, um trabalho no qual a sociedade da França do Antigo Regime salta à vida, no qual homens e mulheres de 300 anos atrás tornam-se seres de carne e osso que pensam e sofrem, choram e riem. Nenhum leitor, a menos que ele seja de uma natureza biliosa ou exageradamente crítica, pode possivelmente

resistir a essa sensível e sutil busca por uma humanidade perdida. Mas, ao mesmo tempo, o livro também pretende ser uma “defesa e ilustração” de um novo modo de conceber-se e escrever sobre a história cultural. Por essa razão, espero que eu seja perdoado por desviar-me por um momento do quadro sedutor que Darnton pinta para um inevitável incômodo de uma discussão de conceitos e métodos.

NOTAS DE REFERÊNCIA

* Texto publicado originalmente no *Journal of Modern History* 57 (1985): 682-95. Tradução de Cláudio DeNipoti. Este artigo constitui-se numa crítica de Chartier ao artigo “História e antropologia”, de R. Darton, publicado originalmente no *Journal of Modern History* 58 (1986): 218-24 e publicado no Brasil no livro de Darton, *O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução*. São Paulo : Cia das Letras, 1990, p.284-303.

1 DARNTON, Robert. *The great cat massacre and other episodes in French cultural History*. New York: Basic Books, 1984. Traduzido como *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro : Graal, 1986. As referências de páginas no texto referem-se à edição americana.

2 DARNTON, Robert. “Intellectual history and cultural history”. In: KAMMEN, M., org. *The past before us; contemporary writings in the United States*. New York: Ithaca, 1980. p. 327-54. esp. p. 346.

3 CHAUNU, Pierre. “Un nouveau champ pour l’histoire sérielle; le quantitatif au troisième niveau”. In: BRAUDEL, Fernand. *Mélanges in l’honneur*. Toulouse: s.n. 1973. v. 1, p. 105-25.

4 DARNTON, “Intellectual and cultural history”... p. 347.

5 GEERTZ, Clifford. *The interpretation of cultures*. New York: s.n., 1973

6 Um eco dessas reavaliações críticas da história das mentalidades, serial e não serial, pode ser encontrado em CHARTIER, Roger, “Intellectual history or sociocultural history? The French trajectories.” In: LA CAPRA, E. e KAPLAN, S.L. orgs. *Modern european intellectual history; reappraisals and new perspectives*. New York: Ithaca, 1982, p. 13-46, e CHARTIER, R. “Culture as appropriation: popular cultural uses in Popular cultural uses INE EARLY modern Fance” in: KAPLAN, S. org. *Understanding popular culture; Europe from the middle ages to the nineteenth century*. Berlin: s./ed., 1984, p. 229-53.

7 Esse texto foi publicado, com introdução e notas, por G. Barber na *Oxford Bibliographical Society Publications*, vol. 20, em 1980.

8 GINZBURG, Carlo. “Signes, traces, pistes; racines d’un paradigme de Pindice”. *Le Débat* 6 (1980): 3-44; ____ e PONI, C. “La micro-histoire”. *Le Débat* 17 (1981): 133-36.

DIFICULDADES COM O COTIDIANO*

Klaus Tenfelde

Professor na Universidade de Munique/RFA.

RESUMO

O artigo analisa, a partir principalmente da produção científica e do mercado editorial alemão, as implicações atuais da temática do cotidiano na historiografia. Discute a fragilidade do conceito, bem como as diversas possibilidades de tratamento, a partir de uma história vista "de baixo": movimento operário, história local, história da família, história da mulher, etc. De modo geral, o texto inscreve-se no debate sobre a crise dos paradigmas da história.

Pontualmente para o período das compras natalinas de 1983 surgiu no mercado livreiro da República Federal da Alemanha um novo produto no *boom* historiográfico: uma *República do Socialismo* dos "Marx-Brothers" como promete o título, uma história daqueles 150 anos que - como promete o subtítulo - "abalaram o capitalismo e desopilaram o fígado".¹

Não se trata aqui de entrar na discussão em torno dos prós e dos contras de uma história com humor - convém registrar: o livro tem passagens muito bem escritas. Também não quero discutir se o conhecimento histórico, como aparece neste livro, é adequadamente apresentado, quando, por exemplo, Fourier aparece como a "versão pornô do marxismo".² O livro, naturalmente, também tem pouco em comum com uma tentativa de trazer a história para o nível do cotidiano. Este é sobretudo um problema de avaliação do mercado livreiro, um problema das editoras e dos seus pareceristas, um problema das estratégias

de mercado. O citado livro é divulgado num grande prospecto colorido (juntamente com uma obra sobre lanchas torpedeiras e uma outra sobre amor e ódio na relação pai-filha) como uma “abordagem do tema numa forma literária agradável” (que a editora certamente não considera fundamental) e com ele o pai-APO* ** e o filho-*punk* podem alegrar-se mutuamente. Pode ser adquirido nas livrarias de estações ferroviárias por preços razoáveis.

História do cotidiano agrada mais aos pareceristas de editoras do que o prato mais indigesto da análise histórica. Cotidiano como elixir estomacal fomenta as vendas. A tendência pode ser observada de alguns anos para cá e ainda não é possível enxergar onde chegaremos. Sobretudo o período nazista é muito fértil em cotidiano. Independente do conteúdo dos livros, podemos observar nos títulos das capas um tom que entrementes se tornou mais ou menos monótono - é só pensar no “cotidiano marrom”, no “cotidiano mortal”, no “cotidiano de guerra” e no “cotidiano dos deserdados”, no “exílio cotidiano” e nos muitos cotidianos locais, enfim no “mundo do cotidiano” que serve para todas as épocas.³ “Realidade vivida” (*Lebenswirklichkeit*) é um outro destes conceitos; sob esta rubrica uma renomada casa editora anuncia a pesquisa muito bem documentada de Willi A. Boelcke sobre *A economia alemã, 1930- 1945*. Por sinal esta editora há um bom tempo está apresentando seus catálogos semestrais sob forma bem determinada de concepção da história, onde se destaca a história “verdadeira”, vivenciada, “palpável”.⁴ A informação vinda do distante mundo dos nazistas deve ser a mais plástica possível, ela deve conter menos análise do que terror, o qual mais recentemente é ampliado com o terror dos bombardeiros, das ruínas; é isto que atinge a pessoa acomodada, é isto que a faz folhear com atenção. Não há dúvida de que a “fotografia social-documentária”⁵ constitui uma contribuição séria para a investigação de fontes e os volumes fotográficos ultimamente publicados são coleções respeitáveis, mesmo no

que tange ao século XIX os limites serão atingidos em breve.⁶ Mas este é um aspecto que interessa em primeiro lugar aos autores e menos às editoras, as quais estão muito mais interessadas na ilustração concreta, no consumidor de livros apressado e com poucas capacidades de concentração - afinal este é seu negócio. “História para pegar na mão” também são - e aí há efetivamente uma desopilação do fígado - as “memórias do avô vermelho” na editora Fischer.⁷

Preferencialmente a história do cotidiano - e esta observação já vai além das tendências determinadas pelo mercado livreiro - é uma história da fraqueza e dos fracos nas suas relações. Isto vale para o cotidiano dos trabalhadores, das mulheres, das crianças, dos grupos marginais dentro da sociedade, incluindo-se aí o “cotidiano noturno” das prostitutas de Paris.⁸ As publicações sobre o cotidiano dos trabalhadores são entretantes tão numerosas que é temerário começar a citar - felizmente as citações são um pouco facilitadas pelo fato de que, além dos volumes de memórias, de relatos e de fotografias, a coletânea se transformou aparentemente no meio mais adequado para tratar do cotidiano.⁹

II

Provavelmente os analistas entre os historiadores, sobretudo os “historiadores das estruturas”, são os menos responsáveis pelo surgimento da nova procura pela história na forma de gincanas e grandes exposições, também sobre o cotidiano e sobre cultura operária; da mesma forma os historiadores do cotidiano - se fosse possível delimitar um tal grupo - não podem ser responsabilizados pelos excessos do mercado. Mas a nova procura pela história e o interesse pelo cotidiano histórico apresentam, por mais heterogêneas que sejam as correntes que aí confluem, alguns aspectos comuns, mesmo que sejam no sentido geral de que um crescente interesse

histórico por determinados assuntos da história em geral reflete reorientações nos valores juntamente com as necessidades de sua legitimação. Descobrir o mundo bem diferente dos antepassados e sua situação constrangedora como parte da própria história pessoal, demonstrar curiosidade por “vestígios”, “escavar no lugar em que se está parado”, sim, escavar literalmente na miséria e no esforço dos ancestrais, desencavar os locais do seu agir bem como descobrir as raízes dos seus sentimentos e dos sentimentos em geral, um contramundo do qual se espera ajuda¹⁰ - estas são expressões simbólicas de uma sensação de vida na qual converge a impotência de ontem com as dúvidas de hoje. Descobrir o “mundo do cotidiano” como um contramundo, como um mundo diferente, mas próprio, altamente subjetivo, e que foi esquecido, soterrado e evitado pelos historiadores profissionais, isto parece refletir algo mais do que uma tendência do mercado livreiro ou uma onda de interesse pela história. Está se delineando uma nova história e um novo interesse pela história. A Oficina de História de Berlim, uma associação devidamente registrada, “não está interessada ‘na’ história em si, como está escrita em manuais e enciclopédias, como é apresentada nas escolas e em discursos festivos, mas na história que é pesquisada e apresentada fora das instituições designadas para tal fim pelo Estado [‘Escave onde estás parado’]”.¹¹ É evidente que historiografia - e não necessariamente a prior - sempre foi cultivada fora de instituições legitimadas pelo Estado. No que tange às instituições oficiais e aos historiadores acadêmicos que nelas trabalham pode-se dizer que entrementes conseguiram desfazer-se dos espíritos que invocavam desde meados dos anos 60 em coro internacional.

Pois, os invocadores de então certamente estariam dispostos hoje a assinar com poucas ressalvas grande parte do programa das oficinas de história.¹² O que este programa apresenta de exigências científicas está há muitos anos incorporado ao programa da história social, a qual enxerga a

“história a partir de baixo” como uma contribuição fundamental para a interpretação da sociedade e da política, e isto não só desde o início da industrialização. A tendência de deixar a política “fora da vida individual” e não estabelecer nenhuma vinculação entre elas constituía no máximo um problema da história social mais antiga. Investigar a história local, regional e de determinados setores da sociedade fez parte do repertório natural da teoria e da prática da história social dos últimos dois decênios, sem que se abandonasse a exigência da mediação com a “macroistória”. No mínimo desde os anos 60 não se cansou de exigir uma “história dos excluídos, dos oprimidos e dos dominados”, dos impotentes, portanto, e hoje constitui parte elementar do método “levar em consideração a perspectiva dos atingidos”, sem que naturalmente esta perspectiva se transformasse no parâmetro de todas as avaliações - isto poderia alimentar, mas não superar a “limitação e a subjetividade” do historiador. História social sempre significou também investigação da “realidade do cotidiano em suas transformações”. E se não existissem as palavras: cotidianos irreais, realidades cotidianas? Afinal, que é (são) “realidade(s) cotidiana(s)”? Também é antiga a exigência de que a história dentro de um Estado democrático deve “fomentar a ação democrática”; talvez se possa discutir sobre as formas, mas creio que até haja consenso quanto à necessidade de uma história aplicável, engajada,¹³ com ajuda da qual se possa intervir nas “disputas políticas e sociais do nosso tempo”. É um programa multicolorido, tão muticolorido quanto as correntes que o apóiam,¹⁴ mas deve ser levado a sério, quando exige, por exemplo, que se “investigue e transmita a história alheia e se supere o eurocentrismo”. Além de outros, há motivos práticos que dificultarão o atingimento deste objetivo; e neste sentido é interessante observar que a Oficina de História de Berlim começou com projetos para reunir documentação alternativa a nível local sobre a tomada do poder pelos nazistas.¹⁵ A coisa é multicolorida - e também um pouco “verde”, o que de forma

nenhuma deve ser entendido como difamatório -; e os próprios historiadores sociais “de ofício” apoiarão as “formas de ação cooperativas e solidárias” com as oficinas de história e também as praticarão em parte, mesmo que o discurso crítico ainda possa demorar.¹⁶ Talvez algumas oficinas de história e muitos historiadores do cotidiano estão pensando não tanto numa nova história, mas muito mais em si mesmos, em sua estranheza frente ao presente e na conseqüente fuga dela para um passado percebido como radicalmente subjetivo, como uma “outra história”, da qual é possível “apropriar-se”, provavelmente para possuí-la. E aí a história do cotidiano transforma-se facilmente em uma ilha para os fugitivos da civilização e isto através de um gesto combativo, numa profunda desconfiança em relação ao *status quo*.

Tudo isto está entrelaçado com muitas outras coisas, apresenta variações graduais e nuances no conteúdo e é preciso excluir naturalmente aqueles que com o cotidiano estão apenas etiquetando seu convencionalismo. A gente está tentado a desconfiar que há uma relação entre a euforia com o cotidiano dos pareceristas das editoras e a nova onda de consumo de história, por um lado e a abordagem radical da história, por outro; recentemente um historiador do cotidiano chegou a invocar até o “espírito da época” (*Zeitgeist*).¹⁷ Daniel Bell, confiante no futuro como sempre, pensa que estamos “diante de uma encruzilhada” - não de uma encruzilhada política, mas cultural: “O esgotamento do modernismo, a aridez da existência comunista, o tédio do individualismo desenfreado, o vazio dos *slogans* políticos monolíticos - tudo isso indica que um longo período está se acabando gradativamente”.¹⁸

III

Existiram formas precursoras de história do cotidiano, mas estas são exemplos quase exóticos. É difícil de

explicar por que Kurt Heinig chamou em 1948 seu curso básico de economia destinado à educação de trabalhadores de *Economia política do cotidiano*.¹⁹ Mais compreensíveis são alguns exemplos da área da cultura operária, tanto no sentido de cultura dos movimentos operários quanto no sentido de uma etnologia operária.²⁰ Algumas descobertas de hoje no que tange à história do nazismo foram antecipadas pelo livro de Weisenborn, e a pesquisa do cotidiano passou a ser praticada com alguma frequência como a história da adesão ou da reação depois da monografia com o estudo local de William S. Allen. Somente “ao nível do cotidiano”, dizia-se, seria possível mostrar em que medida a doutrina e os objetivos nazistas “foram apreendidos, seguidos e desejados pela população - os cidadãos e os membros do partido”.²¹ Mas o grande embalo intracientífico, bem como os impulsos críticos, a história do cotidiano parece ter recebido sobretudo da história operária.

Aqui foi decisivo que só a história operária - como além dela só a história nacional na forma de história social - podia mostrar com que sucesso é possível apresentar correlações entre trabalho assalariado e posição de classe, por um lado, e mudanças no pensamento e no comportamento coletivos, por outro, à mão dos diferentes microcosmos condicionados pelas condições específicas de cada setor de atividades ou de cada local. História operária era história local por excelência e por isso surgiram aí muito cedo esforços para reviver o gênero dos textos comemorativos (*Festschrift*). Era na história operária, que em geral estava muito bem documentada e que podia ser entendida como história da opressão que abria amplos campos de pesquisa: ela podia ser praticada como história das diferentes profissões, empresas e atividades, como história das condições de vida fora da empresa na família, na vizinhança, no bairro, nas associações e comunas, como história das origens geográficas e sociais, enfim como história das condições de socialização proletária e, em sentido mais amplo, como história social da

emancipação e do conflito na constituição organizacional do proletariado. Aqui a história operária se confronta primeiramente com a tradicional história da organização e da ideologia de partidos e associações, mas logo a seguir se vê cada vez mais freqüente diante de campos como a história das famílias, das mulheres, da infância, história da moradia, do associativismo e do lazer, história do protesto e da greve.

Às vezes a história operária omitia a política e apresentava outras áreas não cobertas, já que ela trabalhava quase necessariamente com categorias da história da industrialização, categorias como constituição das classes e sobretudo modernização social, mesmo que isto tenha levado à aceitação apressada da idéia da rápida industrialização na Alemanha e da idéia da “via alemã” com sua disparidade entre modernidade das estruturas econômicas e tradicionalismo político. Isto fez com que se levantassem muitas críticas à perspectiva do progresso aparentemente obrigatória no processo de constituição social e política das classes, da capacidade crescente dos contratantes para regulamentar seus conflitos²² - que seria inerente à ordem social do capitalismo industrial -, críticas às atribuições de direção e regulagem do Estado - críticas justas, na medida em que se pressuponha de forma consciente ou inconsciente um progresso automático. Mas: pode a ciência histórica abrir mão da categoria do progresso? Não se trata muito mais de definir progresso de forma mais correta e adequada, justamente diante de um bem fundamentado ceticismo diante da modernidade”?²³

A perspectiva do progresso há muito tempo foi criticada no debate teórico em torno da modernização.²⁴ E sem dúvida houve além da história operária com suas diferentes orientações²⁵ outros campos de investigação que se desenvolveram de forma autônoma e onde, dentro da ciência, se foi desenvolvendo algo como um interesse pelo cotidiano. A

pesquisa em torno da “cultura popular” sobre os séculos pré-industriais constitui com seu novo conceito de povo em substituição à antiga positivista da cultura dos artesãos e camponeses em destes campos²⁶; outro campo é a pesquisa sobre as famílias, onde inicialmente, sobretudo nos exemplos não-alemães, se encontrava muita e desencorajante demografia histórica, mas de onde se desdobram novos campos de investigação, como a história da infância na forma de história da socialização.²⁷ Setores da história operária se autonomizaram, como lazer e moradia,²⁸ e outros setores antes considerados marginais se transformaram em um tipo de história das síndromes das sociedades - é só pensar na história da doença, da criminalidade, da polícia, dos presídios, da prostituição etc.²⁹ Neste caso vieram a predominar - como já acontecera nas pesquisas sobre cultura popular - abordagens da antropologia cultural, para o que contribuíram, entre outras, pesquisas da nova etnologia sobre o cotidiano de aldeias durante o processo de industrialização.³⁰ Impulsos extracientíficos tiveram certamente influência muito considerável sobre a orientação em direção a um conhecimento mais detalhado do cotidiano na pesquisa em torno do nazismo, mas também neste caso desdobramentos intracientíficos como o projeto “Baviera no período nazista” exerceram um papel muito importante,³¹ da mesma forma como o estudo da “tradição oral” foi reativado a tempo de participar deste processo.³² Abria-se aí um amplo campo de trabalho para iniciativas de história local, onde na história da mulher, por exemplo, se misturavam interesses muito específicos.³³ Com isto surgiram de forma mais ou menos espontânea grupos de trabalho interessados em história; houve esforços para encontrar formas de representação alternativa da história (além da palavra escrita), foram ouvidas e coletadas memórias, promovidas exposições, e tudo isto foi muitas vezes feito com grande esforço e sucesso.³⁴ Não se pode esquecer, neste contexto, a importância de algumas secretarias e secretários

municipais de cultura.³⁵

O quadro está incompleto; há sobreposições e descontinuidades. Podemos reconhecer aí variadas motivações, muitos campos de interesse, possibilidades de trabalho e instituições muito diferentes, bem como interesses muito diversificados. Às vezes história do cotidiano exerce aí um papel central, às vezes só secundário, como apenas um aspecto a ser considerado; às vezes o cotidiano representa apenas uma etiqueta, às vezes um grito de guerra contra o *status quo* reinante na corporação dos historiadores, na história e no presente.

IV

O que é o cotidiano? A simples abordagem de um tema que na concepção tradicional pertence ao dia-a-dia ou ao cotidiano já constitui uma história do cotidiano? Também Bismark tinha seu cotidiano de trabalho; mais: seus problemas bem particulares com seguro contra granizo explicam em grande parte seu empenho (frustrado) por uma legislação geral de seguros³⁶ - este é um exemplo da importância da experiência cotidiana para a história, um exemplo no qual a questão da relevância estaria totalmente evidente? Cotidiano parece ser algo mais e algo diferente; história do cotidiano aparentemente pretende ser um procedimento que procura ir além deste tipo de crítica natural de fontes. As dificuldades com o cotidiano derivam do conceito de cotidiano.

Existem muitas reflexões críticas sobre a história do cotidiano,³⁷ mas existem muito poucas análises centradas no conceito. Talvez a enxurrada conceitual nos tenha exigido demais neste campo. Começou com a inflação (e renascimento) dos conceitos de cultura e das culturas e ficou ainda mais confuso com a necessidade que os pareceristas das editoras tinham por palavras-símbolo. Realidades de vida, mundos de vida e do

cotidiano, espaços de vida, experiências de vida, culturas populares, cotidianas, operárias, industriais, mundos do cotidiano - a simples necessidade de utilizar palavras compostas por si é suspeita, sobretudo quando uma parte já possui uma infinidade de definições e o acréscimo de outra apenas aumenta a indefinição. Se vejo bem, “cultura industrial”,³⁸ por exemplo, era utilizada muito antes do projeto de Nürnberg, entre outros pela historiografia social católica,³⁹ mas também para designar arte industrial,⁴⁰ sem que na reutilização mais recente do termo se fizesse muito mais do que uma definição superficial.⁴¹ No caso da cultura operária os determinantes derivados da estratificação e da posição de classe parecem ter facilitado um consenso quanto à necessidade de uma consideração conjunta de fenômenos materiais e imateriais, trabalhistas, familiares, residenciais-associativas, político-organizacionais,⁴² mesmo que também neste caso o comportamento normal, o surgimento e a importância de hábitos e as atitudes cristalizadas exerçam um papel central. Grandes problemas para a história do cotidiano são causados pelo conceito de vivência (Erfahrung), porque o comportamento subjetivo que ele contém sugere ou facilita uma identificação associativa entre vivências históricas e vivências contemporâneas ou até tende a interpretar erroneamente a história como um mundo de vivências. A história não se esgota na soma das vivências ou até de um indivíduo só, nem o conjunto das vivências de indivíduos, grupos e classes é determinado exclusivamente pela história. Mais ou menos o mesmo problema temos no caso das realidades de vida, dos mundos de vida, das vivências de vida, mesmo que aí transpareça uma perspectiva com algum valor epistemológico: a concentração em mudanças das condições de socialização nas transformações intra e intergeracionais. Por fim, temos o próprio cotidiano, que infelizmente ainda pode significar tudo, que foge a todos os esforços de definição - isto se abstrairmos de simples delimitações geográficas e temporais -, mas é utilizado e necessário no uso

lingüístico normal. Já quem equipara o cotidiano como normal, o banal, o evidente e usual, chove no molhado, e o cotidiano histórico de forma alguma pode ser melhor precisado do que o cotidiano contemporâneo. Mas mesmo assim ele existe, o cotidiano, mas apenas e exclusivamente - como Norbert Elias já observou há anos⁴³ - na contraposição a algo especial. Somente a partir do especial se fundamenta o interesse pelo estudo do não-especial, do diferente, o conhecimento da impotência em vez do poder, das pequenas realidades em vez das grandes. O que é constitutivo e o que explica o cotidiano está fora do cotidiano e este contexto da definição é que transforma a utilização do cotidiano para todo aquele que insiste na precisão dos conceitos como um pré-requisito para o pensamento científico em um problema de escolha entre delimitação e componentes definitórios.⁴⁴ Quem fala do cotidiano sempre está falando, consciente ou inconscientemente, do não-cotidiano. Com a segmentação de um cotidiano quimérico parece que se perde o reconhecimento trivial de que todo fato histórico, todo acontecimento, toda relação entre fatos engloba um significado específico e um ou mais significados cotidianos, e isto decorre da preocupação central em contestar as ações fundamentais, como as do Estado. Que seria do dia de festa sem o cotidiano, o que seria do poder sem a impotência? As deficiências do conceito recomendam que se abra mão dele - ao menos quando esta rubrica pretende englobar um campo de trabalho, um método e um objeto de conhecimento autônomos.

Não é só pelas deficiências do conceito, como já foi indicado, que a infinidade de definições precisa recorrer a palavras compostas que não fomentam a conceitualização histórica. Se o que explica o cotidiano está fora do cotidiano e como tal é relegado a segundo plano, corre-se o risco de buscar interpretações que explicam o que deve ser explicado em si mesmo, colocando aí valores em si.⁴⁵ Esta falta de nitidez abre espaço para identificações extremamente subjetivas, bem como

para conclusões apressadas e tentativas de aplicação da história para o presente. Quanto mais a atenção se concentra no cotidiano, tanto menor se torna a preocupação com a reflexão sobre conceitos, com o ordenamento e a interpretação integrada da realidade. Inversamente: o abandono da conceitualização fomenta a tendência de projetar a interpretação de problemas presentes para o passado. Desta forma o cotidiano se constitui muito facilmente na indiferença e até na oposição ao essencial e isto identifica a posição do historiador, bem como de seu objetos no cotidiano histórico: história do cotidiano como contra-história.⁴⁶

Uma tal contra-história corre o risco de cometer sérias distorções Além disso, é justo levantar dúvidas sobre o papel “democrático” de uma tal história do cotidiano.⁴⁷ A família operária do Império constituía um ambiente da mais pura democracia, de forma que a investigação a seu respeito pudesse fomentar a consciência democrática, ou ela constituía muito antes um reflexo constitucional-patriarcal de sua época?⁴⁸ Um quadro geral do comportamento cotidiano no período nazista, dos anos 1936 a 1940, por exemplo, não deveria necessariamente ir além da investigação do comportamento “desviante” e colocar em primeiro plano a questão das razões da lealdade das massas; este não constituiria o verdadeiro objeto a ser interpretado, aproveitando inclusive a deslealdade casual? É justo permitir que se perca a noção da realidade em função do cotidiano, encobrendo uma avaliação geral com o caso isolado, por mais impressionante que ele seja? E, no mais, é possível apresentar a coisa ao inverso: a normalidade burguesa do cotidiano nazista apesar da ditadura⁴⁹ - o cotidiano permite que se escolha entre conservador e progressista. Outro exemplo: a nova história local com seu objetivo de reconhecer, de redescobrir raízes de existências pessoais determinadas - como é que fica aí a existência dos outros? A história local não exige justamente uma abertura na interpretação e os outros não merecem ser compreendidos

também, mesmo que seja na sua “falsa consciência”?⁵⁰ É possível - e a história da ciência alemã fornece alguns indícios neste sentido - que a interpretação politicamente seletiva no trabalho com a história antes aprofunda fossos e dificulta o trabalho educativo. Uma das chances da ciência histórica está em colaborar na formação da consciência democrática. Para isto é necessária e desejável muita simpatia para com desprivilegiados e oprimidos, pois ela aumenta a consciência e fundamenta alguns valores básicos.

Na segmentação que a pesquisa prática faz de uma cotidianidade em relação ao específico que a constitui abre-se facilmente um abismo: o abismo entre os oprimidos e dominados, de um lado, e as organizações criadas por eles próprios para representá-los, por outro lado.⁵¹ Deve-se registrar que movimentos sociais não podem ser eficientes sem alguma forma de organização e, por outro lado, não há como evitar as conseqüências da alienação (adicional) decorrente da organização⁵² - uma descoberta que não é exatamente muito recente e que é responsável pela sua domesticação, seja por si próprio, seja por outros, que até agora teve ser enfrentada por todos os movimentos. A tendência de apresentar o mundo dos trabalhadores como um mundo próprio, não compreendido pelos sindicatos nem pelos historiadores, aumenta na proporção direta em que se deixar de considerar a especificidade e a autonomia necessária de processos de decisão política. Peter N. Stearns, um dos mais persistentes conclamadores da investigação exaustiva dos espaços de vivência cotidiana dos homens, lamentou recentemente a preocupação quase exclusiva com as coisas anônimas e cotidianas (“the anonymuos and the diurnal”) dentro da história social e a conseqüente exclusão da política - mais ou menos como aquele historiador que afirmava com orgulho poder escrever a história de Illinois sem citar Lincoln.⁵³ *Mutatis mutandis*: uma história dos trabalhadores do Império sem Bismarck, uma história da resistência sem Hitler?

A segmentação de “realidades de vida”, o distanciamento em relação aos esforços intelectuais da demografia histórica, da história econômica, constitucional ou política em geral tem consequências fatais. Como se poderia compreender adequadamente a infância na família operária, se não se descobrissem tendências seculares ou também rupturas bruscas através da análise de dados agregados de longos períodos através dos quais se consegue detectar mudanças do comportamento generacional nas diferentes camadas sociais? Como se conseguiria entender as mudanças no papel da mulher operária sem levar em conta o mercado de trabalho? E, para interpretar os elevados índices de filhos ilegítimos na Baviera do século XIX, não será necessário recorrer ao direito de família que aí vigorava, um fator que teve grande influência indireta sobre os costumes camponeses, mas que não pode ser reconhecido pelo estudo puro e simples destes costumes?

Uma tal segmentação, condicionada pela indefinibilidade do cotidiano, poderia a médio prazo fomentar um historismo situativo que colocasse todo o cotidiano numa relação direta com Deus.⁵⁴ Evitar uma perscrutação questionante, ordenante e tipificante dos objetos do conhecimento sempre significa evitar também a teoria e isto significa, como o classificou Jürgen Kocka recentemente, uma “perda de intelectualidade”⁵⁵. Inclui-se aí uma fuga da questão da relevância, ou seja, a pergunta pelos critérios que tornam significativos os resultados de um estudo do cotidiano e se o investimento feito para pesquisar este ou aquele tema se justifica pelos resultados.

V

A discussão teórica social na histórica dos dois últimos decênios com certeza fez com que muitos leigos interessados em história se sentissem atemorizados, e o mesmo

se pode dizer sobre a muitas vezes altamente abstrata história das estruturas, sobre as difíceis operações estatísticas da história das conjunturas ou das famílias, da demografia histórica e da própria história operária. Nas mãos de muitos historiadores sociais as coisas se tornaram insossas e abstratas e o interesse pelas estruturas e pelas estatística fez com que perdesse o interesse pelo efeito das mesmas, pelo significado do ser-humano sob estas determinantes altamente estilizadas, pela maneira como as pessoas as enfrentavam e procuravam preservar sua individualidade. E muitas vezes a abstração das estruturas e dos conceitos transforma a própria linguagem num jargão especializado, fazendo com que aquele que procurasse algo na história dos desprivilegiados sentisse toda a arrogância dos definidores da verdade científica. Mas na ciência histórica a linguagem do discurso científico não se deve distanciar substancialmente da linguagem da comunicação usual.

E esta é apenas uma das faces da autocrítica. O predomínio das estruturas era tão absoluto que as estruturas familiares soterravam a vida familiar, a estrutura do operariado soterrava a vida operária e a tentativa de explicar o “movimento operário” soterrava comportamentos e aspirações que poderiam relativizar a perspectiva estrutural. Com isto poderia ser bloqueada nos limites da organização formalizada a sensibilidade para formas de percepção de indivíduos e coletividades históricas, sua existência e formas de interação multifacetadas.⁵⁶ Também não foi suficientemente considerado que justamente a partir desta perspectiva pode surgir um critério de avaliação em torno do objetivo e da realidade de dominação e política, em torno do verdadeiro significado de mudanças estruturais sobre a vida dos indivíduos e em torno do efeito de determinados espaços e ritmos sobre as pessoas que neles vivem. Nesta perspectiva há alguns trabalhos convincentes sobre formas de resistência de camponeses,⁵⁷ estudos sobre protesto social, sobretudo⁵⁸ no período 1815-1848, alguns trabalhos sobre

protesto operário⁵⁹ e especialmente investigações locais sobre o nazismo;⁶⁰ outros exemplos são a descoberta da ambivalência na socialização da juventude hitlerista⁶¹ e a ampliação das pesquisas sobre a urbanização, com a inclusão da questão sobre efeitos do espaço construído⁶².

“História de baixo” continua a ter um sentido metodológico, se ela evitar a estreiteza do partidarismo, a sedução das necessidades de identificação voltadas para o passado e muitas vezes subjetivadas, se evitar os perigos da segmentação dos seus objetos de estudo e evitar sobretudo seu superficialismo conceitual. Por “baixo” se deveria pensar preferentemente nos atingidos, e atingidos não são só os trabalhadores, as crianças, as mulheres. Metodologicamente recomenda-se aí uma releitura das tradicionais fontes escritas e além disso, retomar as fontes que até agora foram interpretadas em contextos diferentes e examiná-las em relação ao que dizem sobre formas de pensamento e de comportamento e ampliar as fontes para o terreno dos objetos. Além disso - se vejo bem - em trabalhos mais recentes estão se cristalizando duas tendências interpretativas que permitem incluir a perspectiva dos atingidos numa história social ampliada: a pesquisa histórica do comportamento, da socialização e das mentalidades⁶³ e a antropologia cultural histórica.⁶⁴ Ambas as tendências estudam redes de condicionamentos constitutivos do comportamento e do modo de ser a fim de descobrir a dialética entre atingir e ser atingido; ambas as tendências apreendem sujeitos históricos em sua relativa autonomia de ação, trabalham com postulados teóricos historicamente testáveis, oferecem respostas as sugestões, a sobre relevância da história de baixo e dispõem de conceitos delimitáveis.

Abandonar o conceito de cotidiano na pesquisa não significa combater a perspectiva por ele abordada. Existem inclusive conjeturações que relativizam o próprio abandono do

conceito: o cotidiano possui suas qualidades dialéticas. É inquestionável que o trabalho com a normalidade e a concreticidade histórica desencadeia interesses, curiosidades e até envolvimento que na análise estrutural dificilmente acontecem ou só acontecem no nível controlado da reflexão. As evidências trazidas à luz por aquilo que se chama “cotidiano” na linguagem usual aparentemente fomenta a ação e este caminho para a história não deve ser bloqueado em seus inícios. O cotidiano como um meio de transporte para o conhecimento histórico permite que, independente dos gestos repulsivos, se ature a neurose dos títulos nos livros da assim chamada “história do cotidiano”.

NOTAS DE REFERÊNCIA

* Publicado em *Geschichte und Gesellschaft*, 10(3): 376-394, 1984, sob o título “Schwierigkeiten mit dem Alltag”. Tradução de René E. Gertz. (N.T.).

1 Hoche, K. *Die Marx-Brothers, Eine Geschichte des Sozialismus: 150 Jahre, die den Kapitalismus und das Zwerchfell erschütterten*. Munique, 1983. Algumas das idéias que seguem apresentei em 9.10.1981, durante um encontro do *Institut für Gesellschaft und Wissenschaft* na Universidade de Erlangen-Nürnberg, depois em 13.12.1982, por ocasião de uma conferência no Instituto Histórico da Universidade de Salzburg e, finalmente, em 17.11.1983 em um colóquio do *Institut für Zeitgeschichte* em Munique.

2 Ibid. Título de um capítulo na p. 101. As informações que seguem foram retiradas de um prospecto encartado em um diário de circulação nacional.

*** APO é a abreviatura para “Ausserparlamentarische Opposition” (oposição extraparlamentar), com que se designaram os movimentos contestatórios de 1968. (N.T.).

3 Ruhl, K. J. *Brauner Alltag 1933-1939 in Deutschland*. Düsseldorf, 1981; Güstrow, D. *Tödlicher Alltag - Strafverteidiger im Dritten Reich*. Berlim, 1981; Holmsten, G. *Kriegsalldag 1939-1945 in Deutschland*. Düsseldorf, 1982; vide também Ulrich, V. *Kriegsalldag. Hamburg im Ersten Weltkrieg*. Köln, 1982; Stolten, I. *Das alltägliche Exil. Leben zwischen Hakenkreuz und Währungsreform*. Bonn, 1982; Focke, H./Reimer, U. *Alltag der Entrechteten. Wie die Nazis mit ihren Gegnern umgingen*. Reinbek, 1980. Sobre os cotidianos locais cf., por exemplo, Kiersch, G. et al. *Berliner Alltag im Dritten Reich*. Düsseldorf, 1980. Além disso Maser, W. *Das Regime. Alltag in Deutschland 1933-1945*. Munique, 1983; Grube, F./Richter,

G. *Alltag im Dritten Reich. So lebten die Deutschen 1933-1945*. Hamburgo, 1982.

4 Segundo os catálogos da Editora Droste, Düsseldorf, referente à primavera de 1982 até a primavera de 1984.

5 Ballhaus, W. *Zwischen Weimar und Hitler. Sozialdokumentarische Fotografie, 1930-1933*. Munique, 1981. Cf. também de Graf Sternbock-Fermor *Deutschland von unten. Reise durch die proletarische Provinz*. (original de 1930, reimpresso em Frankfurt em 1980).

6 Cf., entre outros, Glaser, H. (ed.). *Industriekultur in Nürnberg. Eine deutsche Stadt im Maschinenzeitalter*. Munique, 1980; Glaser, H./Pützstück, W. *Ein deutsches Bilderbuch, 1870-1918*. Opladen, 1980; cf. também nota 38. Além disso Ruppert, W. *Die Fabrik. Geschichte von Arbeit und Industrialisierung in Deutschland*. Munique, 1983. Muito interessante: Gebhardt, H. *Franz Haufstaengl. Von der Litographie zur Photographie*. Munique, 1984. Além disso Richter, G. *Die gute alte Zeit im Bild, Alltag im Kaiserreich 1871-1914 in Bildern und Zeugnissen*. Gütersloh, 1974; Bauer, R. *Das alte München - Photographien 1855-1912. Gesammelt von V. Valentin*. Munique, 1982; Stöckle, W. *Deutsche Ansichten - 100 Jahre Zeitgeschichte auf Postkarten*. Munique, 1982. Cf. ainda Bauer, R. *Ruinen-Jahre. Bilder aus dem zerstörten München 1945-1949*. [Munique], 1983.

7 Wüsthoff, C. *Gescnihte zum Anfassen. Erlebnisse und Anekdoten des roten Grossvaters*. Frankfurt, 1980. Deixo de referir, além da onda de fotografias, a dos relatos autobiográficos, especialmente sobre o período nazista.

8 Atwood, J. E. *Nächtlicher Alltag. Meine Begegnungen mit Prostituierten in Paris. Eine fotografische Studie*. Munique, 1981.

9 As coletâneas mais importantes são: Ritter, G. A. (ed.). *Arbeiterkultur*. Königstein, 1979; Kocka, J. (ed.). *Arbeiterkultur im 19. Jahrhundert*, publicado como vol. 1/1979 de *Geschichte und Gesellschaft*; Reulecke, J./Weber, W. (eds.). *Fabrik, Famile und Feierabend. Beiträge zur Sozialgeschichte des Alltags im Industriezeitalter*. Wuppertal, 1978; Huck, G. (ed.). *Sozialgeschichte der Freizeit. Untersuchungen zum Wandel der Alltagskultur in Deutschland*. Wuppertal, 1980; Evans, J. R. (ed.). *The German working class, 1888-1933 The politics of everyday life*. Londres, 1982; Peukert, D. et al. (eds.). *Die Reihen fast geschlossen. Beiträge zur Geschichte des Alltags unter Nationalsozialismus*. Wuppertal, 1981; Haumann, H. (ed.). *Arbeiteralltag in Stadt und Land. Neue Wege der Geschichtsschreibung*. Berlin, 1982; Bergmann, R./Schörken, R. (eds.). *Geschichte im Alltag - Alltag in der Geschichte*. Düsseldorf, 1982. Na etnologia temos: Wiegmann, G. (ed.). *Geschichte der Alltagskultur. Aufgaben und neue Ansätze*. Münster, 1980. Na sociologia cf., entre outros: *Materialien zur Sociologie des Alltags*. Opladen, 1978. com contribuições originais de cf.: Baethge, M./Essbach, W. (eds.). *Soziologie: Entdeckungen im Alltäglichen. Hans Paul Bahrdt. Festschrift zu seinem 65. Geburtstag*. Frankfurt, 1983. Entre as coletâneas pode-se incluir também Kuczynski, J. *Geschichte des deutschen Volkes* (5 vols.). Köln, 1980-1982. Cf. ainda Ruppert (nota 20).

10 Ginzburg, C. "Spurensicherung. Der Jäger entziffert die Fährte, Sherlock Holmes nimmt die Suppe, Freud liest Morelli - die Wissenschaft auf der Suche

nach sich selbst". In: *Freibeuter. Vierteljahreszeit-Schrift für Kultur und Politik*, 1980 (n. 3, pp. 7-16; n. 4, pp. 11-36); Ginzburg, C. *Spurensicherungen. Über verborgene Geschichte Kunst und soziales Gedächtnis*. Berlim, 1983; Lecke, D. (ed.). *Lebensorte: Handbuch Spurensicherung. Skizzen zum Leben, Arbeiten und Lernen in der Provinz*. Kassel, 1983; Fischer, L. "Archäologie der Popularkultur?". In: Fischer, I. et al. *Zur Archäologie der Popularkultur. Eine Dokumentation der Sammlungen von Produkten der Massenkunst, Massensliteratur und Werbung*. Berlim, 1979; Günter, R. "Anschauliche Geschichte einer Industrielandschaft - wozu? Vorarbeit für einen alternativen Reiseführer im Ruhrgebiet". In: Siepmann, E. (ed.). *Kunst und Alltag um 1900*. Giessen, 1978, pp. 311-342. Um texto não muito claro para mim é Weber, W. "Von der 'Industriearchäologie' über das 'industrielle Erbe' zur 'Industriekultur'. Überlegungen zum Thema einer handlungsorientierenden Technikgeschichte". In: Troitzsch, U./Wohlay, G. (eds.). *Technikgeschichte*. Frankfurt, 1980, pp. 420-447. Sobre o movimento "Dig-where-you-stand" do sueco Sven Lindquist cf. os relatórios do congresso da ITH (Linz, setembro de 1980). Sobre a ressonância na imprensa num passado mais recente cf., por exemplo, Schöttler, P. "Historiker auf neuen Pfaden: 'Spurensicherung' im Alltag". In: *Frankfurter Rundschau*, 4.01.1984.

11 Citado de acordo com a circular datada de junho de 1983 que acompanhava um projeto de ficha de levantamento da História local da tomada de poder, 1933.

12 De acordo com a *Frankfurter Rundschau*, 4.01.1984. Este programa é, na verdade, um tipo de lista de palavras-chave, elaborado em um encontro de grupos de História local, em maio de 1983 em Bochum. A respeito do programa da "Oficina de História" cf. também Schöttler, P. "Die Geschichtswerkstatt V. Zu einem Versuch, basisdemokratische Geschichtsiniciativen und - forschungen zu 'vernetzen' ". In: *Geschichte und Gesellschaft*, 1984/3, pp. 421-424.

13 O exemplo está descrito em Samuel, R. "Wahrheit ist parteiisch. Zur Entstehung des 'History Workshop' ". In: *Journal für Geschichte*, 3/1981, pp. 36-38. A respeito das dificuldades com a tomada de partido cf. Althaus, H. J. et al. *Da ist nirgends nichts gewesen ausser hier. Das "rote Mössingen im Generalstreik gegen Hitler. Geschichte eines schwäbischen Arbeiterdorfes*. Berlim, 1982, pp. 9 e segs.

14 Esta é uma dedução minha a partir da ata do encontro da Oficina de História em 12.13.1982 em Göttingen, anexo ao qual há um relatório sobre os preparativos do projeto entrementes desencadeado para uma revista chamada *Geschichtswerkstatt*.

15 Cf. nota 11.

16 A leitura de folhetos e publicações dá uma impressão ambivalente. Nas atas citadas na nota 14 a tentativa de um confronto crítico é inegável; também se procura evitar uma delimitação artificial dos campos de trabalho (pretende-se, por exemplo, pesquisar também sobre setores médios da sociedade; mas as tentativas de estender a pesquisa sobre a resistência antifacista para a anticolonialista fracassaram por falta de interesse). Schöttler (nota 10) defende um aspecto

“pluralista de esquerda” em termos de posturas, mas começa por estabelecer delimitações; assim faz restrições aos sindicatos, que, afinal de contas, apoiaram e apóiam alguns projetos (Hochlarmarck), ou a U. Borsdorf, cujo posicionamento basicamente positivo à História do cotidiano é ignorado e cujas críticas são rechaçadas como blasfêmia, e finalmente a D. Langewiesche e J. Kocka, os quais, sob a etiqueta de “verdes” (como U. Borsdorf), teriam caracterizado a História do cotidiano como “um perigo para o sistema” - o que eles efetivamente não fizeram. Sobre a tendência de retirar-se da discussão científica cf. também o livro Mössingen (nota 13, pp. 9 e seg.).

17 Schöttler (nota 10).

18 Em *Der Monat*, 1983, citado segundo Baring, A. “Zeitschriftenbericht”. In: *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 176, de 02.08.1983, p. 19.

19 Editado em Hamburgo em 1948; existe uma edição dinamarquesa de 1938 e uma sueca de 1941.

20 Cf. algumas indicações em Tenfelde, K. “Anmerkungen zur Arbeiterkultur”. Ruppert, W. (ed.). *Erinnerungsarbeit. Geschichte und demokratische Identität in Deutschland*. Opladen, 1982, pp. 107-134.

21 Heyen, F. H. *Nationalsozialismus und Alltag. Quellen zur Geschichte des Nationalsozialismus vornehmlich im Raum Mainz-Koblenz-Trier*. Boppard, 1967, pp. VII e seg. (introdução). Cf. Weisenborn, G. *Der lautlose Aufstand. Bericht über die Widerstandsbewegung des deutschen Volkes 1933-1945*. Frankfurt, 1974; Allen, W.S. “Das haben wir nicht gewollt!” *Die nationalsozialistische Machtergreifung in einer Kleinstadt 1930-1935*. Gütersloh, 1966; cf. além, disso nota 31.

22 Costas, Z. B. I. “Arbeitskämpfe in der berliner Elektroindustrie 1905 und 1906”. In: Tenfelde, K./Volkman, H. (eds.). *Streik. Zur Geschichte des Arbeitskampfes in Deutschland während der Industrialisierung*. Munique, 1981, pp. 91-107, 104 e seg.; cf. em especial Groh, D. “Intensification of work and industrial conflict in Germany, 1896-1914”. In: *Politics and Society*, 8/1978, pp. 349-397; Volkman, H. (eds.). “Organisation und Konflikt: Gewerkschaften, Arbeitgeberverbände und die Entwicklung des Arbeitskonflikts im späten Kaiserreich”. In: Conze, W./Engelhardt, V. (eds.). *Arbeiter im Industrialisierungsprozess. Herkunft. Lage und Verhalten*. Stuttgart, 1979, pp. 422-438.

23 Moser, J. “Abschied von der ‘Proletarität’. Sozialstruktur und Lage der Arbeiterschaft in der Bundesrepublik in historischer Perspektive”. In: Conze, W./Lepsius, M. R. (eds.). *Sozialgeschichte der Bundesrepublik Deutschland. Beiträge zum Kontinuitätsproblem*. Stuttgart, 1983, pp. 143-186.

24 Assim, por exemplo, em Wehler, H. -U. *Modernisierungstheorie und Geschichte*. Göttingen, 1975, p. 18.

25 Cf. meu relatório - que entrementes exigiria muitos acréscimos - em *Archiv für Sozialgeschichte*, 20/1980, pp. 594-615.

26 Por exemplo: Davis, N. Z. *Society and culture in Narren, Europäische*

Volkskultur in der frühen Neuzeit. Stuttgart, 1981; Muchembled, R. *Kultur des Volkes - Kultur der Eliten*. Stuttgart, 1982; Dülmen, R. van (ed.). *Kultur der einfachen Leute. Bayerisches Volksleben vom 16. bis zum 19. Jahrhundert*. Munique, 1983 Küther, C. *Menschen auf der Strasse. Vagierende Unterschichten in Bayern, Franken und Schwaben in der zweiten Hälfte des 18. Jahrhunderts*. Göttingen, 1983; mais recentemente Dülmen, R. van/Schindler, N. (eds.). *Volkskultur. Zur Wiederentdeckung des vergessenen Alltags (16. -20.-Jh.)*. Frankfurt, 1984.

27 Em vez de referências extensas cf. Schlumbohm, J. "Geschichte der Kindheit - Fragen und Kontroversen". In: *Geschichtsdidaktik*, 8/1983. pp. 305-315, com uma clara tendência para uma história da socialização da infância (cf. nota 63). Publicações recentes sobre a História da família são, entre outras: Bulst, N. et al. (eds.). *Familie zwischen Tradition und Modern. Studien zur Geschichte der Familie in Deutschland und Frankreich vom 16. bis zum 20. Jahrhundert*. Göttingen, 1981; Reif, H. (ed.). *Die Familie in der Geschichte*. Göttingen, 1982; Borscheid, P./Teuteberg, H. J. (eds.). *Ehe, Liebe, Tod. Zum Wandel der Familie, der Geschlechts - und Generationsbeziehungen in der Neuzeit*. Münster, 1983; cf. também nota 48. A contribuição que a estatística pode dar para o conhecimento de cotidiano pode ser vista (além do livro de Spree citado na nota 29) em Imhof, A. E. *Einführung in die historische Demographie*. Munique, 1977; Imhof, A. E. *Die gewonnenen Jahre. Von der Zunahme unserer Lebensspanne seit dreihundert Jahren oder Notwendigkeit einer neuen Einstellung zu leben und Sterben*. Munique, 1981.

28 Cf. nota 9, bem como, entre outros, Niethammer, L. (ed.). *Wohnen im Wandel. Beiträge zur Geschichte des Alltags in der bürgerlichen Gesellschaft*. Wuppertal. 1979.

29 Cf. por exemplo, as publicações de Blasius, D. et al. *Kriminalität und Alltag. Zur Konfliktgeschichte des Alltagslebens im 19. Jahrhundert*. Göttingen, 1978. Além disso, mais recentemente, Trevert, U. *Krankheit als politisches Problem, 1770-1880. Soziale Unterschichten in Preussen zwischen medizinischer Polizei und staatlicher Sozialversicherung*. Göttingen, 1984; Conrad, C./Kondratowitz, H. -J. von (eds.). *Gerontologie und Sozialgeschichte. Wege zu einer historischen Betrachtung des Alters*. Berlim, 1983. A respeito do valor e do significado da estatística nestes campos de trabalho cf. Spree, R. *Soziale Ungleichheit vor Krankheit und Tod*. Göttingen, 1981. Cf. ainda Schulte, R. *Sperrbezirke, Tugendhaftigkeit und Prostitution in der Bürgerlichen Welt*. Frankfurt, 1979. Finalmente cf. nota 8.

30 Como obra genérica cf. Bausinger, H. et al. *Grundzüge der Volkskunde*. Darmstadt, 1978, pp. 81 e segs.. Em vez da citação de um grande número de estudos sobre aldeias cf. Scharfe, M. "Towards a cultural history: notes on contemporary Volkskunde (folklore) in German-speaking countries". In: *Social History*, 4/1979, pp. 333-343. Sobre a Etnografia marxista cf. *Deutsches Jahrbuch für Volkskunde und Kulturgeschichte*, além, de Rach, H. -J./Weissel, B. *Bauern und Landarbeiter im Kapitalismus in der Magdeburger Börde. Zur Geschichte des dörflichen Alltags vom Ausgang des 18. bis zum Beginn des 20. Jahrhunderts*. Berlim, 1982; Plaul, H. *Landarbeiterleben im 19. Jahrhundert*. Berlim, 1979. Ou ainda: Berdahl, A. et al. *Klassen und Kultur. Sozialanthropologische Perspektiven in der*

Geschichtsschreibung. Frankfurt, 1982; Medick, H. "Messionare im Ruderboot"? Ethnologische Erkenntnisweisen als Herausforderung an die Sozialgeschichte". In: *Geschichte und Gesellschaft*, 3/1984, pp. 295-319.

31 Cf. nota 21, bem como Broszat, M. et al. (eds.). *Bayern in der NS-Zeit* (6 vols.). Munique, 1976-1983; também Floss, K. "Die Beschäftigung mit dem 'Alltag im Nationalsozialismus' ". In: *Geschichtsdidaktik*, 7/1982, pp.111-118.

32 Niethammer, L. (ed.) . *Lebenserfahrung und kollektives Gedächtnis*. Frankfurt, 1980 (com resumo de um projeto sobre "Oral History"); Niethammer, L. "Die Jahre weiss man nicht, wo man die heute hinsetzen soll". *Faschismuserfahrung im Ruhrgebiet*. Berlim, 1983; Niethammer, L. (ed.). "Hinterher merkt man, dass es richtig war, dass es schief gegangen ist". *Nachkriegserfahrungen im Ruhrgebiet*. Berlim, 1983; cf. Bajohr, St. "Oral History - Forschungen zum Arbeiteralltag". In: *Das Argument*, 123/1980, pp. 667-676.

33 Só quero fazer referência a algumas publicações mais recentes sobre a História das empregadas domésticas: Gerhard, U. *Verhältnisse und Verhinderungen. Frauenarbeit, Familie und Rechte der Frauen im 19. Jahrhundert*. Frankfurt, 1978; Müller, H. *Dienstbare Geister. Leben und Arbeitswelt städtischer Dienstmädchen*. Berlim, 1981; Schulte, R. "Dienstmädchen im herrschaftlichen Haushalt. Zu ihrer Sozialpsychologie". In: *Zeitschrift für bayerrische Landesgeschichte*, 41/1978, pp.879-920; Wierling, D. "Von Mädchen zum Dienstmädchen. Kindliche Sozialisation und Beruf im Kaiserreich". In: Bergmann/Schörken (eds.), op. cit., pp. 57-87; id. " 'Ich hab meine Arbeit gemacht - was wollte sie mehr?' Dienstmädchen im städtischen Haushalt der Jahrhundertwende". In: Hausen, K. (ed.) . *Frauen suchen ihre Geschichte. Historische Studien zum 19. und 20. Jahrhundert*. Munique, 1983, pp. 144-171; sobre o trabalho doméstico cf. Bock, G./Duden, B. "Arbeit aus Liebe - Liebe aus Arbeit. Zur Entstehung der Hauserbeit im Kapitalismus". In: *Frauen und Wissenschaft. Beiträge zur Berliner Sommeruniversität der Frauen*. Berlim, 1977, pp. 118-199.

34 O melhor exemplo: Hochlarmarker Lesebuch. *Kohle war nicht alles. 100 Jahre Ruhrgebietsgeschichte*. Oberhausen, 1981.

35 Cf., por exemplo, Ruppert, W. "Industriekultur in Deutschland. Das Beispiel der Region Nürnberg". In: *Aus Politik und Zeitgeschichte*, 9/1982, pp. 3-11. Cf. ainda as obras de Glaser citadas na nota 6.

36 Pflanze, O. " 'Sammlungspolitik'. 1875-1886. Kritische Bemerkungen zu einem Modell". In: Pflanze, O./Müller-Luckner, E. (eds.). *Innenpolitische Probleme des Bismarck-Reiches*. Munique, 1983, pp. 155-193, em especial pp. 168 e seg.

37 Niethamer, L. "Anmerkungen zur Alltagsgeschichte". In: *Geschichtsdidaktik*, 5/1980, pp. 231-242; Mainmann, H. "Bemerkungen zu einer Geschichte des Arbeiteralltags". In: Botz, G. et al. (eds.). *Bewegung und Klasse, Studien zur österreichischen Arbeitergeschichte*. Viena, 1978, pp. 599-628; Kocka, J. "Klassen oder Kultur. Durchbruch und Sackgassen in der Arbeitergeschichte". In: *Merkur*, 36/1982, pp. 955-965; além disso Broszat, M. *ibid.*, pp. 1244-1268; Peukert, D. "Arbeiteralltag - Mode oder Methode?". In: Haumann (ed.), op. cit.,

pp. 8-36; Wehler, H. -U. “Neoromantik und Pseudorealismus in der neuen ‘Alltagsgeschichte’ “. In: Wehler, H. -U. *Preussen ist wieder chic*. Frankfurt, 1983, pp. 99-106; Schörken, R. *Geschichte in der Alltagswelt*. Stuttgart, 1981; Borscheid, P. “Pläydoyer für eine Geschichte des Alltäglichen”. Borscheid/Teuteberg (eds.), op. cit., pp. 1-14 (a respeito cf. nota 44). Cf. além disso as introduções às coletâneas citadas na nota 9, bem como a bibliografia do cotidiano da área da Sociologia, que relego aqui conscientemente a um segundo plano: Albrecht, R. “Alltagsleben - Variationen über einen neuen Forschungsbereich”. In: *Neue Politische Literatur*, 26/1981, pp. 1-12.

38 Cf. o volume fotográfico *Industriekultur* citado na nota 6, bem como Glaser, H. “Industriekultur und demokratische Identität”. In: *Aus Politik und Zeitgeschichte*, 41-42/1981, de 10.10.1981, pp. 3-46; Glaser H. *Maschinenwelt und Alltagsleben. Industriekultur in Deutschland vom Biedermeier bis zur Weimarer Republik*. Frankfurt, 1981.

39 Brockenmüller/SJ, K. *Industriekultur und Religion*. Frankfurt, 1964, pp. 19, 39.

40 Buddensieg, T. et al. *Industriekultur. Peter Bahrens und die AEG, 1907-1914*. Berlim, 1979.

41 Ruppert (nota 35), p. 9: “As formas culturais que se constituem com o desenvolvimento do processo de industrialização serão denominadas ‘cultura industrial’ (Industriekultur).”

42 Cf. o relatório de D. Kramer publicado em Fielhauer, H./Blockhorn, O. (eds.). *Die andere Kultur. Volkskunde, Sozialwissenschaften und Arbeiterkultur*. Viena, 1982, pp. 61-74.

43 A respeito do conceito do “cotidiano” cf. *Materialien zur Soziologie des Alltags*, pp. 2-29. Numa perspectiva mais cética em *Hochlarmarker Lesebuch*, p. 333.

44 Em seu texto mais importante - que destaca em parte as minhas críticas - Borscheid (nota 37) se concentra nas tentativas de definir o cotidiano. Cabe destacar que Borscheid procura definir primeiramente “não-cotidiano” (pp. 7 e seg.): “Como ação não-cotidiana apareceria tudo aquilo que é executado uma vez só e não de forma repetitiva ou que não serve à reprodução individual, mas sim social”. Pensamento e ação repetitivos e a decorrente estabilidade transformaram-se “em uma característica decisiva do cotidiano”, o qual Borscheid vê determinado por três “áreas de objetivação”: as coisas (sobretudo o trabalho), os costumes e a língua. Pessoalmente vejo estas áreas de objetivação também presentes no não-cotidiano, além de se sobrepor e por isso serem de difícil delimitação. Além disso localizam-se em níveis diferentes e se manifestam de forma variada (sentimento? comunicação não-verbal?). A importância que Borscheid atribui à historiografia dos *Annales* não posso aceitar neste contexto: a História estrutural da “longue-durée” ficou restrita principalmente ao mundo pré-industrial e em especial à demografia. Borscheid considera necessários na mesma medida “o conhecimento e a emoção” para uma boa História do cotidiano e critica a “História Social” que “quer captar tudo através de conceitos e números”, enquanto o leitor quer “identificar-se com as pessoas

descritas”. A emoção é objeto da historiografia, mas não um método, pois como tal torna difícil a repetição e a intercambiabilidade do conhecimento; da mesma forma a necessidade de identificação dos consumidores de História deveria transformar-se em parâmetro para a problematização e as formas de apresentação, o que também traria sérios problemas para as possibilidades de conhecimento (cf. também P. Steinbach em *Das Parlament*, 50, de 17.12.1983, p. 15: “História do cotidiano nunca pode ser apenas História para a formação de identidade - seja em sentido negativo ou positivo”). Concordo, porém, com a crítica em seu sentido mais geral, quando enxergo nela um apelo em favor de formas legíveis de apresentação.

45 Cf. a introdução do editor em Puls, D. *Wahnehmungsformen und Protestverhalten. Studien zur Lage der Unterschichten im 18. und 19. Jahrhundert*. Frankfurt, 1979, pp. 7-9 (em contraposição cf. de forma exata e ampla id. ib., pp. 175 e segs.); Henkel, M./Taubert, R. *Maschinenstürmer. Ein Kapitel aus der Sozialgeschichte des technischen Fortschritts*. Frankfurt, 1979, p. 30 (para uma crítica cf. U. Engelhardt em *Archiv für Sozialgeschichte*, 21/1981, pp. 691-694). Um exemplo de enfoque histórico subjetivador como impulso para a ocupação com determinado tema cf. na introdução de Stolle, U. *Arbeiterpolitik im Betrieb. Frauen und Männer, Reformisten und Radikale, Fach - und Massenarbeiter bei Bayer, Basf, Bosch, und in Solingen (1900-1933)*. Frankfurt, 1980, pp. 2 e seg. Finalmente cf. Lucas, E. *Vom Scheitern der deutschen Arbeiterbewegung*. Frankfurt, 1983, pp. 12, 179, 187: “Religião e socialismo ‘científico’ - estas duas estrelas da minha vida desapareceram em definitivo”. “Eu sonho - neste sentido sou religioso - de um mundo de paz, alegria e de justiça. E este sonho me liga a muitas pessoas. Mas sou contra padres que o administrem.”

46 Também Borscheid (pp. 44 e segs.) se volta de forma decidida contra isto.

47 Esta intenção constitui o consenso mínimo em termos políticos dentro das Oficinas de História (cf. nota 14). Cf., porém também Niethammer, “Anmerkungen zur Alltagsgeschichte”.

48 Cf. Saul, K. et al. (eds.) *Arbeiterfamilien im Kaiserreich. Materialien zur Sozialgeschichte in Deutschland, 1871-1914*. Düsseldorf, 1982 (sobre a perspectiva da História do cotidiano, p. 2).

49 Cf. Fromme, F. K. “50 Jahre danach - Rückblick auf den Alltag”. In: *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 35, de 11.2.1983, p. 11: As retrospectivas de 1983 teriam mostrado o aspecto “criminoso”: “guerra e genocídio”, “mas não muito do cotidiano”: “o cotidiano teve suas peculiaridades, não se vinculava a uma data, o 30 de janeiro de 1933, que é decisiva para os historiadores”. Fromme adverte que a preservação das “formas burguesas de vida liberal-burguesa” também merecem um lugar na memória, já os jovens não teriam muita vontade de serem responsabilizados por algo que para eles é um passado distante.”

50 No livro sobre Mössinger (nota 13) não fica claro, por exemplo, como, apesar da tradição “vermelha”, se pode explicar o eleitorado nazista em 1932/33 (próximo à média do país). Cf. Alien, A./Jeggle, U. “Zum Recht der kleinen Leute auf wissenschaftliches Verstandenwerden, am Beispiel Hausens, einer Gemeinde

im Urbanisierungsprozess". In: Köstlin, K./Sievers, K. D. (eds.). *Das Recht der kleinen Leute. Beiträge zur rechtlichen Volkskunde. Festschrift für K. -S. Kramer zum 60. Geburtstag*. Berlin, 1976, pp. 98-107.

51 De forma incisiva Lüdtké, A. "Le domaine réservé: Affirmation de l'autonomie ouvrière et politique chez les ouvriers d'usine en Allemagne à la fin du XIX e siècle". In: *Le mouvement social*, 126/1984, pp. 29-52: "Les organisations ouvrières n'acceptaient de prendre en considération les besoins spécifiques et 'anormaux' des masses ouvrières". (p. 52). Mais equilibrado cf. Schindler, N. "Spuren in der Geschichte der 'anderen' Zivilisation". In: Dülmen/Schindler (eds.), op. cit., pp. 13-77, p. 52 e seg. A História dos mineiros permite através de publicações recentes - sem que possa entrar aqui em detalhes - uma definição mais clara do que se pode alcançar com a História do cotidiano: cf. os trabalhos de Brüggemeier, F. J. *Leben vor Ort. Ruhrbergleute und Ruhrbergbau, 1889-1919*. Munique, 1983; Mallmann, K. -M. *Die Anfänge der Bergarbeiterbewegung an der Saar (1848-1904)*. Saarbrücken, 1981; Steffens, H. *Autoritäre Gesellschaft und elementare Revolte. Untersuchungen zu Alltagsleben und Streikverhalten der Bergarbeiter an der Saar am Beispiel der "grossen Streikzeit", 1889-1893*. Konstanz, 1982 (tese de doutorado) (agradeço ao Sr. Steffens pelo acesso a este estudo não publicado); Ott, R. *Kohle, Stahl und Klassenkampf. Montanindustrie, Arbeiterschaft und Arbeiterbewegung im Osnabrücker Land, 1857-1878*. Frankfurt, 1982; Hinner, E. et al. *Fohndorf. Aufstieg und krise einer österreichischen kohlenbergwerksgemeinde in der Region Aichfeld/Murboden*. Graz, 1982; English, N. *Braunkohlenbergbau und Arbeiterbewegung. Ein Beitrag zur Bergarbeitervolkskunde im nordwestböhmischem Braunkohlenrevier bis zum Ende der österreichisch-ungarischen Monarchie*. Munique, 1982.

52 Mais detalhes em Tenfelde, K. "Die Entfaltung des Vereinswesens in Deutschland während der industriellen Revolution (1850-1873)". In: Dann, O. (ed.). *Vereinswesen und bürgerliche Gesellschaft*. Munique, 1984.

53 "Social and Political History". In: *Journal of Social History*, 16/1982-83, pp. 3-5. Id. *Abeiterleben. Industriearbeit und Alltag in Europa, 1890-1914*. Frankfurt, 1980.

54 De acordo com o que diz Dieter Langewiesche no comentário sobre a pesquisa em torno do protesto no *Archiv für Sozialgeschichte*, 21/1981, p. 459.

55 Durante um colóquio no *Institut für Zeitgeschichte*, 17.11.1983. Cf. do mesmo "Theorieorientierung und Theorieskepsis in der Geschichtswissenschaft. Alte und neue Argumente". In: *Historical Social Research. Quantum Information*, 23/1982, pp. 4-14.

56 Concorde com a argumentação de A. Lüdtké ("Rekonstruktion von Alltagswirklichkeit - Entpolitisierung der Sozialgeschichte?"). In: Berdahl et al., op. cit., pp. 321-353. Cf. também Schindler, op. cit., pp. 74 e segs.

57 Cf. nota 26, bem como, entre outros, Schulze, W. (ed.). *Aufstände, Revolten, Prozesse, Beiträge zu bäuerlichen Widerstandsbewegungen im frühneuzeitlichen Europa*. Stuttgart, 1983.

58 Cf., entre outros, Mommsen, W. J./Hirschfeld, G. (eds.). *Sozialprotest*,

Gewalt, Terror, Gewaltanwendung durch politische und gesellschaftliche Randgruppen im 19. und 20. Jahrhundert. Stuttgart, 1982; Husung, H. -G. *Protest und Repression im Vormärz. Norddeutschland zwischen Restauration und Revolution.* Göttingen, 1983.

59 Entre outros: Evans, R. J. “ ‘Red Wednesday’ in Hamburg: social democrats police and Lumpenproletariat in the suffrage disturbances of 17 January 1906”. In: *Social History*, 4/1979, pp. 1-31.

60 Cf. notas 21 e 31.

61 Cf. Zimmermann, M. “Ausbruchshoffnung. Junge Bergleute in den Dreissiger Jahren”. In: Niethammer (ed.), *Die Jahre. . .*, pp. 97-132.

62 Cf. os estudos de bairro: Bédanida, F. “La vie de quartier en Angleterre: enquêtes empiriques et approches théoriques”. In: *Le mouvement social*, 118/1982, pp. 9-21; Fritzsche, B. “Das Quartier als Lebensraum”. In Conze, W./ Engelhardt, U. (eds.). *Arbeiterexistenz im 19. Jahrhundert.* Stuttgart, 1981, pp. 92 e segs. Além disso Sperling, D. “Gebaute Umwelt und soziales Verhalten. Die Bedeutung der gebauten Umwelt für das Zusammenleben der Menschen”. In: *Aus Politik und Zeitgeschichte*, 10/1982, de 13.3.1982, pp. 3-10; Scharfe, M. “Strasse. Ein Grundriss”. In: *Zeitschrift für Volkskunde*, 79/1983, pp. 171-191; Bédarida, F./Sutcliffe, A. “The street in the structure of life in the city: reflections on 19th century London and Paris”. In: *Journal of Urban History*, 6/1980, pp. 379-396.

63 O capítulo “Probleme und Aspekte historischer Ansätze in der Sozialisationsforschung” de U. Herrmann, publicado em Kurremann, K./Ulrich, D. (eds.). *Handbuch der Sozialisationsforschung.* Weinheim, 1980, pp. 227-252, orienta-se basicamente no paradigma mais antigo da pesquisa histórica da socialização, a socialização da burguesia desde meados do século XVIII. Cf. também Elkar, R.S. *Junges Deutschland in polemischen Zeitalter. Das schleswig - holsteinsche Bildungsbürgertum in der ersten Hälfte des 19. Jahrhunderts, Zur Bildungsrekrutierung und politischen Sozialisation.* Düsseldorf, 1979, pp. 13-21. Os exemplos mais importantes até agora publicados de pesquisas históricas da socialização, enquadradas num amplo esquema histórico-social, encontram-se em Schlumbohm, J. “ ‘Traditionale’ Kollektivität und ‘moderne’ Individualität. Einige Fragen und Thesen für eine historische Sozialisationsforschung. Kleines Bürgertum und gehobenes Bürgertum in Deutschland um 1800 als Beispiel”. In: Vierhaus, R. (ed.). *Bürger und Bürgerlichkeit im Zeitalter der Aufklärung.* Heidelberg, 1981, pp. 265-320; Blessing, W.K. *Staat und Kirche in der Gesellschaft. Institutionelle Autorität und mentaler Wandel in Bayern während des 19. Jahrhunderts.* Göttingen, 1982; de forma semelhante cf. Schlumbohm, *Kindheit. . .*, bem como o projeto LUSIR de Niethammer, que se preocupa com a questão das condições de socialização da geração da reconstrução na Alemanha Ocidental depois de 1945. Também Borscheid, (op. cit., p. 11), a rigor, está pensando em socialização ao interpretar o cotidiano como “pré-escola ao não-cotidiano”. Cf. ainda Wierling (nota 33); Walter, H. (ed.). *Sozialisationsforschung* (3 vols.). Stuttgart, 1973 e segs.; Wälter, H. *Region und Sozialisation* (2 vols.). Stuttgart, 1981. Uma contribuição importante para a pesquisa da socialização encontramos, finalmente, nos enfoques biográficos: Kohli, M. (ed.). *Soziologie des Lebenslaufs.* Darmstadt, 1978; Lehmann, A.

Erzählungsstruktur und Lebenslauf. Autobiographische Untersuchungen. Frankfurt, 1983; Dahl, P./Kremer, R. *Lebensgeschichten. Zur deutschen Sozialgeschichte, 1850-1950.* Opladen, 1980. Cf. ainda Hinrichs, E. “Mentalitätsgeschichte und regionale Aufklärungsforschung”. In: Hinrichs, E. /Norden, W. (eds.). *Regionalgeschichte. Probleme und Beispiele.* Hildesheim, 1980, pp. 21-41; a respeito cf. também os argumentos de Borscheid, op. cit.

64 Cf. em especial Berdahl et al., bem como Scharfe (nota 30). Cf. também a contribuição de Medick (nota 30). Desde o outono de 1983 está sendo publicada por Harwood Academic Publishers a revista *History and Anthropology*, editada por F. Hartog, L. Valensi, N. Wachtel.

UM RETORNO À NARRAÇÃO?*

EM DEFESA DE UMA ARGUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Jürgen Kocka

RESUMO

Neste trabalho, Jürgen Kocka, parte de algumas observações para mostrar o prestígio da narração histórica enquanto uma crítica à ciência histórica excessivamente concentradas em estruturas e processos. Segundo o autor, a receita não está em abandonar a história teórica e estrutural, mas em abordá-la por meio de uma narrativa clara e elegante, capaz de atingir um público mais amplo.

Em novembro de 1981 Joachim Fest e Christian Meier convidaram alguns historiadores alemães a colaborar numa série intitulada “Contos históricos”, que deveriam aparecer sem uma regularidade pré-fixada na *Frankfurt Allgemeine Zeitung*. Os historiadores consultados eram solicitados a “escolher um acontecimento da sua área de pesquisa e relatá-lo da forma mais simples, para que se pudesse transmitir a um público mais amplo não só o acontecido em si, mas também algumas coisas de história estrutural”. Os que estavam fazendo o convite constatavam uma impressionante reativação do interesse pela história por parte de um público mais amplo e ao qual a ciência histórica profissional, com sua alta especialização e sua tendência para uma história estrutural, não saberia corresponder. A série planejada deveria contribuir para reduzir este déficit. - Alguns meses depois o empreendimento foi interrompido. Justificativa: praticamente nenhuma das contribuições enviadas satisfazia a exigência de relatar de forma simples um acontecimento e assim possibilitar a um público mais amplo o acesso a um aspecto da

história estrutural.

Em fins de 1981 o historiador americano Gordon A. Craig recebeu o Prêmio de História da Cidade de Münster, o qual assim foi conferido pela primeira vez por uma obra da historiografia “que num alto nível de especialização apresenta um período da história européia com suas relações com o presente e encontra a ressonância para além dos círculos especializados”. Craig recebeu o prêmio por sua bem-sucedida *História Alemã de 1866 a 1945*. Em seu discurso de agradecimento Craig fez uma avaliação crítica das tendências mais recentes da historiografia. Seus temas básicos, pensa ele, concentram-se hoje em dia com frequência excessiva “nas forças ocultas ou nas variações na fertilidade, nas tendências do desenvolvimento demográfico, nas transformações climáticas e outras coisas”. Mas o objetivo de uma boa historiografia estaria, como já o disse Tucídides, no estudo dos homens dentro de suas circunstâncias e não das próprias circunstâncias. Seria assustador observar “quantos dos historiadores mais jovens parecem ter-se entregue à produção de estudos especializados durante toda a vida”. “História narrativa”, continua ele, “em grande parte deu lugar à história analítica, a qual muitas vezes é altamente técnica no seu conteúdo e é apresentada através de expressões quantitativas e matemáticas; um número crescente de textos históricos é dedicado a questões historiográficas e metodológicas”. Mas a história não seria “uma ciência exata, e sim uma disciplina humanística.”¹ Que Craig nesta sua avaliação não é um *outsider* mostra, não por último, o sucesso de venda de seu livro premiado. No mesmo quadro se encaixa o fato de que entre os maiores sucessos literários da área das ciências históricas dos últimos anos aqui na República Federal Alemã estão três biografias (todas elas editadas por Wolf Jobst Siedler): a biografia dupla sobre Bismarck e seu banqueiro Bleichröder de Fritz Stern, *Bismarck* de Lothar Gall e *César* de Christian Meier.

Por fim, uma terceira observação: dentro da história social está ganhando terreno uma corrente ou uma perspectiva em geral representada por historiadores mais jovens, para a qual está se institucionalizando a palavra pouco precisa de “história do cotidiano”. Esta corrente se caracteriza pelo fato de interessar-se sobretudo pelas experiências e pelas percepções cotidianas, pelo comportamento e pelo modo de vida do dia-a-dia - pela “cultura”² - das pessoas simples de tempos passados; ela se interessa pouco por estruturas e processos mais gerais, como industrialização, formação de Estados e revoluções. Ela se concentra na reconstrução de pequenos mundos em transformação, em biografias, na história de uma família ou de uma aldeia, na decifração do significado de uma festa ou de uma greve. Ela está muitas vezes orientada em problemas buscados na antropologia cultural. De qualquer forma, alguns representantes desta linha gostariam de fazer o seu objeto, o pequeno mundo das pessoas simples, falar por si, encarando-o geralmente com muita simpatia e compreensão. Alguns deles pensam que a observação fria do historiador social, com suas análises, é prejudicial a este tipo de estudo.³

Estas três observações poderiam ser facilmente completadas por outras, também buscadas em outros países ocidentais.⁴ Por mais diferentes que eles sejam, apontam para algo comum: elas constituem uma crítica a uma ciência histórica excessivamente concentrada em estruturas e processos, com forte embasamento teórico e com procedimentos analíticos: elas são o sinal de renovado prestígio da narração histórica. “Narrar” significa, no caso, - e nós assim utilizaremos o conceito - uma forma de exposição, na qual a sucessão temporal de acontecimentos descritíveis e de ações compreensíveis ocupem um lugar central, e não a análise de estrutura e processos, mesmo que se possa tentar lançar luz sobre estas estruturas e processos através da narração de acontecimentos e ações. Se aqui e no que segue narração é entendida em primeiro lugar como princípio

de exposição, isto acontece com a consciência de que a exposição também influencia o modo em que os problemas históricos são postos e sua investigação é processada. Narração significa, a rigor, não apenas uma condição a nível de exposição, mas também algo que retroage sobre a investigação, mesmo que só de forma indireta.

Estou convicto de que é este ou um significado parecido que se dá ao conceito de “narração”, quando mais recentemente se clama com maior ênfase por historiografia narrativa. Aquilo que se pretende substituir, modificar ou ao menos reduzir em seu predomínio é uma ciência histórica mais orientada em estruturas históricas, mais teóricas, mais analítica. Nesta perspectiva narração e teoria estão em oposição ou no mínimo numa tensão. De outra forma o atual clamor por mais narração na ciência histórica teria tão pouco sentido quanto as três observações iniciais ou título deste artigo.

Naturalmente existem outros e muito mais complexos sentidos do conceito de “narração”, em especial entre os estudiosos da literatura, mas também na discussão teórica em torno da história - pense-se em Arthur C. Danto ou Hayden White. Para o filósofo Hans Michael Baumgarther “narração” não se refere somente à estrutura temporal de textos e argumentações históricas, mas a uma forma fundamental e necessária de explicação da realidade, que tem suas raízes nas condições básicas da existência humana.⁵ Uma amplitude semelhante tem o conceito de narração utilizado pelo teórico da história Jörn Rüsen; para ele narrar constitui “uma realização cultural imprescindível”, “um exercício lingüístico elementar e geral, através do qual as experiências temporais são interpretadas, isto é, referidas às perspectivas supremas de organização consciente da prática de vida.”⁶ “Narração” tem, com isto, para Rüsen, uma amplitude tal, que o emprego de teorias e a argumentação discursiva sem dúvida podem constituir formas

de narração, na medida em que estão referidas de forma específica a mudanças da realidade humana no tempo e enraizadas em necessidades de orientação do homem dentro de seu atual ambiente de vida. Com isto a relação de tensão entre teoria e narração, entre ciência histórica analítica e narrativa é reduzida, eliminada via definição, contornada. Narração transforma-se com isto na essência do manejo histórico com a realidade. Dentro desta compreensão a narração não constitui mais um “modo específico de lidar com a história, ao lado de outros” (S. Quandt), mas o princípio constitutivo da própria ciência histórica, sem qualquer conotação antiteórica, anti-estrutural.

É evidente que se pode dar uma definição tão ampla ao conceito de narração. Neste sentido todos os historiadores, também os maiores defensores de uma história estrutural teórica, sempre fizeram narração (abstraindo talvez de bem poucas exceções). Mas esta definição não consegue atingir a controvérsia atual entre os representantes de uma ciência histórica mais teórica e estrutural e os representantes de uma ciência histórica mais narrativa. A controvérsia atual não gira em torno de um conceito de narração tão amplo, tão pretensioso e tão distanciado da linguagem corrente, mas sim de narração no sentido mais restrito como foi esquematizado no início; e é a este sentido que nos referimos, quando a seguir falarmos em “narração”.

1.0 Para poder avaliar melhor o sentido e a justeza da exigência por mais narração, é necessário deixar um pouco mais claro *contra que* ela se volta. Quais são as tendências dentro da ciência histórica mais recente da República Federal Alemã contra as quais se volta de forma crítica por mais narração? Gostaria de destacar duas tendências, escolhendo para isso dois exemplos da história contemporânea, desde o final do século XVIII.

1.1 Ao contrário de decênios anteriores, as abordagens

que se preocupam com as estruturas e os processos históricos vão se impondo cada vez mais. Com isto foram relegadas as abordagens que se concentram nos acontecimentos, nas ações e nas experiências históricas. Por exemplo: historiadores da economia preferiam falar de industrialização, em vez de fundação de uma empresa. Historiadores da política escreviam antes sobre a parlamentarização ou o desenvolvimento do sistema partidário na Alemanha, do que sobre os temas tratados por Bebel ou Stressmann. Historiadores da sociedade debatiam sobre a formação de classes e desigualdade social e só muito raramente narravam a história de vida de um camponês ou de uma família operária. Historiadores da cultura preocupavam-se com a “lógica” interna da “cultura plebéia”, em vez de reconstruir as alegrias e agruras de um artesão ou de preocupar-se com grandes obras individuais de arte. Estes exemplos pretendem mostrar o seguinte: a preocupação com a história das estruturas e dos processos não foi uma peculiaridade da história econômica ou da história social; ela pode ser encontrada na história política, na história da cultura e na história das relações. O contraconceito para “história estrutural” não é “história cultural”, mas “história dos acontecimentos” ou “história das ações” ou “história das experiências.”⁷ Que se esconde por trás deste forte interesse pela história de estruturas e de processos? Em última instância, um profundo reconhecimento que conseguiu abrir caminho na Alemanha e também em outros lugares: o reconhecimento da grande força das condições. Habermas resumiu isto de forma impressionante no seguinte conceito: a história não se esgota naquilo que os homens intentam mutuamente. Pode-se acrescentar: normalmente há um enorme abismo entre as intenções dos atos e as conseqüências dos atos. Somente uma parte da realidade histórica estava patente e presente nas experiências e na consciência de seus atores, muitos condicionamentos de suas ações e de suas experiências não o eram. É por isso que não basta reconstruir ações, experiências e

acontecimentos através da narração, como parece ser hoje em dia a idéia de alguns historiadores do cotidiano. Nos anos 1960-1970 a tendência para a história das estruturas e dos processos estava ligada a uma profunda crítica ao historicismo, o qual era acusado, com razão, de ter restringido o interesse dos historiadores sobretudo à compreensão do sentido intentado, a ações humanas e a acontecimentos apreensíveis.⁸

Esta tendência histórico-cultural estava e está muito difundida. Ela é compartilhada por muitos historiadores que em relação a outras coisas são muito diferentes. Com esta tendência para estruturas e processos a evolução na República Federal Alemã no fundo se assemelhou ao desenvolvimento em outros países.

2.0 Menos difundido era e é, em contraposição, a segunda tendência contra a qual se volta o clamor por “mais narração”. O que se tem em mente é sobretudo a tendência observável no final dos anos 1960 e 1970 para uma ciência histórica com orientação teórica e analítica. Esta tendência para uma história orientada na teoria talvez tenha sido na República Federal Alemã mais forte do que na França, na Inglaterra e nos EUA. No programa e, em parte, creio que também na prática desta “Revista para uma Ciência Social Histórica”^{****} a história social com orientação teórica está fortemente representada.⁹ Mas também nos textos de muitos outros historiadores o conteúdo teórico aumentou muito. Que significa isto?

Orientação teórica via de regra não significa procurar por leis nomológicas gerais e transformar a ciência histórica em ciência nomotética. Orientação teórica também não significa necessariamente quantificação; na verdade os métodos estatísticos-quantificadores conseguiram impor-se na ciência histórica alemã com muito menos vigor do que na americana ou na francesa e nesta área os historiadores ainda têm muito que

fazer no nosso país. Seja como for, existem exemplos mais ou menos famosos de historiografia com orientação teórica, mas não quantificante, como em Max Weber e Norbert Elias, Barrington Moore ou Reinhart Kosellek.¹⁰ Orientação teórica significa muito antes a utilização flexível de conceitos, modelos e teorias explícitos - que muitas vezes vêm das ciências sociais adjacentes - para a estruturação do objeto, para sua delimitação, para a vinculação de aspectos setoriais e também para a explicação. Conceitos de classes provenientes da tradução de Marx ou de Weber foram utilizados na história operária, teorias de modernização foram empregadas na interpretação do império alemão e teorias social-psicológicas na história das mentalidades. Ao serem utilizadas pela pesquisa social histórica, estas teorias geralmente foram modificadas para serem adaptadas às necessidades específicas da historiografia. Muitas vezes diversas teorias foram fundidas e utilizadas da forma típico-ideal. Elas funcionavam como princípios organizadores para argumentações históricas complexas. Foi-se impondo a convicção de que pode ser frutífero e útil utilizar conceitos sistemáticos do presente para a recuperação do passado, em vez de desviar o menos possível da linguagem das fontes. A utilização das teorias da conjuntura de Kondratieff e de Schumpeter por parte de Hans Rosenberg no seu livro *Grande depressão e era bismarckiana* (original de 1967) transformou-se em modelo clássico para muitos historiadores com orientação teórica. Também a disposição para a auto-reflexão metodológica inclui-se na historiografia com orientação teórica. Max Weber era o padrinho da coisa; o objetivo era explicar as próprias decisões conceituais, entre outros motivos, para torná-las mais debatíveis e mais criticáveis. Isto não tinha a ver com dogmatismo, pelo contrário; mas tinha a ver com engajamento crítico. Muitos daqueles que detinham as teorias na ciência histórica, acentuavam simultaneamente as funções sociais e políticas de sua ciência, seu papel na crítica das tradições e da ideologia, sua contribuição

para a emancipação. Ciência histórica com orientação teórica nunca foi entendida como um jogo de contas de vidro, mas como um esforço com relevância prática.¹¹

Abordagem histórico-cultural para muitos, orientação teórica para alguns, que representa isto para a exposição historiográfica? Não representa que as respectivas obras históricas se compusessem fundamentalmente de tabelas e fórmulas - em geral isto não acontecia. Mas a narração clássica, para a qual a sucessão temporal de acontecimentos descritíveis e ações compreensíveis era algo central, igualmente não exerce um papel dominante nestas obras históricas. A forma de exposição adequada à ciência histórica com orientação teórica não é nem a tabela nem a narração, mas a argumentação histórica. Que significa isto? Que aí aparece com frequência a reflexão sobre condições e conseqüências da abordagem escolhida, a qual é questionada em relação à sua validade e aos seus limites, à luz de outras abordagens alternativas, mas não escolhidas. Isto faz com que os conceitos sejam claramente definidos, que o fluxo da narração seja interrompido por definições e por considerações teórico-conceituais, que se interrompam para ao menos assinalar o que se está omitindo. A exposição fica mais reflexiva. Isto prejudica a elegância e a frequência, mas aumenta - espera-se - a transparência da exposição e com isto a racionalidade. Utilizam-se conceitos complexos, às vezes um pouco afastados da linguagem do cotidiano. Descarta-se o trabalho com meios sugestivos. A leitura não é facilitada com isso. Aparece uma argumentação de tipo peculiar, que trabalha com perguntas e respostas, teses, dúvidas e tentativas de verificação, com os instrumentos do contraste e da analogia. Isto não é narração no sentido indicado no começo. Mas é bom fazer duas ressalvas, para evitar o aparecimento de falsas arestas:

- 1) A inclinação para a história das estruturas e dos processos na maioria dos autores não foi

absoluta. Mesmo que a gente se interessasse pelos condicionamentos estruturais que possibilitaram a ascensão do nacional-socialismo - criação tardia do Estado nacional a partir de cima, parlamentarização bloqueada, tradição de liberalismo, a inflação, a crise econômica internacional e muita outra coisa-, mesmo assim, se a gente quisesse entender efetivamente o nacional-socialismo e sua vitória, seu domínio e sua derrota. Nenhum historiador que possa ser levado a sério o negará, mas muitos considerarão a questão das condições sob as quais um único homem pôde alcançar uma importância tão grande, como no mínimo tão ou ainda mais importantes. Também o historiador analítico da demografia, e que em geral se interessa por estruturas e processos de longo prazo, não poderá negar que acontecimentos como a peste do século XIV ou as guerras podem estabelecer uma grande confusão nas mais belas curvas. E um terceiro exemplo: *Bismarck e o imperialismo* de Hans-Ulrich Wehler é certamente um livro claramente histórico-estrutural, mas possui longos parágrafos sobre os temores e as esperanças, sobre as posturas e o comportamento da “*business community*” e das pessoas que tomavam as decisões na época. Apesar de toda a ênfase dada à história estrutural, as ações e as experiências, os acontecimentos e os indivíduos não foram de forma alguma excluídos da historiografia mais recente - isto se abstrairmos de casos isolados.

- 2) Apesar de toda a orientação teórica e apesar de toda a tendência para a argumentação analítica,

os historiadores, em regra, continuaram a pensar e a escrever em categorias de antes e depois. O interesse na modificação da realidade no decorrer do tempo parece-me unir os historiadores das mais diferentes colocações. Neste sentido também as obras muito teórico-analíticas continham e contêm elementos narrativos.

Se hoje na República Federal Alemã se clama por um “retorno à narração”, esta conclamação não se volta contra a supremacia dos quantificadores, pois estes não existem, aqui menos do que em qualquer outro lugar.¹² Se aqui e agora se exige mais narração, isto também não se volta contra quaisquer formas de determinismo economicamente ou de dogmatismo na ciência histórica séria da República Federal Alemã. O clamor pelo “retorno à narração” se volta, isto sim, contra um certo domínio da história estrutural, contra a história com orientação teórica e contra a exposição adequada a ela, a argumentação histórica.

Por que esta crítica? Porque esta corrente de neo-liberalismo contra a história de estruturas e de processos com orientação teórica e em especial contra a Ciência Social Histórica? Do que se disse até aqui, deve ter ficado claro que encaro como progressos evidentes as ênfases histórico-estruturais, as tendências teóricas e a orientação analítica de partes da historiografia mais recente. A força explicativa da ciência histórica registrou ganhos com isto; ela aprendeu a explorar camadas profundas da realidade histórica, que antigamente lhe eram desconhecidas. Justamente quando se compartilha esta convicção, deve-se perguntar o que está por trás da exigência crítica por mais narração e onde ela eventualmente tem razão. Para finalizar, pretendo responder esta questão em cinco pontos:

- 1) Efetivamente existem na ciência histórica

analítico-teórica alguns exemplos desanimadores. Incluem-se aí obras nas quais o desenvolvimento teórico sugere em muito o resultado empírico, ferindo com isto o princípio básico de uma exposição econômica. Incluem-se aí também obras que em nome de rígidos “*scientific standards*” investem muito em coisas secundárias e deixam de lado coisas importantes, porque sua investigação à mão de tais “*standards*” não parece possível. Também se conhecem trabalhos nos quais a orientação teórica levou a uma rígida especialização. Isto é uma profunda desvinculação do objeto de investigação do seu contexto histórico (em especial na história econômica) - e isto sem dúvida constitui uma perda. Muitas vezes o clamor por mais narração parece voltar-se contra estes casos extremos, e isto é compreensível. Mas o retorno à narração não constitui a única alternativa possível. Cientificismo e narração representam apenas os dois extremos de um amplo espectro de modos de exposição história. Entre eles encontra-se o amplo território da argumentação histórica, com seus múltiplos caminhos, muitas vezes trilhados e à espera de uma redescoberta.

- 2) Também se deveria levar em conta que a crescente orientação teórica entre a então jovem geração de historiadores da República Federal Alemã muitas vezes estava ligada a um engajamento crítico-político e era sustentada pelo clima de reforma e pela sensação de que iniciava uma nova era no final dos anos 60 e começo dos 70.¹³ Disto estamos muito afastados hoje, nos anos 80. O ceticismo em relação às teorias está

amplamente difundido, não só na ciência histórica. Dúvidas em relação à possibilidade de planejamento da política e ceticismo em relação ao progresso determinam o clima intelectual entre nós. Uma atmosfera de *fin de siècle* está tomando conta. Compare-se o movimento estudantil de 1968 com os movimentos de protesto da juventude de hoje. Naquela época o debate em alto nível sobre teoria e prática era uma parte tão importante do protesto, quanto a própria manifestação. Os sinais atuais da revolta chamam-se, em contraposição, “vida”, “medo” e “movimento”. Quer-se fazer experiências, mas não necessariamente refletir conceitualmente. Afinal, através de cada esforço conceitual está uma tentativa de dominação, de superação, dirão alguns, para os quais a civilização moderna se apresenta sobretudo como um desgaste destrutivo e híbrido. O momento de “disciplina” e de “dominação” que efetivamente caracteriza qualquer teoria contribui para o atual ceticismo em relação à teoria, sobretudo na geração mais jovem. O pós-moderno é chique, também na ciência histórica. No conteúdo este fato se manifesta, por exemplo, na valorização simplificada de esferas tradicionais da vida, na valorização crítica da “cultura das pessoas simples” dos séculos XVIII e da sua “resistência” contra o Iluminismo e a Reforma, e também no profundo ceticismo à modernização desde o fim do século XVIII, em relação ao “projeto da era moderna.”¹⁴Do ponto de vista metodológico este novo clima tem sua expressão no ceticismo em relação à teoria, no desdém em relação à

quantificação, no abandono de clareza conceitual e no clamor por uma narração elegante e unívoca; temos aí a valorização da pré-modernidade com instrumentos tradicionais e com uma ideologia pós-moderna - um empreendimento que não promete muito.

Entre alguns representantes da “história do cotidiano” pode-se observar isto. Aí se encontra a ilusão de uma “história (a-teórica) de dentro e de baixo”. Segundo esta ilusão a tarefa do historiador consiste em reconstituir, com expressão e simpatia, as experiências das pessoas simples. Ele deve fazer falar as pessoas que viveram naquela época, em vez de impingir-lhes a sua própria conceitualização. Contra tais ilusões deve-se lembrar a crítica dos últimos decênios ao historicismo e insistir nos seus resultados. Não existe um caminho científico direto para chegar à residência.¹⁵

- 3) O interesse do público pelas obras dos historiadores não só aumentou, mas também se modificou em relação às ênfases. Alguns anos se acentuavam as funções e críticas formadoras de opinião da ciência histórica, sempre que havia um esforço para mostrar a “relevância social” desta questionada disciplina. Hoje este tipo de discussão é mais raro, mas em substituição se acentua um outro papel da história, que antes era lembrado como secundário: a promoção de identidade individual e coletiva, que supostamente está em falta.¹⁶ Como consequência deste argumento está a esperança de que uma história *narrada* pode estabelecer uma tal identidade melhor do que uma exposição

analítico-dissecante, argumentativa, não-narrativa. Nem todos estão dispostos a seguir este argumento e oferecer identidade em detrimento da exatidão científica e da transparência. Mas:

- 4) Deveria reconhecer-se que a exigência por mais narração também aponta para algumas deficiências na historiografia mais analítica dos últimos anos. Neste sentido deveria haver a crítica e retrabalhá-la positivamente. Infelizmente não se pode negar que exposições com orientação teórica, histórico-estruturais, muitas vezes parecem áridas para o público não-profissional, são difíceis de transmitir por isso sem muitos efeitos. Exatamente quem invoca a relevância política da ciência histórica, como alguns representantes da Ciência Social histórica, não poderá esquivar-se deste problema. Este problema agora é mais premente do que alguns anos atrás, justamente porque o público novamente espera mais da história. E quem pretende escrever apenas para seus colegas! Se deve fazer?

Nunca se deveria fazer uma elaboração teórica maior do que o próprio objeto o exige. Isto sem dúvida também é válido para a linguagem especializada. A teoria constitui um instrumento para um fim. Mas talvez se devesse pensar se exposições orientadas em teorias devessem ficar restritas ao intercâmbio interprofissional, enquanto o livro destinado ao grande público pode utilizar formas mais simples de exposição. Finalmente, deveria considerar-se seriamente o fato de que estruturas e processos “penetram”

em ações e em acontecimentos, os influenciam e se manifestam neles, *mesmo que não em sua totalidade e não sem rupturas*.¹⁷ Pode-se, por isso, tentar fazer um esforço maior do que até agora, para fazer a exposição das estruturas e dos processos através dos acontecimentos e das pessoas e *nesta medida* narrá-los. Isto é uma arte, mas existem na historiografia exemplos de como se podem expor estruturas através de acontecimentos e com isto narrá-los de uma forma clara. Pense-se em algumas passagens da história operária de E.P. Thompson, em *Montaillou* de Le Roy Ladurie ou em *O queijo e os vermes* de Carlo Ginzburg. Também Fritz Stern conseguiu em alguns capítulos mostrar através do concurso de seus dois heróis, Bismarck e Bleichröder, alguns aspectos da relação entre política e economia no Império ou então do anti-semitismo de salão da classe superior alemã da época. O mesmo objetivo tinha a iniciativa de *Frankfurter Allgemeine Zeitung* citada no começo e que tinha merecido maior sorte. Mas a transposição narrativa da história de estruturas e de processos tem também seus limites, como se poderia mostrar nas obras citadas.¹⁸ Permanece uma tensão entre orientação teórica e extensão do público atingido pela ciência histórica. O que amplia sua força explicativa muitas vezes restringe sua elegância e sua compreensibilidade.

- 5) Críticos como Gordon Craig observam que os modernos historiadores analíticos, com todas as estruturas, processos e constelações, perdem de vista “o homem.”¹⁹ Esta crítica não convence.

Nós, historiadores, não dispomos de um acesso direto não-conceitual às pessoas de épocas passadas. Mas a acusação mesmo assim pode possuir um cerne verdadeiro, e isto no seguinte sentido: as teorias que nos últimos anos foram utilizadas sobretudo por historiadores do período contemporâneo, provinham em geral da economia, da sociologia, do canibalismo, da politologia - teorias sobre o protesto social, teorias sobre conjunturas, teorias da modernização, etc. Estas teorias tinham qualidades que facilitavam a investigação de estruturas e de processos, mas às vezes dificultavam o estabelecimento de vínculos com as ações e as experiências. Tomemos como exemplo teorias do protesto social. Elas possibilitavam aos historiadores investigar a relação entre diversas formas de protesto, por um lado, industrialização, nível de vida, urbanização e formação do Estado, por outro lado. Greves e tumultos frequentes são resultado do desenraizamento das camadas inferiores, ou eles antes pressupõem sua integração? Questões deste tipo foram tratadas, e de forma sem dúvida interessante.²⁰ Mas as esperanças e os temores, as experiências e as posturas das pessoas em protesto muitas vezes ficaram estranhamente à margem. Estruturas e processos foram investigados com maior profundidade do que experiência e ações, apesar de que ambas as coisas estão intimamente relacionadas e não se pode dizer que se tenha efetivamente compreendido um fenômeno histórico, se a gente despreza uma destas duas dimensões - independente de qual.

Aqui também temos um aspecto justo do desafio representado pela história do cotidiano.²¹ Onde for necessário, deverão ser corrigidas as unilateralidades da história estrutural. Mas isto não pode acontecer via uma nova unilateralidade da história das experiências. O que importa é uma integração da história das estruturas e das ações, da história dos processos e das experiências. Sem teoria ela dificilmente dará certo e o “retorno à narração” não é a receita correta.²²

NOTAS DE REFERÊNCIA

*Publicado em *Geschichte und Gesellschaft*, 10(1984)3, p.395-408. Tradução de René E. Gertz.

1 Craig, G. A. “Der Historiker und sein Publikum”. In: Oberstadtdirektor der Stadt Münster (Presseamt) (ed.). *Erster Träger des Historikerpreises der Stadt Münster. Gordon A. Craig*. Julho de 1982, p.41-77. As citações encontram-se, respectivamente, nas p. 57, 67, 55, 57.

2 Esta palavra está experimentando no momento uma utilização inflacionada e uma ampliação imprecisa, que reduzem em muito a possibilidade de sua utilização. Cf., por exemplo, Berdahl, A. et al. *Klassen un Kultur. Sozialanthropologische Perspektiven in der Geschichtswissenschaft*. Frankfurt, 1982, p.11 (introdução). De forma igualmente difusa e incoerente o conceito aparece em Stürmer, M. *Das ruhelose Reich. Deutschland, 1899-1918*. Berlim, 1983, p.95-119. Sob o título “Cultura política” são tratados, ao lado de símbolos e estilos políticos, problemas do federalismo, da constituição imperial, as ameaças de golpe de Estado de Bismarck, bem como eleições e parlamentos.

3 Cf. Kocka, J. “Klassen oder Kultur? Durchbrüche und Sackgassen in der”. In: *Merkur*, 36(1982), p.955-65 (uma controvérsia com a respectiva bibliografia). Como réplica cf. Broszat, M. “Plädoyer für Alltagsgeschichte”. In: *ibid*, p. 1244-48. Cf. também o debate entre D. Peukert e A. Lütke in: *Das Argument*, 140(1983), p.536-49. Além disso Tenfelde, K. “Schwierigkeiten mit dem Alltag”. In: *Geschichte und Gesellschaft*, 10(1984)3, p.376-94. E ainda a coletânea de artigos in: Süsmuth, H. (ed). *Historische Anthropologie. Der mensch in der Geschichte*. Göttingen, 1984, em especial os artigos de H. Medich D. Peukert e J. Kocka.

4 Muito importante a versão de Lawrence Stone (“The revival of narrative reflections on a new old history”. In: *Past and Present*, 85(1979), p.3-24; reimpresso in *idem. The past and the present*. Londres, 1981, p.74-96).

5 Baumgarther, M. “Erzählung und Theorie in der Geschichte”. In: Kocka, C. e Nipperdey, Th. (eds.). *Theorie und Erzählung in der Geschichte*. München,

1979, p.p.259-89; cf. neste volume os outros artigos sobre o tema, em especial os de K. Stierle, W. Hardtwig e J. Rüsen.

6 Rüsen, J. “Geschichtsdidaktische Konsequenzen aus einer erzähltheoretischen Historik”. In: Quandt, S. e Süßmuth, H. (eds.). *Historisches Erzählen. Formn und Funktionen*. Göttingen, 1982, p.129-70; a citação é da página 135.

7 Quanto à distinção entre “estrutura”/“processo” e “acontecimento”/“ação” cf. Kocka, J. *Sozialgeschichte, Begriff, Entwicklung, Probleme*. Göttingen, 1977, p.74-77, baseado em Kosellek, R. “Darstellung, Ereignis, Struktur”. In: Schulz, G. (ed.). *Geschichte heute*. Göttingen, 1973, p.307-17.

8 Cf. Iggers, G. G. *Vom Historismus zur Historischen Sozialgeschichte*. München, 1978, p.97-156. Os termos exatos da afirmação de Habermas estão em *Zur Logik der Sozialwissenschaften. Materialien*. Frankfurt, 1970, p.116.

*** O autor se refere aqui ao subtítulo da revista *Geschichte und Gesellschaft*, da qual é um dos editores e onde está publicado o presente artigo (N.T.).

9 Cf. o “prefácio do Editor” in: *Geschichte und Gesellschaft*, 1(1975)1, p.5-7.

10 Cf. Kocka, J. “Theorieorientierung und Theorieskepsis in der Geschichtswissenschaft. Alte und neue Argumente”. In: *Historische Sozialforschung*. QUANTUM Information 23, julho de 1982, p.4-19.

11 Cf. Kocka, J. “Theorien in der Geschichtsunterricht”. In: Kocka, J. et al. *Theoriedebatte und Geschichtsunterricht*. Paderborn, 1982, p.7-27 (com bibliografia teórica e indicações sobre pesquisas com orientação teórica). Muito esclarecedora sobre a importância e o papel da teoria na pesquisa história é a tese de doutoramento de Meran, J. *Hypothetische Geschichte? Zur Konstruktion und Anwendung von Theorien in der Geschichtswissenschaft* (Hamburgo, 1983) que deverá ser publicado provavelmente em 1985 na série “Kritische Studien zur Geschichtswissenschaft” (Göttingen).

12 A “Arbeitsgemeinschaft für Quantifizierung und Methoden in der historisch-sozialwissenschaftlichen Forschung - QUANTUM”, fundada em 1976, contribuiu decisivamente para a difusão de métodos quantitativos, através de publicações, cursos sobre método, auxílios e serviços de diversos tipos. É triste que até agora não parece ter sido possível criar uma firme base institucional para esta iniciativa. A meu ver as grandes chances de conhecimento, mas de difícil realização, que a pesquisa histórica quantitativa oferece ainda estão longe de ser esgotadas aqui no nosso país.

13 Cf., entre outros, a introdução de H. -H. Wehler e Kehr, M. *Der Primat der Innenpolitik. Gesammelte Aufsätze zur preussisch-deutschen Sozialgeschichte im 19. und 20. Jahrhundert*. Berlin, 1965; Mommsen, W. J. *Geschichtswissenschaft nach dem Historismus*. Düsseldorf, 1971; para uma visão panorâmica da discussão teórica entre 1969 e 1973 cf. Sywottek, A. *Geschichtswissenschaft in der Legitimationskrise*. Bonn, 1974.

14 Cf. sobre este problema ver Habermas, J. *Theorie des Kommunikativen Handelns*. Frankfurt, 1981, p.576 e segs.; além disso também Berger, P. L. et al. *Das Unbehagen in der Modernität*. Frankfurt, 1975.

15 O mesmo é destacado agora corretamente por Medick, H. “Missionare im Ruderboot’? Ethnologische Erkenntnisweisen als Herausforderung an die Sozialgeschichte”. In: *Geschichte und Gesellschaft*, 10(1984), p.306. Mais além mantém sua exigência de que uma ciência histórica com orientação etnológica ou social-anropológica está, por princípio, mais comprometida com uma outra relação entre teoria (do historiador) e objeto a ser investigado, do que a “Ciência Social Histórica”, que se coloca na tradição de Max Weber. Ele indica “*thick description*” como alternativa, pois ela levaria a sério a “teoria inata dos sujeitos históricos” através da reconstrução, ao invés de impor à realidade a ser pesquisada as teorias, a abordagem do historiador. Sobre isto deve-se dizer duas coisas: 1) Também aquele que se empenha por uma ciência histórica com orientação teórica, na tradição de Max Weber e no sentido da “Ciência Social Histórica”, não tem em mente uma relação mecânica, dicotômica entre teoria e empiria, como se uma teoria fosse aposta de fora a um objeto que só através dela se tornasse conhecido e estivesse nas fontes. Não é assim que se dá uma pesquisa histórica com orientação teórica; não foi assim que ela foi descrita. Pelo contrário, a configuração e a escolha da teoria são direcionados por um pré-conhecimento do objeto, o qual é tornado mais preciso através da teoria e em geral bastante modificado no decorrer do processo de pesquisa. Durante o processo de pesquisa em geral também acontecem adaptações da abordagem inicial, modificações dos conceitos, modelos e teorias escolhidos - e isto em consequência de sua confrontação com as fontes e seu relacionamento com a empiria. Também para a Ciência Social Histórica acontece no processo de pesquisa uma relação de efeitos recíprocos entre teoria e empiria. 2) Medick fica devendo uma determinação clara à relação entre “teoria inata dos sujeitos históricos” e “interpretação sistemática” do historiador, também desejada por ele. Ele se refugia na metáfora (p.307) ou acredita (p.314) que a “descrição densa” conduz “por si para além de si até os problemas sistemáticos”. Eu considero isto uma ilusão a que Medick sucumbe, pois ele deixa de fazer uma descrição mais clara do momento construtivista de qualquer processo de reconstrução, do trabalho de escolha e de sistematização do pesquisador que, como etnólogo, se confronta com uma cultura estranha ou, como historiador, se confronta com as fontes. Se ele fizesse isto, chegaria a um conceito mais realista daquilo que nós como historiadores fazemos (independente se nosso trabalho tem uma orientação antropológica ou não). O sujeito cognoscente e a realidade a ser conhecida nunca se tornam unos. Conhecimento científico que brota do interior da realidade a ser conhecida não pode existir. No conhecimento histórico-social-científico (também na sua variante antropológico-cultura-etnológica) está incluído o trabalho ativo-formativo (de escolha, de relacionamento, de construção) do pesquisador (mas não sua auto-entrega simpatizante à realidade pesquisada). A orientação em perguntas e respostas da etnologia ou da antropologia cultural pode, sem dúvida, enriquecer muito a história social. Mas disto não resulta uma nova relação entre teoria e empiria, entre conceitos e fontes.

16 Talvez seja bom lembrar que identidade fundamentada na história se estabelece com maior facilidade através de monumentos e do cultivo da tradição, bem como através de lendas, do que através da história científica e que, por outro lado, o questionamento de evidências e a crítica de tradições são assunto para a ciência; por este motivo a ciência, quando levada a sério, deveria contribuir antes para o afrouxamento da identidade (e com isto para a ampliação do espaço da liberdade) do que para o estabelecimento de identidade. Como aparelho destinado a uma “fábrica de identidade” a *ciência* histórica é muito pouco apropriada.

17 Cf. a bibliografia citada na nota 7.

18 A respeito do livro *Gold und Eisen* (ouro e ferro) de Stern cf. Kocka, J. “Bismarck-Biographien”. In: *Geschichte und Gesellschaft*, 7(1981), p.572-81, especialmente p.579 (a respeito dos limites da tentativa de mostrar relações estruturais em personagens e ações históricos); veja também ali sobre as deficiências da biografia de Bismarck de Gall no que tange à tentativa de relacionar a história do herói com a história das condições e desvendar estas através daquele. Onde esta tentativa é mais bem sucedida, entre as três biografias citadas, é na biografia de *César*, de Christian Meier, um livro que reúne muita reflexão, considerações teóricas, alguma narração e muita argumentação. Também apóio a maior parte de Meier, Chr. “Die Notwendigkeit neuer Synthesen. Zur Lage der Geschichtswissenschaft”. In: *Civis*, 1(1983), p.48-53 (af já estão contidos muitos dos argumentos aqui defendidos). Mas eu proporia - diferente do que acontece ali (p.50 e segs., 53) - um conceito mais claro de “narração”, que acentuaria mais os limites da narrabilidade e não apostaria demais na narração; creio que justamente a síntese não se pode atingir narrando. Por outro lado não se deveria contrapor narração a “Ciência Social Histórica”. Esta não exclui procedimentos hermenêuticos no conhecimento e procedimentos narrativos na exposição. Sobre o conceito de “Ciência Social Histórica” cf. minha tentativa de definição em Bergmann, K. et al. *Handbuch der Geschichtsdidaktik I*. Düsseldorf, 1979, p.136-38.

19 Neste mesmo sentido são as observações que tiveram muita repercussão entre o público, de Fritz Stern na discussão no *Reichstag* de Berlim por ocasião do cinquentenário de 30 de janeiro de 1933: Broszat, M. et al. (eds.) *Deutschlands weg in die Diktatur*. Berlim, 1983, p.141.

20 Cf. sobretudo Tilly, Ch. et al. *The rebellious century, 1830-1930*. Cambridge, 1975; a discussão em *Geschichte und Gesellschaft*, 3(1977), em especial as contribuições de H. Volkman, H. -G. Haupt, K. Hansen, H. Hohorst e R. Tilly; como continuação veja Husung, G. -H. *Protest und Repression im Vormärz. Norddeutschland zwischen Restauration und Revolution*. Göttingen, 1983; argumentos semelhantes apresentam Lipp, C. e Kaschula, W. “Wasser und Brot. Politische Kultur im Alltag der Vormärz - un Revolutionsjahre”. In: *Geschichte und Gesellschaft*, 10(1984)3, p.338.

21 Nesta medida também a crítica de Medick (p.295 e segs.) não é totalmente injustificada. Mas ele exagera. Também autores que compartilham total ou parcialmente o programa de uma Ciência Social Histórica, de uma maneira geral não descuidam totalmente das experiências e dos comportamentos dos atingidos;

em geral também não fecham os olhos diante do problema da vinculação entre história estrutural e história dos processos, por um lado, e história das experiências e das ações, por outro lado. Isto vale tanto para as obras sobre protesto histórico citadas na nota 20, quanto para *Bismarck und der Imperialismus* de H. -U. Wehler, para os estudos sobre anti-semitismo de R. Rürup, para o livro sobre a nobreza de Münster nos séculos XVIII e XIX de H. Reif ou para os estudos sobre os mineiros da região do Ruhr feitos pro K. Tenfelde - isto para citar apenas alguns exemplos.

22 Deve-se chamar mais uma vez a atenção para as decisões sobre definições citadas e justificadas neste artigo. Nesta discussão em torno da narração na ciência histórica muito facilmente se combatem fantasmas. É imprescindível que se diga o que se entende por “narração”, sempre que se queira definir sua posição, procurar “reavivá-la” ou eliminá-la. Entre as muitas deficiências do artigo de Stone, citado na nota 4, está a de que ele não consegue decidir-se sobre o que entende por “narração”.

A EXPERIÊNCIA EM THOMPSON

Arlene Renk

Aluna do curso de pós-graduação em Antropologia
do Museu Nacional-RJ

RESUMO

O texto trata da experiência em Thompson, enquanto categoria de diálogo entre História e Antropologia.

Resgata os supostos da Antropologia da Experiência, voltando-se a Dilthey e “seguidores”, de modo que “toda experiência é construída historicamente”.

Ao focar Thompson, a análise centra-se em *A Miséria da Teoria e A Formação da Classe Operária Inglesa*, nos seus embates com o estruturalismo althusseriano. O argumento recorrente é a afirmativa do historiador inglês de que, através da experiência, entrou nos silêncios reais de Marx, transmutando a estrutura em processo e reinserindo o sujeito na História.

INTRODUÇÃO

Neste texto, valendo-nos dos trabalhos de Thompson (1981 e 1987), trataremos da experiência, enquanto categoria que propicia e estimula o diálogo entre a História e a Antropologia.

Este escrito consiste de três tópicos, cujo “roteiro” é o seguinte: na parte inicial recorremos a Dilthey e aos seus supostos sobre a experiência, bem como de sua apropriação por um ramo da Antropologia - *a Antropologia da Experiência*.

Em seguida contextualizaremos os textos-base de Thompson: *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987) e *A Miséria da Teoria* ou um planetário de erros - uma crítica ao pensamento de Althusser (1981). Partiremos deste último e do debate explícito com o filósofo francês para situar a experiência em Thompson. Isto feito, abordaremos a experiência história em *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Nessa Seção os destaques serão os seguintes: os argumentos thompsonianos (ao refutar o pensador francês) de que a classe não é geração espontânea, nem recorte numérico e de que a luta de classes - numa visão ampliada - pode ser lida também enquanto luta de valores. Na parte final do tópico nos ateremos a duas experiências: a da cultura metodista (e sua inculcação disciplinar) e da cultura radical.

O último tópico será destinado ao diálogo entre Sewell Jr. e Thompson, onde está em questão a experiência. A este item serão acrescentadas as “considerações finais”, onde retornaremos ao diálogo entre História e Antropologia.

1. Experiência e Antropologia

O objetivo deste tópico será contextualizar a Antropologia da Experiência, que exige tratar inicialmente da própria experiência. Segundo Bruner (1986:3), a formulação de uma Antropologia da Experiência pertence a Victor Turner, como uma rebelião contra a ortodoxia funcional-estrutural e seus modelos estáticos¹.

A fonte desta Antropologia da Experiência seria Dilthey, o que reforça os supostos de que a Antropologia vive uma tensão entre o Iluminismo - enfatizando a universalidade da lei acessível à Razão (no qual a disciplina foi fundada) - e o Romantismo - com ênfase no pertencimento particularizante (onde a

Antropologia foi se inspirar) (Peirano, 1991:45/46 ; Soares, 1990:6).

Dilthey estabeleceu diferenças fundamentais entre a *Geisteswissenschaft*² e a *Naturwissenschaft* (esta, literalmente, as ciências naturais), ou seja, entre a “ordem da vida” e a “regulação natural”. À díade *Naturwissenschaft* e à ordem da natureza aplica-se a explicação, isto é, a determinação de relações causais, opondo-se à compreensão e interpretação, peculiares às ciências humanas. Igualmente, Dilthey recusou o princípio kantiano que enfatizava a universalidade da lei acessível à razão e, por analogia, a dedução transcendental. Respondeu-a com ênfase no pertencimento particularizante.

Opondo-se aos princípios dessas duas frentes (*Naturwissenschaft* e a dedução transcendental) formulou os princípios de sua *Geistwissenschaft*, cujo reduto será a “filosofia da vida”, incorporando a dimensão do historicismo ausente na perspectiva kantiana. Nesta “ordem da vida” estão presentes as contingências, as variações, as “experiências fluidas e flutuantes”. Neste contexto, o conhecimento do homem passa a ser mediato, através de sinais, obras, terreno da filosofia da vida. Eis por que cabe às ciências humanas uma abordagem compreensiva e interpretativa.

“A chave da crítica do conhecimento histórico, que tanta falta fez ao kantismo, deve ser procurada do lado do fenômeno fundamental da conexão interna, ou do encadeamento mediante o qual a vida de outrem, em seu jorrar, deixa-se discernir e identificar. É porque a vida produz formas, exterioriza-se em configurações estáveis, que o conhecimento de outrem torna-se possível, sentimento, avaliação, regras de vontade tendem a depositar-se numa aquisição estruturada, oferecida à decifração de outrem” (Ricoeur, 1977:15).

O historicismo diltheyano constrói-se a partir de duas recusas fundamentais: a do conhecimento absolutizador e a do ceticismo, que serão resolvidas pelas categorias específicas da experiência histórica: sentido (passado), valor (presente) e propósito (futuro), o que implica num conhecimento relativo, parcial, a partir de uma determinada perspectiva.

A questão vital da *Geisteswissenschaft* está na compreensão do fenômeno, para chegar ao significado, que está relacionado à vivência. Aqui entra o conceito basilar de Dilthey: o da Experiência, ou seja, o conhecimento historicamente relativo, relativo a uma situação historicamente determinada. Na concepção de Dilthey era fundamental levar em conta a realidade histórico-social, que consiste de seres humanos, que agem e produzem linguagens, instituições, refletem sobre o que fazem e interpretam suas ações. A vida dos seres consiste de parte de experiências que estariam relacionadas umas às outras. Qualquer experiência particular estará, obrigatoriamente, encadeada em outras experiências (Dilthey, 1976:211).

Para este autor a “experiência vem primeiro” (Dilthey, 1976:170): a realidade só existe nos fatos da consciência, dados por experiências anteriores (:161), uma vez que o homem só pode “experienciar” sua própria vida. Por esta razão ele está impossibilitado de imergir nas experiências de outrem. A possibilidade humana de ultrapassagem dessa “limitação” estaria na interpretação das expressões.

Dilthey estabelece uma diferenciação entre a mera experiência e UMA experiência (1976:210). Esta última é a articulação intersubjetiva da experiência que tem um começo e um fim, logo, transforma-se em expressão.

Por expressão eu entendo não só signos e símbolos, mas também as manifestações de conteúdo mental que os tornam

compreensíveis, mesmo sem terem aquele propósito (Dilthey, 1976:218).

Desta forma é estabelecida uma diferenciação entre realidade, experiência e expressão. A experiência seria a forma como a realidade apresenta-se à consciência. A expressão, a forma como a experiência individual é esboçada e articulada. Esta diferenciação possibilitou a “herdeiros de Dilthey”, como Bruner (1986:6), apontar que uma história de vida distingue-se entre a realidade (como foi vivida), a experiência (como foi experienciada) e a expressão (como foi narrada). A expressão seria a possibilidade de partilha e o eixo de comunicação entre os homens. Bruner aborda a etnografia narrativa, alertando aos aspectos capciosos de narrar, do processo comunicativo que produz a estória no discurso (Bruner, 1986:145). No entanto, as estórias são representações e a experiência de vida é mais rica que o discurso. Neste sentido, sempre haverá aspectos da experiência não encompassados pela história (Bruner, 1986:145). De qualquer forma, o narrar nunca é exato e nunca cessa (: 148). Este autor ainda enfatizará a expressão, afirmando que esta nunca pode ser um texto isolado, estático, mas deve ser, obrigatoriamente, processual. As estórias e dramas são unidades socialmente construídas, dotadas de significado (1986:7). De modo similar, Geertz afirma que ao etnógrafo é fundamental prestar atenção aos significados, uma vez que está impossibilitado de vivenciar as experiências de outrem, mas está habilitado a ouvir o que tem a dizer a respeito (1986:373).

As expressões, dotadas de significados, impedem um tratamento estatístico, nem são passíveis de mensuração (Turner, 1986:33). Da mesma forma, uma Antropologia da Experiência - que parte do suposto, que os povos são agentes ativos no processo histórico de construção do mundo, no qual estão inseridos, que as organizações sociais e culturais não são dadas, mas sim construídas (Bruner, 1986:12) - rejeita as reduções,

tais como as oposições binárias: estrutura/histórica, dinâmica/estática e etnografia/história.

As expressões são passíveis de interpretação porque “traduções em dois níveis, no mínimo: num primeiro, o povo estudado interpreta suas experiências em formas expressivas. Em outro nível, o antropólogo interpreta as expressões a seus pares. Enfim, interpreta a forma como “os nativos” se interpretam. E os pares poderão fazer novas “traduções”, como afirma Bruner (1968:148): essa narrativa é incessante e há uma infinita reflexividade de como o antropólogo vai da experiência ao discurso e à história.

Parece-nos que o grande mérito da Antropologia Interpretativa foi resgatar em Dilthey os aspectos da singularidade e da possibilidade de inteligibilidade dos processos históricos, via experiência, experiências construídas. Geertz (1973:405) oferece a chave para a discussão da experiência, quando afirma que “toda experiência é uma experiência construída e as formas simbólicas nos termos dos quais ela é construída determinam sua textura intrínseca...”

Se a experiência é historicamente construída, podemos nos deter na abordagem thompsoniana.

2. A Experiência em Thompson

A Experiência parece ser uma categoria por excelência para estabelecer um diálogo entre a História e a Antropologia, embora, segundo Rosaldo (1990) (3), Thompson tenha sérias restrições entre um “casamento” das duas disciplinas (4). Mesmo assim, seus estudos inspiraram e continuam inspirando os antropólogos. Atenhamo-nos a Thompson, um autor - ao que se sabe - sem filiação explícita ao dittheyanismo, resgata

categorias do historicismo presentes naquele autor.

Thompson reconhece sua filiação à tradição marxista, em oposição aos marxismos (1981:186) em vigência, em disputa pela ortodoxia da exegese marxista, ou melhor, nas palavras do autor, na pretensão de serem mais marxistas que Marx.

No autor em questão, a experiência é uma categoria trabalhada como reação aos positivismos, aos marxismos e aos estruturalismos. Centremo-nos em *A Formação da Classe Operária Inglesa e A Miséria da Teoria*.

A Formação..., escrita entre 1959 e 1962, publicada em 1963, é o resultado de material discutido no decorrer de sua prática docente, nos dez anos anteriores, e das atividades políticas de várias ordens, em que o autor esteve envolvido. Esta vivência propiciou-lhe abordar a questão da experiência e da consciência política de modo inovador. Critica tanto os positivistas ortodoxos, que ocupavam posições hegemônicas no campo da história, quanto a ortodoxia marxista. Neste último caso, o debate será travado com correntes de inspiração stalinista, por tomarem o conceito de classe enquanto numérico e pela anterioridade da consciência à luta de classes.

A leitura e interpretação do texto suscitou críticas. Aos seus “contendores” Thompson respondeu de modo diferenciado. Os positivistas mereceram unicamente um pós-escrito na edição inglesa de 1968, de *A Formação*. Mais generoso com os críticos marxistas, estes foram os destinatários de um livro: *A Miséria da Teoria*, cuja publicação inglesa é de 1978.

Contextualizados os escritos inverteremos a démarche de sua produção. Trataremos inicialmente de *A Miséria da Teoria* e posteriormente nos ocuparemos com *A Formação*. Este procedimento respalda-se em argumentos como os de Sewell

Jr. (1990), ao afirmar que a categoria experiência é a grandeza e a fragilidade de Thompson, por não tê-la teorizada. Em nosso entender, o uso da categoria experiência em *A Formação* prendia-se a uma explicação, enquanto que em *A Miséria da Teoria* estaria explicitando pontos indicados como absurdos por seus debatedores.

3. A Experiência em A Miséria da Teoria

Publicado em 1978, traduzido ao português (no Brasil) em 1981, como Thompson deixa transparecer no Prefácio da edição inglesa de *Formação* de 1980, foi uma resposta às ortodoxias “marxistas” que acreditavam que a classe trabalhadora era mais ou menos uma geração espontânea das novas forças produtivas (Thompson, 1980:14).

O centro da atenção, neste caso, será o estruturalismo althusseriano de *A Favor de Marx e Ler o Capital*, por pretender, segundo Thompson (1981:10), ser mais marxista que o próprio Marx. Para formular as críticas o autor vale-se da metáfora do planetário, que daria conta da visão absolutizante, mas que deixava fora, ausente, a Experiência, a “influência do ser social sobre a consciência social” (1981:12). Mais adiante, qualifica-a como:

uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento .(Thompson, 1981:15)

Os argumentos centrais do autor, em relação ao planetário althusseriano, são os seguintes:

- trata-se de estruturalismo de estase, desviando-se do método histórico de Marx;
- em decorrência do aspecto acima estaria incapacitado de tratar de questões de valor, de cultura ou mesmo de teoria política, uma vez que não tem sequer esboço de categoria que dê conta das contradições, das mudanças ou da luta de classes;
- à sugestão de Althusser, de que a experiência chega obedientemente, responde:

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas estão presas: na prisão, pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a estas experiências gerais, velhos sistemas conceptuais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença. Essa apresentação imperativa dos efeitos do conhecimento não está prevista na epistemologia de Althusser, que é a de um recipiente - um fabricante que não se preocupa com a gênese de sua matéria-prima, desde que ela chegue a tempo. (1981:17).

- O pensamento althusseriano é qualificado como “filho da determinismo econômico fascinado pelo idealismo teórico”. No que diz respeito ao determinismo econômico corre o risco de encaminhar-se a uma teleologia da classe operária;
- na disputa entre os campos intelectuais: Filosofia (onde se situa Althusser) e História (reduto de Thompson), este alega que sua disciplina, ao contrário do suposto althusseriano, não é nem uma fábrica de manufatura da Grande Teoria, nem a linha de montagem para a produção de pequenas teorias. Vejamos:

Seu objetivo (o da História) é de reconstruir, “explicar” e “compreender” seu objeto: a história real... [...] Nosso objetivo é o conhecimento histórico; nossas hipóteses são apresentadas para explicar tal formação social particular no passado, tal seqüência particular de causação (1981:57).

- Quanto à questão de classe e consciência de classe, rebate Althusser, afirmando que a classe operária deve ser encarada relacionalmente: faz-se e é feita. É impossível separar a classe da consciência de classe: estão entrelaçadas. Neste sentido, a luta de classes é um conceito anterior ao de classe, de modo que a classe não a antecede, mas surge da luta (1981:121).

Se estes foram os argumentos gerais e genéricos até aqui levantados, convém que nos detenhamos no capítulo VI “O termo ausente: experiência”, que é o cerne para a questão aqui tratada.

Neste capítulo Thompson contesta a redução das disciplinas do conhecimento a um tipo “básico” de Teoria, que dê conta dos grandes esquemas explicativos, como modo de produção e o determinismo econômico. O autor argumenta que, através da experiência histórica, entrou nos silêncios reais de Marx de modo que, via experiência, a estrutura possa ser transmutada em processo e o sujeito reinserido na História.

E quando à “experiência” fomos levados a reexaminar todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão, sistemas que o próprio rigor da disciplina, em Ricardo ou no Marx de *O Capital* visa excluir: parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis de regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de denominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias - tudo o que, em sua totalidade, compreende a “genética” de todo o

processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria [como experiência de classe peculiares] sua pressão sob o conjunto (1981:189).

Centrando-se na gênese da experiência, à questão o autor responde:

A “experiência” [descobrimos] foi, em última instância, gerada na “vida material”, foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente, o “ser social” determinou a “consciência social”. La Struture ainda domina a experiência, mas dessa perspectiva sua influência determinada é pequena. As maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer “agora”, “manipula” a experiência desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita da determinação (1981:189).

Fugindo à determinação sobra espaço para a cultura, descrita como consciência afetiva e moral, uma vez que as pessoas não experimentam suas próprias experiências apenas como idéias. Experimentam experiências como sentimentos e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares, de parentesco, de reciprocidade, como valores ou na arte ou nas convicções religiosas.

Há espaço e destaque para a contradição, que é sempre um conflito de valor e conflito de interesses. A luta de classes é ao mesmo tempo uma luta a respeito de valores. Estes não são meramente pensados, nem chamados, mas vividos (1981:194).

Se estes foram os pontos centrais de *A Miséria da Teoria* é oportuno voltar à *A Formação*, que pode, no mais legítimo sentido diltheyano, ser qualificada como UMA experiência, em oposição à mera experiência. Uma experiência implica em singularidade, que para Thompson é o caso particular do fazer-se da classe operária inglesa, não discorrendo sobre as experiências galesa e escocesa, uma vez que a classe é “uma

formação tanto cultural, quanto econômica”, conforme alertou no Prefácio (1987:13), e não é passível de generalização.

A delimitação temporal, de 1780 a 1832, respalda-se no argumento de que a classe é um fenômeno histórico e se recuarmos a um determinado ponto da história não haverá classe operária. É o que acontecia em 1780. O panorama encontrado é de uma heterogeneidade de trabalhadores: mestres (“da aristocracia” ou “do sócio”), trabalhadores rurais, marinheiros, mulheres, crianças, enfim, um conjunto fragmentado que, em muitos casos, nem dominava um dialeto comum (1987 -II: 17). Neste recorte temporal o autor considera fundamental, em primeiro lugar, um crescimento da consciência de classe, isto é, a consciência de uma identidade de interesses amalgamadores da anterior heterogeneidade contra os interesses de outras classes. O outro fator foi o crescimento das formas correspondentes de organizações políticas e industriais. De modo que, em 1832, quando Thompson considera a classe operária inglesa formada, havia instituições de classes fundadas e autoconscientes, ao lado de sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, movimentos religiosos, educativos, organizações políticas, padrões comunitários e da estrutura de sensibilidade de classe operária.

Obviamente que a delimitação temporal não ignora os antecedentes nem os conseqüentes do período.

4. História e experiência vivida em *A Formação*

Neste aspecto, sem dúvida, Thompson encontrar-se-ia em desvantagens em relação a um antropólogo, estudando um “acontecimento” contemporâneo, com a possibilidade de realizar trabalho de campo, de apresentar o ponto de vista do nativo, ou de interpretar as interpretações, codificadas sob expressões, que

são os relatos das experiências. No entanto, uma forma de compensar esta aparente desvantagem e, até, porque na impossibilidade de ouvir os personagens, o autor recorre às fontes mais heterogêneas que possam apresentar a plurivocalidade dos atores. Vale-se de biografias, autobiografias, fragmentos de cartas, de sermões, de poemas, de interrogatórios de tribunais, de panfletos, relatórios de viajantes e de casas de correções. Estas fontes são usadas como textos, no sentido empregado pela Antropologia Interpretativa, para serem lidos. A “colagem” de textos consegue passar ao leitor a sensação de continuidade, de ubiquidade dos diferentes protagonistas, como já alertou Sewell Jr. (1990).

Para o presente tópico selecionamos dois argumentos apresentados por Thompson para contestar Althusser. O primeiro argumento refutado é o de que a classe não é uma geração espontânea. O segundo, o de que a luta de classes pode ser vista e lida enquanto luta de valores. Vejamos de que modo estes aspectos são trabalhados em *A Formação*.

Inicialmente veremos no que consiste classe para Thompson. No Prefácio de *A Formação* o autor trata da classe, no singular, em oposição a classes.

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consequência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não veja a classe como uma “estrutura”, nem como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente [e cuja ocorrência pode ser demonstrada nas relações humanas]. (Thompson, 1987 - I: 9).

Adiante o autor dirá que “a classe traz consigo a noção de relação histórica”, isto é, a classe enquanto relação e não COISA. A relação, necessariamente, “precisa estar encarnada em pessoas

e contextos reais” (1987 - I: 10).

Não sendo COISA, não pode ser estabelecida uma Lei, como pretendem alguns autores. A sua gênese é resultado de “experiências comuns” (herdadas ou partilhadas) na medida em que articulam a identidade de seus interesses.

A experiência da classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram - ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a formada como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. (1987 - I: 10).

Este entendimento de classe, mais especificamente de classe operária, difere frontalmente daquele enunciado por manuais ou cartilhas da ortodoxia marxista, que a vêem no recorte numérico ou pelo lugar ocupado nas relações de produção. Uma aplicação do entendimento thompsoniano de classes, em *A Formação* está na desconstrução (1987 - II: 18) da equação: Energia de Vapor + Indústria Algodoeira = Nova Classe Operária.

A equação desconstruída sustentava-se no argumento de que a classe seria resultado de forças exógenas, como a Revolução Industrial. Logo, numa perspectiva dedutiva, em situação X fatalmente surgiria a classe operária, como resposta a uma inexorável lei histórica. Thompson entende que unicamente o recorte econômico também não é suficiente para caracterizar uma classe. Devem ser levados em conta os aspectos da história política e cultural.

Especificamente no caso inglês conviria perguntar-se quais eram os aspectos políticos e culturais em questão, além dos aspectos econômicos traduzidos no trabalhador “livre do meio de produção e livre também para a venda da força do trabalho”. Formulando a interrogação de outro modo: sob que

constrangimentos sociais a classe operária inglesa construiu-se e foi construída?

No caso em questão, além da exploração, da transparência desta (como relata o Oficial Fiandeiro no *Black Dwarf* - 1987 - II:23), ou da figura do apartheid político e social evocado por Thompson, a “novidade era a coincidência com a Revolução Francesa e com a crescente autoconsciência”.

É importante não esquecer a heterogeneidade que interferiu na construção da classe operária, uma vez que seus personagens eram também os herdeiros de Bunyan, dos direitos tradicionais nas vilas, de tradições artesanais, objeto de doutrinação religiosa e também criadores de tradições políticas (1987 - II:18).

No caso da coincidência da transparência da exploração com a Revolução Francesa, o que Thompson denomina de “novidade”, temos como resposta a reação contra-revolucionária dos anos de 1792 - 1832. De outro lado, em resposta àquela ocorreu a radicalização do movimento popular pela reforma. Enfim, entender a classe formada exclusivamente pela Revolução Industrial, sem levar em conta o esfacelamento de um modo de vida, dos valores dessa população, seria um empobrecimento da análise.

Em oposição aos argumentos de uma suposta passividade onde a classe teria sido moldada por fatores exógenos, Thompson leva-nos a recorrer à imagem do bricoleur levi-straussiano, na medida em que os trabalhadores valiam-se das experiências anteriores, acumuladas, para agir nos “constrangimentos sociais”. Sem dúvida, os trabalhadores sofrem influências, o peso, a carga social do contexto, mas reagem, à sua maneira, produzindo “heteróclitos”, modificando-se a si próprios e às circunstâncias.

Outro argumento utilizado por Thompson para rebater Althusser é o de que os conflitos de valores podem ser lidos enquanto formas de luta de classe (1981: 121), antecedendo à própria formação da classe. As ilustrações de lutas de classe - sem classe - podem ser constatadas em diversas passagens de *A Formação*. Selecionamos algumas:

- as leituras de Thompson acerca dos “crimes” e dos códigos escritos e não escritos (1987 - I:62/3). Naquele contexto havia:
 - crimes que eram condenados por ambos os códigos; aqui se inseriam os assassinatos de mulheres e crianças;
- crimes que eram perdoados por comunidades inteiras, tais como a cunhagem de moedas falsas, a caça e pesca ilícitas, a sonegação de taxas, a fuga ao recrutamento militar;
- crimes que afetavam a subsistência das comunidades recebiam a sanção popular.

A título de ilustração, vejamos como o autor considera estes aspectos na segunda metade do século XVIII:

Podem-se mesmo considerar esses anos como uma época em que a luta de classes era travada, de um lado, em termos da praça de execução de Tyburn, das masmorras e das casas de correção; de outro lado, o crime, o distúrbio e a ação turbulenta (1987 - I: 62/3).

Outra modalidade de luta de classes - sem classe - estaria evidente na “consciência do consumidor” (1987 - I: 66), que precedeu os antagonismos políticos ou industriais. Os saques, motins, originados dessa “consciência do consumidor”, encontravam-se respaldados nos pressupostos de uma economia moral. De modo similar pode ser lido o debate sobre a dieta popular na tentativa de imposição de uma dieta, onde o pão era

substituído pelas batatas. É bom lembrar que o pão era considerado como símbolo de status. Os trabalhadores do sul, mesmo à beira da indigência, recusavam-se a abandonar a dieta de pão e queijo. “Durante aproximadamente cinquenta anos, houve uma autêntica luta de classe na questão da dieta habitual: as batatas suplantavam o pão, no sul, e se impuseram, juntamente com a farinha da aveia, no norte” (1987 - II: 180). O que poderia parecer bizarro ou excêntrico, inserido no contexto, aponta os indícios de luta de classe.

5. Duas experiências: o Metodismo e a cultura radical

Iniciemos pela questão disciplinar na formação da classe operária. Acreditamos tratar-se de “bom para pensar” a analogia com Weber na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Naquele contexto, Weber problematizava não bastarem as condições objetivas (capital, o capitalista e o trabalhador) para que o capitalismo se desenvolvesse; daí sua análise partir em busca de elementos subjetivos que permitissem a internalização do “espírito do capitalismo”. No caso inglês, ao contrário de Weber, não temos atuante o calvinismo, mas sim o Metodismo, esta “forma de exploração psíquica” (Thompson, 1987 - II: 255). Mesmo com este rótulo, o autor analisa as circunstâncias e as razões por que os trabalhadores aderiram a ele. As possíveis respostas estariam na doutrinação direta, tendo como alvo as escolas dominicais e as crianças, e no sentido comunitário, na medida em que a Igreja Metodista abria as portas aos “desvalidos da Revolução Industrial”, substituindo a “comunidade” anterior, suplantada e sem que lhe fosse oferecida nenhuma nova resposta pela indústria. Assim, a igreja propiciava um sentimento de pertencimento, de pertencer à SUA igreja.

Outro aspecto da adesão dos trabalhadores seria o processo psíquico da contra-revolução. O milenarismo

autêntico, segundo o autor (1987 - II:265), teria terminado no final da década de 1790, com a derrota do jacobinismo inglês e com o confinamento de Richard Brothers num manicômio. Como na razão anterior, passava a ser o “quíliasma dos derrotados e dos desesperançados”.

O que chama atenção é o tratamento dispensado à análise, sem pretensões de generalização e monocausalidade, atentando-se aos espaços que o Metodismo também propiciava criar. De um lado, os adeptos metodistas estavam cerceados de entrarem em sindicatos e eram vistos como espíões, pelos pares trabalhadores; de outro, apesar da “exploração psíquica”, encontravam-se trabalhadores metodistas e pregadores locais como ativistas: jacobinos metodistas, luddistas metodistas e também presentes em Peterloo. Presentes, sim, mas não na vanguarda dos movimentos. Se, durante e após 1790, o Metodismo substituía o Papa, seu inimigo objetivo, pelo Jacobinismo, o fato de mantê-lo em evidência, em primeiro plano em suas pregações, isto permitia avivá-lo na consciência pública.

Nenhuma ideologia é inteiramente absorvida por seus partidários: na prática, ela multiplica-se de diversas maneiras, sob o julgamento dos impulsos e da experiência. Desta forma, a comunidade da classe operária introduziu nas capelas seus próprios valores de solidariedade, ajuda mútua e boa vizinhança. Além disso, devemos tentar imaginar que espécie de ídolos e fetiches inacreditáveis representavam todas as genealogias, anátemas e crônicas hebraicas, em confronto com a experiência diária dos tecelões e mineiros. Entretanto, dispersos pela Bíblia, havia textos aplicáveis a quase todos os contextos, que podiam provavelmente simbolizar tanto o contexto da luta de classe quanto o da peregrinação espiritual (1987 - II:278/9).

Se o Metodismo inculcou a disciplina, via “exploração psíquica”, Thompson (1987 - II:281) aponta para passagens onde

os trabalhadores se valeram dessas incorporações para a causa operária, à medida que os metodistas, na atividade política, desempenhavam-na com profundo zelo moral, com elevado senso de retidão, recorrendo à capacidade metodista para a organização sistemática e para o alto grau de responsabilidade pessoal. Isto aponta à desconstrução de leitura unilateral, de uma camada operária passiva, sendo moldada, e indica traços de como os trabalhadores valiam-se das “partes vivas” do Metodismo em prol de sua classe.

Na questão disciplinar Thompson alerta também às resistências e ao papel da disciplina religiosa, conjugada à fabril, como o uso de campanhas, relógios e da supressão do “domingo do sapateiro”. Enfim, para o autor: “A comunidade da classe operária do princípio do século 19 foi um produto do paternalismo ou Metodismo, mas principalmente do empenho consciente dos próprios trabalhadores” (1987 - II:310).

Passemos agora à experiência da cultura radical. O autor lembra que os anos 20 do século XIX foram anos calmos, mas nos quais os grupos e indivíduos tentavam teorizar as experiências da Revolução Industrial e do Radicalismo Popular derrotado. Uma das possibilidades de teorização dessas experiências (revolução industrial e o radicalismo) está no espraiamento da “cultura radical”. Somos informados de que a leitura era acessível, ao passo que a escrita era mais restrita ao público. Entre outros constrangimentos somos informados do cerceamento à escrita em algumas escolas dominicais. Mesmo aqueles que não sabiam ler solicitavam a outros que o fizessem em voz alta, de modo que as informações eram socializadas, entretanto em novos circuitos. Este aspecto da cultura radical é peculiar para pensar a não-passividade dos trabalhadores. Empreendiam esforço para superar dificuldades, como aquelas de operar com conceitos e argumentos abstratos, da falta de tempo, da falta de velas e de óculos. Mesmo assim as idéias

circulavam, produziam-se textos que eram “digeridos” de formas diferenciadas, de acordo com a história de vida e experiência de cada ator, uma vez que nos encontramos diante de um público diferenciado, próximo à metáfora de uma babel de experiências. A análise de Thompson remete-nos a Goody & Watt (1977), quando tratam de um novo modo de pensar, instituído pela “universalização” da escrita. Respeitando as diferenças dos contextos trabalhados, é possível afirmar que a cultura radical representou para os trabalhadores - classe em formação - um novo modo de pensar, baseado no auto-aprendizado, na necessidade imperiosa de auto-organização, à medida que crescia a reflexão, o pensar da experiência por que passavam, da criação de uma nova identidade. Se num primeiro momento temos a impressão de uma bricolagem, “arranjando os heteróclitos” da experiência, encaminhamo-nos a um “nivelamento” que resultou no “amadurecimento nos anos 30 da ideologia operária” (1987 - II:328).

Outra experiência que mereceria ser comentada, ainda que rapidamente, é a da organização operária.

Os operários, longe de serem os filhos primogênitos da Revolução Industrial, tiveram nascimento tardio. Muitas de suas idéias e formas de organização foram antecipadas por trabalhadores domésticos, como os que trabalhavam com a lã em Norwich e em regiões do Oeste, ou de tecelões de aviamentos de Manchester (1987 - II:16).

As idéias de organização foram retiradas de formas associativas e lideranças heterogêneas, como dos sapateiros, dos tecelões seleiros, pedreiros, mescladas com experiências de jacobinismo e “metodistas”. Nas sociedades de auxílio mútuo a etiqueta era condição básica: disciplina, organização e condição de reuniões, o autocontrole, as opiniões, muitas às infrações. A tendência à clandestinidade, segundo o autor, antes de ser vista como menor, era prova autêntica do desenvolvimento de uma

cultura e instituições independentes da classe operária (1987 - II:314). Embora se tenham privilegiado apenas algumas experiências, podemos afirmar que, mesmo diferenciadas, encaminhavam-se a uma experiência comum, à medida que eram refletidas e originavam novas posturas diante do vivenciado. Não eram idéias que moviam as classes trabalhadoras, mas as experiências que vivenciaram, de modo a se tornarem classe (no singular).

6. Thompson e Sewell Jr. - A experiência em questão

O ideal seria agora discutir ou confrontar Thompson com outros historiadores, a quem influenciou e dos quais também recebeu críticas. Por uma limitação de tempo nos restringimos a alguns argumentos de Sewell Jr. (1990) em relação a Thompson, elegendo alguns elementos como os mais relevantes.

Sewell Jr. reconhece a influência e importância que Thompson exerceu em sua geração, através de *A Formação*. Este trabalho teria apontado caminhos para mostrar COMO fazer a história da classe operária (não mais centrada na História Sindical, nas biografias de líderes ou similares), mas como fazer a história a partir das camadas subalternas. Apesar dos pontos favoráveis, dos méritos atribuídos a Thompson, Sewell Jr. deixa de apontar para questões problemáticas em *A Formação*.

Uma dessas questões problemáticas é o uso da sincronia em *A Formação*. Sewell Jr. entende que Thompson, privilegiando a diacronia, uma vez que o olhar sincrônico invalidaria a sua perspectiva de análise, recorre exatamente à sincronia. Isto, principalmente quando trata do conceito de relação, uma vez que esta não pode ser captada pela diacronia (Sewell Jr. 1990:88), mas deve ser descrita também como estrutura.

“A favor de Thompson”, entendemos que este, ao privilegiar a diacronia, o fez por entender que esta daria conta da “transformação”, da “formação” de heterogeneidades de ocupações em classe operária. Não é gratuito que o período de análise é recortado: são cinquenta anos. Parece-nos, no entanto, que Thompson não seria exatamente contrário à sincronia, mas à estase, a uma estrutura estática que não desse conta do movimento, ou melhor, ao contrário, à estase a-histórica (por si só redundante).

Sem dúvida, privilegiar a diacronia não o impediu de recorrer à sincronia, para melhor ilustrar seu intento. Parece-nos que para Thompson o recurso de valer-se da sincronia não implica em tomá-la como estrutura, antes como “um tempo sustido”, na acepção barteheana, como um expediente para análise de minúcias que a correnteza da diacronia obscureceria.

Outro ponto de atrito entre Sewell Jr. e Thompson é a conceituação de classe. Acerca de que classe falam Thompson e Sewell Jr.? A acepção de classe de Thompson já foi apresentada no item II. Esta parece distanciar-se daquela de Sewell, ou melhor, daquela que Sewell Jr. aponta nas entrelinhas. Os indícios de Sewell Jr. parecem respaldar-se numa concepção de classe muito mais próxima à ortodoxia marxista, negada por Thompson: o recorte numérico e a posição nas relações de produção. Isto traria implicações, uma vez que Thompson fala explicitamente da classe operária, uma fração do proletariado. Já Sewell Jr. parece tomar como sinônimos as duas categorias. Outra implicação decorrente da concepção de classe para Sewell Jr. é a diferenciação da *classe em si* e da *classe para si* e das questões da passagem da primeira para a segunda. No suposto sewelliano está em jogo a consciência de classe, condição prévia para a luta de classe.

A questão da passagem da *classe em si* para *classe para*

si pode levantar interrogações. Uma delas diria respeito ao momento da passagem. Outra, a quem cabe definir a ultrapassagem de uma situação (em *si*) para outra (para *si*)? Neste caso, os “árbitros” são os atores que vivenciam as experiências ou o cientista político ou outra autoridade que possa caracterizar e categorizar o estado de classe? Além disso, este suposto de frações *em si* e *para si* leva a um raciocínio retilíneo e teleológico da história, o que Thompson parece contestar, ao recorrer às experiências heterogêneas e ao background no qual a formação da classe operária se embebeu.

A distância entre os outros está expressa nas categorias norteadoras: luta de classes (para Sewell Jr.) e experiência (para Thompson). Para o segundo, a luta antecede a formação de classe. Daí haver lutas sem classes e a formação da classe ocorrer na luta. Para outro, o que define a classe é a luta, que é o resultado, a prova de que houve a passagem da classe *em si* à classe *para si*.

Sewell Jr. chama atenção para a fragilidade da experiência em Thompson, pela carência de teorização. Não se pode negar a riqueza das análises concretas das experiências em *A Formação*, mas resente-se de alguns supostos de teorização (5). Estes supostos não seriam exatamente no sentido de uma teoria abrangedora, encompassadora de qualquer situação. Neste aspecto, talvez estejamos exigindo de Thompson o que não era seu propósito: a teorização da experiência, como já alertara a Althusser em *A Miséria da Teoria*; e nem este seria o papel da História. Uma teorização poderia estar (com licença de Dilthey) no conhecimento absolutizador, na dedução transcendental. Neste caso, a resposta estaria em buscar nas *expressões*, nos seus significados. A experiência não teorizada seria o trunfo de Thompson para as análises singulares, para as respostas específicas.

Thompson, não teorizando e apresentando os *textos* de plurivocalidade dos atores, permite resgatar as expressões, as formas como as experiências são esboçadas e articuladas. E estas expressões, no sentido da Antropologia da Experiência, tomadas enquanto narrativas e neste sentido, são possibilidades de partilha de comunicação.

Outro aspecto que Sewell Jr. levanta, e com o qual concordamos, diz respeito ao uso da cultura - uso valorativo da categoria, mas sem que se lhe possa atribuir o epíteto de culturalista.

7. Considerações finais

Thompson, ao abordar a experiência, abre espaço para diálogo com o historicismo diltheyano. Este aspecto pode ser expresso na refutação da História similar às ciências da natureza, que pudesse produzir leis gerais e generalizantes. Leva em conta a realidade - a sua diversidade, a “cor local” - onde os atores estão inseridos, onde agem “sob e nos constrangimentos sociais”. Logo, as experiências são fundadas historicamente, ou, plagiando Geertz, são construídas: “toda experiência é uma experiência construída”.

Thompson, quanto aos seguidores da Antropologia da Experiência, abole a mensuração. É oportuno lembrar que Turner enfatiza que as expressões - dotadas de significados - não comportam um tratamento estatístico (Turner, 1986:33). Na mesma via, Thompson, ao discorrer sobre as “visões otimistas e catastróficas da Revolução Industrial”, prefere valer-se da categoria modo de vida, por ser qualitativa, ao invés de utilizar padrões de vida, o que teria uma “aura quantitativa”.

Nos procedimentos metodológicos também há

similaridades. Dilthey, criando uma nova metodologia para escapar ao positivismo e ao conhecimento experimental, procurou com isso emancipar “as ciências do espírito”. Thompson, na tradição marxista”, tentou resgatar a história do determinismo, duma visão teleológica, que ofuscaria as singularidades, as peculiaridades e não levaria em conta os valores e tradições culturais. Neste sentido, amplia o conceito de classe, de luta de classe, insere os valores, entende que cabe à história reconstruir, explicar e compreender a história real (nas palavras do autor). Recupera, à sua maneira, o historicismo, ao abordar a experiência da formação da classe operária inglesa enquanto singularidade.

NOTAS DE REFERÊNCIA

1 Segundo Bruner (1986:3) a formulação da Antropologia da Experiência dataria de 1982. No entanto, não se pode esquecer que a incorporação da categoria *experiência* na Antropologia foi anterior a esta data. Antropólogos valem-se dessa categoria, mesmo sem ter o intuito de trabalhar sob essa rubrica.

2 A Geisteswissenschaft compreenderia “as ciências do espírito”, no sentido lato (antropologia, história, sociologia, psicologia) e não poderia ter a mesma metodologia das ciências naturais. Deveria ter um estatuto científico, com metodologia apropriada: a compreensão e a interpretação.

3 Rosaldo (1990:104) afirma que, a partir de uma perspectiva antropológica, a principal crítica a Thompson reside na sua narrativa, deixando dúvida se os conceitos emitidos pertencem ao autor ou aos atores.

4 Desan, ao analisar as abordagens de Thompson e Natalie Z. Davis, informa-nos que a influência da Antropologia foi decisiva nesta autora. Já Thompson apresentava uma atitude ambivalente diante da disciplina. “Suas primeiras obras não foram diretamente influenciadas pela Antropologia. Com a típica desconfiança de um empirista inglês acerca da história ‘obscura’, Thompson parece ter inicialmente relutado em apoiar ou confiar na antropologia simbólica como instrumento de análise” (Desan, 1992:71). Num escrito de 1977 ele reconhece a utilidade da Antropologia, não na criação de modelos, mas “na determinação de novos problemas, no modo de ver, com novos olhos, os velhos problemas”.

5 Um dado que chama atenção em Thompson são os atributos qualitativos da experiência. No volume I: a experiência de organização (:28); experiências comunitárias (:48); experiência social (:51); experiências democráticas (:53). No volume II: experiência crucial (:23); experiência de exploração (:32); experiências

humanas(:37); experiências catastróficas (:38); experiência amarga (:226); experiência dramática (:224); experiência pessoal (:227); experiências comuns (:316); experiência londrina (:92); experiência real (:126); experiência religiosa (:244); experiência de revivificação (:276); experiência diária (:278); experiência de empobrecimento (:344/5). No volume III: experiência considerável (:24); experiência de Pentridge (:267); experiência de agitação pós-guerra (:301); experiência dos sindicatos (:260); experiência formadora (:276); experiência cooperativa (:303); experiência do radicalismo (:303); experiência própria (:304); experiência acessível (:347).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUNER, E. “*The Experience and Its Expressions*” p.3-38 e “Etnography and Narrative” p.139-155.

TURNER, V.; BRUNER, E. *Anthropology of experience, Urbana*. Chicago: University of Illinois, 1986.

DESAN, S. “Massas, Comunidade e Ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis”. In: Hunt, L. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.62-96.

DILTHEY, W. *Selected Writings*, Ed. H. P. Rickiman. Cambridge: University Press, 1976.

GEERTZ, C. *The Interpretation of Culture*, New York: Basic Books, 1973.

— “*Making Experience, Authoring Selves*”. In: TURNER, V.; BRUNER, E. *Anthropology of experience urbana*. Chicago: University of Illinois, 1986. p.373-380.

GOODY, J. & WATT, I. “The Consequences of Literacy”. In: KARABEL & HALSEY, *Power and Ideology in Education*, New York: Oxford University Press, 1977. p.456-472.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologia*, Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

- ROSALDO, R. "Celebrating Thompson's Heroes: Social Analysis in History and Anthropology", In: KAYE & MCCLELLAND (ed), *E. P. Thompson: critical perspectives*. Cambridge: Polity Press, 1990. p.103-120.
- SEWELL JR., E. "How classes are made: critical reflections on E. P. Thompson's Theory of Working Class formation", In: KAYE & MCCLELLAND 1990. p.50-57.
- THOMPSON, E. *A Formação da Classe Operária Inglesa*, São Paulo: Paz e Terra, 1987. 3v.
- _____*A Miséria da Teoria* ou um planetário de erros - uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____"Preface to 1980 edition". *The Making of English Working Class*. Middlesex: Pequin, 1980.
- TURNER, V. "Dewey, Dilthey and Drama: an essay in the anthropology of experience", In: TURNER, V.; BRUNER E. *Anthropology of experience urbana*. Chicago: University of Illinois, 1986. p.33-44.

PIERRE NORA: DA HISTÓRIA DO PRESENTE AOS LUGARES DE MEMÓRIA - UMA TRAJETÓRIA INTELLECTUAL

Ana Cláudia Fonseca Brefe

Aluno do Curso de Pós-Graduação em História da UNICAMP

RESUMO

Pierre Nora é organizador de uma das obras mais importantes da historiografia francesa atual, *Les Lieux de Mémoire*, em que se desdobram, de diferentes maneiras e através de diversas temáticas, a problematização e o entrecruzamento do complexo universo da memória com o campo recente da história. Pretende-se explicitar, aqui, essa audaciosa investida, mostrando qual o percurso teórico trilhado por Nora, desde os primeiros trabalhos que o inserem entre os historiadores da “Nova História” até suas preocupações mais recentes que o levaram à definição dos “lugares de memória”.

Pierre Nora faz parte da chamada *Nova História*, definida como a Terceira Geração da “Escola dos Annales”. Por isso, para falar da obra desse autor é preciso, a princípio, mapear o vasto campo de inserção da Nova História, pois ao mesmo tempo em que ela se caracteriza por sua filiação e pelo tributo aos primeiros mestres - Marc Bloch, Lucien Febvre e, posteriormente, Fernand Braudel -, ela trouxe contornos novos aos Annales, que estabeleceram rupturas e inflexões em relação a sua matriz original. Como bem demarca Peter Burke, a Terceira Geração dos “Annales” é marcada, precisamente, pela ausência de um perfil intelectual único e, sobretudo, pela idéia de que a história é uma área em franca expansão.¹ Assim, em grande parte, o esforço da Nova História veio no sentido de definir a disciplina

histórica no momento em que ela própria passava por profundas e ininterruptas transformações em seus fundamentos epistemológicos, ou seja, a partir dos anos 70.

A primeira tentativa de sistematização foi realizada pela série de artigos organizados por Jacques Le Goff e Pierre Nora nos três volumes do *Faire de L'Histoire* (Gallimard, 1974). Os textos selecionados nesses volumes pretendem, segundo seus próprios organizadores, fazer um balanço da história no presente e pensar os possíveis caminhos que ela poderia trilhar no futuro, já que seu campo de atuação ampliou-se, principalmente, devido à “invasão” de outras disciplinas - como a etnologia, a psicologia e a antropologia -, com seus métodos e objetos inéditos à história. Dessa forma, “novos problemas colocam em causa a própria história; novas abordagens modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; novos objetos, enfim, aparecem no seu campo epistemológico”.² A Nova História se apresenta, portanto, como uma reflexão sobre si mesma e sobre o trabalho de historiador.

Segundo Peter Burke e François Dosse, a Nova História surge como conseqüência da era Braudel. Para o primeiro ela é uma forma de reação a Braudel e aos seus métodos de interpretação histórica - ou seja, um abandono dos grandes espaços econômicos braudelianos e da noção de história imóvel - de modo que, segundo Burke, alguns historiadores mudam seu eixo teórico da “*base econômica para a 'superestrutura' cultural, 'do porão ao sótão'*”.³ Para Dosse a nova História sofre do efeito “*Braudel*”, ou seja, da ausência de um eixo teórico mínimo entre os autores que a compõem, o que torna problemática a definição dessa Terceira Geração como um grupo que ainda possa ser chamado de herdeiro dos primeiros Annales.⁴

Entre as temáticas que definem as orientações “*dessa geração*”, destacam-se três abordagens distintas: a redescoberta

da história das mentalidades, o uso dos métodos quantitativos na história cultural e um terceiro grupo de temáticas que, se definindo como um movimento contrário às outras duas, se desenvolve em três sentidos diferentes: como antropologia histórica, retorno à política, ou ainda como ressurgimento da narrativa. Dada a aproximação do trabalho de Nora com este último conjunto de temas - sobretudo a antropologia histórica e a volta ao político - pretendemos nos centrar neles, deixando para outra ocasião o esquadrinhamento das outras temáticas.

O interesse pela antropologia se estabelece, primeiramente, como contraponto à abordagem quantitativa da história e em oposição ao domínio da história estrutural e social que domina, sobretudo, as abordagens da segunda geração dos *Annales*. Pode-se dizer que a antropologia histórica se orienta em direção ao estudo dos aspectos simbólicos e culturais das sociedades. A história, nesse caso, se vê invadida pela etnologia e pela antropologia, de maneira que novas preocupações se põem ao trabalho do historiador. Surge uma história sócio-cultural que, vestida com uma roupagem etnológica, promove a cultura material, trazendo novamente o homem para o centro o trabalho histórico. Por conseguinte, são privilegiados os aspectos ligados ao cotidiano e às práticas culturais das sociedades, de maneira que há no discurso histórico um deslocamento em que o social é substituído pelo cultural. A cultura passa a ser vista como lugar através do qual se demarca a identidade dos grupos e, por outro lado, enquanto espaço onde se estabelecem contradições e conflitos e, por isso, passa a ser entendida como o núcleo de inteligibilidade da sociedade humana.

Atentos a aspectos até então pouco explorados no âmbito da história, vários historiadores da Nova História, como Pierre Bourdieu, Michel Vovelle, Roger Chartier, Pierre Nora, entre outros, se voltam para o estudo das práticas culturais, bem como para a apropriação e transformação destas no seio da

coletividade. Peter Burke ressalta que o esforço conjunto que compõe a obra *Les Lieux de Mémoire*, organizada por Pierre Nora, vai justamente neste sentido:

discutindo temas como a bandeira francesa, a Marselhesa, o Panteão e a imagem do passado tal como é encontrada em enciclopédias e textos escolares, marca um retorno às idéias de Maurice Halbwachs sobre a estrutura social da memória, idéias que haviam inspirado Marc Bloch, mas que tinham sido negligenciadas pelos historiadores posteriores. Em sua preocupação com os usos do passado pelo presente, exemplificam uma abordagem antropológica, uma antropologia reflexiva neste caso, pois os autores são um grupo de historiadores franceses escrevendo sobre história francesa. Organizados em torno dos temas “da Revolução” e “da Nação”, revelam também um retorno à política.⁵

A revalorização do político não significa uma volta à história factual “*événementielle*”, contra a qual os primeiros *Annales* bateram frontalmente. Ela demonstra uma preocupação cada vez mais acentuada com os temas contemporâneos e o comprometimento com uma nova visão do acontecimento.⁶ Como enfatiza Pierre Nora, “o acontecimento está reabilitado em novas bases”⁷ o que significa - como mostraremos a seguir - uma preocupação direta com o presente e com uma nova escrita da história ou, como diria este autor, “das histórias”.⁸

Pierre Nora no seu único texto traduzido no Brasil - “*O Retorno do Fato*”⁹ - procura definir o que é esse “acontecimento reabilitado”, mostrando que ele se relaciona não apenas a uma nova forma de pensar a história e construí-la, como também está ligado ao surgimento de uma nova modalidade histórica: a história contemporânea ou história do presente. A questão fundamental que se põe nesse trabalho de Nora é o fato de que, embora o acontecimento seja, hoje, abordado de maneira completamente distinta daquela pela qual ele era definido no século XIX, ele é, tal como naquele momento, a condição

fundamental do pensar histórico no presente.

A escola positivista, criada no século XIX, definia a história como estudo do passado, construindo-a como um encadeamento contínuo de fatos - interligados por uma relação de causa e efeito - desenrolados ao longo do tempo. Dessa forma ela estabelecia um corte entre passado e presente, pretendendo com essa cisão fazer uma história científica. O presente, apontado pelos positivistas como matriz fornecedora de dados científicos e de constantes a serem aplicadas no entendimento do passado, encontrava-se excluído da história. Nesse caso, “a partir da condição de que o presente, dominado pela tirania do acontecimento, foi proibido de residir na história, ficou entendido que a história seria construída sobre o acontecimento.¹⁰ Isso porque “o acontecimento que nós acreditávamos um fato objetivo, mas potencialmente finalizado, garantia a passagem do passado ao presente e vice-versa. O acontecimento fundaria o passado e justificaria o presente, no momento em que faria, na realidade, sua intrusão no contemporâneo.¹¹

Segundo Pierre Nora, o acontecimento tem hoje um novo significado, um novo valor e um conteúdo inédito. Ele é “novo e incontornável”. Os primeiros *Annales* pretendiam minimizá-lo em detrimento das correntes mais profundas da história na longa duração já que, nesse caso, o acontecimento era visto como a superfície da história. A mudança de natureza que se operou no acontecimento deve-se à saturação de informações criadas pela mídia e às novas relações que se estabeleceram entre as pessoas e os fatos. Isso porque a mídia fundiu em si mesma três instâncias anteriormente distintas: o acontecimento, os transmissores e o público. E, graças a esta fusão, não podemos falar de acontecimento independentemente da mídia na sociedade contemporânea, de modo que os meios de comunicação de massa não são meros veículos de transmissão dos acontecimentos, mas sua condição de existência.

A mídia dá aos acontecimentos o caráter de históricos, ou seja, “hoje em dia, o mais pequeno acontecimento é vivido como sendo histórico, memorável, inscrevendo-se já na história, quando nem sequer se sabe se ele terá lugar ou se virá a ter alguma importância. Quantas vezes se ouve falar de um ‘encontro histórico’ entre dois personagens importantes, quando ele ainda nem sequer teve lugar e pode ser anulado! Promove-se o vivido e histórico, o que muda completamente a natureza do histórico e também do vivido”.¹²

Entretanto, esse fenômeno midiático cria um paradoxo. Ao mesmo tempo em que a mídia leva a história para dentro de cada casa e faz de cada indivíduo co-autor dos acontecimentos, ela demarca a distância que separa cada um dos fatos reais, reduzindo os homens a meros e pacíficos espectadores do mundo ao seu redor. Assim, novas condições se põem para o historiador no presente, pois se, por um lado, ele lida com a superabundância de matéria-prima de trabalho, por outro, o acontecimento lhe é dado como algo delineado e exterior. Se anteriormente era o historiador que fazia o acontecimento, dando-lhe a dignidade de histórico, agora é o acontecimento que faz o historiador, no complexo emaranhado que é a atualidade.¹³ Ao invés de construir o acontecimento, o historiador do presente procura desatar, uma a uma, as amarras que o constituem, fazendo perguntas pertinentes à documentação e problematizando, constantemente, a produção do passado e do presente.

É justamente dessa nova condição da História e de seu artífice, no mundo contemporâneo, que partem as questões que Pierre Nora põe ao longo de sua obra; e é ao tentar resolvê-las - ou ao menos contorná-las - que ele nos oferece um intrigante campo de reflexão sobre o trabalho do historiador.

Atento às questões contemporâneas postas pela historiografia, Pierre Nora volta-se para o estudo, definição e

questionamento da memória, já que observa uma revalorização dessa área enquanto tema e objeto da produção histórica recente. Em um trabalho bem anterior à publicação dos *Lieux de Mémoire* Pierre Nora já esboça seu interesse pela questão da memória e de sua problematização pelo campo histórico, pois, para ele, a preocupação com a memória e sua inserção social no mundo contemporâneo revolveram por completo o trabalho do historiador.

No verbete “*Mémoire Collective*”, da obra *La Nouvelle Histoire*,¹⁴ Pierre Nora enfatiza que os espectadores do século XX assistem à rápida proliferação das memórias coletivas, fenômeno ligado, de um lado, às intensas transformações e às profundas rupturas sofridas pelas sociedades contemporâneas¹⁵ e, de outro, ao amplo e irrestrito poder que os meios de comunicação de massa adquirem nesse século. Segundo Nora, a proliferação das memórias coletivas é uma tentativa de compensar a sensação de desenraizamento do passado e a angústia em relação à incerteza do futuro, tendo como contrapartida a valorização da tradição. Isto significa que, como bem demarcou Maurice Halbwachs, quando não existe mais a vivência dos grupos sociais para sustentar as memórias coletivas, estas se tornam objeto de uma memória histórica que pretende recriar as correntes de pensamento coletivo que deixaram de existir nas relações sociais. Segundo Halbwachs, a história tenta restabelecer, de maneira artificial, a continuidade entre passado e presente, ou seja, ela “começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social”, quando os laços com o passado são tênues - ou desfeitos - devido à ausência de testemunhas vivas que possam manter as lembranças.¹⁶ Portanto, a proliferação das memórias coletivas é, na verdade, um fenômeno aparente, pois no momento em que se pretende materializar a memória na forma de escrita, tentando restaurar o seu movimento natural, já se tem indício de que a tradição coletiva, assentada na vivência dos grupos sociais, está

desaparecendo.

A memória, embora seja um problema apenas recentemente abordado pela história, já vem sendo pensada e problematizada há mais de um século por outras áreas do conhecimento: pela psicanálise e filosofia com Freud, Bergson, Luckacs, Nietzsche, por escritores como Proust, Joyce, Conrad, Svevo, ou ainda pelos sociólogos de tradição durkeheiniana, como Halbwachs.¹⁷ Para Pierre Nora, a Nova História pode ser interpretada como uma revolução da memória, ou seja, um vasto e lento trabalho da historiografia para se ajustar às novas exigências e às necessidades das coletividades contemporâneas, operando, assim, uma dilatação da percepção histórica.

Essas transformações profundas no campo da memória e da história contemporâneas, a presença massiça da mídia na vida cotidiana, somadas à incisiva preocupação com a história do presente levaram Pierre Nora, ainda em fins da década de setenta, a elaborar o conceito de *lugares da memória*, que se torna a base de seus projetos teóricos posteriores. Assim, no texto “Mémoire Collective” ele fala:

“Trata-se de partir dos lugares em que uma sociedade, qualquer que seja nação, família, etnia, partido, declare voluntariamente suas lembranças ou as reencontre como uma parte necessária de sua personalidade: lugares topográficos como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios e as arquiteturas; lugares simbólicos, como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais, como os manuais, as autobiografias ou as associações: esses memoriais têm sua história. Mas fazer essa história significa reverter o sentido da palavra para confiar a memória dos lugares aos verdadeiros lugares da memória: Estados, meios sociais e políticos, comunidades, experiências históricas ou de gerações movidas a constituir seus arquivos em função dos usos diferentes que eles fazem da memória”. (...). “A análise das memórias coletivas deve e pode tornar-se a ponta de lança de uma história que se vê contemporânea.”¹⁸

Segundo essa definição, fica evidente que se o homem

contemporâneo fosse capaz de manter sua própria memória, como faziam seus antepassados,¹⁹ não seria necessário consagrar a ela lugares. Da mesma forma que não haveria necessidade de a história fazer a mediação entre os homens e sua tradição. Portanto, na medida em que a memória não faz mais parte da vivência e da experiência cotidianas, se constitui como trabalho da história inventariar os lugares onde a memória estaria ancorada.

O projeto de Pierre Nora, que culminou na monumental obra de sete volumes, pôs como meta principal estudar os lugares de memória nacional da França contemporânea, problematizando a construção e a institucionalização, que se dá principalmente ao longo desse século, dos símbolos dessa memória: festas, emblemas, monumentos, comemorações, dicionários, museus. Partindo daí, podemos dizer que a idéia de lugares de memória se refere tanto a elementos materiais e concretos, como também àqueles absolutamente abstratos ou intelectualmente construídos. De qualquer forma, quaisquer que sejam seus elementos formadores, os lugares de memória são matéria-prima para a produção histórica, o que significa que, mais que um conteúdo, a memória é tomada como um quadro, um conjunto de estratégias que, englobando a lembrança e o esquecimento, define-se como um “eterno vir a ser”.

Pierre Nora deixa claro, logo na apresentação do primeiro volume da coleção, que através do estudo dos lugares de memória que propõe não se tem a pretensão de fazer uma história da França, mas se procura abrir caminho, entre a memória e a história, para a exploração seletiva e erudita da herança cultural francesa - ao invés de uma busca da tradição, pretende-se encontrar “o seu laboratório de experimentos”. Ele propõe, portanto, uma história das representações, profundamente diferente da história nacional positivista do século XIX, fazendo também desta seu objeto de estudo.

Esse projeto, segundo seu próprio idealizador, envolve problemas complexos: os limites exatos do lugar de memória, a teoria da comemoração, os linhames da memória histórica e da memória coletiva, as relações das ideologias e da política, da memória e do poder, da República e da Nação. Para pensá-las ele enuncia, logo no início do primeiro volume, qual o percurso a ser percorrido ao longo dos sete volumes: *La République, La Nation e Les France*, ou seja,

“de um aos outros, o percurso é logicamente imposto. Do mais simples ao mais complicado, do conteúdo ao continente, do mais fácil de datar ao mais difícil de apreender, do mais local ao mais geral, do mais recente ao mais distante, do mais político ao mais carnal, do mais unitário ao mais diversificado, do mais evidente ao mais problemático.”²⁰

Na apresentação do segundo volume fica mais evidente a escolha do itinerário, proposto por Pierre Nora, a ser seguido ao longo da obra. Nesse texto ele demarca que da República à Nação muda-se não apenas de capítulo mas de registro e de tratamento em relação ao objeto de estudo. Caminha-se, gradativamente, para o estudo da dimensão simbólica da Nação e, nesse caso, para uma retomada do político sob outros termos.

A República, enquanto forma terminada da Nação, é dupla, pois ao mesmo tempo que se confunde com essa última, por seu desejo de absorver toda a herança do passado, se distingue da idéia de nacional “porque ela é datável nos seus começos, palpável em seu projeto como nas etapas de seu estabelecimento.”²¹ Enquanto a República é um *fato*, a Nação, como “herança ou projeto, sonho ou realidade, celebrada ou maldita, está lá, é um *dado*.”²² Neste sentido, ela é uma representação por inteiro, “nem um regime, nem uma política, nem uma doutrina, nem uma cultura, mas um quadro de todas as suas expressões, uma forma pura, uma fórmula imutável e instável de nossa continuidade social, como aliás de todas as

comunidades sociais”.²³

Nos três volumes que recobrem o tema Nação, em nenhum dos ensaios que os compõem a *política* é tratada diretamente, embora ela seja o elemento que lhes dá unidade e faz deles um conjunto. A política é definida por Pierre Nora como a dimensão simbólica da Nação: “ela não é um conceito jurídico apenas, nem uma unidade territorial e uma vontade de viver em comum e nem somente o rico legado das lembranças”; (...) “ela é uma organização simbólica do grupo humano, o qual trata-se de reencontrar os sinais e esclarecer os circuitos”.²⁴ Por conseguinte, a Nação é pensada como conjunto de significações que constituem um corpo indicador de uma identidade política.

A dimensão simbólica, enquanto aspecto menos estudado pela História e possivelmente o elemento mais recente que ela se propõe a abordar, é uma reinterrogação do político em outros níveis, à medida que estabelece relações entre as bases mais materiais da existência das sociedades e as produções mais elaboradas da cultura e da reflexão (histórica, filosófica, jurídica, literária). O que dá fecundidade à história simbólica é justamente sua capacidade de articular e olhar em conjunto a história cultural e social, de modo que historiadores da arte, literatura, direito, economia tenham um terreno de trabalho comum. Em relação a esta ênfase dada ao simbólico, a qual traz o retorno ao político, Nora constata: “Ironia das coisas: a história total havia se definido com os primeiros Annales contra a história política e sua estreiteza. Agora a política ressurge como instrumento de uma história mais englobante ainda, sob uma figura que nós não conhecemos ainda”.²⁵

Depois dessa longa exposição do percurso seguido na obra, é preciso explicitar a proposta teórica de Pierre Nora, que se desdobra ao longo dos sete volumes. Neste caso, é necessário remeter ao texto inicial de toda a obra. “Entre mémoire e historie:

la problématique des lieux”, que se constitui na matriz teórica de todos os ensaios subsequentes, já que é aí que o autor define conceitualmente o universo da memória, o campo da história e seus entrecruzamentos como lugares de memória.

Como já foi dito anteriormente, segundo algumas abordagens propostas pela Nova História vivemos atualmente um fenômeno de aceleração da história, especialmente sentido devido à dilatação do campo histórico gerado pela presença massiva da mídia nas sociedades contemporâneas. Nesse processo se difunde a idéia de que o universo da memória coletiva estaria não apenas mais alargado, como também mais acessível a todas as camadas sociais. Da mesma forma, cria-se uma falsa identificação entre história e memória, quando, na verdade, é preciso deixar claro que elas não são campos que se confundem mas, sobretudo, conceitos que se opõem.

Pierre Nora esclarece que as diferenças entre as duas categorias começam nos processos e nos elementos diversos que produzem cada uma delas. A memória é, em grande parte, uma operação afetiva “que se acomoda aos detalhes que a confortam, que se nutre de lembranças enevoadas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensíveis a todas as transferências, censuras ou projeções”.²⁶ A história, por sua vez, é uma construção quase sempre problemática e incompleta daquilo que não é mais; é um trabalho intelectual e laico que analisa, explícita e, assim, fundamenta-se em um discurso crítico.

Elas se diferenciam, também, por suas naturezas. A memória é vida, “ela está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e da anamnésia, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, suscetível a longas latências e repentinas revitalizações”. Por outro lado, a história é uma representação do passado, delimitada pelo olhar do historiador que se debruça

sobre os documentos. Por fim, a memória, ao constituir-se como objeto de uma história possível, deslegitima o passado vivido, pois a tradição histórica ortodoxa “desenvolve-se como exercício regrado de memória que busca a reconstituição do passado sem lacunas e sem falhas”.²⁷

No interior da história há, portanto, uma crítica destrutiva à memória espontânea, de modo que a historiografia nasce justamente quando a história se vê vítima da memória e faz um esforço para se desvencilhar desta. Desse modo, Pierre Nora salienta que, no caso da França, fazer a historiografia da Revolução Francesa, reconstituir seus mitos e suas interpretações significa que, hoje, as pessoas não se identificam mais com sua herança. Em sentido mais amplo, quando a história questiona a constituição das tradições, constata-se que não há mais nenhuma identificação entre ela e a memória; neste sentido, pode-se dizer que a memória tornou-se objeto de uma história possível.

No século XIX, através da história e ao redor da Nação a memória encontrava sua base de sustentação. A definição nacional do presente se fazia pelo clareamento do passado, como se ela fosse resultante de uma evolução em linha reta. No caso francês, a construção da República e de seus espaços se deu pela invenção de mitos, ritos, seus altares e emblemas. Entretanto, como bem ressalta Eric Hobsbawn, essa utilização política da memória não é especificamente republicana ou francesa; ela é um fenômeno de época, do qual vários países europeus fizeram uso. Trata-se da *invenção das tradições*, “um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição”.²⁸

Pierre Nora, pensando nesse processo de invenção das tradições, acrescenta que

o advento da era das massas pôs à disposição dos nacionalismos em organização meios até então desconhecidos, ao menos nessa

escala, e impôs a todas as novidades, elas também em uma escala desconhecida, a necessidade de se ter rapidamente um passado. Em relação a outros países, monarquia inglesa ou império alemão, a França republicana parece reformada: uma arquitetura discreta, símbolos abstratos, como Marianne, bustos burguesamente cívicos, uma utilização sem megalomania da prática de memória. Mas, contrariamente, a República se distingue por um investimento em profundidade, e por uma construção sistemática de uma memória ao mesmo tempo autoritária, exclusivista, unitária, universalista e intensamente passadista.²⁹

Destaca-se, portanto, uma necessidade de produzir uma memória coletiva capaz de englobar as diferenças e de remeter todas elas a uma cultura nacional comum e de mesma origem. Efetiva-se um amplo processo de pedagogia coletiva em que a República, com seus ritos e símbolos, se institui como ponto culminante da civilização moderna. “Estado, serviço militar, ritual eleitoral, formação regular dos partidos políticos, a conquista republicana do Estado é uma conquista da sociedade que fez da República mais que um regime, mais que uma doutrina ou filosofia, um sistema, uma cultura e talvez uma civilização moral.”³⁰

Entretanto, ao mesmo tempo em que a história se apropria da memória nacional, o fenômeno de passagem da memória à história também trouxe alterações no âmbito da memória dos grupos. Isso significa que, com a ampliação do campo histórico, todos os grupos reivindicam por sua história, não só os velhos marginalizados da história-oficial. Esse processo pode ser explicado pelo fato de que lembrar e preservar a memória se torna uma necessidade imperativa no homem moderno e contemporâneo, pois, se a memória não está em parte alguma fora do homem, é na busca das memórias particulares que se pode encontrar a identidade perdida.

Por conseguinte, a partir do momento em que a memória

é apropriada pelo conhecimento histórico, ela se transforma, de modo que “entre a memória verdadeira, hoje refugiada no gesto e nos hábitos, nos ofícios onde se transmitem os saberes do silêncio, nos saberes dos corpos, as memórias de impregnação e os saberes reflexos; e a memória transformada por sua passagem na história, o que é quase o contrário: voluntária, deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea; psicológica, individual e subjetiva, e não mais social, coletiva, englobante.”³¹ Todavia, a história desenvolve-se naquele momento e até boa parte de nosso século como uma história-memória, sob o modelo da rememoração, da anamnese e da memorização - apesar de sua preocupação em ser crítica ela é, antes de mais nada, descritiva.

No entanto, depois da longa e gradual absorção pela história, a memória recebeu novas formas de conceitualização e de definição. À medida que a sociedade perde os mecanismos para preservar sua memória - aqueles ligados à tradição oral - há uma obsessão em materializá-la em registros escritos. Dessa forma, ela foi se tornando arquivística e preocupada em registrar todos os objetos, documentos, espaços, enfim, tudo aquilo que, de alguma forma, parecesse significativo para ser conservado como memória: “o sentimento de desvanecimento rápido e definitivo combina-se com a inquietude do presente e a incerteza do futuro, dando ao mais simples dos testemunhos a dignidade virtual do memorável.”³² Portanto, pode-se dizer que a memória é hoje um enorme estoque material resultante do acúmulo compulsivo e desmedido de tudo aquilo que é impossível lembrar, mas que a qualquer momento pode ser necessário recordar-se.

Assim, dois processos concomitantes se efetuam, ou seja, ao mesmo tempo em que a memória tradicional desaparece, a acumulação documental se multiplica. A liquidação definitiva da memória tradicional se dá por uma vontade geral de registro de todos os seus signos indicadores. O arquivo é, portanto, um

lugar mutante “que muda de sentido e de estatuto por seu próprio peso; ele não é uma relíquia mais ou menos intencional de uma memória viva, ele é o resto voluntário e organizado de uma memória perdida.”³³

Frente ao quadro contemporâneo da memória e da história, Pierre Nora indica que os *lugares de memória*, oferecem um amplo campo de problematizações para o trabalho histórico, ao mesmo tempo em que resolvem os impasses da memória, no mundo contemporâneo. Enquanto restos esparsos de tempos, acontecimentos, sociedades que deixaram de existir e que não encontram identidade no mundo atual, devem ser pensados como o que restou de uma memória que se tornou alheia à experiência presente. Através deles busca-se o deciframento do que nós somos à luz daquilo que não somos mais.

Os lugares de memória estão, portanto, na encruzilhada entre história e memória, pois, apesar de não serem nem uma coisa nem outra, carregam algo das duas: da primeira são um vestígio, um resíduo; da segunda são uma possibilidade de constituição. Como bem demarca Pierre Nora, os lugares de memória são “lugares mistos, híbridos, mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e eternidade; em uma espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel.”³⁴ Eles são vias fecundas de estudo, já que, enquanto fragmentos do passado que se colocam no presente, eles aparecem, potencialmente, como objetos a serem delineados. E a tentativa de constituir tais objetos não vai no sentido da identidade perdida, mas se faz na procura da diferença, da singularidade, pois os lugares de memória estão em constante transformação e, por isso, estão abertos a múltiplas significações e variadas abordagens, prontos para serem visados pelo historiador.

Para finalizar, é fundamental ressaltar que a riqueza teórica

e conceitual do seu estudo dos lugares de memória, idealizado e materializado por Pierre Nora, não se encerra no âmbito da historiografia francesa. O próprio autor propõe, em um número recente da revista *Le Débat*,³⁵ que a problemática dos lugares de memória seja estendida a outros países, devido à percepção de uma mudança geral e profunda da relação tradicional dos países com seu próprio passado. Dessa forma, propõe uma reflexão ampla sobre a noção e os caminhos das memórias nacionais, revolvendo e questionando suas raízes e sua constituição, removendo seus pilares de sustentação através da ênfase dada aos lugares em que ela será centrada, às comemorações que a celebram e, finalmente à generalização da idéia de patrimônio, como lugar e meio de preservação do passado e de cristalização da memória. É sobretudo nessa perspectiva que o trabalho de Pierre Nora interessa a nós historiadores e nos instiga a pensar em novas formas do fazer histórico hoje.

Não apenas *Clio*, mas *Mnemosyne* a ela se une na difícil tarefa de inspirar os historiadores nos caminhos e descaminhos da história contemporânea.

NOTAS DE REFERÊNCIA

1 BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo: EDUSP, 1991.

2 LE GOFF, Jacques. Apresentação. In: *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro : F. Alves, 1976.

3 BURKE, *A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales*, p. 81.

4 DOSSE, François. *A História em Migalhas*. São Paulo: Ed. Ensaio, 1992.

5 BURKE, *A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales*, p. 99-100.

6 Vale enfatizar aqui que a ausência da política no lema dos fundadores dos Annales - "economia, sociedades, civilizações" - era uma postura radical no sentido de romper, definitivamente, com a "história historicizante" dos positivistas, que

cultivava o “fetichismo dos fatos”, e por uma “história-problema que se resumia no uso de hipóteses explícitas pelo historiador, hipóteses “abertas” que serviriam de fio condutor para a pesquisa, articulando todos os seus passos analíticos”. Cf. Saliba, Elias Thomé no prefácio do livro de Dosse, F. op. cit., p. 9.

7 Citado em *A História Nova*, sob direção de Jacques Le Goff, São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 53.

8 Segundo François Dosse a Nova História estabelece uma ruptura, ou seja, ela decompõe a História, que então passa a ser escrita no plural e com inicial minúscula. “Não existe mais a história, mas as histórias. Trata-se da história de tal fragmento do real e não mais da história do real.” Não é à toa que a coleção que Pierre Nora dirige na Gallimard chama-se Biblioteca das Histórias, cujo título já demonstra uma inflexão nas bases epistemológicas da história. Assim, Nora fala que: “Vivemos a explosão da história” (...) “Vivemos uma história em migalhas, eclética, ampliada em direção às curiosidades, às quais não precisamos nos recusar.” Cf. Dosse, F. op. cit., p. 181-182.

9 NORA, Pierre. O Retorno do Fato. In: LE GOFF, Jacques, comp. *História: Novos Problemas*, Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

10 Idem. *Ibidem*. p.180.

11 NORA, Pierre. "Présent" in *La Nouvelle Histoire*, sous la direction de Jacques Le Goff et R. Chartieu et J. Revel. Paris: C.E.P.L., 1978, p. 468.

12 NORA, Pierre. O Acontecimento e o Historiador do Presente. In: LE GOFF, Jacques, comp. ; LADURIE, Le Roy, comp. *A Nova História*. et al. Lisboa: Edições 70, 1991 (original em francês de 1977).

13 No texto “O Retorno do fato”, Pierre Nora dá como exemplo de acontecimento moderno o desembarque do homem na Lua. Ele tem todos os requisitos desejados: a transmissão simultânea, o acesso das grandes massas em nível mundial e o caráter de espetáculo. “Esse acontecimento sem historiador é feito da participação afetiva das massas, o só e único meio que elas têm de participar na vida pública: participação exigente e alienada, voraz e frustrada, múltipla e distante, impotente e portanto soberana, autônoma e teleguiada como essa impalpável realidade da vida contemporânea que se chama opinião.” Cf. Nora, P. op. cit., p. 186.

14 NORA, Pierre. *Mémoire Collective*. In: *La Nouvelle Histoire*. p. 398-401.

15 Ele se refere aqui sobretudo à transformação das tradições, das ordens nacionais e coloniais, à massificação dos acontecimentos, enfim, à nova ordem mundial que se estabelece após a Primeira Grande Guerra.

16 HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*, São Paulo: Ed. Vértice, 1990, p. 80

17 NORA, Pierre, “Mémoire Collective”, in *op. cit.*

18 Idem. *Ibidem*. p. 401.

19 Sobre essa capacidade dos antepassados de preservar suas memórias e

de transmiti-las como experiências, conferir Benjamin, Walter. “O Narrador. Considerações sobre a Obra de Nicolai Leskov” in *Obras Escolhidas I*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.

20 NORA, Pierre. “Présentation”, *Les Lieux de Mémoire I - La République*, Paris, Gallimard, 1984, p.VIII.

21 NORA, Pierre. “Présentation”, *Les Lieux de Mémoire II - La Nation*, Paris, Gallimard, 1986, p. IX.

22 Idem. *Ibidem*. p. X (grifo é meu).

23 Idem. *Ibidem* . p. X.

24 Idem. *Ibidem*. p. XX.

25 Idem. *Ibidem*. p. XXI.

26 NORA, Pierre. “Entre Mémoire et Histoire: la problématique de lieux” in *Les Lieux de mémoire I - La République*, Paris, Gallimard, 1984, p. XXV.

27 Idem. *Ibidem*. p. XIX-XX.

28 HOBBSAWN, Eric. A Produção em massa de Tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBBSAWN, Eric, org. ; RANGER, Terence, org. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 12.

29 NORA, Pierre. “De la République à la Nation”. In: *Les Lieux de Mémoire I - La République*, Paris: Gallimard, 1984, p. 652.

30 NORA, Pierre. “De la République à la Nation”. In: *Les Lieux de Mémoire I - La République*, Paris: Gallimard, 1984, p. 652.

31 NORA, Pierre. “Entre mémoire et histoire: la problématique du lieux”, *op. cit.*, p. XXV.

32 NORA, Pierre. “Entre mémoire et histoire: la problématique du lieux”, *op. cit.*, p. XXVI.

33 NORA, Pierre. “Entre mémoire et histoire: la problématique du lieux”, *op. cit.*, p. XXVII.

34 NORA, Pierre. “Entre mémoire et histoire: la problématique du lieux”, *op. cit.*, p. XXXV.

35 *Le Débat*, n. 78, jan./fev. 1994.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01 LE GOFF, Jacques, org. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

- 02 BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*, São Paulo: EDUSP, 1991.
- 03 DOSSE, François. *A História em Migalhas*, São Paulo: Ed. Ensaio, 1992.
- 04 HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*, São Paulo: Vértice, 1990.
- 05 HOBBSAWN, Eric. A Produção em Massa de Tradições: 1870 a 1914. In: HOBBSAWN, Eric, org.; RANGER, Terence, org. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- 06 LE GOFF, Jacques. Apresentação. In: *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.
- 07 NORA, Pierre. De la République à la Nation, *Les Lieux de Mémoire I - La République*, Paris: Gallimard, 1984.
- 08 _____. Entre mémoire et histoire: la problématique de lieux, *Les Lieux de Mémoire I - La République*, Paris: Gallimard, 1984.
- 09 _____. O Acontecimento e o Historiador do Presente. In: LE GOFF, Jacques, org.; LADURIE, Le Roy, org. et al. *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- 10 _____. Mémoire Collective. In: LE GOFF, Jacques, org.; CHARTIER, Roger, org.; REVEL, J. *La Nouvelle Histoire*. Paris: C.E.P.L., 1978.
- 11 _____. Présent. In: LE GOFF, Jacques, org.; CHARTIER, Roger, org.; REVEL, J. *La Nouvelle Histoire*. Paris: C.E.P.L., 1978.
- 12 _____. Présentation, *Les Lieux de Mémoire I - La République*, Paris: Gallimard, 1984.

- 13 _____. *Présentation, Les Lieux de Mémoire II - La Nation*, Paris: Gallimard, 1986.
- 14 _____. O Retorno do Fato. In: LE GOFF, Jacques, comp. *História: Novos Problemas*, Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

HISTÓRIA E LITERATURA

CANUDOS SITIADO PELA RAZÃO: O DISCURSO INTELLECTUAL SOBRE A “LOUCURA” SERTANEJA

Jacqueline Hermann.

Aluna do Curso de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

RESUMO

Objeto de inúmeras e diferentes formas de análise, o movimento de Canudos tem sido tema de interesse recorrente ao longo dos quase cem anos que separam seu triste desfecho das produções mais recentes sobre o assunto. Neste grupo de trabalhos, dois autores se destacaram como alguns de seus mais prestigiados intérpretes: Nina Rodrigues e Euclides da Cunha.

Personagens importantes do cenário intelectual brasileiro do final do século passado, construíram, cada um em seu campo de atuação, uma história explicativa da conturbada e extraordinária saga conselheirista. As análises feitas através de *A Loucura Epidêmica de Canudos*, de Nina Rodrigues e de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, permitem observar como, refletindo sobre Canudos, estes autores pensavam o Brasil de seu tempo e como equacionaram o significado de uma guerra fratricida a partir das teses racistas e evolucionistas que ocupavam a vanguarda intelectual do final do século XIX.

Este artigo pretende analisar a construção do discurso destes autores, buscando especificamente as causas do movimento, tendo como hipótese a idéia de que estes intelectuais julgaram e condenaram Canudos a partir de um modelo de entendimento do homem e do seu tempo totalmente distante,

geográfica e culturalmente, dos fortes e fanáticos sertanejos.

Parte do bloco de poder recém-inaugurado pela ordem republicana, as interpretações de Nina Rodrigues e Euclides da Cunha constituíram uma base legítima e reconhecida para a aceitação da tragédia de Canudos como “fatalidade histórica”. Rediscutir a construção desta versão é a intenção deste artigo.

Chamo discurso de poder a todo discurso que engendra uma culpa e, por conseguinte, a culpabilidade daquele que o ouve.

Roland Barthes

1. À Guisa de Introdução

Canudos tem sido objeto de inúmeras e diferentes formas de análise, tanto sociológicas, antropológicas, históricas como literárias. Tema de interesse recorrente ao longo dos quase cem anos que separam seu triste desfecho das produções mais recentes sobre o assunto, tem em dois autores importantes do cenário intelectual brasileiro do final do século passado alguns de seus mais prestigiados intérpretes.

Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, cada um em seu campo específico de atuação, construíram uma história explicativa da conturbada e extraordinária saga conselheirista, baseada nas premissas científicistas mais caras ao seu tempo. Esquadrinhando o movimento a partir, sobretudo, de seu líder como agente detonador do incendiário acontecimento, tecem considerações que explicitam suas posturas frente às questões que mais abalaram o pensamento intelectual brasileiro na virada do século XIX para o XX.

As análises feitas através d’*A Loucura Epidêmica de Canudos*, de Nina Rodrigues, e d’*Os Sertões*, de Euclides da Cunha, permitem observar como, refletindo sobre Canudos, estes

autores pensavam o Brasil de seu tempo e como puderam equacionar o significado de uma guerra fratricida no limite das teorias racistas e evolucionistas que ocupavam a vanguarda da produção científica e literária.

Este artigo pretende analisar a construção dos discursos destes autores, buscando especificamente as causas do movimento e, a partir delas, discutir como foram justificadas a necessidade e a qualidade da repressão. A hipótese central é a de que estes intelectuais julgaram e condenaram Canudos a partir de um modelo de entendimento do homem e do seu tempo totalmente distante, geográfica e culturalmente, dos fortes e fanáticos sertanejos.

Mas se falar de Canudos é sempre falar de uma derrota, analisar o discurso intelectual sobre o sertão, no final do século passado, é reconhecer a vitória de um conjunto de referências culturais que reorganiza a relação entre o bem e o mal, o certo e o errado, a vida e a morte, segundo o primado da ciência e da razão. Parte do bloco do poder recém-inaugurado pela ordem republicana, as interpretações de Nina Rodrigues e Euclides da Cunha constituíram uma base legítima e reconhecida para a aceitação da tragédia de Canudos como uma “fatalidade histórica”. Rediscutir a construção desta versão é a intenção deste ensaio.

2. O Discurso Científico: A “Verdade Revelada”

Nina Rodrigues, eminente médico baiano e professor da Academia de Medicina da Bahia, produziu um trabalho específico sobre o ocorrido em Canudos no final do século XIX.¹ Por ser a palavra de um dos mais conceituados médicos de sua época, atuando pioneiramente em campos como o da pesquisa antropológica das relações raciais e da medicina legal brasileira,

seu veredito ganha uma legitimidade indiscutível por preencher um requisito básico: é a expressão de uma corrente da medicina que ganha força neste momento - a medicina experimental - como um campo de conhecimento científico por excelência.

Publicado no Rio de Janeiro em 1897, *A Loucura Epidêmica* esmiúça, esquadrinha, define e explica, do ponto de vista médico, as origens daquela loucura coletiva. Buscar a origem é tentar apreender a inteligibilidade de um processo tomado como linear e unívoco, acreditando que sua explicação constitutiva permitiria o controle de seus desdobramentos. Nina Rodrigues persegue este objetivo e constrói uma história da origem de Canudos baseada nos pressupostos cientificista, evolucionista e racista que permearam as discussões intelectuais na passagem do século XIX para o XX.

Segundo Renato Ortiz,² tanto Nina Rodrigues como Euclides da Cunha e Silvio Romero podem ser considerados os produtores de um discurso paradigmático do final do século passado e precursores das Ciências Sociais no Brasil. Mesclando a certeza da razão com a necessidade de explicar a constituição de uma nação pródiga em obstáculos para a passagem à condição de civilizada, estes autores observam uma realidade que lhes escapa de todo e para a qual buscam um “enquadramento” não raro ambíguo e tortuoso.

Baseados no positivismo de Comte, no darwinismo social e no evolucionismo de Spencer, que têm como ponto de encontro a tese que fundamenta a evolução histórica dos povos, procuram o lugar do Brasil nesta linha evolutiva, visando resolver o impasse entre a necessidade de alinhamento às potências européias e o sentido do que é especificamente nacional.

Duas questões serão fundamentais neste equacionamento: o meio e a raça. Conceitos-chaves para os intelectuais de fins

do século passado, estes dois elementos constituirão as justificativas para o determinismo geográfico estruturalmente “pernicioso”, levando a uma “fatalidade racial” que explica o lugar atrasado do Brasil em relação ao mundo ocidental civilizado, do ponto de vista externo, e a oposição entre o interior e o litoral, numa perspectiva interna.

A partir deste paradigma - a Europa “branca” e civilizada - a peculiaridade racial brasileira, que mistura à raça superior o negro e o índio, explica a origem de nossa degeneração, que, mais que incluir elementos representantes das raças inferiores, peca irremediavelmente pela sua mais nefasta consequência: a mestiçagem. Ortiz resume bem esta idéia:

O mestiço, enquanto produto do cruzamento entre raças desiguais, encerra, para os autores da época, os defeitos e taras transmitidos pela herança biológica. A apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsistência, seriam dessa forma qualidades naturais do elemento brasileiro.³

Para estes autores, portanto, a constituição de uma nação brasileira civilizada se dará no futuro, no processo evolutivo e “natural” das sociedades humanas, com a eliminação gradativa e biologicamente irreversível das raças inferiores predominantes em nossa história passada. Recontar a história do Brasil é, nesta perspectiva, reconstruí-la depurada de suas máculas, reiniciando um processo evolutivo que desloca o momento e o “erro” da origem do atraso.

A postura messiânica da salvação nacional pelos caminhos da ciência, novo baluarte de uma fé racional e laicizada, encontrará no discurso positivista que orientou a conformação da instituição republicana brasileira uma base sólida para uma argumentação que se coaduna com a proposta anticlerical e autoritária da República recém-inaugurada.

Este rápido resumo do conjunto de pressupostos que

nortearam o cenário cultural dos discursos, que fundaram e constituíram a necessidade da arquitetura republicana, quando pensado em seu aspecto de busca da salvação nacional, curiosamente aproxima-se, morfológicamente, das bases salvacionistas impressas nas propostas eminentemente religiosas de Antônio Conselheiro e seus seguidores. Se mudam os caminhos para a salvação, mantém-se a convicção de sua necessidade, agora reduzida de sua dimensão cristã universalizante para uma versão particularizada da redenção do nacional.

Nina Rodrigues, ao discorrer sobre Canudos, reafirma este caráter axiomático da ciência como verdade revelada pela razão, baseando suas conclusões sobre a *Loucura Epidêmica* em “evidências” que saltam do movimento sertanejo e se encaixam no modelo que organiza seu pensamento de médico e intelectual.

Em trabalho anterior,⁴ Nina Rodrigues esclarece sua postura “teórico-científica” sobre a inculpabilidade penal do mestiço, grupo ainda sem unidade antropológica, oriundo de combinações diversas das três raças puras formadoras de nossa constituição antropológica.

Baseando-se em Spencer e em seus *Essais Scientifiques*, de 1879, Nina Rodrigues procura e encontra suas respostas:

Qual é o efeito da mistura de raças sobre a natureza mental, inquire Spencer, como um dos grandes problemas da psicologia comparada da humanidade? Em todo reino animal temos motivos para crê-lo, todo cruzamento entre variedades que se tem tornado muito estranhas uma da outra; no físico nada produz que preste, ao contrário, a união entre variedades ligeiramente diferentes dá, no físico, bons resultados. Dá-se o mesmo para a natureza mental? A julgar por certos fatos, a mistura entre raças de homens dessemelhantes parece produzir um tipo mental sem valor, que não serve nem para o modo de

viver da raça superior, nem para o da raça inferior, que não presta, enfim, para gênero algum de vida.⁵

O mestiçamento no Brasil confirmaria estas previsões sombrias, base sobre a qual Nina Rodrigues edifica sua argumentação da incapacidade das raças inferiores e de sua influência negativa no caráter da população mestiça. Descrendo do “branqueamento” natural da raça brasileira proposto por Silvio Romero, o famoso médico, convencido de nossa origem mestiça, define uma hierarquia que salvaguarda uma parte reduzida da população, culpando e absolvendo, ao mesmo tempo, a grande maioria restante, cunhada pela desgraça de uma mistura degenerada na origem, mas, por isto mesmo, incapaz de responder racional e civilizadamente pelos seus atos. Esta ambigüidade se expressará de forma definitiva e constrangedora na explicação da *Loucura Epidêmica*, como veremos a seguir.

Para dar conta de nossa quase absoluta totalidade mestiça, o autor distingue três grupos: o de mestiços superiores, que, ou pela predominância da raça civilizada ou pela “combinação mental feliz”, devem ser julgados perfeitamente equilibrados e responsáveis; o de mestiços “evidentemente degenerados”, que pelas anomalias de sua organização física, intelectual e moral devem ser considerados “na frase de Morel, tristes representantes de variedades doentias da espécie” e, dentre estes, “uns devem ser total, outros parcialmente irresponsáveis”; e um terceiro grupo, o de mestiços comuns, “produtos socialmente aproveitáveis, superiores às raças selvagens de que provieram”, mas que estão sempre na iminência de “cometer ações anti-sociais” de que não podem ser plenamente responsáveis. São todos casos de “responsabilidade atenuada”.⁶

Esta digressão sobre o trabalho anterior de Nina Rodrigues será uma importante baliza para a análise de sua avaliação sobre Canudos, pois explica a ambigüidade das explicações “sócio-

científicas” dadas ao movimento sertanejo, transformado circunstancialmente num problema nacional. Ao discorrer sobre a *Loucura Epidêmica*, não considera nenhuma de suas complacentes teses sobre a inculpabilidade criminal da população mestiça seguidora de Antônio Conselheiro, pois não demonstra qualquer contrariedade com os meios utilizados para debelar os “espíritos doentios” reunidos em Belo Monte, quando em uma nota de primeira página adverte:

Não se altera de uma linha as considerações deste estudo a notícia que nos acaba de transmitir o telégrafo que a 5 de outubro o General Artur Oscar que desde junho se achava em Canudos à frente de doze mil homens apoderou-se finalmente daquele reduto, batendo completamente o banco de fanáticos que ali se achavam entrincheirados.

Nina Rodrigues parte de uma evidência - a loucura de Antônio Conselheiro, que, podendo fugir, manteve-se até a morte em seu posto - para a identificação da especificidade da demência que acomete o líder sertanejo, adotando uma linha explicativa que observa a evolução da doença e estabelece uma relação direta entre o seu desenvolvimento e o meio físico onde ela nasceu e cresceu. Percebe-se, portanto, a total adequação dos pressupostos “teórico-científicos” anteriormente assinalados ao sentido da *Loucura* construído pelo famoso médico:

a cristalização do delírio de Antônio Conselheiro no terceiro ponto de sua psicose progressiva reflete as condições sociológicas do meio em que se organizou.

No caso de Antônio Maciel, o diagnóstico de delírio crônico (Magnan), de psicose sistemática progressiva (Garnier), de paranóia primática dos italianos, etc; em rigor mais não requer para se firmar do que a longa sistematização de quase trinta anos e a transformação contemporânea do simples enviado divino no próprio filho de Deus.

No entanto, as três fases que têm atravessado a história de Antônio Conselheiro coincidem rigorosamente com os três períodos admitidos na marcha da psicose primitiva.⁷

Nina Rodrigues faz um relato biográfico do Conselheiro, visando demonstrar o desenvolvimento das três fases da doença, que tem seu apogeu a partir da proclamação da República. Iniciando seu processo de loucura pelas dificuldades de convívio familiar, o que o leva a brigar com a mulher e a sogra e ao ferimento de um parente, passa a partir de 1876, à fase de peregrinações e construções de cemitérios, quando “levava finalmente descoberta a fórmula de seu delírio” e pregava contra o luxo e os maçons, anormalizando “extraordinariamente a vida pacífica das populações agrícola e criadora da província”. Mas é no terceiro, último e mais perigoso estágio da doença mental do líder sertanejo que o cientista mais se detém.

Entendendo que é a partir da proclamação da República que a etapa aguda da loucura se explicita e se dissemina, contagiando toda a população que dele se aproximasse, Nina Rodrigues acaba por inverter a lógica da ação conselheirista quando afirma que “Antônio Conselheiro declarou-se monarquista”⁸ neste momento. Não só desde a década de 1870 Antônio Conselheiro já hostilizava os maçons, como o próprio médico afirma anteriormente, como a sua adaptação à ordem monárquica se coadunava com um sentido fundamentalmente religioso segundo o qual o líder sertanejo entendia o mundo em que vivia. Mesmo no que diz respeito à sua relação com a igreja, não é o Conselheiro que muda sua posição diante desta instituição, agora fragilizada e subordinada, mas esta é que admite o poder temporal emanado exclusivamente da esfera política laicizada e racionalizada. Não se trata de negar a oposição à nova ordem por parte do Conselheiro e de seus seguidores, mas se reafirmar a coerência de sua passagem de uma à outra forma institucional de governo, tentando rediscutir as leituras que procuram um ponto de transformação no próprio movimento para estruturar as razões da necessidade da repressão.

A tese contagionista para explicar a *Loucura Epidêmica*

pode ser considerada como mais um elemento do caráter ambíguo e contraditório do pensamento do médico baiano. Vivendo um momento de auge da medicina experimental e adepto das idéias do famoso médico-antropólogo italiano Cesare Lombroso (1836-1909), criador da antropologia criminal e especialista na medição de crânios, adota, entretanto, uma teoria cuja cientificidade já vinha sendo discutida desde a metade do século, quando referida a um grande número de enfermidades. No caso de Canudos sua convicção é inequívoca:

As leis que regem a manifestação epidêmica da loucura são precisamente as mesmas que Lasigne e Falret formularam desde 1877 para o caso mais simples do contágio vesânico. Três momentos básicos conhecem essas leis. Em primeiro lugar a existência de um elemento ativo que cria o delírio e impõe à multidão que passa a representar o elemento passivo do contágio (...). Em segundo lugar, é indispensável uma convivência prolongada das duas ordens de espíritos, vivendo uma forma comum, no mesmo meio, partilhando o mesmo modo de existência, os mesmos sentimentos, os mesmos interesses, os mesmos temores, as mesmas esperanças (...). Em terceiro lugar, o contágio do delírio requer nele um caráter de verossimilhança à sua manutenção nos limites do possível, repousando em fatos ocorridos no passado ou em temores e esperanças concebidas para o futuro.⁹

Mas além desta teoria, no caso de Canudos há um elemento complicador e que melhor explica o “sucesso” das pregações do Conselheiro - o fato do elemento passivo ser o jagunço. Produto híbrido em seus caracteres antropológicos e nas suas manifestações sociais, representaria a “fusão quase inviolável de civilizações muito desiguais” e agregaria elementos que o distinguem do “mestiço do litoral”, que por seu maior contato com civilizações superiores teria conseguido aplacar o lado selvagem e indômito ainda totalmente vivo no “mestiço típico do sertão”.

Aparecem nesta distinção as oposições absolutas que

separam o litoral do interior. Ao contrário da lei e do direito, predominam no interior as paixões, os sentimentos. Razão e paixão opõem-se com o mesmo sentido que República e Monarquia, litoral e sertão. A República é a lei, a razão, o direito e o futuro, enquanto Monarquia é a paixão, o erro e o passado. O Brasil encontra-se dividido entre a pré-história, a vida selvagem e brutalizada do interior, e a civilização, a vida de leis e de ordens racionais do litoral.

Neste sentido, os sertanejos são monarquistas devido ao seu atrasado grau de evolução étnica e social, o que os torna incapazes de compreender a substituição de um poder pessoal e arbitrário pelo poder imparcial e positivo da lei e da razão. Longe de ser uma manifestação isolada, Nina Rodrigues ressalta que revoltas armadas e epidemias vesânicas tendo à frente jagunços são comuns entre a população sertaneja, “principalmente a baiana”.

Antônio Conselheiro vem, portanto, responder aos anseios de um “fetichismo instintivo dentro da educação religiosa cristã que essa população recebe desde o berço, embora sem poder assimilá-la suficientemente”.¹⁰ Mas para reprimir tais deformações de nada valem as ineficientes condenações do clero, como o caso do Padre Cícero bem o demonstra. É a base, a origem deste grupo que compõe uma raça inferior, de espírito infantil e inculto que favorece a adesão rápida, pelo contágio, à loucura que explica Canudos.

Assim, apesar do tom muitas vezes compreensivo e condescendente com a miséria intelectual e moral do sertanejo, fruto de um resultado desastroso de cruzamento racial e meio favorável ao fetichismo predominante no interior, e de sua defesa teórica da incultabilidade do mestiço, Nina Rodrigues não se reporta, em nenhum momento, à “qualidade” do massacre, à violência da repressão frente a semicriaturas tão incompetentes.

Ao contrário, o aspecto selvagem detectado na essência do grupo funciona como um álibi que permite a confluência de discursos variados, entre eles o da ciência, representando a imparcialidade e a verdade límpida e comprovada por um dos eminentes cientistas de seu tempo.

O discurso de Nina Rodrigues revela e unifica, retoricamente, a necessidade do extermínio do grupo conselheirista, forjada a partir da derrota de Moreira Cesar na terceira expedição a Canudos. A sacralidade da ciência funciona como a base exata e inquestionável para o enfrentamento belicoso e violento contra o desconhecido que, uma vez classificado e nomeado de “reduto da loucura”, é aprisionado numa inteligibilidade totalmente alheia ao acontecimento em si, mas com um sentido preciso numa rede de significações que se estrutura no cenário cultural da Capital Federal, no final do século passado.

Sendo assim, este e o discurso de Euclides da Cunha, como veremos a seguir, mais que informar, formam, elaboram sentidos e “verdades” construídas a partir de premissas estabelecidas em um cenário intelectual distante física e culturalmente. Ao sertão, ora aceito como um parente desconhecido e defeituoso, ora totalmente enjeitado, coube a aceitação da “verdade” e a remissão de seus erros. Na dificuldade de ser ouvida, a força da razão teve que pegar em armas.

3. O Discurso Literário: A “Verdade” Confirmada

Não há como falar de Canudos sem tocar no nome de Euclides da Cunha e no seu famoso e fundamental trabalho sobre a guerra sertaneja - *Os Sertões*. Sua importância torna-se ainda maior para os objetivos deste trabalho por tratar-se, certamente, da referência principal, da matriz considerada, para a maior parte

de seus inúmeros leitores, não só no Brasil, como no mundo, como “A História” de Canudos.

Mantendo a proposta já definida na introdução, a análise de ser empreendida buscará relacionar a construção da obra e do contexto em que foi produzida, analisando a constituição de uma imagem do que foi Canudos, e ressaltando o peso que teve, e tem até hoje, como “a referência” do que queriam e do que foram Antônio Conselheiro e seu grupo. A proposta é relativizar sua análise, circunscrevendo-a ao seu tempo e questionando sua universalidade como a matriz “histórico-sociológica” do que ocorreu em Canudos.¹¹

Os Sertões foi certamente um livro definitivo no percurso do pensamento social brasileiro. Ao expor uma face triste e tão diferente do país, pensando pelo litoral, Euclides da Cunha toca em questões delicadas e especialmente significativas para as discussões intelectuais do final do século passado. A oposição entre o norte e o sul, tanto geográfica com antropológica, informa sobre problemas intransponíveis para a tão desejada identificação com o mundo civilizado.

Fruto de um conjunto de reportagens feitas como correspondente do jornal paulista “O Estado de São Paulo”, as observações de Euclides da Cunha foram posteriormente reelaboradas e deram origem, em dezembro de 1902, ao célebre relato sobre a “Campanha de Canudos”. Cabe ressaltar que, segundo Walnice Galvão¹² a guerra de Canudos, se não inaugurou, deve ter intensificado a praxe jornalística de mandar enviados especiais aos locais dos acontecimentos. Este foi exatamente o caso de Euclides da Cunha, que por ser tenente reformado foi escolhido para a missão, o que deu às suas palavras um foro de legitimidade indiscutível para a época, por tratar-se de uma testemunha ocular da história.

Mas o movimento de Canudos analisado por Euclides da

Cunha, por Nina Rodrigues e pelo discurso político aqui considerado, resume-se, empiricamente, ao período compreendido pela quarta expedição, ou seja, de março a outubro de 1897. Só a partir da morte do Coronel Moreira Cesar, temido por sua valentia e violência frente ao movimento dos federalistas no Rio Grande do Sul, ainda no governo de Floriano Peixoto, é que Canudos se torna uma questão nacional. Desse momento em diante a imprensa passa a reservar grande espaço para o movimento veiculado como de inequívoca pretensão restauradora. A descrição que Euclides dá das outras etapas da luta é fruto somente de seu gênio literário sensível e atônito, já que, como “testemunha ocular”, apenas a quarta expedição foi observada.

As bases de seu pensamento estão calcadas nos mesmos pressupostos que organizaram a leitura de Nina Rodrigues. Segundo Mariza Correa,¹³ nem seus discípulos foram tão fiéis seguidores de suas idéias como Euclides da Cunha, que recorre ao médico baiano sempre que precisa comprovar cientificamente suas análises sociológicas. O determinismo geográfico e o peso do cruzamento racial no interior são marcas precisas dos mesmos princípios teóricos e aparecem ao longo de sua minuciosa descrição de *Os Sertões*, apesar de terem sido razoavelmente relativizados quando da chegada de Euclides ao palco dos acontecimentos. Se até partir para a Bahia, em agosto de 1897, tem plena convicção das propostas restauradoras do movimento¹⁴ ao chegar ao sertão ele se depara com dificuldades materiais até então impensáveis para um homem urbano e tão em dia com a mais avançada produção intelectual de seu tempo, o que o leva, pouco a pouco, a rever suas certezas e reavaliar suas convicções sobre o que é e o que deve ser a nação que o novo regime institucional pretende construir. Como afirma Luiz Costa Lima, “a idéia de conspiração monárquica vai cedendo passo ao transformismo sociológico”.¹⁵

A análise a seguir apresentada tentará equacionar as formas através das quais esta passagem se deu e de que maneira ela terminou confirmando o sertão revelado pela perspectiva determinista e racista de sua época. Ao sair de uma justificativa de caráter eminentemente político para a resistência sertaneja dos conselheiristas, Euclides ratifica o discurso da ciência e encontra no atavismo do Conselheiro sua triste explicação para Canudos. O meio e a raça passam a ser os caminhos possíveis de entendimento para uma reação tão cruel e desesperada de parte de irmãos ainda presos à barbárie e excluídos das benfeitorias da civilização.

A questão racial abre *Os Sertões*. Em “Nota Preliminar”, o autor esclarece que pretende esboçar “ante o olhar de futuros historiadores, os traços mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil”¹⁶ que, embora destinada talvez à formação de uma grande raça, não acompanharam a velocidade adquirida pela marcha dos povos civilizados. “Retardatários hoje, amanhã se extinguirão de todo”.

Assim apresentados, os pressupostos evolucionistas e racistas acompanharão toda a trajetória analítica construída pelo autor. A sua fé inabalável no avanço inexorável do progresso irreversível da civilização, em substituição ao atraso do sertão, enseja sua primeira contradição, fruto, certamente, de uma leitura permeada de ambigüidades. Entre o perdão pela inferioridade e a condenação ao desaparecimento natural, pelo avanço do progresso, Euclides da Cunha inicia seu trabalho na intenção de denunciar um crime, deixando claro que o “extermínio” se daria sem que se precisasse recorrer às armas de fogo. A história o faria:

A civilização avançará nos sertões impelida, por essa implacável força motriz da História que Gumplonvicz, maior do que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes.¹⁷

Este processo evolutivo que rege a história da civilização está presente na própria estrutura da obra e no sentido que o autor imprime à sua narrativa. Inicia *Os Sertões* descrevendo a terra, descendo a detalhes da formação geológica e morfológica do sertão baiano e percebendo-o como produto de agressões intermitentes das duas únicas estações que a região conhece: de um lado a extrema secura dos ares, de outro as chuvas que “fecham, de improviso, os ciclos adurentes da secas”.¹⁸

Perseguindo os caminhos consagrados da ciência, Euclides da Cunha esmiúça a configuração topográfica e climática de Canudos, buscando na terra, e portanto na própria natureza, as condições para existências tão peculiares e potencialmente tão perigosas. A natureza, inóspita e acuada por tantos percalços, arma-se, defende-se ao preparar uma flora caprichosa e rude, sobre a qual se erguerá uma fauna humana quase indomável. Entre reprovações e tentativas de atenuar a dureza da imagem que constrói para a região - refere-se a algumas espécies vegetais como “deselegantes e monstruosas” e ao umbuzeiro, por exemplo, como a “árvore sagrada do sertão” - o autor pretende, na verdade, demonstrar a viabilidade daquela parte do país, desde que sejam corrigidas “estas disposições naturais, pondo (assim) de lado os fatores determinantes do flagelo, oriundo da fatalidade de leis astronômicas ou geográficas inacessíveis à intervenção humana”.¹⁹

Mas enquanto esta mudança não for possível, o que deste meio geográfico hostil emerge é um ensaio de homem, o sertanejo, reflexo quase passivo da tortura maior que abrange a economia geral da vida, nascendo do “martírio secular da terra...”. Partindo da análise da complexidade do problema etnológico no Brasil, tendo por base a ação do meio físico na fase inicial da formação das raças, passa pelo estudo da gênese do jagunço para chegar ao sertanejo e ao próprio Antônio Conselheiro e montar o quadro dos antecedentes do movimento.

Ao tentar juntar as condições históricas, as disparidades climáticas e as desiguais presenças de correntes migratórias na determinação do peculiar processo de miscigenação brasileiro, Euclides da Cunha critica as “visões parciais” dos antropólogos do seu tempo, segundo ele sujeitos a modismos que vão desde a função secundária do meio físico até a crença na influência decrescente do africano depois da abolição, como a vitória final do branco, ou ao contrário, análises que acreditavam na supremacia futura do negro. Segundo o autor, tais equívocos eram fruto de pesquisas que se concentravam em um tipo étnico único, quando temos, na verdade, muitos. É neste momento que decreta:

Não temos unidade de raça.

Não teremos, talvez, nunca.

Predestinamo-nos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma (...)

A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social.

Estamos condenados à civilização.

Ou progredimos, ou desaparecemos.

A afirmativa é segura.²⁰

Para o autor, a supremacia do norte no período colonial e imperial explica a raiz de nosso atraso, reforçando sua argumentação de que os filhos do norte, carentes de um meio físico favorável, não avançaram no tempo, tolhidos por uma natureza adversa. O único elemento com alguma qualidade, embora degenerada por uma convivência longa com representantes passivos da sub-raça sertaneja, é o jagunço, cuja origem está nas entradas e bandeiras, dirigidas por numerosas famílias que vinham do interior paulista e que lançaram as sementes de uma base geneticamente forte e valente. É este cruzamento que explica a coragem deste típico e predominante seguidor de Antônio Conselheiro, que, por guardar em sua composição orgânica sangue também indígena, se revela inapto

ao trabalho, diferentemente do litoral, cuja presença do negro na formação do mulato explica a humildade e a aceitação passiva ao trabalho.

Neste momento Euclides da Cunha assume toda a teoria racista em voga nas discussões científicas de seu tempo, totalmente identificadas com as análises de Nina Rodrigues:

A mistura das raças mui diversas é, na maioria dos casos prejudicial (...). A mestiçagem extremada é um retrocesso (...). De sorte que o mestiço - traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares - é, quase sempre, um desequilibrado.²¹

Confuso, Euclides percebe o mestiço como um desequilibrado, mas não um degenerado, uma raça fraca, condenada à extinção pelo avanço da civilização, mas que precisou ser vencida pelas armas, tendo à frente o próprio Ministro do Exército. A força do sertanejo do norte está na sua resistência física ao meio e na capacidade “inata” de domar as suas incríveis dificuldades, mas sua fraqueza é moral, sua degenerescência é cerebral, não tendo por isso capacidade orgânica para se aproximar, se “afeiçoar à situação mais alta”. A religião tipicamente mestiça é um exemplo dessa impossibilidade, “deixando-se facilmente arrebatar pelas superstições mais absurdas e crendo no que já não existe sequer em Portugal, como o misticismo político do sebastianismo”.

É neste quadro mais geral que atrela o meio e a raça, baseado em teses cientificamente comprovadas pelas teorias intelectuais do final do século XIX, que Euclides da Cunha vai delinear o cenário onde se travou a guerra e explicar seus trágicos desdobramentos, partindo, basicamente, da análise detalhada da personalidade do perigoso líder sertanejo.

Antônio Conselheiro, para o autor, bem como para Nina

Rodrigues, poderia ser incluído em qualquer modalidade de psicose progressiva e, ao invés de ir para a história, poderia ter ido para o hospício.²² Ao procurar nos aspectos doentios da personalidade do líder sertanejo as razões da mudança de seu comportamento, Euclides o define como um louco, esboçando seu próprio diagnóstico:

Doente grave, só lhe falta ser aplicado o conceito de paranóia, de Tanzi e Riva. Em seu desvio ideativo vibrou sempre, a bendizer exclusiva, a nota étnica. Foi um documento raro de atavismo. A constituição mórbida levando-o a interpretar caprichosamente as condições objetivas, e alterando-lhe as relações com o mundo exterior, traduz-se (...) como uma regressão ao estado mental dos tipos ancestrais da espécie.²³

Euclides da Cunha adota a linha explicativa definida por Nina Rodrigues para conferir algum sentido ao acontecimento em Canudos: é a disseminação da loucura do monstruoso líder que arrebatava uma multidão passiva e essencialmente doente. Antônio Conselheiro seria uma “espécie de homem pelo avesso”, que agregaria em seu misticismo doentio “todos os erros e superstições que formam o coeficiente de redução de nossa nacionalidade”²⁴ e que, à medida que encontrava obstáculos à sua pregação, irritava-se, iniciando seu protesto sistemático contra a ordem, a partir de 1893.

Para a história construída n’ *Os Sertões*, desde a instalação do líder e seu grupo na Fazenda Belo Monte, em Canudos, já há, para estes, um objetivo determinado de combate à nova ordem, apesar de a República ser uma realidade desde 1889. O autor não esclarece por que só depois de quatro anos este grupo de seres em estágio inferior, e por isso incompetentes para atender o avanço social representado pela nova forma de governo, resolve organizar-se de forma combativa. Além disso, para o poder local, só em 1896 este ajuntamento sertanejo torna-se perigoso e só em 1897 um problema nacional. Portanto, não

só Euclides da Cunha está analisando o passado pelo que já conhece de seu desdobramento posterior, como de alguma forma está sugerindo que desde 1893 o grupo devia ter sido dispersado, numa crítica que não só reforça a hipótese de que o autor apoiou, mesmo que com reservas, a repressão, como confirma, indiretamente, a tese jacobina de que o mal podia ter sido evitado por uma posição político-militar mais energética. Ciência e política se encontram, assim, por razões distintas, no mesmo discurso que condena Canudos em nome da razão e da ordem, e que tem nestas premissas as justificativas do extermínio.

Canudos, para Euclides da Cunha, era o protótipo da desordem, do atraso, do retrocesso espiritual e intelectual, vindo ainda no regime comunitário que lá acreditava existir como um cenário propício à imoralidade, do amor livre que não aceita a lei dos homens para unir o homem e a mulher. Lugar de “famigerados facínoras”, Canudos foi fruto de nosso atraso e de nosso desconhecimento de uma parte do país ainda presa à organização monárquica e bárbara:

Insistimos sobre esta verdade: a guerra de Canudos foi um reflexo em nossa história. Tivemos, inopinadamente, ressurreta e em armas em nossa frente, uma sociedade velha, uma sociedade morta, galvanizada por um doido. (...) Não poderíamos conhecê-la. (...) Porque essas psicoses epidêmicas despontam em todos os lugares como anacronismos palmares, contrastes inevitáveis na evolução desigual dos povos, patentes sobretudo quando um largo movimento civilizados lhes impele vigorosamente as camadas superiores.²⁵

A explicação de Euclides da Cunha procura um caminho sociológico, o que, entretanto, não a faz discordar da necessidade da repressão pronta e energética.²⁶ A crítica velada ao extermínio e justificada pelo desconhecimento, se tenta em alguns momentos “perdoá-los”, deixa sem base sua própria teoria. Antônio Conselheiro, que até aqui era um louco, um degenerado, fonte disseminadora de um contágio hipnótico que reúne o sertanejo

crédulo e ingênuo e se alia aos piores marginais e facínoras originados da conjugação de uma sub-raça perigosa, fazendo de Canudos um antro de malignidade, ao ser determinada e ferozmente debelado sem que qualquer relação conspiratória com monarquistas ficasse comprovada, torna, ele e seu bando, infelizes irmãos atrasados, ingênuos perseguidores de um reino de prazeres e delícias.

Nos outros capítulos de seu famoso trabalho, Euclides descreve pormenorizadamente a luta, os reveses do Exército nas três primeiras expedições e a fase final da quarta e última investida do poder da razão contra a loucura. Mas todos eles se mantêm divididos entre o perdão e a condenação, sendo que o primeiro só é admitido depois do êxito final das forças legalistas.

Totalmente identificado e impregnado pelas teorias sociais que explicavam o mundo de seu tempo, Euclides da Cunha tem o mérito de trazer à reflexão sociológica a necessidade de enquadramento de um pedaço arcaico, triste e problemático do país. Não basta, lá, reformar ruas e copiar a moda, pois a disparidade é secular e espiritual, fundada numa deformação racial e histórica que é preciso estudar e corrigir. *Os Sertões* passam a ser uma questão a ser equacionada no processo de construção de uma nação moderna e civilizada, e cuja forma de enfrentamento, bélico, há pouco observada, deixa no ar um misto de arrependimento e consciência do dever cumprido.

Mas, além de constatar que *Os Sertões* foi uma produção historicamente datada e circunscrita às leituras possíveis de seu tempo, é preciso assinalar que, tida como marco da análise sociológica e ponto de referência para a história da literatura brasileira, tem carregado a responsabilidade de contar “A História de Canudos”. Tomada neste sentido, esta “construção” acaba por perder sua marca principal - o tempo, assumindo características que negam seu próprio título - a História.

Nas preocupações que orientaram esta pesquisa, *Os Sertões* tem um peso fundamental, pois se manteve o tema vivo para as gerações mais recentes, terminou por “cristalizar” uma versão cunhada por significados precisos e definidos pelas questões que agitavam o pensamento intelectual na virada do século XIX para o XX. Confirmando o discurso da ciência, Euclides sanciona a “verdade revelada” e fortalecida pela derrota jacobina que identificava Canudos a uma conspiração monárquica. Pois, se a versão conspiratória foi vencida pela falta de provas, a explicação cientificista dos intelectuais do final do século até hoje continua de pé.

4. Algumas Conclusões

As análises dos dois autores revelam uma parte importante dos temas que ocuparam o pensamento intelectual brasileiro, no final do século XIX e início do XX. Preocupados em definir o que deveria ser a nação brasileira do novo século, encontraram em Canudos um obstáculo quase intransponível para a defesa de suas teses. Transformado circunstancialmente em problema nacional, como a análise do discurso político produzido durante a quarta expedição permitiria observar,²⁷ assume também para os intelectuais um papel relevante no equacionamento das discussões que buscavam não só entender, mas redefinir a origem de um novo tempo para o país.

Nina Rodrigues e Euclides da Cunha constroem, retoricamente, uma unidade de sentido do que foi Canudos e do porquê deste reduto de celerados precisar ser eliminado. A tese do contágio vesânico funcionou como um álibi poderoso para que “ações enérgicas” impedissem a disseminação da loucura pelo sertão, desestabilizando a ordem necessária ao progresso. Entre convictos e atônitos, estes intelectuais confirmariam, à

luz da razão, o diagnóstico da doença sertaneja provocada pelo desastroso cruzamento racial. Seus discursos, justificando cientificamente a repressão, atuaram como munição importante para a consolidação de uma forma específica de entender o homem e seu mundo, reescrever o passado e aguardar um futuro de glória e redenção.

NOTAS DE REFERÊNCIA

1 RODRIGUES, Raimundo Nina *A Loucura Epidêmica de Canudos*. Antônio Conselheiro e os Jagunços. Rio de Janeiro: Sociedade Revista Brasileira, Cia. Typographica do Brasil, 1897.

2 ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

3 Op. cit. p. 21.

4 RODRIGUES, Raimundo Nina. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal do Brasil*. Bahia: Imprensa Popular, 1894.

5 Op. cit. p. 92-93.

6 Op. cit. p. 121.

7 RODRIGUES, Raimundo Nina. *A Loucura Epidêmica*, p. 4-5.

8 Idem, p. 6.

9 Op. cit. p. 10.

10 Op. Cit. p. 17.

11 Estas observações visam esclarecer os limites da análise proposta, tendo em vista uma avaliação mais objetiva do alcance dos seus resultados.

12 GALVÃO, Walnice Nogueira. *No Calor da Hora*. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1977. p. 109.

13 CORREA, Mariza. *As Ilusões da Liberdade* : a Escola Nina Rodrigues e antropologia no Brasil. São Paulo, 1982. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo.

14 CUNHA, Euclides da. A Nossa Vendêa. In:____ *Diário de uma expedição*. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1939. P. 166-167.

15 LIMA, Luiz Costa. Nos sertões da oculta Mimesis”. In: *O controle do imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 210.

16 CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*, p. 7.

17 Idem, p.18

18 Idem, p. 20.

19 Idem, p. 54.

20 Op. Cit. p. 62.

21 Op. Cit., p. 87.

22 Idem, p. 117.

23 Idem, p.118.

24 Idem, p. 138.

25 Idem, p. 149.

26 “Tivemos um espanto comprometedor ante aquelas aberrações monstruosas, e com arrojo digno das melhores causas betêmo-los a carga de baioneta”. p. 159.

27 A análise do discurso político, que integra a primeira parte de minha dissertação de mestrado, permite a compreensão da arquitetura político-partidária que, conjunturalmente, transforma Canudos numa questão nacional que põe em risco a própria República.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 CORRÊA, M. *As Ilusões da Liberdade*. a Escola de Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. São Paulo, 1982. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo.
- 2 CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Campanha de Canudos. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.
- 3 CUNHA, Euclides da. *Diário de uma Expedição*. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1939.
- 4 GALVÃO, W.N. *No Calor da Hora*. 2. Ed. São Paulo: Atica, 1977.
- 5 LIMA, L.C. Nos Sertões da oculta mimesis. In: *O Controle do Imaginário: razão e Imaginação no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- 6 ORTIZ, R. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- 7 RODRIGUES, R.N. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Bahia: Imprensa Popular, 1894.
- 8 RODRIGUES, R.N. *A Loucura Epidêmica de Canudos: Antônio Conselheiro e os Jagunços*. Rio de Janeiro: Sociedade Revista Brasileira, Cia. Typ. do Brasil. 1897.

MODERNIDADE ANTIMODERNA: O PRIMEIRO AUTOR KITSCH DA LITERATURA BRASILEIRA

Maurício Silva
Professor das Faculdades Metropolitanas Unidas
(São Paulo)

RESUMO

Esquecido pela crítica e pela historiografia literária contemporâneas, Benjamim Costallat destacou-se, nos anos vinte e trinta, como um dos mais populares escritores nacionais, inaugurando com sua prosa uma estética até então desconhecida entre nós e que só adquiriria vigência na segunda metade do presente século: o kitsch. Sua produção literária apresenta, nesse sentido, um viés caudatário da modernidade e, ao mesmo tempo, contrário a esta, motivo pelo qual o autor pode ser considerado um autêntico modernista antimoderno.

Se perguntássemos quem foi o nosso primeiro autor verdadeiramente popular, a pergunta daria margem para uma série de considerações a respeito do fenômeno da popularidade na literatura nacional, originando uma discussão infinita em torno de temas, estilos e outros componentes básicos da obra de ficção. Com efeito, não é fácil definir categoricamente um conceito tão fluido e desgastado como o de *arte popular*, o que, no limite, torna qualquer discussão sobre este assunto um mero exercício de especulação teórica. Nem por isso deixamos, vez por outra, de apontar elementos de extração popular em alguns dos nossos mais consagrados escritores: se considerarmos esse conceito de um ponto de vista estético - enfatizando aspectos intrinsecamente artísticos, além da recepção literária -, não há dúvida, de que os nossos românticos, com seus imbatíveis folhetins, colocar-se-iam na vanguarda da literatura popular; se, de outra forma,

considerarmos o mesmo conceito de uma perspectiva social, é possível que enxerguemos nos romances de temática proletária do começo do século as primeiras obras autenticamente populares de nossa literatura; mas, finalmente, se adotarmos uma ótica particularizada do popular enquanto elemento fundamental do processo de modernização por que passava o país nas décadas de 1920-1930, então é preciso que concedamos especial atenção para um esquecido autor de nossa literatura brasileira: Benjamim Costallat.

Forjado numa atmosfera autenticamente mundana, Costallat logrou criar uma obra em tudo condizente com a euforia artificial desencadeada pelas conquistas técnicas e humanas dos anos vinte. Assim, o autor preocupou-se particularmente em dar uma feição popular às suas obras, seja no aspecto gráfico (com capas chamativas e configuradas segundo a estética *art nouveau*), seja na temática (com seus temas voltados para a cultura de massa, os tipos glamourosos do cinema, os motivos eróticos, etc.). Na verdade, esta era uma marca distintiva da modernização, observada também sob a perspectiva da publicidade, para a qual o autor (que era ainda editor) estava sempre atento.

Ser moderno, neste sentido, era por exemplo adotar os figurinos estéticos mundanos que, da França, chegavam até nós como um imperativo básico da civilização:¹ com uma linguagem carregada de estrangeirismos, que iam dos simples vocábulos ao nome das personagens, com uma valorização estética de tudo o que era fútil e efêmero, com uma temática centrada no mundanismo como estilo de vida, Benjamim Costallat construiu uma obra que oscilava entre o sofisticado e o popular, enfatizando este último como elemento constituinte de uma incipiente modernidade. Não se trata, evidentemente, do popular romântico de um Alencar ou um Macedo; tampouco pode-se falar num popular ideologicamente marcado, como acontecia com um

Fábio Luz ou um Lima Barreto; nem mesmo podemos pensar numa versão modernista do popular, tal como ocorria em Mário de Andrade ou Manuel Bandeira. O popular de Benjamim Costallat buscava, antes, o que de mais massificado podia sugerir este conceito, como o erotismo fútil das musas cinematográficas ou o artificialismo kitsch de uma burguesia em ascensão.

Era, sem dúvida, uma leitura muito pessoal do popular.

A começar pelo tratamento dado às personagens, é possível verificar que seus romances são povoados por uma quantidade assustadora de dândis e esnobes, bem de acordo com a atmosfera *belle-époque* vivida pela sociedade carioca do começo do século. O cenário onde os acontecimentos se desenvolvem não escapa, igualmente, à mesma atmosfera artificial e importada, com suas luzes feéricas ou seus automóveis luxuosos, sugerindo uma irrefreável sedução urbana. A linguagem telegráfica, importada, profundamente marcada pelas expressões da moda, completa o quadro superficial que conforma os romances.

Mas é possível passarmos do âmbito das generalizações para a análise mais detalhada de alguns aspectos definitivamente populares em sua ficção, sempre no sentido mundano do conceito, sentido que oscila dentro dos limites expressos pelo sofisticado e pelo público. Talvez o exemplo mais acabado deste modelo de popular que estamos sugerindo seja o cinema da década de 1930, com suas cenas hollywoodianas, suas atrizes glamourosas e sedutoras, seus cenários de sonhos modernos e promissores. Benjamim Costallat não ficou alheio a mais este modismo que se espalhava por todo o mundo, habitando seus romances por fantásticas figuras de *femmes fatales*, onde se misturavam a futilidade mundana do universo que as cercava e a personalização extrema do sensualismo. Não sem razão, a mais cinematográfica e glamourosa criação do autor leva o sugestivo

nome de uma das principais estrelas do cinema mundial, eternizada pelo talento inigualável de Rita Hayworth:

o vestido transparente deixava ver todo o corpo de Gilda. Ella parecia em todo o esplendor de mulher feita. O desenho vigoroso das ancas subia até as linhas suaves dos seios. A curva dos ombros prolongava-se no movimento ondulante de dous braços maravilhosos e quentes. Agora o vestido, de tão transparente e de tão colleante, era apenas um colorido rubro sobre a carne da mulher. Ella aparecia inteiramente nua e vermelha, verdadeira deusa infernal, como se fosse a expressão satanica da volupia!²

Descrição que assume definitivamente sua natureza cinematográfica nestas palavras reveladoras do romancista:

Ella estava de pyjama, com uma formidável piteira na bocca, com o ar das vampiras de cinema.³

Influência do cinema é possível verificar também nos cenários e ambientes elegantes que perfazem seus romances, além do fato significativo de o autor chamar uma de suas mais célebres novelas pelo título revelador de *Mlle. Cinema* (1923). Aí estão presentes desde um sentido muito pessoal do trágico cinematográfico, até um concentrado esforço de dar à narrativa o mesmo contorno popular que o cinema da época possuía, um popular que assume sem conflitos sua feição massificada. Partindo de um substrato precariamente moderno, o autor faz uma releitura popular do cinema, empregando linguagem simples, condimentos eróticos, composição modesta e enredo padrão. Alcança, com isso, um efeito estético inovador, que alia, pela primeira vez em nossa literatura, a atmosfera sedutora de Hollywood e o contexto singular do Rio de Janeiro da primeira República.⁴

Com razão, Benjamim Costallat merece ser considerado um dos mais populares autores de nossa literatura, com suas

cenar onde se mesclavam, cinematograficamente, muita luxúria, vícios e futilidades, o que, evidentemente, não se traduz necessariamente em maior recepção por parte do público ou adesão por parte da crítica.⁵ Em uma palavra, foi o primeiro autor kitsch da literatura brasileira, na medida em que deslocava estilemas consagrados pela cultura superior, fazendo uma releitura popular da mesma, provocando o desgaste daqueles e contribuindo para a divulgação de formas consumidas, junto à chamada *midcult*.⁶

Talvez nada mais relacionado à estética kitsch do que o sentido de futilidade, exaustivamente presente nos romances de Costallat: da mulher ao cenário, passando pelas próprias relações amorosas, tudo parece carregado de uma inerente representação fútil da realidade. Até a noção de moderno empregada pelo autor padece de uma extremada banalidade, já que surge associada frequentemente a modismos passageiros e pouco consistentes: um modernismo cuja única marca fundamental é o deslumbramento, sentimento contudo que não persiste por muito tempo, diante da vertigem e da superficialidade dos conceitos. Mas é ainda no tratamento dado à figura feminina, como de resto já sugeriu a crítica especializada,⁷ que Benjamim Costallat vai representar melhor o que aqui chamamos de sentido de futilidade. É sintomática, por exemplo, esta descrição que o autor faz da protagonista de um dos seus romances:

Germaine era uma mulher que se aborrecia. Não tinha, além do jogo, outra distração e outra finalidade. Ainda moça já havia quasi gasto o patrimonio de seu pae (...) agradavam muito mais a Germaine os banhos azues das tardes de Copacabana⁸

Fútil é também o sensualismo presente em suas obras, banalizado pela luxúria e pelo amor devasso da prostituição, condimentos eróticos que dava aos romances de Costallat um sentido muito contemporâneo de arte popular. O obsceno, o

degradante, a banalização da figura feminina, a pornografia *tout court* unem-se numa tentativa deliberada de criar uma atmosfera francamente popularesca, onde não falta ainda o amor devasso de satânicas adolescentes travestidas de ingênuas moças de família:

Rosalina, calças de pyjama, o busto nú, seus minúsculos seios de dezesseis anos, atrevidos e brancos, terminados por duas manchinhas cor de rosa quase imperceptíveis, olhou para a sua própria imagem, para a sua imagem de garota adorável e sorriu (...). E aquelas meninas de família do século faziam os seus cálculos de conquista, a soma de novos admiradores adquiridos, o balanço de seus conquistadores, como prostitutas entre si recapitulando extenuadas um dia de labor sexual.⁹

Assim, tudo o que se refere à criação do espectro feminino, mas principalmente o que há de mais picante e sedutor no mesmo, interessa aos romances de Costallat, denotando, de passagem, uma admiração muito grande pelo mito de Salomé, eternizado por muitos artistas, mas difundido no Brasil principalmente pela figura singular do esteta inglês Oscar Wilde, a quem Benjamim Costallat deve mais de uma característica literária. Aliás, não é apenas no que existe de mais estetizante em seus romances que podemos aproximar Costallat do escritor inglês: também na sua obsessão por desvendar os mistérios do *bas-fond* carioca, bem ao gosto do decadentismo da época, o autor brasileiro aproxima-se não apenas de Oscar Wilde, mas principalmente de seu maior divulgador e cultuador entre nós, o jornalista João do Rio.¹⁰ De qualquer maneira, é na percepção da figura feminina, a partir de uma ótica estetizante, que Costallat vai consolidar sua ligação com o romancista estrangeiro, como nos prova esta descrição verdadeiramente onírica e estilizada de uma das inúmeras mulheres fatais que habitam os seus romances:

o círculo de luz do 'abat-jour' despia ainda mais Katucha, já despida por um kimono de seda branca e transparente. As pernas maravilhosas e imóveis da mulher alongavam-se fóra

do jorro de luz da lampada, como a evocação e o espectro de beleza. Katucha fechara novamente as palpebras. A fisionomia palida seria quase serena, se a boca, na sua mancha sangrenta, não desse, aos lábios, alguma cousa como o perfume e a flor de um constante pecado.¹¹

Não há como dissociar esta personagem, com sua roupa transparente, suas pernas maravilhosas, sua sedutora palidez, interrompida bruscamente pelo carmesim de uns lábios pecadores, das principais figuras cinematográficas dos anos trinta. Melhor que esta, talvez, só a descrição de Livia Marshall, com que Benjamim Costallat abre um de seus mais significativos contos:

um collo alongado, a silhueta fina, um doentio olhar, ativa de pescoço, as pernas nervosas e bem desenhadas dentro de uma 'toilette' que lhe emmoldurava exageradamente as fôrmas rígidas.¹²

O kitsch evidencia-se ainda na própria estrutura de seus romances, com uma certa padronização narrativa e a utilização de frases de efeito em cada final de capítulo. O clima afrancesado - e, mais tarde, via cinema, americanizado - perfaz todo o cenário kitsch, estando presente mesmo quando deslocado, já que o autor não hesita em utilizá-lo num contexto reconhecidamente suburbano. Finalmente, este fenômeno estético parece atingir sua máxima concretização na decoração dos cenários romanescos com objetos tipicamente kitsch: tapetes e camas turcos, um Buda de porcelana cuja boca exala perfumes místicos de incenso, uma radiola moderna tocando tangos argentinos, almofadas coloridas e desenhadas, mesinhas inglesas para fumo, vasos chineses e animais de porcelana de Copenhague. Definitivamente, nos romances de Benjamim Costallat assistimos ao esplendor do objeto kitsch como peça de decoração.¹³

Indício de modernidade do autor, o kitsch emerge em sua obra como recurso estético inovador numa época em que

moderno significava, quase sempre, valorizar o que a civilização possuía de mais útil e benéfico, como o progresso e o desenvolvimento tecnológico. Invertendo o conceito de modernidade, Benjamim Costallat faz uma opção pelo fútil, pelo banal e por tudo o que representa mero desperdício, diante de uma sociedade que começava a se caracterizar pelo pragmatismo e pela vigência da relação *costi-benefit* em todas as esferas da vida social. Para Costallat, o que valia mesmo era a atmosfera vaga e simbólica dos encontros dissimulados, os objetos decorativos sem utilidade aparente, o amor banalizado por um sensualismo popular e efêmero, a vida como realização plena do mundanismo. Afinal de contas, tudo passa tão rápido como as fitas de cinema, tudo é tão efêmero quanto os enredos hollywoodianos, tudo é tão volátil como as glamourosas estrelas cinematográficas. Fato que não causa espanto em se tratando de um autor tão singularmente inserido em sua época, lutando por fazer do kitsch o paradigma estético de sua geração e do cinema a mais perfeita metáfora da vida. Pois, como disse Benjamim Costallat num de seus romances, frases que, com certeza, não teria hesitado em adotar como divisa pessoal: “a vida não espera”.¹⁴

Essa vertigem da velocidade, conseqüência de uma leitura da realidade promovida pela ótica do cinema, cuja origem etimológica já denota esse movimento contínuo e infrene, promove uma visão verdadeiramente singular do fenômeno da modernidade, retirando dela tudo o que direta ou indiretamente possa significar desenvolvimento e progresso e deixando apenas o que contenha, na sua base, um sólido sentido de futilidade. Afinal de contas, como já disse uma vez o autor, num exemplo modelar de banalização da vida:

somos modernos nas gravatas como no amor! ¹⁵

Trata-se, sem dúvida alguma, de uma compreensão

bastante pessoal da modernidade: se de um lado, o moderno manifesta-se por meio da adesão do artista aos mais inovadores recursos estéticos, por outro lado, sua obra é dotada, às vezes, de uma expectativa simbólica que denota um apego incontestável ao popularesco, em tudo oposto à dinâmica da modernidade. Daí o caráter ambíguo de sua modernidade, em que os valores mais prezados por uma suposta elite esclarecida (o cinema, o automóvel, o luxo, o poder) mesclam-se inexoravelmente a valores francamente populares (o erotismo vulgar, a futilidade, a imitação barata).

Neste sentido, o título do nosso ensaio pode ser melhor compreendido: com efeito, pelo menos sob uma perspectiva, Benjamim Costallat pode ser considerado um moderno antimoderno: na medida em que sua obra reflete uma visão muito particularizada da modernidade, com o autor inaugurando um novo sentido para a literatura, um sentido que passa pelo kitsch como expressão estética. Trata-se, sem dúvida, de um modernismo deliberadamente voltado para as massas, em tudo diferente daquele modernismo de feições elitistas promovido pela Semana de Arte Moderna: esplendor do kitsch, apoteose da modernidade antimoderna.

NOTAS DE REFERÊNCIA

1 Para a adoção da cultura francesa no Brasil das primeiras décadas do século, cf. NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical. Sociedade e Cultura no Rio de Janeiro na Virada do Século*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993; e BROCA, Brito. *A Vida Literária no Brasil*. 1900. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960.

2 COSTALLAT, Benjamim. *A Loucura Sentimental*. São Paulo: Nacional, 1930, p.72.

3 COSTALLAT, Benjamim. *A Loucura Sentimental*, p.199.

4 Para a reelaboração da linguagem cinematográfica feita por Benjamim Costallat e outros autores da época, consultar SÚSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras: Literatura, Técnica e Modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia

das Letras, 1987.

5 Há uma controvérsia quanto à recepção dos romances de Benjamim Costallat. Afeito aos mais modernos métodos publicitários, consta que o autor divulgava tiragens acima do que realmente imprimia, a fim de forjar uma aceitação pública expressiva e, conseqüentemente, levar seus virtuais leitores a se interessarem por suas obras. Cf. MACHADO NETO, A. L. *Estrutura Social da República das Letras* (Sociologia da Vida Intelectual Brasileira. 1870-1930). São Paulo: Grijalbo, 1973.

6 Para as noções de kitsch e de midcult, bem como suas implicações estéticas, cf. ECO, Humberto. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo : Perspectiva., 1990.

7 Cf. PAES, José Paulo. "O *art nouveau* na literatura brasileira". *Gregos e Baianos*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 64-80.

8 COSTALLAT, Benjamim. *A Mulher da Madrugada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934, p. 22-28.

9 COSTALLAT, Benjamim. *Melle. Cinema. Novela de Costumes do Momento que Passa*. Rio de Janeiro: Benjamim Costallat & Miccolis, 1923, p. 21-37.

10 Consultar, por exemplo, o romance *A Virgem da Macumba* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934) para a aproximação do autor com Oscar Wilde; e o livro de crônicas *Mysterios do Rio* (Rio de Janeiro, H. Antunes, 1931) para a aproximação com João do Rio. Sobre a recepção de Oscar Wilde no Brasil, cf. FARIA, Gentil Luiz de. *A Presença de Oscar Wilde na "Belle Époque" Brasileira*. São Paulo, Pazzartz, 1988. Para a possível relação entre Costallat e João do Rio, cf. LIMA, Alceu Amoroso. *Contribuição à História do Modernismo Literário. O Pré-Modernismo de 1919-1920*. Rio de Janeiro, Agir, 1948. Sobre Costallat como ilustrador do bas-fond carioca, cf. AZEVEDO, Fernando de. *Máscaras e Retratos, Estudos Literários sobre Escritores e Poetas do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1962.

11 COSTALLAT, Benjamim. *Katucha*. Rio de Janeiro: Getúlio Costa, 1931, p.17.

12 COSTALLAT, Benjamim. Benjamim. *Modernos ...* Rio de Janeiro : Benjamim Costallat & Miccolis, 1920, p.13.

13 Para um estudo acurado do objeto kitsch, cf. MOLES, Abraham. *O kitsch*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

14 COSTALLAT, Benjamim. *Gurya*. São Paulo: Nacional, 1929, p.45.

15 COSTALLAT, Benjamim. *Modernos ...* p.56.

PESQUISAS EM HISTÓRIA

O MÉDICO, A SAÚDE E A DOENÇA EM CURITIBA (1930-45)

Renata Palandri Sigolo

Aluna do curso de pós-graduação em História da
Universidade Federal do Paraná

RESUMO

A afirmação do saber médico enquanto única explicação legítima para a saúde e a doença se consolida quando a ciência passa a embasar mais decididamente o corpo teórico da medicina refletindo-se, naturalmente, em sua prática. O presente texto faz parte da dissertação de mestrado intitulada "A Saúde em frascos: concepções de saúde, doença e cura em Curitiba (1930-45)". Orientada pelo professor Euclides Marchi e que aborda a concepção médica de saúde e doença num universo mais amplo, onde médicos, farmacêuticos e pacientes são atores num ato em que o medicamento, seja em sua presença física ou através de suas representações, é o veículo de expressão de muitos conceitos que permeiam tanto o processo de cura quanto o papel destes três personagens.

A cerimônia de formatura de 1932 havia chegado ao fim. Ainda podiam ser ouvidas as últimas palavras que o orador proferia sobre sua profissão:

Si a medicina fosse apenas uma *affazer rondonso* limitar-se-ia tão só às tentativas de curar doenças. A sua sublimidade não está nas práticas sacerdotais ou interesseiras do *sedare dolorem*, o utilismo de sua ação reside não tanto em prodigalizar meios de erradicar o mal dos organismos doentes mas sim em obstar que as molestias cheguem a se instalar nos indivíduos sãos. (...).¹

Às palavras do orador seguiram-se as do reitor, que deu a

sessão por terminada. Aplausos. As fisionomias revelavam a alegria do momento, a conquista dos jovens médicos pela conclusão do curso, a felicidade de pais e amigos que não se cansavam de congratular os formandos. Os sorrisos, abraços e cumprimentos davam lugar, gradativamente, ao silêncio. Aos poucos, os convidados saíam do salão, tornando-o inerte, vazio, imóvel.

O silêncio que agora reinava no ambiente contrastava com a agitação que tomava as salas de aula e laboratórios, ambientes onde a juventude se manifestava, ávida pelos conhecimentos que lhe seriam revelados. Alguns meses antes da cerimônia de formatura, as aulas começavam, tanto para os que entravam em 32 como para aqueles que dariam continuidade ao curso.

Era março, e em uma das várias salas pertencentes à faculdade de medicina alguns estudantes recebiam as palavras da primeira aula de clínica médica, proferida pelo professor F. Franco, que se revelava satisfeito com a turma, já sua conhecida da matéria de propedêutica.

A disciplina de clínica médica completava a de propedêutica e seria ainda complementada por mais um ano de ensino de clínica. Todas essas disciplinas objetivavam prover os futuros médicos dos principais ensinamentos requeridos pela profissão: sintomatologia, diagnóstico, prognóstico, as formas clínicas das doenças e suas terapêuticas.

Cercado de olhares atentos, o professor prosseguia a aula, ressaltando a importância das informações que seriam fornecidas a partir daquele momento e daquelas que já faziam parte do conhecimento dos estudantes e com as quais deveriam estar familiarizados, sob pena de se tornarem “charlatães”, desviando-se do objetivo de “estudar cientificamente a arte de curar os doentes”.²

A clínica médica revestia-se de tal importância que era quase que considerada como uma especialidade, da qual dependia a terapêutica à ser adotada para cada caso. A observação do doente torna-se um passo importantíssimo para que se possa definir a doença que se instala naquele corpo. Corpo que deveria ser observado dentro do ambiente hospitalar, palco propício para o aprendizado da medicina, como afirmava o professor Franco:

(...) o verdadeiro estudo da medicina só se faz no hospital, de todos os modos, investigando, vendo ouvindo e parece que até respirando neste ambiente; assim como o verdadeiro amor da medicina também só aqui nasce e cresce à cabeceira dos doentes, quando a piedade pelo sofrimento nos invade o coração e dele se apodera, quanto a lucta entre a sciencia e a moléstia nos empolga e toda nossa alma vibra ante essa lucta.³

Definida como ciência e arte, a medicina deveria ser estudada como ciência aplicada como arte junto aos leitos dos doentes. Método e experiência, características caras à ciência, precisariam estar conjugadas à observação efetuada nos hospitais, que permitiriam o aprendizado do examinar e do observar. O empirismo defendido pelos médicos do século XX já havia nascido em fins do século XVIII, juntamente com uma reorganização do pensamento médico, que passaria a privilegiar o terreno do percebido.

Foucault⁴ afirma, quando analisa o surgimento da clínica, que o olhar torna-se importante meio de investigação, permitindo a elaboração de um discurso de estrutura científica em torno do indivíduo. O médico já não pergunta a seu paciente “o que é que você tem?” mas sim: onde lhe dói?”, num nítido redimensionamento da doença a nível corporal.

Ao deslocar o espaço da representação da doença do espaço mágico e subjetivo para o universo objetivo do corpo, a medicina apoiou sua estrutura teórica na ciência, defendida como

uma etapa em que o saber médico obteve seu progresso e seu amadurecimento. Foi a partir da formação de uma teoria científica e da defesa desta teoria como único meio verdadeiro de se conceber a doença e sua cura que a medicina difundiu sua hegemonia e as representações que fazia em torno destes conceitos.

O diagnóstico recebe, neste processo de cientificação da medicina, um importante papel, pois é ele que estabelecerá empiricamente o contato entre o médico e a doença. Há, em torno do ato de diagnosticar, várias teorias e várias vertentes que coexistem, embora algumas prevaleçam sobre as outras.

Um dos discursos que se faz ouvir a respeito da doença e, portanto, do corpo doente, é do Dr. Heitor Borges de Macedo. Ele defende que cada organismo reage diferentemente às doenças, e que, por isso, elas não podem ser catalogadas, pois precisam de uma individualização que só pode ser fornecida pelo corpo que adocece. Assim o doutor rechaça diversas teorias em voga na época, e define o que concebe por diagnóstico:

(...) o diagnóstico não é simplesmente a determinação da doença, *affecção* ou *syndroma*, por um conjunto de *symptomas*, como diz ROCHA VAZ; ou a parte da *Phatologia* que tem por objecto a distincção das doenças, como quer BERARD, ou classificar a entidade mórbida, segundo VERNECK-BATISTA (...)

A este respeito diz o prof. BARD: - o exame de um doente não tem, com efeito, somente por fim o diagnóstico da doença de que *elle* é atingido, mas o conhecimento tão preciso quanto possível, de todas as particularidade que esta doença apresenta nelle. ⁵

Se por um lado esta concepção julga a doença como passível de ser vista somente num organismo particularizado e condena qualquer classificação das patologias de maneira isolada, ela mesma se encarrega de fazer sua catalogação, mas desta vez

de “espécies de corpos doentes”, que são resultados da conjugação de vários fatores pessoais, como raça, sexo, idade, temperamento, constituição, hereditariedade, diáteses, entesamento, doenças anteriores e que, combinados com outros fatores externos, variam desde agentes climáticos até influências siderais. Assim, a mulher, definida como “um útero servido por órgãos”⁶ está sujeita a doenças próprias ao sexo; a verminose atacaria mais as crianças; a pneumonia seria mais freqüente em um indivíduo de temperamento sangüíneo. De certa forma, esta concepção de doença vem respaldar aquela defendida pelos eugenistas, que afirmavam ser o corpo fator importante para o desenvolvimento ou não das doenças, de acordo com o maior ou menor grau de pureza racial.

Ainda em sua tese apresentada por ocasião do concurso para a cadeira de Patologia Geral, o Dr. Heitor Borges de Macedo explica como, dentro deste modo de ver o diagnóstico e, portanto, o doente, concebe a saúde e a doença. A saúde, explica o doutor, é um estado de “harmonia funcional”, onde todos os mecanismos de adaptação ao meio estariam funcionando perfeitamente e “todos os órgãos concorrem para a função de cada um e cada um concorre para a integridade do todo.”⁷ Como o organismo de um indivíduo nunca é igual a outro, a saúde também não é única, pois depende das condições que cada organismo tem de se manter íntegro no meio em que vive.

A doença, em contrapartida, se revelaria pela incapacidade do organismo em encontrar um equilíbrio junto ao meio. A variação do meio exterior agiria sobre um órgão ou uma função e, se estes não conseguissem se adaptar, haveria um rompimento na harmonia orgânica, resultando na doença.

Quanto à classificação das doenças, o Dr. Heitor coloca que estas nasceram da observação de casos mórbidos com características semelhantes, assim como ocorreu com os vegetais

e animais na botânica e na zoologia. Tratar-se-ia de um tipo ideal da doença, mas sujeito a falhas, pois a observação que classificara se basearia em interpretações pessoais.

Dois anos antes e defendendo tese para a mesma cadeira pretendida pelo Dr. Heitor Borges de Macedo, o Dr. Cezar Pernetta expõe suas concepções de saúde e doença, que se assemelhavam em muito às defendidas pelo primeiro médico. Assim como seu colega, o Dr. Pernetta também definia a saúde como um estado de equilíbrio “tanto interior - entre as diferentes partes do organismo - como exterior - entre o organismo e o meio”⁸ e a doença como a ruptura deste equilíbrio. A doença se daria “quando um agente morbífico do meio actua sobre o organismo,⁹ reproduzindo fenômenos devidos à ação direta deste agente e fenômenos conseqüentes da reação do organismo. Embora representasse um estado geral do organismo onde todo ele era afetado, a doença poderia apresentar manifestações localizadas em órgãos definidos.

Analogamente ao Dr. Macedo, o Dr. Cezar Pernetta procura demonstrar a importância do meio onde se desenvolve a doença, ou seja, o corpo humano. É no conceito de diátese que ele encontra a explicação para a repetição das mesmas doenças em certos organismos considerados, desta maneira, patológicos. A diátese se traduziria como “um verdadeiro temperamento mórbido”, onde a hereditariedade ocuparia lugar de destaque em sua determinação, embora outros fatores viessem a colaborar para o desenvolvimento deste estado. Conforme a combinação do conjunto de fatores hereditários e do meio no organismo, teríamos indivíduos com “diathese exsudativa” ou “diathese hemorrágica” ou ainda “diathese espasmophilica”, entre outras, as quais apresentariam quadros mórbidos bem delimitados que definiriam a terapêutica a ser aplicada para cada caso.

Anos mais tarde, o Dr. Rosala Garzuze elaborava outra tese com os mesmos propósitos de seus colegas, onde procurava definir novamente os conceitos de saúde e doença e os limites que os separavam. Novamente as concepções coincidiam, baseando-se no equilíbrio e desequilíbrio das funções orgânicas, de acordo com a reação do organismo ao meio ambiente. “A reação adequada, normal”, afirmava o Dr. Garzuze, traduz o estado de saúde”. A reação inadequada, anormal, fora dos limites habituais traçados pela natureza, revela o estado mórbido, a doença”.¹⁰ Para que a saúde permaneça, “as peças do organismo devem estar em perfeitas condições de estrutura e de funcionamento.”¹¹ O corpo funciona segundo mecanismos quase exatos, onde “cada peça, cada órgão, cada sistema, cada aparelho deve guardar suas devidas proporções, estrutura, forma, peso, posição, as mesmas relações com os elementos vizinhos, a mesma composição química e a mesma atividade.”¹²

Toda essa harmonia pretendida dependia da observação e cumprimento de alguns preceitos ditados pelo saber médico a fim de garantir a não-intervenção da doença no organismo. Era preciso manter as normas de higiene, a alimentação adequada, o distanciamento das “emoções, as paixões de toda natureza, as preocupações, os vícios de educação”¹³ que pudessem facilitar a entrada dos “micro e os macroorganismos patogênicos” provenientes do exterior. Da mesma maneira que o corpo, a doença funcionava segundo uma equação matemática:

A resultante mórbida será a conseqüência patogênica do conflito entre a causa exógena e as condições endógenas individuais.
Agentes externos agressores + condições individuais reacionais
= estados mórbidos.”

Embora apresentem formas diferentes, a três teses defendem pontos de vista comuns que eram caros à medicina da época: o organismo como sede das doenças. Laplantine coloca que em fins do século XVIII começa a haver uma maior

preocupação com a fisiopatologia como tudo o que se afasta do “normal”.¹⁴ Foucault demonstra que a medicina do século XIX possui como uma das transformações em seu pensamento a espacialização do corpo como sede da doença, numa geografia que se torna familiar através do atlas anatômico.¹⁵

A presença da doença no corpo torna-se ainda mais marcante com os estudos de anatomia e o desenvolvimento da cirurgia. O pensamento anatomista faz com que se produza uma medicina das lesões, onde cada alteração funcional se expressa através de sintomas que produzem determinadas alterações orgânicas. O antropólogo François Laplantine define esta como sendo uma interpretação ontológica da doença,¹⁶ que é considerada um mal em si mesma, passível de localização e isolamento: a anatomia determinaria o local exato do mal, possibilitando a ação da cirurgia com o intuito de extirpá-lo. Conjugando-se com as idéias de Foucault, que afirma o nascimento da clínica como coincidente com a “soberania do olhar,”¹⁷ percebemos a articulação da doença com o corpo, de modo a se fazer não só perceptível por este olhar como também palpável.

Dentro desta análise, a Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná buscava, no discurso de seus professores, mostrar a importância da cirurgia no ensino médico, reesaltando suas qualidades e dificuldades. Em outra aula inaugural, o Prof. Dr. Mário Braga de Abreu, catedrático de clínica cirúrgica, fala da importância do estudo da anatomia na “formação técnica do cirurgião”:

É inegável a importância máxima do estudo da Anatomia, pois é para nós, como a geografia para o navegante, os astros para o astrônomo, os números para o matemático. Seu estudo é elementar e ao mesmo tempo essencial.¹⁸

O Dr. Mário de Abreu complementava seu pensamento

em outra conferência, ressaltando que sem o conhecimento da anatomia todo o raciocínio do cirurgião será falho e em consequência todos os seus diagnósticos serão difíceis, pois, embora possíveis, estarão carentes de uma base fundamental e precisa. É necessário saber “o porquê do órgão existir, porque está situado, do modo e da maneira por que está, pois é pela existência de uma função e pelo distúrbio que ela porventura apresente, que se fazem as entidades mórbidas e daí então, se fará sua volta ao estado natural anterior.”¹⁹

A anatomia e a cirurgia vêm reforçar a idéia do corpo humano como máquina, tomando o funcionamento de cada órgão como uma engrenagem que, quando defeituosa, pudesse ser “consertada” pelo “técnico cirurgião” que retiraria do corpo a moléstia. Para tanto, ele precisaria apresentar como qualidades inerentes a “habilidade manual, o sangue-frio e engenhosidade.”²⁰

Em seu contexto brasileiro, mais especificamente paranaense, a medicina volta seus olhos para o organismo como palco concreto das doenças, um palco que precisa receber cuidados eugênicos e higiênicos para manter a saúde e a “normalidade”. Assim como todos os brasileiros deveriam estar unidos para manter a harmonia do corpo social, todos os órgãos deveriam trabalhar em equilíbrio para que o organismo como um todo não permita a entrada da doença. O orador da turma de 32, na formatura retratada no início do capítulo, foi claro na analogia entre corpo social e organismo humano:

Assim, como no organismo humano quando se ve atacado por um elemento destruidor, os 30 trilhões de células que o compõem, calculadamente, entram numa solidariedade e numa sinergia funcional para abater o elemento invasor, assim também congreguemo-nos todos e nos constituamos a muralha inexpugnável para a conquista da vitória indefectível.²¹

O organismo buscava a perfeição em seu funcionamento

para que os “agentes externos agressores” não pudessem invadir e desta forma completar a equação que resultaria nos “estados mórbidos” como defendia o Dr. Garzuze. O corpo era o palco, porém de um inimigo externo a ele, causador da doença, em que encontraria o máximo de sua representação no micróbio, numa tentativa de tornar a doença algo “palpável” como fora feito com o corpo.

Neste processo de reificação da doença, as descobertas de Pasteur exerceriam papel decisivo, pois é na teoria microbiana que se encontrariam os fundamentos da medicina contemporânea. A hipótese básica da teoria microbiana elege um fator externo - o micróbio - como causador das moléstias. A doença, vista como um “ser” autônomo exterior ao corpo, e considerada como uma entidade inimiga deste, revela uma estrutura de pensamento que coloca o relacionamento entre interior e exterior, organismo e meio, de maneira conflitante.

Contrapondo a teoria microbiana com o contexto social brasileiro aqui tratado, podemos ter uma pequena compreensão de alguns motivos que sustentaram o modelo exógeno de explicação da doença, ao menos no meio médico. Num período em que toda ameaça à sociedade “harmoniosa” só poderia vir do exterior, representado principalmente pelo imigrante, portador de todas as pestes e responsável pela impureza e degeneração racial, era natural que o organismo individual também se ressentisse dos perigos externos que pudessem invadí-lo.

Neste sentido, o conhecimento cirúrgico revela com exatidão a exterioridade do inimigo ao ressaltar a importância do estudo da bacteriologia para sua realização prática:

(...) devemos conhecer os elementos que a bacteriologia fornece, devemos ter dessas vidas microscópicas a necessária ilustração, para a luta, ou melhor, para não enfrentarmos os micróbios, que são os nossos grandes inimigos, sem estarmos ao par, pelo menos, dos seus aspectos mais comuns.²²

Foucault, quando faz alusão aos estudos de Pasteur e à teoria microbiana, revela uma grande transformação na visão de doença, pois já era possível sua observação, localização clínica e experimental e sua intervenção imediata, o “ataque voltado para a invasão microbiana.”²³ A “lucta entre a sciencia e a moléstia” como afirmava o professor Franco aos seus alunos no primeiro dia letivo de 1932, era uma referência à objetivação da medicina que permitia ao médico dar nome ao seu adversário e assim poder derrotá-lo mais facilmente. Se por um lado a transformação da doença em um "ser", representado pelo micróbio, facilita a explicação da mesma através do diagnóstico, por outro também vai afetar na terapêutica e na visão do doente a respeito de sua própria doença, que agora não é mais algo misterioso que se encontra em seu organismo, mas um ente perfeitamente palpável e denominável.

NOTAS DE REFERÊNCIA

1 GOMES,. Demerval dos Santos. Collação de grao dos médicos de 1932. *Rev. Médica do PR.* v. 1, n. 8, p. 319. out.1932.

2 FRANCO , F. Ensino de clínica médica. *Rev. Medica do PR.* v. 1, n. 5, p. 195. abr. 1932.

3 Idem . p. 196.

4 FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980. 241p.

5 MACEDO, Heitor Borges de. *Só há doentes, não há doenças.* Curitiba, 1932. Tese (Mestrado em Pathologia Geral) p. 42.

6 Idem. p. 24

7 Idem, p. 13

8 PERNETTA, Cezar. *Doença, affecção e diathese;* seu conceito actual. Curitiba, 1930. p. 3. These sorteada para concurso de professor cathedrático de pathologia geral.

9 Idem p. 6

10 GARZUZE, Rosala. *Fronteiras da saúde e da doença.* Curitiba, Tese (Mestrado em Patologia Geral) - Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Paraná. p. 22.

- 11 Idem, p. 23.
- 12 Idem, p. 24
- 13 Idem, p. 28.
- 14 LAPLANTINE, François. *Antropologia da doença*. São Paulo : Martins Fontes, 1991. p. 56.
- 15 FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1980. p. 1.
- 16 LAPLANTINE, François. *Antropologia da doença*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 52.
- 17 FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p.1.
- 18 ABREU, Mário de. A formação do médico. *Rev. Médica do PR*, p. 103, 1939.
- 19 ABREU , Mário de. O estudo da Clínica Cirúrgica no curso médico. *Rev. Médica do PR*. v. 9, n. 9, p. 182-3, 1940.
- 20 Idem, p.187.
- 21 GOMES, Demerval dos Santos. collação de grao dos médicos de 1932. *Rev. Médica do PR*. v. 1, n. 8, p. 312, out.1932.
- 22 LAPLANTINE, François. *Antropologia da doença*. p. 68.
- 23 ABREU, Mário de. O estudo de Clínica Cirúrgica no curso médico. *Rev. Médica do Pr*. v. 9, n. 9, p. 183, 1940.

TRAZER A TELEVISÃO: ESTADO E INTERIORIZAÇÃO DO SINAL TELEVISIVO (PARANÁ 1975-1988)

Dennison de Oliveira

Professor do Departamento de História da
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

RESUMO

O texto discute o importante papel desempenhado pelas diversas agências do Estado no sentido de transformar a televisão brasileira, de um meio de comunicação restrito a alguns poucos centros urbanos até bem pouco tempo atrás, no veículo de alcance efetivamente nacional que é hoje. Discutem-se as interpretações que circulam a respeito do assunto e apresentam-se os resultados de uma pesquisa de campo, realizada no Estado do Paraná, sobre a decisiva atuação do Executivo Estadual e de toda uma série de prefeituras enquanto promotores da extensão do sinal televisivo. É apresentada aqui, pela primeira vez, a história dos esforços desenvolvidos pela Paraná Radiodifusão S.A. (RADIPAR) - empresa pública do governo estadual - e pela Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP), no sentido de estender o alcance do sinal gerado pelas estações privadas de televisão a todo o Estado do Paraná. O autor é bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal do Paraná e desenvolveu pesquisa sobre o tema "Estado e Mercado na Radiodifusão" como mestrando em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). O autor agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) a cessão de uma bolsa de estudos que lhe permitiu dedicar-se integralmente à sua pesquisa.

INTRODUÇÃO

O Brasil chega ao final da década de oitenta com uma indústria televisiva das mais poderosas do mundo. O poder e a

importância deste ramo de atividade econômica dificilmente poderiam ser exagerados! Tanto a nível econômico, quanto político e cultural, a televisão aparece como o veículo de comunicação e lazer mais importante do país, desconhecendo, seja enquanto instrumento de propaganda, seja como opção de lazer, rivais à altura.

Estatísticas recentes mostram que o Brasil possui o quarto maior parque receptor televisivo do planeta, estimando-se o número de aparelhos de televisão em torno de trinta e um milhões. Este volume só é ultrapassado por três outros países, quais sejam, Estados Unidos, União Soviética e Japão. Contando com uma tal quantidade de aparelhos receptores e com um número de estações de televisão que beira as duas centenas, este meio de comunicação consegue uma audiência próxima à de cem milhões de pessoas, correspondendo a mais de dois terços da população do país. À penetração como meio de lazer e informação correspondem um peso econômico e uma importância política não iguais por nenhum outro meio de comunicação de massa no Brasil.

A televisão, sendo a única mídia de alcance totalmente nacional, absorve para si a maioria absoluta do total das verbas publicitárias, o que corresponde a um faturamento que só pode ser expresso em centenas e centenas de milhões de dólares por ano. Já a sua influência política é bem mais difícil de ser mensurada. No entanto, dificilmente poderíamos deixar de notá-la em episódios recentes da nossa história política, por exemplo por ocasião da campanha pelas Diretas Já (1984) ou então da decretação do Plano Cruzado (1986). Nestes e em outros episódios evidenciaram-se as potencialidades da televisão como um meio, ou de mobilização (segundo caso), ou de desmobilização (no primeiro) das populações urbanas em torno de determinadas propostas.

Aqueles brasileiros que, como eu, nasceram no decorrer do regime militar, ou mesmo um pouco antes, simplesmente não conheceram ou não se lembram de que algum dia a televisão brasileira tenha sido diferente. Crescemos e nos educamos habituados a uma televisão onipresente e perfeita, que só fugia daqueles seus impecáveis padrões técnicos e estéticos em condições realmente excepcionais. Mesmo as pessoas de mais idade encontrarão dificuldades para lembrar que, de fato, muito tempo atrás a televisão brasileira não se parecia em nada com essa com a qual hoje convivemos. Tamanha era a precariedade técnica e o pouco alcance social de que era vítima a televisão naqueles anos imediatamente posteriores à sua chegada, que não faltaram, inclusive, aqueles que até duvidaram da sua viabilidade no Brasil.

Nosso objetivo nas próximas páginas será encaminhar uma reflexão sobre os fatores que levaram a televisão brasileira a, uma vez superada uma fase introdutória cheia de dificuldades, vir a constituir-se num prazo de tempo extremamente curto na mais poderosa mídia eletrônica disponível entre nós e numa das mais importantes do mundo.

Não pretendemos aqui contar esta história, uma vez que tal tarefa já foi efetuada. Aqueles que desejarem ter acesso a interpretações consistentes sobre o desenvolvimento da nossa televisão já tem à disposição uma série de boas obras. Delas se encontrarão referências ao final deste texto.

Nosso objetivo é mais restrito. Pretendemos abordar o papel do Estado na promoção do desenvolvimento da televisão no Brasil. Neste sentido, as páginas seguintes se inserem no projeto de dissertação de mestrado que desenvolvemos na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sobre o tema “Estado e Mercado na Radiodifusão”.

No presente texto examinaremos o papel do Estado na construção de uma infra-estrutura técnica que, segundo têm demonstrado os estudos mais recentes sobre o assunto, constituiu-se num fator decisivo para que a televisão brasileira chegasse a se transformar na indústria que é hoje.

A nossa análise se dará em três diferentes momentos. Inicialmente percorreremos, de uma maneira bastante sintética, a trajetória da implantação da televisão brasileira, seu crescimento e os obstáculos por ela enfrentados na tentativa de se constituir em uma mídia de alcance nacional. Em seguida, iremos discorrer sobre as interpretações disponíveis a respeito do papel do Estado na superação daquelas dificuldades. Feito isso, estaremos em condições de expor os resultados da nossa pesquisa de campo, efetuada no Estado do Paraná, sobre o tema. Finalmente, se dará a comparação dos resultados da nossa investigação com as interpretações vigentes, procedendo-se à sua crítica.

Uma última observação: a expressão “trazer a televisão”, escolhida para servir de título a este texto, era recorrentemente empregada pelos técnicos da Paraná Radiodifusão S.A. (RADIPAR) com os quais nos entrevistamos: “(...) os caras não queriam nem saber se a cidade deles constava ou não do Plano, só queriam saber de *trazer a televisão* (...).”

1. A Televisão Brasileira de 1950 a 1967

A televisão surge no Brasil em 1950, introduzida por iniciativa de Assis Chateaubriand, presidente do conglomerado intitulado Diários e Emissoras Associados. Esta organização reunia dezenas de emissoras de rádio e empresas jornalísticas e, com a introdução da televisão, viria a se tornar o maior empreendimento do gênero na América Latina.

Não obstante o gigantismo do grupo, este continuava a ser administrado nos moldes dos antigos “capitães de indústria” - do qual o próprio Chateaubriand é o maior exemplo - isto é, dirigida segundo critérios herdados de uma sociedade patriarcal e que dependia muito da figura de seu proprietário, com seu tino para os negócios e com a sua capacidade de articulação política. Era, pois, um tipo de organização que não cogitava da introdução de uma administração racional e moderna, que se pretendesse científica.

A iniciativa de Chateaubriand de implantar no Brasil uma emissora de televisão é, neste sentido, exemplar. Segundo todos os depoimentos, a idéia lhe teria ocorrido em 1948, durante uma visita aos Estados Unidos. Fascinado pelas potencialidades do novo veículo e confiante no capital que suas empresas representavam em experiência e faturamento, Chateaubriand resolve “apostar” na televisão. O termo “aposta” cabe perfeitamente aqui, pois, mesmo na maior potência capitalista do planeta, a televisão apenas começava a ser introduzida e faltava-lhe tanto um conjunto de normas técnicas que regulamentasse e padronizasse o seu funcionamento quanto uma sólida tradição junto aos anunciantes potenciais.

Dois anos depois ele resolve comprar o equipamento necessário para a instalação de duas estações. Encomenda, então, junto a uma firma de assessoria norte-americana, uma pesquisa que revele as reais possibilidades de viabilização econômica de seu projeto. O relatório apresentado pelos americanos é taxativo: em virtude da incipiência do mercado publicitário e consumidor, bem como pela inexistência de infra-estrutura tecnológica, a introdução da televisão num país como o Brasil era considerada prematura. Assim, pensavam também certos fabricantes de equipamentos de transmissão de televisão norte-americanos. Quando Assis Chateaubriand revelou-lhes para que país pretendia levar as torres, antenas e transmissores que estava adquirindo,

simplesmente encerraram as negociações, desejosos de não ver o nome de suas empresas envolvidos em nenhuma “loucura”.

Se atentarmos para as condições econômicas e demográficas do Brasil da década de 1950, veremos o quanto estes temores eram fundados. Afinal, a maior parte da sua população ainda estava vivendo na zona rural. O fornecimento de energia elétrica restringia-se a umas poucas cidades e o processo de industrialização não era amplo, estando confinado a alguns setores. Apesar de tudo isso, em 1950 inaugura-se a primeira estação de televisão no Brasil, pertencente ao conglomerado presidido por Assis Chateaubriand.

Esta televisão recém-introduzida vai enfrentar toda sorte de dificuldades para se consolidar. De saída, todo o equipamento necessário, seja para instalação, seja para o bom funcionamento das estações, tinha de ser trazido dos Estados Unidos. Aliás, nestes primeiros anos, até mesmo os aparelhos receptores de televisão tinham de ser importados. Devido ao alto custo dos televisores importados, somente uma parcela muito reduzida da população podia adquiri-los. Se o equipamento era de difícil obtenção, a mão-de-obra necessária para fazê-los funcionar também o era. Tanto a parte técnica quanto a artística das emissoras ressentia-se da falta de profissionais capacitados.

Nesse contexto, não surpreende que a qualidade do produto final oferecido por essas primeiras estações seja tão irregular. Convém lembrar que as emissoras tinham de irradiar toda a sua programação ao vivo, inclusive os comerciais, e se obrigavam a toda sorte de improvisações técnicas e artísticas para poderem funcionar.

A televisão vai demorar ainda algum tempo para se introduzir nos hábitos da população e ganhar credibilidade junto aos anunciantes publicitários em potencial. Mesmo porque havia

concorrentes poderosos, tanto na indústria da publicidade quanto na do entretenimento. Referimo-nos ao cinema, que durante quase toda a década de 1950 permaneceria como a opção de lazer favorita das populações urbanas, e à imprensa escrita, que continuaria a absorver a maior parte das verbas publicitárias no país. Ainda em 1958 as verbas aplicadas na televisão atingiam somente 8%, para 22% no rádio e 44% nos jornais, do total nacional.

Esta posição marginal da televisão decorre, segundo os estudos mais recentes têm apontado, da sua pouca penetração junto ao público. Isto se dava em função de dois fatores. Primeiro, o reduzido alcance do sinal de televisão. A recepção das imagens geradas pelas emissoras restringia-se às cidades nas quais elas operavam. Durante toda a década de 1950, somente cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre eram cobertas pela televisão. E, em segundo, o baixo número de aparelhos receptores de que dispunha o público, os quais, devido ao seu alto preço, não somam durante toda a década mais de meio milhão em todo o Brasil.

Esta situação começa a mudar logo no início da década de 1960. O crescimento e a modernização da sociedade brasileira vão estimular tanto o surgimento de novas estações de televisão quanto a aquisição de aparelhos receptores de TV, agora tornados mais acessíveis pelo surgimento das primeiras fábricas de televisores nacionais. Desempenharão um papel importante no processo as próprias emissoras. O surgimento de novas tecnologias e a modernização das técnicas de administração das empresas permitirão a superação das características artesanais que impregnavam a programação por elas irradiadas.

Exemplo desta nova fase da televisão brasileira, que se inicia por volta de 1960, é a TV Excelsior. Esta empresa tem sido apontada pela literatura corrente como sendo a primeira

emissora a ser administrada com uma moderna visão empresarial, estabelecendo um processo de racionalização que atinge diversos níveis do processo produtivo.

Com a Excelsior surge uma programação que obedece rigidamente a determinados horários (horizontalidade) e que segue uma determinada seqüência de programas diários, dos quais as telenovelas e os telejornais serão os melhores exemplos (verticalidade da programação). A racionalização atinge também o uso do tempo, sendo a duração dos comerciais veiculados pela emissora rigidamente controladas, não mais se permitindo que estes se alonguem.

É também esta emissora que, através de uma agressiva política de contratação de profissionais empregados em empresas concorrentes, vai romper com as relações trabalhistas tradicionais que vigoravam até então no setor. Entre as práticas vigentes figuravam os célebres “acordos de cavalheiros”, que comprometiam as emissoras a não contratarem funcionários de suas congêneres. Este método de controle de mão-de-obra, herança de uma sociedade patriarcal, será abolido pelas novas políticas de relacionamento com os profissionais de televisão que a Excelsior introduz.

Finalmente, a emissora é a primeira a fazer propaganda de si mesma, criando um slogan e veiculando-o repetidas vezes no decorrer das suas transmissões. Estas e outras inovações serão adotadas paulatinamente por todas as outras emissoras de televisão, aumentando a confiabilidade do sistema e permitindo um aumento substancial do faturamento.

Ao lado destas inovações de ordem organizacional e mercadológicas vão aparecendo, ao longo da década de sessenta, as inovações tecnológicas que permitirão à televisão uma melhoria substancial na qualidade da sua programação. Além

do aperfeiçoamento dos equipamentos de transmissão, os quais se tornam mais confiáveis e poderosos, surgem o vídeo-tape e a edição eletrônica de imagens.

A chegada do vídeo-tape marca um verdadeiro divisor de águas na história da televisão brasileira. Antes dele toda a programação era transmitida ao vivo, propiciando a ocorrência de toda sorte de problemas técnicos e cênicos. Interrupções, desencontros e descuidos iam ao ar indiscriminadamente, comprometendo a reputação da emissora e expondo seus anunciantes ao ridículo. Esta situação era tão mais provável quanto maior fosse a porcentagem de comerciais que implicavam em “demonstração de produtos”.

O vídeo-tape, que possibilitava a gravação de programas e comerciais, eliminou estes problemas. A edição eletrônica de imagens, com sua capacidade de efetuar cortes e colagens tanto de som como de imagens, permitirá a apresentação de uma programação isenta de erros e de considerável apuro artístico.

O vídeo-tape permitiu também que se passasse a uma efetiva programação em rede, isto é, com várias estações de televisão transmitindo uma mesma programação. As estações geradoras de programas (chamadas “cabeças de rede”) gravavam as suas melhores atrações em vídeo-tape e dele faziam cópias, remetendo-as por avião para as suas estações afiliadas. As estações afiliadas recebiam estes tapes por compra, por manterem um contrato com a cabeça de rede para transmissão exclusiva de sua programação, ou por simplesmente pertencerem ao mesmo proprietário. Este era o caso da Rede Tupi, pertencente aos Diários e Emissoras Associados, que contava entre as suas propriedades com quase uma dezena de emissoras.

Quase que imediatamente se percebeu as possibilidades que o vídeo-tape continha para o surgimento de uma economia

de escala. Agora era possível produzir com rentabilidade programas humorísticos e novelas cada vez mais caros e complexos. A diluição do custo final se faria entre dezenas e dezenas de emissoras afiliadas.

Com isso, a programação de uma rede passou a ser radicalmente distinta daquela que era veiculada pelas emissoras independentes, isto é, emissoras que produziam sua própria programação. As caríssimas superproduções que as emissoras afiliadas recebiam das suas geradoras inviabilizaram toda uma série de estações independentes. Assim, acentuou-se o processo de concentração da propriedade na indústria televisiva, ao mesmo tempo em que se erguia mais uma grande barreira de entrada aos possíveis interessados em se transformar em proprietários de estação de televisão.

Subsistia ainda o problema da simultaneidade da transmissão dessa programação. De uma maneira bastante parcial e dispendiosa, as grandes emissoras já vinham investindo numa solução para o problema de transmissão simultânea de uma mesma programação por várias emissoras. A TV Rio, por exemplo, já em 1960 instalara uma série de estações repetidoras entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Assim, era possível que o seu “Jornal Nacional” fosse assistido por aparelhos que sintonizassem a sua afiliada paulista.

Aqui cabe um parêntese: estações ditas “repetidoras” são, como o próprio nome diz, pequenas estações automáticas que repetem o sinal televisivo gerado por uma determinada emissora. No caso da TV Rio, estas estações foram implantadas a intervalos de 50 ou 60 quilômetros entre Rio de Janeiro e São Paulo. Sistema semelhante foi empregado para que essas duas cidades pudessem assistir *ao vivo* as imagens da inauguração de Brasília. Mas, em virtude dos altos custos e das consideráveis dificuldades técnicas envolvidas, este sistema só foi empregado pelas grandes

emissoras e, mesmo assim, para interligar somente os centros economicamente estratégicos, isto é, Rio e São Paulo. Portanto, a maior contribuição para a formação de redes de televisão efetivamente nacionais, no período examinado, foi aquela dada pelo vídeo-tape.

Em função das transformações apontadas, a televisão começa, a partir de meados da década de 1960, a se transformar de fato em um autêntico veículo de massas. Um indicador desta tendência é o número de aparelhos receptores em funcionamento no país, que passa de 598.000 em 1960 para 1.993.000 em 1965. Outro indicador é a progressiva expansão das estações de televisão pelo território nacional. Quase todas as capitais, bem como cidades médias e grandes do interior, começam a considerar a instalação de suas estações de televisão.

A televisão chega, ao final da década, numa posição de destaque, seja no que diz respeito ao volume de verbas que arrecada, seja na penetração nos hábitos da nossa população. Da verba movimentada pelas agências de publicidade em 1968, 44,5% cabem à televisão. Crescimento notável se considerarmos que em 1962 esta participação estava reduzida a 24,7%. O número de aparelhos receptores é, sem dúvida, o dado mais significativo do período. Em 1969 eles já somam 4.336.000. Só naquele ano foram vendidas 678.000 unidades.

Encerrando esta parte, gostaríamos de fazer uma observação sobre o caráter desta televisão. O modelo de exploração dos serviços radiotelevisivos brasileiros se assemelha, no que diz respeito ao período em exame, àquele adotado pelos Estados Unidos. Isto é, trata-se de uma radiodifusão que se sustenta com as verbas oriundas da venda de espaços na programação para inserções publicitárias. Este modelo norte-americano, por assim dizer, refere-se, pois, a uma televisão privada e de finalidades essencialmente comerciais.

A possibilidade de venda destes espaços, bem como o seu preço, varia em função da audiência conseguida pela programação irradiada por cada estação. Neste sentido, compreende-se por que a televisão brasileira só vai conseguir sair do seu estado de incipiência inicial à medida que vai se firmando como um aglutinador de audiência.

2. A Intervenção do Estado

Como vimos, é na metade da década de 1960 que a televisão brasileira alcança sua maturidade, transformando-se efetivamente num autêntico meio de comunicação de massas. Porém, a despeito deste crescimento extraordinário, a televisão ainda não se parecia em nada com aquela que hoje conhecemos.

A programação em rede dependia, para se efetivar, dos vídeo-tapes que as cabeças de rede enviavam por via aérea, para as suas emissoras afiliadas. Esta prática impossibilitava a simultaneidade da transmissão da programação, o que tornava as “redes” daquela época bem diferentes daquelas que nos são contemporâneas.

Esta situação trazia dois problemas. Primeiro, abria a possibilidade de que as emissoras afiliadas reivindicassem o direito de transmitir outros programas além daqueles que lhes eram periodicamente enviados pelas geradoras dos grandes centros. Uma vez que os tapes enviados dificilmente cobriam a totalidade do tempo de transmissão, as emissoras afiliadas continuavam a gerar uma parte considerável da sua própria programação. Ou, pior ainda, como era o caso de várias “afiliadas” dos Diários e Emissoras Associados, a comprar indiscriminadamente tapes da Globo, Excelsior e Record. Segundo, comprometia seriamente a pretensão das emissoras de venderem inserções publicitárias de veiculação “nacional”.

Como vimos, somente São Paulo e Rio de Janeiro estavam, efetivamente, interligados por uma série de estações repetidoras (enlaces), o que permitia uma simultaneidade na transmissão da programação. Posteriormente, ainda neste período, se incluirá a capital de Minas Gerais a este esquema. Porém estas três cidades eram o máximo a que se permitiam as redes de televisão em termos de veiculação simultânea “nacional”.

O estabelecimento de redes com base na distribuição de vídeo-tapes, assim como a interligação das três maiores capitais da região mais desenvolvida do país era, portanto, tudo o que a televisão brasileira tinha conseguido com os seus próprios recursos. Uma investigação meramente especulativa poderia talvez apontar, com base em projeções, quanto tempo se faria ainda necessário para que as grandes estações de televisão abandonassem definitivamente o envio de tapes por avião e se dispusessem, ou como investimento de risco, ou como resultado do crescimento do mercado, a partir para a implantação das estações de repetição de sinal que lhes permitiria alcançar todo o território nacional.

Uma coisa é certa. Jamais a iniciativa privada poderia sonhar em igualar o esforço que, entre 1967 e 1973, a EMBRATEL efetuou, no sentido de interligar por troncos de microondas todas as grandes cidades do Brasil. A Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. (EMBRATEL) é uma sociedade de economia mista e foi criada em 1962, entrando em operação três anos mais tarde. Entre as suas finalidades básicas estavam a dotação de infra-estrutura no campo das telecomunicações para todo o país. Sua principal meta era a implantação do Plano Nacional de Telecomunicações, o qual visava a instalação de troncos de estações de microondas que tornariam possível estender a todo o Brasil serviços de telefonia (discagem direta à distância), telex, fac-símile, transmissão de dados, transmissão de alta-fidelidade e ... televisão! Assim, entre

1967 e 1972 foram implantadas aproximadamente 20.000 quilômetros de troncos, operando com estações repetidoras instaladas a uma distância média de 50 km.

Segundo os estudos mais recentes têm apontado, a inclusão da televisão no Plano Nacional de Telecomunicações foi resultado da aplicação, por parte do regime militar, das suas teses sobre a Segurança e Integração nacionais. De fato, a Doutrina de Segurança Nacional, desenvolvida pela Escola Superior de Guerra (ESG) e que informava as práticas econômicas e políticas do regime militar, sempre teve entre os seus objetivos principais a integração do vasto território nacional. O estabelecimento de comunicações confiáveis e modernas, e a abertura de novas vias de comunicação apareciam como os meios mais eficazes de se integrarem efetivamente as regiões mais distantes e menos povoadas do território brasileiro. Assim, para o bem da Segurança Nacional, integrar-se-iam, principalmente via EMBRATEL, todos os vastos espaços que compõem o país, evitando-se ameaças de ordem interna (subversão) e externa (influências culturais dos países vizinhos).

Justificava-se assim a inclusão da televisão privada entre os canais de microondas da EMBRATEL. Levar a programação gerada nos grandes centros às regiões mais longínquas do país parecia ser a melhor forma de fazer com que os brasileiros se sentissem, afinal, pertencentes a uma mesma nação, compartilhando uma cultura comum.

O impacto da intervenção do Estado é fulminante. Num espaço de tempo assombrosamente curto, interligam-se Curitiba e Porto Alegre (Tronco Sul-1969) e as capitais da Amazônia (1970). Contando com a verba oriunda do Fundo Nacional de Telecomunicações, os serviços de implantação dos troncos se efetuam sem que se verifiquem atrasos no plano original. Assim, em 1973 estão prontos os troncos que permitirão a interligação

de todas as capitais e grandes cidades do Brasil por Discagem Direta à Distância (DDD) e de televisão.

Num prazo de tempo ridiculamente pequeno superaram-se as dificuldades que atribulavam a televisão brasileira e a impediam de dar o salto qualitativo que, há muito, haviam dado suas congêneres norte-americanas. Lá nos EUA, a instituição de redes de televisão e a sua conversão em sedes de megaimpérios da comunicação se deu, precisamente, a partir do instante em que as redes puderam veicular comerciais nacionais (“*cost-to-cost*”) que lhes permitiu dar um grande salto nos seus patamares de acumulação. Não pode passar desapercibido, porém, o fato de que, contrariamente aos Estados Unidos, a cujo modelo de exploração dos serviços televisivos nos filiamos, a implantação da infra-estrutura necessária à transmissão em rede entre as capitais e grandes cidades não se faz através da iniciativa privada, mas sim pelo Estado que, para tanto, se utiliza das verbas oriundas dos fundos públicos.

Porém, a interligação destas cidades resolve apenas parte do problema. Uma coisa é levar o sinal da Rede Globo, por exemplo, do Jardim Botânico (sede da empresa no Rio de Janeiro) ao Jardim Mercês (sede de sua afiliada em Curitiba). Outra, completamente diferente, é levar este mesmo sinal para o interior de todo o Estado do Paraná. Tanto as regiões completamente carentes de serviços televisivos quanto aquelas que já dispõem de uma estação de televisão (não uma afiliada à Rede Globo, mas à Rede Tupi, por exemplo) continuarão a depender, para poderem assistir à programação da Globo, dos mesmos troncos de estações repetidoras, só que agora ligando a capital do estado ao interior.

Evidentemente que nem sempre toda a programação será retransmitida da capital para o interior. Como já apontamos, é no decorrer da década de 1960 que as grandes e médias cidades

do interior dos estados começam a implantar suas primeiras estações de televisão, e o Paraná não foge à regra. Cidades politicamente importantes e economicamente estratégicas como Londrina, Ponta Grossa e Apucarana, por exemplo, ganharão no decorrer da década sua primeira estação de televisão.

No entanto, o raio de alcance destas emissoras continua restrito, tal qual suas congêneres da capital, às cidades onde elas operam. Continua, pois, em aberto o problema da extensão do sinal de televisão àquelas cidades e regiões que, apesar de se constituírem em mercados expressivos para a venda e recepção de inserções publicitárias televisivas, jamais poderiam gerar a receita necessária à manutenção de uma sofisticada estação de televisão.

Neste contexto, a implantação de uma rede de estações repetidoras e retransmissoras de televisão aparecia como a solução evidente para o problema da efetiva cobertura de todo um estado pelo sinal das estações de televisão. A instalação de estações deste tipo aparece como a continuidade lógica daquele processo iniciado com a interligação das capitais e grandes cidades pela EMBRATEL. Uma vez mais, o Estado desempenhará um papel importante neste processo. Porém, ao contrário do episódio anterior, serão outras as agências do Estado a se ocuparem deste problema, ao lado das próprias emissoras privadas de televisão. E é justamente sobre estes aspectos que diz respeito a nossa pesquisa, cujos resultados são expostos na parte seguinte deste texto.

Antes de seguirmos para a nossa próxima parte, porém, é conveniente darmos alguns esclarecimentos. Como o leitor já deve ter notado, vimos utilizando uma variedade de termos que designam os diferentes tipos de estação de televisão. Como estes e outros termos serão exaustivamente utilizados na parte seguinte do nosso trabalho, talvez seja útil recapitular.

Um parque transmissor de programação de televisão compõe-se de estações geradoras, estações repetidoras e estações retransmissoras. Estações geradoras são aquelas capazes de colocar no ar programas de televisão. Uma estação geradora pode ser uma cabeça de rede ou uma afiliada desta. Por exemplo, a TV Bandeirantes, localizada no Morumbi, em São Paulo, é uma estação cabeça de rede, pois gera e envia para as afiliadas da rede sua programação. Já a TV Paraná, localizada em Curitiba, apesar de receber quase toda a sua programação do Morumbi, também gera programas, como, por exemplo, os seus três telejornais diários e programas policiais (além, é claro, de uma considerável quantidade de propaganda comercial local). Estações repetidoras seriam aquelas pequenas estações automáticas encarregadas de captar e os sinais televisivos das geradoras e retransmiti-los numa outra ou na mesma direção, tornando possível sua recepção por outra repetidora, retransmissora ou geradora de televisão. Finalmente, estação retransmissora é aquela capaz de captar estes sinais e difundir-los a toda uma região circundante.

3. Estado e Interiorização do Sinal Televisivo no Paraná

O Paraná instala suas primeiras emissoras de televisão logo no início da década de 1960. Sua primeira estação foi a TV Paranaense (1959), localizada em Curitiba e que não se filiava a nenhuma rede de televisão. Em seguida, vieram a TV Paraná (1960), também instalada na capital do Estado, e a TV Coroados (1962), de Londrina, ambas filiadas ao grupo Diários e Emissoras Associados, presidido por Assis Chateaubriand. A instalação de uma estação geradora em Londrina se justificava pelo extraordinário dinamismo econômico que então se verificava naquela cidade. Com pretensões a capital do Estado, a cidade de Londrina vivia uma fase de euforia com o auge do ciclo cafeeiro na região norte do Paraná. Esta emissora, aliás, foi uma

das primeiras geradoras a se instalarem no interior do país.

Como vimos, as emissoras brasileiras de televisão dessa época careciam de uma administração voltada para as especificidades inerentes aos problemas que eram postos pela implantação do novo meio de comunicação, trabalhando segundo os antigos moldes dos “capitães de indústria” e se obrigando a fazer toda sorte de improvisações técnicas e artísticas para poderem funcionar. As emissoras paranaenses não eram exceção.

O panorama começa a mudar com a criação daquele que seria mais tarde conhecido como o Grupo Paulo Pimentel. Contando com uma sólida base empresarial e financeira, o grupo inaugura em 1965 a TV Iguazu em Curitiba e a TV Tibagi em Apucarana. Estas empresas, de propriedade do ex-governador do Estado, serão as primeiras a contar com edifícios especificamente construídos para aquela função. Além disso, as estações serão equipadas a um nível próximo da perfeição, do ponto de vista técnico. A filiação deste grupo à Rede Globo, aliada a outros empreendimentos na área da mídia (jornais e rádio), transformará este grupo no mais importante conglomerado televisivo do Paraná no início dos anos 1970.

Subsistiam, certamente, outras estações que não dispunham da mesma orientação empresarial ou dos recursos daquelas duas emissoras. Por exemplo, em 1968 se inaugura a TV Esplanada em Ponta Grossa, a qual só conseguirá se manter no ar a duras penas. Em 1972 a importante cidade de Maringá inaugura a TV Cultura. A partir daí, não se verificam mais instalações de novas emissoras de televisão por um bom período.

No início da década de 1970, portanto, o Estado do Paraná só contava com sete emissoras de televisão, instaladas justamente nas suas maiores e mais importantes cidades. Estas emissoras vinculavam uma programação oriunda da Rede Globo (Grupo

Paulo Pimentel), Rede Tupi (TVs Paraná e Coroados) ou eram independentes. A penetração deste meio de comunicação é restrita a uns poucos grandes centros, permanecendo sem possibilidade de recepção do sinal televisivo, vastas regiões do Estado e a maior parte da sua população. Esta situação se repetia em quase todos os outros estados da federação.

Este problema é sentido de diversas maneiras por toda uma variedade de agentes sociais. Para o Governo Federal, trata-se de planejar a interiorização do sinal televisivo como uma continuidade daquele processo mais amplo iniciado pela EMBRATEL. Para toda uma série de prefeitos, a interiorização do sinal de televisão aparece como um serviço essencial, de primeira necessidade mesmo. São eles, ao lado dos seus colegas vereadores e deputados estaduais eleitos pelo interior, os primeiros a serem acionados pelas suas populações para que possibilitem a elas o acesso à informação e lazer proporcionado pela televisão. “Trazer a televisão” torna-se então uma necessidade que, se satisfeita, enriquece sobremaneira o currículo e a folha de serviços prestados pelos governantes ao município. O governo do Estado também perceberá o problema de forma similar, a qual se combina, de certa maneira, com propósitos de integração do território estadual que guardam um paralelo notável com as teses do regime militar sobre o assunto. Finalmente, as próprias emissoras, notadamente aquelas do interior, percebem que a extensão do seu sinal pode ser uma maneira de aumentar seus lucros ou, nos casos mais críticos, viabilizar o empreendimento.

Apesar das diferenças políticas e sociais destes agentes, todos chegarão à conclusão de que a instalação de uma rede de estações repetidoras e retransmissoras de televisão é a solução que melhor atende a seus propósitos. Porém, se existe uma unanimidade quanto a solução do problema, esta desaparece quando se trata da sua efetivação. Trataremos agora de

interpretar como estes diferentes agentes perceberam e propuseram soluções para a difícil questão da interiorização do sinal televisivo.

Em 1975 o Ministério das Comunicações criou um grupo de trabalho¹ com a finalidade de propor soluções para os problemas relacionados com a interiorização da televisão. Tratava-se, por um lado, de estabelecer normas técnicas e critérios para exploração de canais de repetição do sinal televisivo. No Estado de São Paulo, em particular, as geradoras semeavam suas repetidoras naquele que, até hoje, é o melhor mercado consumidor do país, sem que houvesse critérios que disciplinassem esta atividade. Se o problema nas regiões mais ricas do Brasil era a expansão acelerada da interiorização da TV, o inverso ocorria nos estados mais pobres. Assim, uma segunda tarefa deste grupo era propor soluções que fossem viáveis, do ponto de vista econômico, para a extensão do alcance do sinal televisivo para todo o país.

No desempenho desta função, o Ministério das Comunicações trouxe especialistas estrangeiros que, através da exposição da experiência dos seus países, ajudaram a propor soluções. Ao cabo de três anos o Grupo de Trabalho já tinha reunido os subsídios que permitiram ao Ministério, já naquele ano, assinar o regulamento geral dos serviços de repetição e retransmissão de televisão. Para o problema da interiorização do sinal televisivo foram apresentadas várias alternativas, aparecendo o satélite como a mais importante. Da sua operação ficaria encarregada a Empresa Brasileira de Radiodifusão S.A. (RADIOBRAS), empresa daquele Ministério encarregada de operar as estações de rádio e televisão do Governo Federal.

O projeto não foi adiante por razões de ordem política e financeira. Aparentemente, não se tinha muita certeza quanto aos efeitos que decorreriam da medida. Segundo o testemunho

de pessoas que tiveram contato com o processo, receava-se que a implantação de um sistema de interiorização global, como aquele que o satélite possibilita, deixaria desprotegida toda uma série de culturas regionais. O desrespeito às características culturais de cada região poderia, no limite, abrir a possibilidade de rupturas na nossa estrutura social.²

Infelizmente não foi possível rastrear de maneira conclusiva os conceitos que informaram esta perspectiva dos técnicos do Ministério das Comunicações. Porém, não se pode deixar de notar uma mudança radical na postura do regime militar sobre o potencial de televisão como veículo de integração nacional. Se a extensão do sinal televisivo aparecia, em meados da década passada, como um inequívoco fator de integração, agora ela surge com um componente de descaracterização de culturas regionais. Esta mudança pode ter sido informada pela nova correlação de forças do mercado televisivo. Se na época da implantação da EMBRATEL existiam três fortes redes de televisão (Record, Excelsior e Tupi), agora verifica-se um virtual monopólio da programação da Rede Globo, que detém, na maior parte do tempo e em todo o território nacional, índices de audiências superiores a 80%. Esta emissora veiculava, e até hoje o faz, uma programação fortemente impregnada pelos valores e padrões de comportamento das populações cariocas. Assim, só podemos imaginar que a disseminação massiva, por todo o território nacional, dos valores culturais de Ipanema ou do Leblon dificilmente poderia, aos olhos do regime militar, fazer com que os brasileiros se sentissem como pertencentes a um mesmo país, podendo, ao invés disso, se constituir em fator de desagregação social.

Apoiando esta hipótese, temos a postura do Ministério das Comunicações, de apoio e incentivo às iniciativas *regionais* de extensão do sinal televisivo, as quais ela passa a adotar logo após o abandono da “solução satélite”. Em vista das

consideráveis dificuldades de ordem técnica e financeira, o lançamento do primeiro satélite brasileiro, com canais disponíveis para televisão, teria de esperar até 1985.

Se lembrarmos que mesmo a solução mais simples e acessível para o problema (isto é, a instalação de uma rede de repetidoras) também envolvia consideráveis dificuldades técnicas e exigia um investimento substancial, não pode deixar de ser surpreendente o fato de que as primeiras iniciativas do poder público para implantação daquelas redes tenham partido das prefeituras. De fato, no Brasil do regime militar cabia aos estados e municípios uma parcela muito reduzida do montante dos tributos que eles mesmos arrecadavam.

Pelo menos no Estado do Paraná, foram as prefeituras as primeiras a propor e implementar soluções para o difícil problema de “trazer a televisão” da capital para o interior. Dentre estes projetos, o mais importante, seja pela infra-estrutura técnica que se faria necessária, seja pela área que se propunha atingir, era o projeto da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP).

A AMSOP era uma associação formada por alguns municípios paranaenses da região sudoeste, isto é, aqueles localizados próximo da divisa com o Estado de Santa Catarina e a fronteira da Argentina. Estas cidades fundaram, em fevereiro de 1969, uma entidade destinada a “... ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios que a compõem ... através da promoção do ... estabelecimento da cooperação intermunicipal e intergovernamental ...”.³

Mais do que a mera defesa e reivindicação política dos interesses econômicos e sociais daquela região, o que se desprende da leitura dos estatutos da entidade é o propósito de constituir algum tipo de administração centralizada que coordene

as diversas administrações locais. Exemplo disso é o plano administrativo que a entidade deveria elaborar a partir dos planos trienais municipais e que visava justamente “institucionalizar a continuidade administrativa, *sobrepondo-se à temporariedade dos mandatos executivos...*”. (grifo nosso). O alcance e profundidade das atividades da associação era bastante amplo. Os seus trabalhos de assistência técnica e assessoria política deveriam se estender a praticamente todos os ramos da administração pública e do desenvolvimento econômico, indo da promoção da reforma administrativa e assessoria das câmaras de vereadores, passando pelo estímulo da conservação e bom uso dos recursos renováveis, até o estabelecimento de um sistema intermunicipal de transportes e comunicações.⁴

Nos itens relativos à promoção do estabelecimento deste sistema intermunicipal de comunicações encontram-se menções apenas à telefonia e à telegrafia, inexistindo, portanto, qualquer referência à televisão. Informações disponíveis, porém, apontam para o fato de que mesmo antes do início da década de 1970 já se cogitava da instalação de uma rede de repetição do sinal televisivo. A Câmara Municipal de Dois Vizinhos já havia autorizado a prefeitura, em dezembro de 1969, a criar um serviço destinado à retransmissão dos sinais de televisão. Eram, porém, iniciativas isoladas.⁵

Bem diferente era a proposta concretizada, em meados de 1975, pela AMSOP. O sistema cobria todos os 25 municípios da associação através de estações retransmissoras instaladas em oito deles. O sinal televisivo gerado pela TV Iguazu era trazido por um enlace de 8 estações repetidoras dispostas a intervalos aproximados de 50 km. O enlace atravessava todo o Estado no sentido leste-oeste, numa distância superior a 300 km! Demonstrativo do grau de refinamento do sistema era a interligação, através de um sistema de radiotransmissores, de todas essas estações entre si e com um posto de assistência

técnica.

O sistema, uma vez tornado operacional, deve ter se constituído em motivo de orgulho e regozijo para as populações que dela se beneficiaram. Deve ter também contribuído para a intensificação das pressões em prol deste tipo de solução nos demais municípios. Apesar de a ação da AMSOP “ter trazido” a televisão, a iniciativa não deixava de ser contraditória.⁶

Se os custos da implantação deste sistema foram assumidos pelo Estado (isto é, pelos contribuintes), os lucros - no sentido monetário - seriam colhidos pela emissora que teve o seu sinal substancialmente estendido: a TV Iguazu, canal 4 de Curitiba. Porém esta contradição, apesar de real, ainda demoraria alguns anos para se colocar. É que a região do sudoeste paranaense ainda não tinha uma densidade demográfica e um peso econômico que justificassem a implantação, por parte da iniciativa privada, de uma rede de estações repetidoras de TV. Sem se dispor a esperar pela alteração das características de seu mercado, a região, utilizando-se de fundos públicos e movida por razões estranhas ao cálculo empresarial, se antecipa à iniciativa privada e “traz a televisão”.

Entendemos que seria de reduzida utilidade especular sobre quanto tempo se faria ainda necessário para que o canal 4 se dispusesse a instalar suas próprias repetidoras no local. Por ora, a constatação do seu reduzido peso demográfico já é suficiente para entendermos a solução adotada. Apesar do elevado número de municípios congregados pela AMSOP, a região se ressentia, ao longo de toda a década de 1970, de um reduzido crescimento populacional em termos absolutos. Se este crescimento for tomado em termos relativos, isto é, enquanto determinado percentual da população do Estado, verifica-se mesmo uma queda acentuada. Senão, vejamos. Em 1970 o sudoeste tinha 494.251 habitantes, o que equivalia a 6,7% do total da população

paranaense. Em meados da década esta população era estimada em 488.492, o que equivalia a 5,7% da população do Estado. Para o censo de 1980, a queda em termos relativos desta população é ainda mais notável. Contava com 512.732 pessoas, isto é, apenas 4,9% do total do Estado do Paraná.⁷ A região foi, provavelmente, fortemente atingida pelo intenso processo de migração das pequenas cidades e regiões rurais para as grandes concentrações urbanas, que é uma característica da estrutura demográfica paranaense nos últimos anos. Mesmo constatando-se este fato, dificilmente a TV Iguazu e a sua cabeça de rede (a Globo) devem ter ficado descontentes com a ampliação do alcance da sua programação a uma região totalmente carente de sinal televisivo - isto é, inexistiam concorrentes - e que contava com mais de meio milhão de habitantes.

Esta é a contribuição destes municípios ao slogan “para todo o Brasil” que as geradoras de televisão começaram a veicular naquela época. Certamente que a incipiência do mercado televisivo do sudoeste do Paraná, isto aliado a toda uma série de fatores estruturais adversos com a escassa abrangência da eletrificação rural e interiorana, pode ter contribuído para diminuir o alcance e o brilho daquela contribuição. Porém, se atentarmos para as dificuldades técnicas e financeiras implícitas no projeto que a AMSOP conseguiu implantar, fica claro que a instalação da rede de repetidoras no sudoeste foi um feito, sem dúvida, extraordinário. Porém, não obstante o mérito dos dirigentes da AMSOP, dificilmente eles poderiam igualar o esforço que o próprio governo estadual fez, no sentido de interiorizar o sinal televisivo através da Paraná Radiodifusão S.A. (RADIPAR).

A Paraná Radiodifusão S.A. foi criada pela Lei Estadual nº 6.635, de 29-11-1974, como uma sociedade de economia mista vinculada à Secretaria de Viação de Obras Públicas. A leitura de seus estatutos revela que a empresa se destinava a “...

promover a implantação, melhoria e exploração de serviços de radiodifusão sonora, de som e imagem (...) bem como (...) colaborar no esforço nacional em prol da alfabetização (...) contribuindo com prioridade na difusão dos temas educacionais e culturais.”⁸ Apesar dos estatutos preverem que caberia à empresa a implantação da Rede Oficial de Telecomunicações e Radiodifusão do Estado, tarefa que deveria abranger todos os meios de comunicação em uso na época, a RADIPAR irá se ocupar só com a televisão e, mesmo assim, apenas da televisão privada. A Paraná Radiodifusão se dedicará ao longo de toda a sua existência a, exclusivamente, estender o sinal das emissoras privadas de televisão por todo o território do Estado.

A escritura pública de constituição da empresa estabelecia um total inicial de 656.935 ações, no valor de um cruzeiro cada uma. Destas, 500.000 pertenceriam ao Governo do Estado, sendo as restantes distribuídas de maneira desigual por uma dezena de municípios paranaenses.⁹ Apesar de dentre estes figurarem cidades importantes como Londrina e Foz do Iguaçu, sua participação na sociedade parece ter tido um significado apenas simbólico, do ponto de vista financeiro. Afinal, a lei estadual nº 6.635 destinou para os encargos necessários à constituição da RADIPAR, um montante de verba que ultrapassava em muito o capital integralizado pelos acionistas. Ora, o Governo do Estado, seja pelo papel de acionista majoritário, seja enquanto o efetivo mantenedor da RADIPAR nesta fase pré-operacional, terá uma hegemonia indisputável na direção da nova empresa. A lei que criou a RADIPAR determinava também que esta se sustentasse com “a renda proveniente dos seus serviços”. Como veremos, implicações de ordem legal e política impedirão o cumprimento deste artigo da lei.

Antes de prosseguirmos, convém examinar brevemente algumas importantes modificações no parque transmissor de TV

que se verificavam no estado naquela ocasião. A partir da segunda metade da década de 1970 ocorre uma série de inaugurações de geradoras de televisão no interior do Paraná. Trata-se das cidades de Cascavel (1976), Cornélio Procópio e da segunda emissora de Londrina (1977), além de Pato Branco (1979). Já na capital, verificava-se a inauguração da quarta geradora de televisão, a TV Curitiba (1979). Apesar do número de geradoras ter quase dobrado durante a década de setenta, estas continuam a se localizar nos grandes centros urbanos do Estado. Porém, várias delas já se lançam à instalação de suas próprias estações repetidoras, sem esperar que os poderes públicos tomem a iniciativa. Outro detalhe: em 1976 o Grupo Paulo Pimentel perde para a TV Paranaense o direito de retransmitir a programação da Rede Globo.

Apesar de se manter em regime de pré-operacionalidade, a RADIPAR logo se lançou à tarefa de interligar, através de enlaces de repetidoras, as regiões mais populosas do Estado que ainda não tinham acesso a programação televisiva. Dentre estas figuravam como prioritárias as regiões sul e norte pioneiro. Já no início de 1978 inaugura-se a chamada Rota Sul-Suleste, interligando-se através de sete estações repetidoras os municípios da região à TV Paranaense. O ritmo acelerado dos trabalhos permite que ainda no primeiro semestre daquele ano se conclua a interligação conhecida como Rota Norte, que levava a programação da afiliada paranaense da Rede Globo para aquela região, através de quatro estações repetidoras.

A inauguração da Rota Sul-Suleste mereceu uma pequena propaganda paga da RADIPAR no principal jornal da capital paranaense. Vale a pena reproduzir parte dela aqui, uma vez que ali estão explícitos os propósitos da empresa: "... cerca de 30 municípios serão beneficiados com a implantação deste sistema, levando aos paranaenses daquelas microrregiões informação, educação, cultura e lazer, *integrando ainda mais o*

Paraná e sua gente, pelo milagre da comunicação ...” (grifo nosso). Não deixa de ser paradoxal o fato de que, dentre as seis fotos de personalidade televisiva que ilustram a propaganda,¹¹ não se encontre nenhuma paranaense. Trata-se das fotos de cinco artistas da Rede Globo do Rio de Janeiro e uma do Presidente Geisel! Não obstante a contradição entre texto e fotos, não se pode deixar de notar, a nível de discurso, a existência daqueles mesmos propósitos de integração que eram tão caros ao regime militar.

Apesar do extraordinário êxito destas duas iniciativas, ainda não se tinha certeza se a prática de instalação de enlaces de repetição seria, de fato, a melhor solução. A discussão sobre as alternativas possíveis emergiu somente depois da instalação daquelas duas rotas, uma vez que estas eram entendidas à época como uma “decisão de emergência para atender aos reclamos da população destas áreas, totalmente carentes de (sinal televisivo)”.¹² Na retomada da discussão participaram várias empresas de outros estados idênticas à RADIPAR e técnicos do Ministério das Comunicações. Este Ministério vai colocar, à disposição da RADIPAR, um engenheiro dos seus quadros, que irá integrar um grupo de trabalho aqui constituído para planejar a interiorização da televisão. Dentre as alternativas apresentadas, constavam a “solução balão” (sustentação das estações retransmissoras por balões a grande altura), a “solução satélite” (idêntica àquela apresentada pelo Ministério das Comunicações na mesma ocasião) e a “solução terrestre” (enlaces de repetidoras). Prevaleceu, afinal, a solução que a RADIPAR já vinha pondo em prática. Como resultado, ela se tornou extremamente requisitada pelos outros estados da federação para prestar assessoria técnica em interiorização de TV.

Ainda em 1978, o Ministério das Comunicações assina, em 25 de abril, o Decreto nº 81.600, que disciplinava a instalação de estações repetidoras e retransmissoras de televisão. Ali

estabelecia-se que os serviços de retransmissão deveriam ser livre e gratuitamente recebidos pelo público, proibindo-se, portanto, a cobrança de qualquer espécie de pagamento. Consideravam-se infrações, entre outras, a geração de programas, a operação das estações fora dos padrões de qualidade estabelecidos e a não-retransmissão dos sinais transportados para todas as localidades ao longo do trajeto do sistema. Estas normas teriam uma influência considerável no desenvolvimento da RADIPAR a partir de meados da década seguinte.

A empresa permaneceu em fase pré-operacional até 1979. Conseqüentemente, informa a ata da 9ª Assembléia Geral Extraordinária “... ainda não houve lucros, não possuindo dividendos a distribuir. Não haverá também gratificação à diretoria. O déficit apurado no exercício findo foi de ...”.¹³ Mesmo superada a fase pré-operacional, a empresa jamais dará lucro, acumulando ano após ano déficits crescentes. A origem dos recursos será sempre, dos acionistas, através das sucessivas integralizações de capital. Uma vez estabelecido um determinado padrão de atuação, a empresa terá seus recursos oriundos do Estado, através da Secretaria do Interior. Assim, converteu-se a RADIPAR, na prática, em uma mera repartição pública mantida por verbas a fundo perdido. A impossibilidade de cobrar legalmente pelos seus serviços transformará o artigo 9º (que previa sua auto-sustentação) em letra morta e o seu estatuto de uma empresa de sociedade anônima numa farsa. Não obstante, a empresa ainda trabalhará muito pela interiorização da TV, antes que uma sucessão ininterrupta de déficits termine por inviabilizá-la.

A RADIPAR se verá, por volta do início da década de 1980, obrigada a assumir uma série de encargos que, dada a inexistência de mecanismos de financiamento eficientes, irão levar ao desgaste excessivo os seus recursos materiais e humanos. O

primeiro destes encargos foi o convênio assinado em 1979 com a AMSOP, para a manutenção do seu sistema de repetição e retransmissão de sinal de televisão. Além da manutenção operacional, a RADIPAR deveria também repetir e retransmitir os sinais de televisão de uma das geradoras de Curitiba. Ora, tendo em vista a perda dos direitos de retransmissão da programação da Globo pela TV Iguazu para a TV Paranaense, não é difícil imaginar que a AMSOP ansiasse por restaurar a recepção da programação da Rede Globo em sua região. O convênio se deu numa conjuntura em que a RADIPAR não dispunha de uma estrutura pessoal e material à altura da tarefa. O episódio marca também o primeiro desvirtuamento dos propósitos originais da empresa que, até então, estava voltada para implantação do sinal televisivo apenas em regiões que estivessem completamente privadas dele. A implantação de um segundo canal no sudoeste paranaense não poderia deixar de aparecer, aos olhos dos técnicos da RADIPAR, como um “privilégio” incompreensível.

Três anos depois, a AMSOP terminará por doar à RADIPAR todos os seus equipamentos, os quais, nas palavras dos seus funcionários, constituíam um “arsenal de ferro velho, com cerca de 40 equipamentos de retransmissão obsoletos, dos quais a maioria inoperantes”.¹⁴ E, para piorar, estes retransmissores operavam em uma frequência de onda inteiramente diversa daqueles utilizados pela RADIPAR, fugindo totalmente aos padrões técnicos dentro dos quais trabalhava a empresa.

Porém, a RADIPAR apenas começava a se afastar dos seus propósitos originais. Como vimos, a interiorização da televisão depende de estações repetidoras e retransmissoras para se efetivar. Lançando mão da analogia botânica, as estações repetidoras constituem os troncos, enquanto as retransmissoras são os galhos e folhas. Isto é, as repetidoras conduzem o sinal

até a região em linha reta, mas cabe às retransmissoras espalhá-lo para recepção pelos aparelhos de televisão por toda a área adjacente. Assim, a implantação de um sistema de retransmissão de televisão depende, para se efetivar a um custo aceitável, de um rigoroso planejamento técnico que maximize o aproveitamento dos troncos.

Existem denúncias apontando o ano de 1982 como aquele que foi "... um ano de inúmeras implantações, a grande maioria em total desobediência aos critérios técnicos e legais recomendados pelas normas". E que "... nem mesmo os equipamentos reserva das estações retransmissoras mais importantes se salvaram da cobiça das autoridades que, para saldarem compromissos políticos, sepultaram alguns anos de trabalho de uma empresa que, até então, era reconhecidamente promissora".¹⁵ Se levarmos em consideração que este período administrativo foi o último em que os políticos identificados com o regime militar ocuparam sozinhos o Palácio Iguazu (sede do Executivo Estadual), compreende-se por que o ano de 1982 foi tão carregado de ingerências políticas sobre a RADIPAR. Uma vez que o governo do PMDB tomaria posse no início de 1983, o ano anterior representava a última oportunidade para os políticos do PDS/ARENA "saldarem compromissos", mesmo porque a possibilidade de alternância do poder já era perceptível há muito tempo.

Estas implantações em desobediência aos critérios técnicos e normas legais eram justamente aquelas caracterizadas como "implantações isoladas". Isto é, trata-se de instalações que fogem ao planejamento global de interiorização da televisão, exigindo toda sorte de improvisações para as viabilizarem e fugindo à racionalidade inerente ao sistema de troncos. Novamente, segundo seus funcionários, foram as "... naturais imposições políticas (que) exigiram improvisações e começaram, então, as implantações isoladas".¹⁶ Como resultado da disseminação desta

prática, surgiram três conseqüências extremamente danosas para os cofres públicos: primeiro, as instalações passaram a ser muito mais caras do que o previsto inicialmente; segundo, a qualidade dos serviços oferecidos pela empresa despencou, dada a expansão desmedida - e irracional - do sistema; e surgiram inúmeras estações ditas “irregulares” (isto é, ilegais) que, de acordo com as normas técnicas estabelecidas pelo regulamento geral dos serviços de retransmissão e repetição de TV do Ministério das Comunicações, jamais poderiam ir ao ar.

A total subordinação da atividade técnica aos interesses políticos e os problemas e prejuízos daí decorrentes produziram diferentes posicionamentos dos setores envolvidos. Da parte do governo que iria ser empossado, seria o caso da extinção pura e simples da RADIPAR. Porém, a pedido do Secretário do Interior recém-empossado, foi elaborado pelos funcionários da RADIPAR um relatório que apontava diversas possibilidades de viabilização da empresa. Porém, logo após assumir, a nova direção da RADIPAR não só ignorou o teor do relatório como ainda fez pesadas críticas às suas teses e aos que as propuseram. Aliás, o relatório, em questão sequer chegou às mãos do Secretário do Interior, tendo desaparecido misteriosamente.

Nestas circunstâncias, não é difícil imaginar que nenhuma mudança iria se verificar na atuação da RADIPAR no novo governo, o qual, por ser dito “de oposição”, deveria justamente estar comprometido com o propósito de mudar o padrão de gerenciamento dos órgãos do Estado. Aliás, não só continuaram as implantações isoladas, como até mesmo se intensificaram. Mesmo porque o primeiro governo do PMDB foi o que, seja em termos relativos, seja em absolutos, foi aquele que mais instalou estações da RADIPAR. Senão, vejamos. De novembro de 1974 a março de 1983, instalaram-se 75 estações, incluindo-se aí as importantes rotas Norte e Sul, o que corresponde aos governos Jayme Canet Júnior (ARENA) e Ney Braga (PDS).

No governo José Richa, de março de 1983 até a sua desincompatibilização em meados de 1986, quando se candidatou ao Senado, foram instaladas 32 estações. Deixando este o governo, assumiu seu vice, João Elísio Ferraz de Campos, ex-deputado pela ARENA e Secretário de Estado no governo Jayme Canet. Aliás, ele foi indicado para a vaga de vice de José Richa pelo grupo daquele ex-governador da ARENA. Na gestão de João Elísio foram entregues mais oito estações, cujas obras já tinham sido iniciadas no período anterior, e outras três, inteiramente construídas no seu governo.¹⁷

É neste período que se inicia, na atuação da RADIPAR, uma prática tão ruínosa para as finanças quanto a implantação desordenada de estações. Referimo-nos à implantação do chamado “segundo canal”. Como vimos, os propósitos iniciais da RADIPAR eram os de levar o sinal televisivo às regiões do Estado que, seja pelas dificuldades técnicas, seja pela sua reduzida importância econômica, permaneciam sem acesso à televisão. Ora, o convênio assinado com a AMSOP previa, além da manutenção do seu sistema pela RADIPAR, justamente a implantação de um segundo canal, numa ocasião em que dezenas de municípios paranaenses ainda não dispunham de nenhum. Daí a reação do seu corpo técnico àquilo que estes entendiam ser um “privilégio” incompreensível. É no período em questão que esta prática se dissemina, ao sabor de toda sorte de pressões de ordem política no sentido de que tal ou qual programação chegue a determinada região. Neste sentido, a RADIPAR perde definitivamente qualquer traço de uma empresa pública de prestação de serviços essenciais a populações carentes para se transformar num instrumento de pressão sobre as forças do mercado, no mais das vezes a serviço de interesses capitalistas privados.

Antes de examinarmos a importância da ação da RADIPAR na alteração da correlação de forças do mercado

televisivo através da implantação do “segundo canal”, convém examinar algumas das alterações verificadas neste mercado durante a década de oitenta. Como vimos, as estações geradoras de televisão só são empreendimentos economicamente viáveis em grandes centros. Com o crescimento de várias cidades no interior do Estado a partir de meados da década de 1970, verifica-se ali a instalação de várias emissoras. Esta tendência se acentua na década de 1980. Inauguravam-se: a segunda emissora de Cascavel (1984); a primeira em Foz do Iguaçu, cuja população triplicou durante os anos 1970 (1984); Guarapuava (1984); a quinta emissora da capital (1985); a segunda de Maringá (1987); e, às vésperas da promulgação da nova constituição, num esforço estafante para o braço direito daquele que estava prestes a perder o poder concedente de estações de rádio e televisão, uma segunda estação em Foz do Iguaçu e a terceira de Londrina (ambas em 1988). Assim, durante a década de 1980, consolida-se definitivamente um importante mercado televisivo no interior do Estado do Paraná. Todas as cidades de importância já estão sob o alcance das emissoras de televisão, e as maiores chegam mesmo a instalar sua segunda ou terceira estação. Outro indicador desta consolidação é a instalação, por parte destas emissoras, das suas próprias estações repetidoras e retransmissoras de televisão.

Por exemplo, em 1979 a TV Tibagi de Apucarana (Grupo Paulo Pimentel) instalou um enlace de repetidoras ligando aquela estação até a cidade de Cornélio Procópio e, daí, até Assis, no Estado de São Paulo.¹⁸ Ainda naquele ano, seu sinal seria estendido para as cidades de Campo Mourão, Cruzeiro do Oeste, Goierê, Marechal Cândido Rondon e Guaíra.¹⁹ No final de 1979, a emissora inaugura o ambicioso enlace ligando Apucarana até Foz do Iguaçu, passando pelas cidades de Roncador, Corbélia, Cascavel e Céu Azul.²⁰ Finalmente, as cidades de Mandaguáçu, Paranaíba e Londrina também serão atingidas pela programação veiculada pela TV Tibagi de Apucarana.²¹ A TV Iguaçu adota

uma política de implantações igualmente intensa. Assim, uma emissora pode, através de suas repetidoras, não só estender seu sinal à regiões totalmente desprovidas de programação televisiva, como alcançar mercados importantes e já ocupados por outras concorrentes.

É a partir do governo José Richa que a RADIPAR adota uma política de distribuição de diferentes programações, supostamente em função de “... conveniências econômicas e em obediência às áreas de atuação das geradoras do estado ...”.²² Com isso, a empresa vai assumir no mercado televisivo uma política de intervenção direta que, ao contrário do que pode parecer aos mais desavisados, não se presta nem à contenção dos monopólios nem ao equilíbrio da concorrência. Muito pelo contrário, esta política parece justamente ter reforçado estas características mais perniciosas em detrimento da sua função social original.

Exemplo disso, são as estações instaladas pela empresa nas cidades de Guaíra e Marechal Cândido Rondon. Ora, a TV Tibagi já tinha instalado alguns anos antes, por sua conta e risco, suas próprias estações repetidoras naquelas cidades, veiculando a programação do SBT (Grupo Sílvio Santos). A RADIPAR irá instalar ali repetidoras veiculando a programação da Bandeirantes (TV Tarobá de Cascavel) e Globo (TV Cultura de Maringá) em Guaíra. E em Marechal Cândido Rondon, da Globo (TV Coroados de Londrina). Estes exemplos são esclarecedores. Se estas cidades eram viáveis economicamente para a instalação de repetidoras do SBT (“Liderança absoluta do segundo lugar”), por que não o seriam para a todo-poderosa Rede Globo? (primeiro lugar absoluto em audiência, sem aspas). Isto não quer dizer, absolutamente, que o Grupo Paulo Pimentel não tenha se beneficiado desta curiosa política de socialização dos custos e privatização dos lucros. Em 1986 a TV Iguazu instala suas retransmissoras nas cidades litorâneas de Paranaguá, Caiobá e

Matinhos. A primeira é uma importante cidade portuária e uma das maiores do Estado. As outras são tradicionais balneários de veraneio. As retransmissoras serão instaladas pela TV Iguaçu, mas a necessária repetidora que trará o sinal de TV da Capital para o litoral através da Serra do Mar será construída pela RADIPAR.²³

Também em Goioerê, onde a TV Tibagi já tinha instalado sua própria emissora, a RADIPAR irá instalar outra, destinada a retransmitir a programação da TV Tarobá de Cascavel (Bandeirantes). Até mesmo na importante praça comercial de Maringá (que já contava com duas geradoras, uma filiada à Rede Globo e outra à Manchete) a RADIPAR irá instalar uma repetidora, desta feita, para veicular a programação da TV Tropical de Londrina (Bandeirantes)! Exemplos como esses poder-se-iam ser contados às dezenas.²⁴

Enquanto isso, outros tantos municípios permaneciam totalmente sem acesso a qualquer tipo de programação televisiva. Às vésperas da extinção da RADIPAR, encontravam-se parados 73 pedidos de municípios que requeriam precisamente a instalação da sua primeira estação. Outros seis estavam necessitando melhorias no sistema já implantado e várias rotas de retransmissoras estavam em situação crítica, dada a situação de quase colapso dos serviços de manutenção. Como aqueles que foram os responsáveis pelos primeiros sucessos da empresa encaravam esta situação?²⁵

Como vimos, a posse do governo de oposição, em 1983, estimulou os técnicos da RADIPAR a serem francos e abertos no relatório que o novo Secretário do Interior lhes havia solicitado. A extrema hostilidade com que o documento foi recebido pela nova direção e seu subsequente desaparecimento indicavam a disposição da nova administração para deixar tudo como estava, o que de fato aconteceu. Em 1986 elegeu-se, na

esteira do Plano Cruzado, o segundo governo do PMDB. Este trazia a proposta de uma reforma administrativa bastante abrangente. Parecia, então, aos olhos do corpo técnico da RADIPAR, o momento de propor as mudanças que novamente tornariam aquela empresa financeiramente viável e tecnicamente satisfatória.

O plano de governo de Álvaro Dias propunha uma reforma administrativa bastante ampla e profunda. No caso da RADIPAR, por exemplo, se daria a extinção desta e a incorporação do seu quadro de funcionários à Fundação Rádio e Televisão do Paraná. Esta Fundação deveria englobar todas as atividades até então executadas pela RADIPAR e, ainda, implantar a Rede Oficial de Televisão do Estado. Ora, se a equipe que elaborou esta proposta tivesse se dado ao trabalho de ler o texto da Lei que criava a RADIPAR, teria descoberto que nenhuma Fundação seria necessária, uma vez que estas eram precisamente as finalidades daquela empresa! Previa-se também a vinculação destes órgãos à Secretaria de Comunicação Social.²⁶

A posse do novo governo e as notícias de uma possível reforma administrativa incentivaram a equipe de funcionários da RADIPAR a, uma vez mais, elaborar um relatório que desse conta do estágio atual da empresa, suas potencialidades e seus problemas. Deste relatório, felizmente, salvou-se uma cópia, à qual tivemos acesso. Da maior importância neste documento é a proposta de viabilização e revitalização da empresa, pois ela encerra uma possibilidade de reforma administrativa bastante diferente daquela que o governo Álvaro Dias se dizia disposto a efetivar.²⁷

O texto começa com o reconhecimento, por parte da equipe, de que a origem política das diretrizes operacionais da empresa é um fato insuperável e incontornável. Assim, a equipe nem se dispõe mais a questionar tal origem. Deixa claro, porém,

que a componente política das decisões jamais poderia ser tão completa a ponto de produzir tamanha situação de caos técnico e legal.

O serviço prestado pela RADIPAR é ali conceituado como sendo de utilidade pública. Daí decorre a idéia de que ele deve ser de alta qualidade e confiabilidade e estar permanentemente disponível. Neste sentido, as comparações com os serviços de luz e telefone são esclarecedoras. Para se obter um serviço com estas características, se faria necessário uma estrutura técnica e administrativa compatível com a dimensão que o sistema tinha, apesar de tudo, alcançado. Naquela ocasião a RADIPAR contava com 115 estações em operação e outras 10 em instalação. Delas se ocupava um número ínfimo de técnicos e engenheiros, que não dispunham dos recursos materiais necessários à boa execução de suas tarefas. Inexistiam os equipamentos destinados à aferição das características técnicas de cada estação, número suficiente de veículos e peças de reposição.

A proposta de redimensionamento da estrutura da empresa previa a contratação de técnicos experientes, a ampliação do quadro de atendimento na área de manutenção da empresa, a revisão dos ganhos dos profissionais, a elaboração de um plano de cargos e salários, a renovação da frota de veículos, a instalação de um laboratório para checagem dos equipamentos, a informatização do sistema e o redimensionamento dos escritórios regionais. Ou seja, às acusações de ineficiência e desperdício imputadas à RADIPAR seu corpo de funcionários respondia com a demonstração de que, dadas as circunstâncias, eles estavam realizando milagres. Cita-se o exemplo de técnicos obrigados a dar manutenção a estações separadas por distâncias superiores a 400 km, utilizando-se para tanto de viaturas em elevado grau de depreciação.

Quanto ao caos em que se encontrava mergulhado o

sistema, o relatório não permite dúvidas, em se tratando de apontar responsabilidades. Nada disso teria acontecido se tivesse sido seguido um planejamento global. Apesar da existência de numerosas implantações isoladas, de estações irregulares, enfim, de toda sorte de desperdícios, o documento aponta que ainda é possível se reverter a situação, através da constituição de subsistemas, que tornariam mais confiável e racional o funcionamento daquelas estações.

Enfim, embora o documento propusesse o gerenciamento do caos e as necessárias medidas para a sua prevenção, não se nota muita diferença de tantos outros documentos redigidos pelo funcionalismo público desejoso de melhores condições de trabalho. Existe, porém, uma diferença fundamental: propõe-se a criação de parâmetros legais para a cobrança dos serviços prestados, a qual não só geraria a renda suficiente para a continuidade do trabalho da empresa nas bases propostas como funcionaria como um instrumento de justiça social, revertendo a citada política de privatização dos lucros e socialização dos prejuízos.

Difícilmente poderíamos imputar ao quadro funcional da RADIPAR, em se tratando da execução daquela política, as acusações de ineficiência, incompetência e conivência que são atualmente tão freqüentemente endereçadas ao funcionalismo público. Não só eles nunca concordaram com tais práticas como delas tinham a mais aguçada consciência:

(...) dentro da complexidade dos objetivos sociais inerentes às atividades da RADIPAR, temos como *beneficiárias em potencial desse sistema as geradoras*. Dentro do conceito sócio-econômico, ressaltamos as condições da máxima rentabilidade *sem aplicação de recursos* em investimentos, ou mesmo, em manutenção pelas geradoras, quando o benefício da televisão é levado aos municípios (...) pela RADIPAR com recursos do governo estadual. É justo que a partir da atual

reforma administrativa, venhamos a pensar em retorno das geradoras à RADIPAR, para melhor desempenhar seus objetivos junto às comunidades do interior do Estado (...).²⁸

Neste sentido, era proposto o firmamento de convênios com os municípios com valores reais que efetivamente suprissem a demanda de recursos aplicados na manutenção da empresa. Os convênios firmados com as prefeituras até então destinavam à RADIPAR valores irrisórios e, para piorar, frequentemente eram pagos com grande atraso, sem que nenhuma sanção lhes fosse aplicada. A aplicação dos recursos assim captados também foi objeto de proposta. Ao invés da RADIPAR assumir em seu orçamento as obras, como até então vinha ocorrendo "... ocasionando assim uma descapitalização absurda ...",²⁹ sugeriu-se a seguinte sistemática: a empresa, uma vez com o pedido de uma determinada estação em mãos, levantaria os custos totais e os informaria à Secretaria, verificando também se esta estava incluída no Plano de Ação. A secretaria, à qual se subordinava a RADIPAR, por sua vez, procuraria junto à Secretaria do Planejamento e da Secretaria das Finanças viabilizar a implantação. Com isso, seria posto um fim à exagerada autonomia de que dispunha a direção da RADIPAR e que possibilitava a esta e àqueles que a pressionavam decidir soberanamente sobre a aplicação dos recursos em novas estações.

Pelo rigor técnico e pela abundância de dados estatísticos que emprega, vale a pena descrever aqui a sistemática proposta pelo documento para a cobrança de tarifas junto às geradoras e às prefeituras. Para as primeiras previa-se uma taxa mensal representada em Tarifa Básica de Televisão (TBTv), cujo valor seria estipulado pelo Ministério das Comunicações, a ser paga à RADIPAR para cada município que fosse atingido pelo sinal da geradora através das estações da empresa. Quanto mais populoso o município, maior seria a taxa. Já para as prefeituras ficou decidida a cobrança de uma taxa representada pela mesma

unidade e cujo valor também iria variar conforme o tamanho da população do município. Se considerarmos o balanço da empresa no mês de abril de 1987 - ocasião em que foi feito o relatório - a verba assim obtida seria suficiente, não só para cobrir os déficits mensais, como também para gerar um considerável excedente que poderia, senão possibilitar à RADIPAR efetivamente o gerenciamento de todos os meios de comunicação do Estado, pelo menos o autofinanciamento dos serviços que já vinham prestando. Tal foi a solução por eles encontrada para contornar as restrições de ordem legal à cobrança de tarifas *diretamente* ao usuário. Em síntese, o que o documento propunha era que a RADIPAR retornasse ao seu propósito inicial, com racionalidade administrativa, auto-sustentação financeira e justiça social. A proposta teve um fim tão inglório quanto a sua predecessora. Sequer chegou a ser motivo de discussão, tendo igualmente sido “desaparecida” pelos altos escalões administrativos. A RADIPAR continuaria a operar da maneira tradicional ainda durante alguns meses.

Na 28ª Assembléia Geral Extraordinária de 17 de setembro de 1987, presidida pelo representante do governo do Estado e Coordenador dos Trabalhos de Liquidação da RADIPAR, deu-se a extinção da empresa. Decidiu-se também a divisão do seu patrimônio em parcelas proporcionais ao número de ações disponível por cada acionista. Tal foi a solução encontrada para ressarcir os sócios de uma empresa que, ano após ano, acumulava déficits crescentes. Decidiu-se também que caberia à Fundação Rádio e Televisão do Paraná a guarda de todos os documentos e registros pertencentes à antiga empresa.

Como o governo do Estado detinha a quase totalidade das ações da empresa, é a ele que iria caber a propriedade de quase todas as estações da RADIPAR. Qual era, então, a extensão deste parque retransmissor? Os registros não são muito exatos, porém temos elementos para afirmar que a RADIPAR operava,

por ocasião da sua extinção, mais de 130 canais de repetição e retransmissão de sinal de TV. Destes, 85 serviam a geradoras filiadas à Rede Globo, 37 às da Rede Bandeirantes, sendo as demais divididas entre as demais redes nacionais de televisão.

Na ocasião em que a RADIPAR foi extinta, o Paraná já possuía um parque transmissor de televisão que figurava entre os primeiros do país. Logo a seguir seriam instaladas estações geradoras em cidades do interior do Estado que, apenas alguns anos antes, poderiam perfeitamente estar enviando seus prefeitos à Secretaria do Interior para “trazer a televisão” através da RADIPAR. Infelizmente, a reconstituição integral da história da instalação de repetidoras e retransmissoras pelas estações privadas é uma tarefa que está, no momento, além das nossas forças. É evidente, porém, que elas, se não superaram, pelo menos igualaram o esforço da RADIPAR, no sentido de disseminar o sinal televisivo. Assim, excetuando-se aqueles municípios realmente insignificantes do ponto de vista econômico (que não atraíram o interesse da iniciativa privada) e aqueles incapazes de oferecer algum retorno político (que não conseguiram agilizar seus pedidos junto à RADIPAR), quase todo o Estado dispunha de acesso a algum tipo de programação televisiva. Outro indicador do crescimento deste mercado é a atitude das próprias geradoras, as quais, à medida que os sistemas da RADIPAR vão perdendo a confiabilidade e a qualidade que lhes era inerentes, se apressam a substituir as estações dessa empresa pelas suas próprias.

O que pretendemos com estas considerações é fornecer elementos que permitam uma interpretação da solução que o governo do Estado deu, afinal, para o problema posto pelo funcionamento da RADIPAR. Primeiro, fica evidente que o estatuto da iniciativa de “trazer a televisão” mudou. Se há vinte anos tal ato equivalia à chegada de qualquer outro serviço essencial, como água ou telefone, agora ele assume uma

significação menor, em face da multiplicidade de canais de acesso à programação televisiva. Não são só as diversas estações locais de televisão que estendem, por conta própria, o seu sinal. A difusão dos satélites de difusão direta, a partir do início da década de oitenta, aponta para uma tendência: a das comunidades que se cotizam para adquirir uma antena parabólica. O lançamento do primeiro satélite brasileiro com canais disponíveis para televisão (seguido pouco depois por um segundo satélite com as mesmas características), aliado a uma disponibilidade de antenas parabólicas bem maior, vai possibilitar que o hábito de assistir diretamente a programação das cabeças de rede dos grandes centros se dissemine. Prefeituras, câmaras de vereadores, condomínios residenciais, paróquias ou mesmo simples famílias podem agora ter acesso a este serviço.

Assim, é o crescimento do mercado que faz com que a RADIPAR se torne um pouco deslocada no tempo. O que não quer dizer, absolutamente, que a sua função social estivesse completada. Muito pelo contrário, subsistem ainda dezenas de municípios totalmente à margem do sinal televisivo. Uma questão interessante poderia ser aqui colocada: qual o seu peso social, político e econômico? Temos elementos para afirmar que eles eram, de fato, de expressão bastante reduzida. Porém a sua simples existência já justificaria, por si só, a continuidade da obra da RADIPAR. Por que, então, a extinção?

Uma vez que não pudemos reconstituir³⁰, o processo decisório que resultou naquela medida, só nos resta propor algumas hipóteses. Como vimos, a RADIPAR era atravessada por pressões e demandas políticas de toda ordem: dos prefeitos que queriam “trazer a televisão”, dos prefeitos e deputados que queriam trazer um segundo canal, de secretários de estado que queriam ambas as coisas e, podemos imaginar, das próprias geradoras, ansiosas por estender o alcance do seu sinal ou contrabalançar o poder da concorrência. Era atingido por tudo

isso, tal qual autêntico pará-raio, o corpo de funcionários da RADIPAR. Ora, não pode deixar de despertar suspeita o fato de que a empresa foi extinta pouco depois de vir à tona o Relatório elaborado por aquele corpo. Apesar de ter circulado apenas entre a burocracia estatal, ele pode perfeitamente ter informado a conduta política daqueles que disputavam o controle das iniciativas da empresa. Como vimos, o que a RADIPAR fazia interessava a muitos. Se a exacerbação do conflito em torno daquele controle, aliado à contribuição que a empresa fazia ao déficit público estadual, foram fatores importantes na decisão de extinção da RADIPAR, então, podemos imaginar que a emergência do Relatório tenha sido uma espécie de catalizador do processo.

A tomada de posição do corpo técnico daquela empresa, apontando para o desvirtuamento da sua função social, a imposição desmedida de interesses de ordem política sobre os critérios técnicos que deveriam pautar sua atuação, a denúncia do desperdício de verbas públicas, aliada a uma proposta muito clara que apontava “... quem é que vai pagar por isso ...”.³¹ pode muito bem ter sido o ingrediente que faltava para que o governo se decidisse, afinal, pela extinção. Tudo isto, está claro, são conjecturas. Se os episódios realmente se encaminharam assim, nem por isso devemos perder de vista os fatores de ordem conjuntural que apontamos acima, isto é, as importantes mudanças no mercado televisivo paranaense.

Exemplo de como mudou o estatuto de que gozava a iniciativa de “trazer a televisão”, no limiar da década de 1990, foi o destino dado ao parque transmissor da RADIPAR e que coube ao governo do Estado. As estações foram pura e simplesmente doadas aos municípios onde elas se encontravam. Até novembro de 1988, já haviam sido passadas às prefeituras do interior nada menos do que 93 estações repetidoras e retransmissoras, através de contratos de doação.³² As estações

remanescentes apenas esperavam a regularização do processo de doação para passarem à propriedade das prefeituras. Este processo se encerrou em 1989. Para dourar a pílula amarga que estas doações representavam, em responsabilidade e custo financeiro, a Fundação Rádio e Televisão do Paraná comprometeu-se, por um breve período, a dar àquelas prefeituras um pequeno auxílio mensal. Tão pequeno, aliás, que algumas se recusaram a recebê-lo. Para finalizar, não deixa de ser irônico o fato de a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP) ter recebido de volta todos os equipamentos que ela tinha doado seis anos antes para a RADIPAR ...

CONCLUSÃO

É sempre difícil tirar conclusões sobre um tema pouco estudado. Na nossa pesquisa sobre a participação do Estado na interiorização do sinal televisivo, não só encontramos muito pouca literatura a respeito, como também a reconstituição de certos aspectos deste processo se mostraram acima das nossas forças. Porém, se é realmente verdade que a boa pesquisa científica é aquela na qual começamos com uma boa pergunta e chegamos ao fim com duas boas perguntas, então podemos nos dar por satisfeitos. Na nossa pesquisa sobre a atuação das diversas agências do Estado na interiorização da TV, emergiram uma diversidade de processos e uma tal quantidade de agentes que nos permitiram, talvez pela primeira vez, ter consciência de como é grande a nossa ignorância sobre o assunto.

Mesmo tendo deixado em aberto a maioria das questões que levantamos, gostaríamos, à guisa de conclusão, de contrapor os resultados da nossa pesquisa às interpretações correntes sobre o tema. Como vimos, estudos recentes têm apontado a inauguração dos troncos da EMBRATEL, no período 1969-1973, como o fator decisivo para a efetivação das redes nacionais

de televisão. A partir daí, estarão dadas as condições para que a televisão se transforme no veículo de comunicação de alcance nacional que hoje é. Existe também um certo grau de consenso em se interpretar a inclusão da televisão entre os canais da EMBRATEL, como a aplicação por parte do regime militar, das teses implícitas na Ideologia da Segurança Nacional.

Na nossa pesquisa, esperamos ter demonstrado que estas interpretações são, sem dúvida, consistentes, mas incompletas. Como vimos, a efetivação dos troncos da EMBRATEL apenas dá início ao processo de nacionalização do sinal televisivo. Este processo se encontrará, mesmo nas regiões mais importantes do país, ainda incompleto ao final da década de 1970. Na discussão da interiorização do sinal televisivo, vieram à tona novamente as preocupações dos militares com a integração nacional. Apesar das esparsas informações que recolhemos sobre este processo, nada desautoriza a interpretação corrente, a qual vê na ação do regime militar na criação da infra-estrutura técnica para a televisão a aplicação das suas teses sobre a Segurança Nacional.

Elementos característicos desta ideologia foram por nós encontrados quando nos dispusemos a pesquisar a continuidade do processo de extensão que se guiavam por uma lógica totalmente estranha àquela ideologia. Não só diversas esferas do Estado se lançaram àquela tarefa, como cada uma delas interpretava o problema e propunha soluções diferenciadas. Também os agentes privados perceberam o problema à sua maneira e dele trataram de forma ora complementar, ora independente da ação do Estado.

Assim, em função das razões que acabamos de expor, podemos concluir o seguinte: embora correta, a interpretação disponível sobre o tema só dá conta de um determinado nível do problema. Isto é, ela é consistente ao interpretar a ação do Estado

na implantação de uma infra-estrutura televisiva nacional quando se ocupa da atuação de determinadas agências estatais em um certo período. Como vimos, a continuidade deste processo envolveu outros propósitos e outros agentes. Portanto, a generalização das interpretações disponíveis sobre o tema pode, facilmente, induzir ao erro. Faz-se, pois, necessário assumir a perspectiva de que a extensão do sinal televisivo para todo o interior do país é um processo que, longe de se constituir num único projeto, envolve uma série de agentes sociais e agências do Estado, cuja diversidade de propósitos apenas pudemos insinuar.

NOTAS DE REFERÊNCIA

1 PARANÁ RADIODIFUSÃO S.A.. “Relatório das atividades atuais e proposta de funcionalidade da RADIPAR”, item 1.4 “Por que RADIPAR”, p. 5.

2 PARANÁ RADIODIFUSÃO S.A. op. cit. p. 6.

3 Estatutos da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná. Registrado sob nº 199 no Livro A em 05-02-1969. Registro de Títulos e Documentos - Pessoas Jurídicas - 1º Ofício de Curitiba. p. 2.

4 _____. p. 3.

5 Lei Municipal nº 30/69 promulgada pela Câmara Municipal de Dois Vizinhos em 19-12-1969.

6 Requerimento apresentado pelo Procurador Idair Ceccato Guancino ao DENTEL em 13-03-1975.

7 MUNICÍPIOS DO PARANÁ: informações gerais. Documento nº 10. Estado do Paraná. Secretaria do Planejamento - FAMEPAR, 1989.

8 PARANÁ RADIODIFUSÃO S.A.. RADIPAR, Estatutos Sociais, capítulo I.

9 Protocolo nº 109.852, Livro 140 do 2º e 3º trimestres de 1975. “Escritura Pública de Constituição da Paraná Radiodifusão S.A. RADIPAR.

10 Artigo 10º - libera crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para os encargos necessários à sua constituição.

11 Jornal “Gazeta do Povo” de 03-03-1978.

12 RADIPAR. op. cit. p. 6.

13 ATA da 9ª Assembléia Geral Extraordinária de 14-04-1981, arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná

14 RADIPAR, op. cit. p. 10.

15 _____. p. 11.

16 _____. p. 13.

17 Lista de atividades realizadas pela RADIPAR (1975-1987).

18 Portaria n^o 0568 de 11-04-1979.

19 Portaria relativa ao processo n^o 0640 de 02-05-1979.

20 Portaria n^o 1598 de 25 de setembro de 1979.

21 Portaria n^o 1863 de 5 de novembro de 1979.

22 RADIPAR, op. cit. p. 13.

23 Relação de estações repetidoras/retransmissoras instaladas pela RADIPAR.

24 Relação de pedido de municípios enviados à RADIPAR.

25 Idem.

26 GOVERNO DO PARANÁ, Plano de Governo, Curitiba, set. de 1987.

27 RADIPAR, op. cit. Item “situação proposta”.

28 _____. p.7.

29 _____. p. 4.

30 Nós bem que tentamos. Fomos informados de que a extinção da RADIPAR teria sido proposta formalmente por um plano dos documentos produzidos pela equipe que elaborou o Plano de Governo de Álvaro Dias. Tentamos, pois, localizar este estudo. Inicialmente indagamos ao Sr. Lourival Pedrassani, atual diretor da Fundação Rádio e Televisão do Paraná. Em seguida, apelamos para o Sr. Geraldo Seratiuk, presidente da comissão governamental encarregada da liquidação da RADIPAR. Nenhum deles soube informar onde poderia estar o tal documento que propôs a extinção daquela empresa. Finalmente, apelamos ao Sr. Francisco B. B. de Magalhães Filho que, na época, chefiava a equipe que elaborou o Plano de Governo e a proposta de reforma administrativa.

31 Verso do compositor João Luiz Woerdenbag (Lobão).

32 Coleção de Instrumento Particular de Contrato de Doação dos Arquivos da Fundação Rádio e Televisão do Paraná.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

01 ALMEIDA, C. J. M., org. ; MACEDO, C., org. ;
FALCÃO, A., org. *TV ao Vivo*. São Paulo :
Brasiliense, 1988.

02 BORELLI, S. H. S.; RAMOS, J. M. O. ; ORTIZ, R.
Telenovela: história e produção. São Paulo :
Brasiliense, [198.-]

- 03 COSTA, A. H.; KEHL, M. R.; SIMÕES, I. F. *Um país no ar*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- 04 FADUL, A. M. *Novas tecnologias de comunicação*. São Paulo: Summus, 1986.
- 05 LEAL FILHO, L. *Atrás das câmeras: relação entre cultura, estado e televisão*. São Paulo: Summus, 1988.
- 06 MACHADO, A.; MAGRI, C.; MASAGÃO, M. *Rádios livres: a reforma agrária no ar*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- 07 MACHADO, R. C. *A Fundação Roberto Marinho*. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- 08 MELLO, J. M., org.. *Comunicação e transição democrática*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- 09 ORTIZ, R. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- 10 PORTER, M. E. *Estratégia competitiva: técnicas para a análise das indústrias e da concorrência*. São Paulo: Campus, 1986.

NOTA CRÍTICA

A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL E A QUESTÃO REGIONAL (ALDAIR RIZZI E CLAUS GERMER)

Ana Cleide Cesário

Professora do Departamento de Ciências Sociais da
Universidade Estadual de Londrina - UEL

RESUMO

O texto apresenta uma leitura crítica do artigo de Aldair T. RIZZI e Claus M. GERMER, "A acumulação do capital e a questão regional", publicado na História: Questões & Debates número 22/23. A autora enfatiza a análise marxista que RIZZI e GERMER fazem do conceito de região e, a partir desse enfoque, suas análises sobre a Região Sul e o decorrente sobre separatismo e MERCOSUL.

A leitura do artigo de Rizzi e Germer nos remete, inevitavelmente, à tradição da economia política que tornou possível, no âmbito da ciências sociais, o cálculo econômico do valor das mercadorias ao perceber que as trocas configuram um movimento de circularidade do capital (MARX, K. 1980). A economia política soube sistematizar as concepções clássicas desde a noção de circularidade do movimento das mercadorias - princípio fisiocrata de Quesnay -, aproveitando a idéias de reprodução do capital, presente no pensamento de Marx, e chegando até a operacionalização de matrizes econômicas como as de insumo-produto.

Embora, do ponto de vista teórico-metodológico os autores acima possam ser identificados com esta tradição, eles

vão além desta, seguindo de perto a tradição marxista quando analisam a questão regional e apontam para a possibilidade de tratar o problema pela ótica da *economia política da sociedade*. Mesmo não chegando a analisar especificamente as lutas de classes, os autores concebem a *região* como o espaço onde se reproduz o capital e onde se manifestam interesses econômicos divergentes; além disso, sugerem a possibilidade de compreensão do espaço como o lugar onde o econômico e o político, enquanto forças sociais, se fundem e assumem uma força peculiar no processo de produção e reposição do capital.

Não há como ler este artigo sem voltar a dialogar com o trabalho clássico de Francisco de Oliveira sobre a questão regional no Brasil.

Rizzi e Germer, ainda que não expressem a *paixão* revelada por Oliveira, seguem os mesmos caminhos teóricos por ele escolhidos.

Elegia para uma Re(li)gião é um livro que, como seu autor admite, foi escrito em um momento de *paixão*, marcado por uma intensa emoção sentida em sua vida privada. Da mesma forma, em relação às questões públicas, a obra traz o traço da *paixão* no sentido gramsciano:

“...o de colocar-se em uma posição e, mediante essa colocação e por causa dela, tentar entender uma tragédia.” (OLIVEIRA, 1977, p. 13).

Francisco de Oliveira, assemelhando-se a quem escreve uma elegia - poema terno e triste - deixa-se levar pela ternura que sente pelos operários, trabalhadores e camponeses do Nordeste. Valeu-se de sua experiência política e de seu trabalho na SUDENE para produzir esta obra vigorosa e apaixonada, cuja origem é a dramaticidade da região nordestina.

Agora, passadas quase duas décadas, Rizzi e Germer retomam a mesma questão, tendo como foco de análise, não o Nordeste, mas a Região Sul, um espaço brasileiro que no discurso leigo e coloquial é quase sempre definido como o oposto do Nordeste: enquanto este é caracterizado apressadamente, como “pobre, atrasado e parasitário”, aquele é considerado “rico, desenvolvido e organizado”.

O artigo de Rizzi e Germer, despido de *paixão*, mas marcado pelo rigor acadêmico, desmitifica toda e qualquer promoção que se tenha da Região Sul, devido a dois fatores.

Em primeiro lugar, porque a teoria que fundamenta a sua análise permite um tratamento estrutural da questão regional, relativizando, inclusive, o conceito de “região” e indicando tendências de homogeneização em alguns setores produtivos ou mesmo na circulação de mercadorias e distribuição de renda entre as várias regiões brasileiras. De modo exemplar, o conceito de região é trabalhado a partir da antinomia presente no modelo de desenvolvimento combinado e desigual. Tomando como base a idéia de economia nacional, os autores mostram que as especificidades de cada região somente se configuram quando o quadro de referência inclui *outras regiões* com níveis distintos de produção e reprodução do capital. Como bons adeptos da economia política e da análise marxista, abandonam a abordagem dos “desequilíbrios regionais” e levam em consideração *as diferenças na divisão regional do trabalho*, apontando e apreendendo as contradições decorrentes das formas diferenciadas de reprodução do capital e das relações de produção. Sendo assim, Rizzi e Germer realçam o Sul muito mais pelas suas inserções nas economias nacional e internacional do que propriamente por suas especificidades econômicas e autonomia relativa. O Sul, segundo sua análise, é parte da divisão regional do trabalho e suas mutações são entendidas como dependentes do controle hegemônico da produção capitalista

no Brasil.

Em segundo lugar, porque os dados empíricos compõem novos cenários econômicos para a Região Sul, levando-nos a rever algumas características até o momento afirmadas e reafirmadas como marcas distintivas do Sul em relação às demais regiões do país, sendo que uma delas é a de “região essencialmente agrícola”. Contrariando este lugar comum, os dados trabalhados pelos dois professores indicam que a Região Sul, nos últimos vinte anos, vem apresentando taxas de crescimento superiores às médias nacionais, tanto na agropecuária quanto na indústria. Somente nos últimos anos desse período é que esta última decresceu.

É possível, porém, questionar os argumentos daqueles que consideram a economia do Sul, bem como de outras regiões, como periférica, porque os autores identificam uma clara tendência de desconcentração em favor destas “áreas periféricas”, notadamente do Centro-Oeste. E, como consequência da desconcentração, a análise econômica efetuada acusa uma redução dos desníveis regionais.

A despeito do otimismo que geralmente acomete os que ocupam os centros decisórios dos estados do Sul, ocasionado pelo desenvolvimento industrial, Rizzi e Germer demonstram que este fenômeno tem sido insuficiente para absorver o crescimento vegetativo da população e que mesmo o aumento da renda *per capita* observado na região é *espúrio*, pois decorre, na realidade, de um forte processo de emigração. Hoje os que se ocupam de análises econômicas e demográficas, na região, sabem que o migrante do Sul está sendo atraído tanto pela agroindústria do Sudeste quanto pela expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste. No momento em que os autores analisam esta emigração realizam o que denominamos, no início deste comentário, de economia política da sociedade. É

mostrando ao leitor que o processo de emigração do brasileiro do Sul para, principalmente, o Sudeste e o Centro-Oeste do país, tem sido uma “válvula de escape” para a tensão social no campo e nas cidades dos três estados sulistas, onde a mobilização sociopolítica tem se revelado expressiva, especialmente no campo.

Dois temas tratados neste artigo ainda merecem comentário: o separatismo e o MERCOSUL.

Em relação ao primeiro, Rizzi e Germer denunciam o quanto é falaciosa a justificativa a partir de motivos econômicos que são utilizados pelos defensores da separação de estados sulistas do restante dos países, com a criação de um Estado independente. Àqueles que argumentam ser a atual configuração do país responsável por uma drenagem das riquezas do Sul para outras regiões, os autores respondem que a posição separatista beneficia “setores conservadores da agricultura” e que se pressupõe “uma concepção fundamentalista da agricultura, com uma tintura fisiocrática”. Relacionam ainda um sem-número de argumentos que mostram o quanto é infundada a motivação separatista, por estar calcada numa “avaliação simplista do papel e do potencial econômico da região”.

Para os dois analistas, a Região Sul tem sido uma das principais beneficiárias da integração econômica do país e não seria nada razoável dividir um grande mercado constituído de blocos multinacionais gigantescos, uma vez que a economia brasileira se caracteriza por uma interdependência estrutural cada vez maior.

A exemplo do que afirmou Paul Singer (SINGER, 1976) sobre a clivagem campo/cidade, os autores entendem que subjacente às divisões ecológicas está a clivagem de classes. Assim como Singer já afirmara que as divisões de classes sociais

determinam a divisão rural/urbana, Rizzi e Germer entendem a estrutura de classes sociais como determinante da questão regional. Esta afirmação sugere que não há propriamente conflito de interesses entre o Sul e o restante do Brasil, mas, sim, entre classes, distribuídas por todo o território brasileiro, com interesses antagônicos.

No que tange ao MERCOSUL, mesmo correndo o risco de banalizar a minuciosa e interessante análise contida neste artigo, devo registrar que sua contribuição mais importante é o alerta feito pelos autores quanto à euforia que pode acometer os agentes econômicos brasileiros, sobretudo os do Sul - públicos e privados - diante da perspectiva de conquista de novos mercados que o acordo abre.

Rizzi e Germer admitem que o MERCOSUL provocará reflexos econômicos nos Estados do Sul do Brasil, mas suas repercussões dependerão do “tipo de produto e da estrutura de mercado da indústria produtora desse bem” que estiverem sob os efeitos das novas iniciativas decorrentes do acordo. Em outras palavras, os agentes econômicos que ingressarem no MERCOSUL ou que indiretamente receberem suas influências não poderão perder de vista o caráter estrutural do sistema produtivo brasileiro. As possibilidades de êxito dependerão do grau de competitividade das empresas líderes localizadas tanto no Sul quanto fora da região, para concorrerem com produtos dos países do bloco. As empresas marginais, por sua vez, terão que procurar “nichos” de sobrevivência no mercado, se não quiserem sucumbir.

As chances de crescimento para as empresas brasileiras no MERCOSUL, segundo este artigo, poderiam ser resumidas da seguinte maneira: dependem da capacidade que os agentes econômicos teriam de elevar o nível de competitividade de suas unidades produtivas e de compreenderem como as possibilidades

extrapolam os mercados regionais.

Em relação ao acordo como um todo, os autores lembram que ele difere de outros. Não há como comparar o Cone Sul com os blocos formados pelo Mercado Comum Europeu, EUA/Canadá/México e, ainda, Japão/Sudeste Asiático. Estes três exemplos significam alinhamentos de países com maior inserção no mercado mundial e com notável avanço capitalista. Ao contrário, o Cone Sul está ainda a revelar *gap tecnológico* acompanhado de não ampliação dos mercados e de baixos níveis de renda *per capita*.

Simplificando uma vez mais os argumentos de Rizzi e Germer, diríamos que enquanto em cada um dos outros blocos temos, na pior das hipóteses, no mínimo um país de ponta do capitalismo internacional, no MERCOSUL teríamos, numa linguagem metafórica, uma liga de *auxílio mútuo* formada por países com grande endividamento externo e, portanto, em uma posição de dependência em relação aos países de economia avançada do capitalismo internacional.

Somente estas duas últimas questões - separatismo e o MERCOSUL - justificariam a leitura deste artigo. Entretanto, toda a análise se torna atraente pela coerência teórica que a perpassa, desde o entendimento da questão regional - com destaque para a Região Sul - até a eleição de dois temas indiscutivelmente atuais, para análise.

Estamos diante de um provocante artigo de dois professores universitários que aviva antigas questões de interesse dos historiadores, geógrafos, sociólogos e cientistas políticos, sem, todavia, perder de vista a utilidade que a análise econômica pode ter para o planejamento (incluindo *opolicy making* estatal) e as microintervenções, isto é, programas econômicos de menor alcance.

Penso que para nós, cientistas sociais, o trabalho de Rizzi e Germer significa um retorno aos velhos e sólidos argumentos da economia política, num momento em que sentimos uma atração indifarável pelos estudos sobre *cultura, representações, imaginário* e outros congêneres. Estes são temas que os marxistas ortodoxos certamente chamariam de “superestruturais” e que, até por falta de familiaridade, muitas vezes nos dão a impressão de estarmos pisando em terreno pouco sólido.

Admito que este retorno produziu em mim o conforto e a segurança de trilhar velhos e conhecidos caminhos teóricos-metodológicos, mas admito ainda que não pude deixar de sentir também uma insatisfação, outrora já experimentada, provocada pelo movimento circular de raciocínio a que sou levada sempre que leio trabalhos que têm como *leitmotiv* a acumulação do capital.

Não somente pelo fato de a análise submeter a exame informações que fazem parte das relações de produção, mas também por sinalizar para questões situadas fora delas, acredito que o trabalho instiga os leitores de outras áreas correlatas à Economia a pensarem questões afins cujas explicações não se esgotam necessariamente no campo das relações sociais de produção, mas podem estar nelas ancoradas. Imagino o quanto este artigo pode instigar os historiadores que trabalham com demografia, sociólogos voltados para os movimentos sociais e cientistas políticos preocupados com o peso da representação política das regiões brasileiras no Parlamento e o seu papel na consolidação democrática, sem esquecer ainda os antropólogos interessados na oposição cultura nacional-culturas regionais.

Certamente, muitos dirão que a análise calcada na economia política nem sempre se presta à explicação de alguns destes fenômenos, mas é certo também que ao lerem este artigo, independentemente de suas preferências teóricas, serão levados

a reconhecer a importância e atualidade do debate nele existente e o quanto é sugestivo em informações.

Londrina, setembro de 1993.

BIBLIOGRAFIA

- MARX, Karl. O capital. v. 1, capítulos I-IV. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- RIZZI, Aldair T.; GERMER, Claus M. A acumulação de capital e a questão regional. História: Questões & Debates. Curitiba: APAH, v.12, n.22-23, p. 179-219, jun./dez. 1991.
- SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. São Paulo: Brasiliense, 1976.

História: Questões & Debates é uma revista preocupada com a História como conhecimento, com a História como pesquisa, com a História como instrumento de Educação; preocupada com as relações da História e as demais ciências humanas em particular, e com o valor que a sociedade lhe atribui.

Desta forma, a Revista está aberta não apenas aos associados da APAH e historiadores, mas também aos demais cientistas sociais, aos professores de Ensino Médio, aos que trabalham com a Educação e aos estudantes universitários.

Toda colaboração deverá:

- 1º - ser inédita;
- 2º - ser redigida preferencialmente em língua portuguesa, trabalhos em outros idiomas deverão obrigatoriamente incluir resumo em português;
- 3º - trazer título que corresponde, de modo claro e preciso, à idéia geral do trabalho;
- 4º - apresentar, em folha à parte devidamente numerada, um resumo de no máximo 250 palavras;
- 5º - trazer, quando elaborada sob orientação, o nome do Professor orientador;
- 6º - ser apresentada em três (3) vias datilografadas numa face em papel tamanho ofício, com margem de três (3) centímetros, espaço duplo e numeração no canto superior direito;
- 7º - apresentar, em folhas à parte devidamente numeradas, as notas de rodapé e as referências bibliográficas. Estas últimas deverão estar de acordo com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);
- 8º - trazer os gráficos e/ou ilustrações uma em cada folha, à parte, devidamente numeradas com o título claro, assinalando no texto o local em que deverão ser intercaladas.

Os originais deverão ser encaminhados à redação juntamente com carta anexa, autorizando sua publicação. A revisão das provas durante a impressão poderá ser feita pelo autor desde que assim o deseje. O Conselho Editorial somente apreciará os trabalhos que obedeçam às normas estabelecidas.

Além de artigos, a revista poderá apresentar comunicações, notas prévias, notícias de pesquisas em desenvolvimento, resenhas bibliográficas, além de notícias da APAH.

Aos autores de artigos serão enviados cinco (5) exemplares do número que trazer seu trabalho.

Os originais não publicados não serão devolvidos.

Impresso na
REPRO-SET Indústria Gráfica Ltda.
no mês de fevereiro de 1997

Uma publicação da:

APAH - ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA

com o apoio:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA DA UFPR

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO DA UFPR

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS,
LETRAS E ARTES DA UFPR